



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



IDARON

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL
DO ESTADO DE RONDÔNIA



Governo do Estado de
RONDÔNIA





MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

EVANDRO CESAR PADOVANI

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI

JULIO CESAR ROCHA PERES

Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

LICERIO CORREA SOARES MAGALHÃES

Diretor Executivo

MARCIO ALEX PETRO

Coordenador Técnica

WALTER OLIVEIRA CARTAXO

Coordenador Técnica

ANA APARECIDA PEREIRA POQUIVIQUI

Coordenadora de Administração e Finanças

FABIANO ALEXANDRE DOS SANTOS

Gerente de Defesa Sanitária Animal

MARGARETE ELIANE GARBELLINI APRIGIO

Gerente de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal

JESSE DE OLIVEIRA JUNIOR

Gerente de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal



EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Rafael Luis da Siva

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Adeilton Ricardo da Silva

Lays Fernanda Pinheiro

Geralda Genuína da Fonseca

Dvany Mamedes da Silva

Júnior Cleber Alves Paiva

Joseluze das Dores Bonfim da Silva

Walmir Ferreira da Silva

Sirley Avila Queiroz

Jefferson Notario Barbosa

Michele da Silva Lima

Josiléia Tavares de Souza

Sara Elidiane Nery Cardoso

Francisca Alexandra R. de Sousa

Rodrigo da Silva Guedes

Jessé de Oliveira Júnior

João Paulo de Souza Quaresma

Aracelma Maia de Arruda

Sidleia Mafra de Souza

Renê Suaiden Parmejiani

Renato da Costa Melo

Rafael Luis da Silva

Rachel Barbosa da Silva

Arlindo carvalho dos Santos

Antonio Fortunato De Oliveira

Marcos Antonio Fontoura



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	13
2.	ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	1
2.1.1.	Objetivos Gerais.....	1
2.1.2.	Funcionamento Estrutural	2
2.1.3.	Legislação.....	2
2.1.4.	Estrutura Organizacional Básica	4
2.1.5.	Estrutura Organizacional Específica.....	5
2.1.6.	Administração Sistêmica de Execução Programática.....	6
2.1.7.	Rol dos setores	7
3.	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	9
3.1.1.	Serviços Oferecidos a Sociedade.....	9
3.1.2.	Parcerias.....	10
4.	RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
4.1.1.	Gerência de Recursos Humanos-GRH	11
4.1.2.	Forças de Trabalho – Quadro de Pessoal Permanente	11
4.1.3.	Remuneração	15
4.1.4.	Folha de pagamento.....	16
4.1.5.	Exonerações	17
4.1.6.	Setor de Transportes.....	19
4.1.7.	Composição da Frota.....	19
4.1.8.	Execução Orçamentária Financeira Setor de Transporte.....	21
4.1.9.	Renovação da Frota.....	21
4.1.10.	Coordenadoria de Planejamento-COPLAN.....	22
4.1.11.	Execução Orçamentária	27
4.1.12.	Dos Programas e Ações.....	27
4.1.13.	Dotação Inicial.....	28
4.1.14.	Dotação Atualizada	28
4.1.15.	Programas	28
4.1.16.	Ações/Atividades.....	29
4.1.17.	Execução Orçamentário-Financeira dos Programas	29
4.1.18.	Análise da Execução Orçamentária	30
4.1.19.	Metodologia Utilizada para Análise da Execução Orçamentária.....	31
4.1.20.	Setor De Diárias	32
4.1.21.	Gerência De Compras e Contratos-Gecc	36



4.1.22.	Análise Por Elementos de Despesas.....	37
4.1.23.	Gerência De Materiais, Patrimônio E Documentação – GEMPAD	41
4.1.24.	Inventário de Bens Móveis - IDARON.....	42
4.1.25.	Inventário, Avaliação e Regularização Imobiliária da IDARON.....	44
4.1.26.	Plano de Ação GEPAD - Auditoria TCE-2017	46
4.1.27.	Investimentos GEMPAD – 2019	51
4.1.28.	Novos Contratos GEMPAD – 2019	52
4.1.29.	Divisão de Almoxarifado	52
4.1.30.	Suprimentos de Estoque-2019	54
4.1.31.	Suprimento nas Unidades Administrativas-2019.....	57
4.1.32.	Divisão de Patrimônio	59
4.1.33.	Movimentação Patrimonial IDARON-2019	60
4.1.34.	Movimentação Patrimonial FESA-2019.....	62
4.1.35.	Divisão de Documentos.....	65
4.1.36.	Setor de Julgadoria.....	69
4.1.37.	Procuradoria Jurídica - PROJUR	72
4.1.38.	DAS ATIVIDADES DO CARGO E LEGISLAÇÕES PERTINENTES	73
4.8.2.	das atividades de cada atribuição	76
4.1.39.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC. 79	79
4.1.40.	DIVISAO DE INFRAESTRUTURA DE REDES (DIR)	80
4.1.41.	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (DIDES).....	81
4.1.42.	Coordenadoria de Controle Interno - CCI	82
4.1.43.	Finalidade e Competência do Controle Interno	82
4.1.44.	Das Análises Da Despesa Com Fornecedores.....	84
4.1.45.	Da Análise De Prestação De Contas De Adiantamento/Suprimento De Fundos	88
4.1.46.	Da Análise De Prestação De Contas De Diárias	89
4.1.47.	Da Análise De Despesa Com Pessoal.....	90
5.	GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO	92
5.1.1.	GESTÃO DA DEFESA E INSPEÇÃO ANIMAL	118
5.1.2.	PROGRAMAS SANITÁRIOS	139
5.1.3.	PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – PNEFA.....	139
5.1.4.	Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT.....	156
5.1.5.	Programa Nacional de Equídeos – PNSE	164
5.1.6.	PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA	170
5.1.7.	Programa Nacional de Sanidade Suína – PNSS	174



5.1.8. Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA	199
5.1.9. Criação da Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	201
5.1.10. Atualização da Legislação Estadual de Inspeção.....	203
5.3.3. Renovação de Processo Seletivo para Contratação de Médicos Veterinários..	205
5.3.4. Auditorias e Vistorias no Serviço de Inspeção Estadual.....	207
5.3.5. Estabelecimentos registrados no SIE/RO	209
5.3.6. Produtos inspecionados pelo SIE/RO	210
5.3.7. Cursos e Treinamentos.....	212
5.3.8. Sistema Unificado do Serviço de Inspeção Estadual – SUSIE	212
5.3.9. Análises Laboratoriais	213
5.2. Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV	215
.....	215
5.2.1. Introdução	216
5.2.2. Controle e Fiscalização da Comercialização, Uso, Transporte de Agrotóxicos e Destino Final das Embalagens Vazias	225
5.2.3. Fiscalização do Comércio de Mudanças	233
5.2.4. Fiscalização do Comércio de Sementes	251
5.2.5. TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE SERVIDORES.....	256
5.2.6. Programa de Controle da Ferrugem Asiática da Soja-PROCFAS	258
5.2.7. PROGRAMA VIGILÂNCIA E CONTROLE DE PRAGAS.....	266
5.2.8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E AGROTÓXICOS.....	289
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NOS TERMOS DA LEI APLICADA A UNIDADE GESTORA	298
6.1.1. Ativo Circulante	19
6.1.2. Ativo Não Circulante	21
7. ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	32
7.1. Avaliação da Despesa Orçamentaria.....	33
7.2. AVALIAÇÃO DA RECEITA.....	37
7.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42
7.4. Restos a Pagar Processados e Não Processados	43
7.5. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	45
2. Programa de Classificação de Grãos	49
2.2.1. Capacitações e Eventos.....	52

Índice de Ilustração



Figuras

<i>Figura 1: Organograma IDARON.</i>	5
<i>Figura 2: Estrutura Programática e de Ações PPA 2016-2019.</i>	22
Figura 3: Classificação das atividades a serem monitoradas - por dimensões.	24
Figura 4: Atribuição de peso nas dimensões a serem monitoradas.	24
<i>Figura 5: Demonstrativo das ações orbitando sobre o Programa Estadual de Defesa Agropecuária.</i>	29
<i>Figura 6: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.30.</i>	38
<i>Figura 7: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.39.</i>	40
<i>Figura 8: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.30.</i>	41
<i>Figura 9: Estrutura da Gerência de Materiais, Patrimônio e Documentação GEMPAD.</i>	42
<i>Figura 10: Plano de Ação Patrimonial.</i>	50
<i>Figura 11: Balancete Sintético IDARON-2019.</i>	56
<i>Figura 12: Modelo de Requisição com todas as fases aprovadas.</i>	57
<i>Figura 13: Cronograma de Entrega de Material (Dezembro-2019).</i>	58
<i>Figura 14: Valores das Requisições Regionalizadas.</i>	58
<i>Figura 15: Informativo do movimento de incorporações e baixas de bens móveis.</i>	65
<i>Figura 16: Modelo da Fragmentadora Adquirida.</i>	67
<i>Figura 17: Fluxograma para eliminação de documentos.</i>	68
<i>Figura 18: Organograma COTIC.</i>	79
<i>Figura 19: Distribuição das equipes de apoio à vacinação nas propriedades bolivianas e suas áreas de atuação.</i>	95
<i>Figura 20: Fotos da Vacinação na Bolívia, 2019.</i>	99
<i>Figura 21: Valores (US\$ FOB) exportados pelo Estado de Rondônia (1999 a 2019), carne bovina.</i>	101
<i>Figura 22: Número de Bovinos Abatidos no Estado de Rondônia (2002 a 2019), Serviço de Inspeção Federal.</i>	102
<i>Figura 23: Distribuição dos Analistas de Cadastros.</i>	104
<i>Figura 24: Avanços quantitativos realizados em 2018 e 2019.</i>	105
<i>Figura 25: Organograma do Programa Estadual de Educação Sanitária da IDARON.</i>	111
<i>Figura 26: Página institucional do site da Agência.</i>	112
<i>Figura 27: Galeria de vídeos.</i>	114
Figura 28: Número de eventos educativos e divulgações nos meios de comunicação em massa no período de 2019.	118
<i>Figura 29: Evolução do Rebanho bovino no Estado de Rondônia no período de 1999 a 2019.</i>	124
Figura 30: Demonstração dos Postos de Fiscalização de Trânsito no Estado de Rondônia-2019.	126
Figura 31: : Carga horária de barreiras terrestres no período de 2005 a 2019.	127
<i>Figura 32: Emissão de guias de trânsito animal no Estado de Rondônia no período de 2000 a 2019.</i>	131
<i>Figura 33: Bovídeos transportados no Estado de Rondônia no período de 2002 a 2019 e a relação percentual com o respectivo rebanho total.</i>	132
Figura 34: Denúncias de situações de risco recebidas pelo FEFA e apuradas pela IDARON no período 2003 a 2019.	137
Figura 35: Emissão de autos de infração e realização de palestras e reuniões educativas no período de 2004 a 2018.	139
<i>Figura 36: Demonstração das responsabilidades na execução do PNEFA.</i>	140



Figura 37: Rebanho Bovídeo declarado nas etapas de vacinação contra a Febre Aftosa no Estado de Rondônia no período de 1999 a 2019.	142
Figura 38: Bovídeos com vacinação assistida ou fiscalizada para febre aftosa no Estado de Rondônia, nos anos de 2003 a 2019.	144
Figura 39: Propriedades que tiveram a vacinação do rebanho assistida ou fiscalizada para a Febre aftosa no Estado de Rondônia, nos anos de 2003 a 2019.	144
Figura 40: Índice vacinal de propriedades por município - 47ª ETAPA.	145
Figura 41: Arte utilizada em toda a campanha publicitária de divulgação da 47ª etapa de vacinação.	146
Figura 42: Percentual de propriedades com vacinação assistida e fiscalizada em municípios de fronteira na 47ª etapa de vacinação.	147
Figura 43: Percentual de propriedades com vacinação assistida e fiscalizada no ano de 2019 nos municípios de fronteira internacional.	148
Figura 44: Percentual de animais com vacinação assistida em municípios de fronteira na 47ª etapa de vacinação.	148
Figura 45: Percentual de animais com vacinação assistida e fiscalizada no ano de 2019 nos municípios de fronteira internacional.	149
Figura 46: Índice de vigilância em propriedades - 47ª ETAPA.	150
Figura 47: Índice de vigilância em animais - 47ª ETAPA.	150
Figura 48: Quantidade de notificações de síndromes vesiculares por ano	151
Figura 49: Número de casos suspeitos de enfermidades vesiculares por milhão – Rondônia (2004 a 2019).	152
Figura 50: Classificação das notificações de casos suspeitos por tipo de notificante.	152
Figura 51: Tempo de Ação Fonte: Análises_SivCont.xls.	153
Figura 52: Tempo de Reação Fonte: Análises_SivCont.xls.	154
Figura 53: Representação geográfica para a implantação do plano estratégico – Febre Aftosa.	155
Figura 54: Número de Médicos Veterinários Cadastrados ativos de 2003 a 2019.	157
Figura 55: Número de Auxiliares de Médicos Veterinários cadastrados ativos de 2003 a 2019.	158
Figura 56: Vacinação contra Brucelose no Estado de Rondônia no período de 2003 a 2019. 159	
Figura 57: Animais examinados e positivos para brucelose em Rondônia no período de 2003 a 2019.	161
Figura 58: Animais examinados e positivos de tuberculose em Rondônia no período de 2003 a 2019.	162
Figura 59: Postos de Comercialização de Antígenos e Alérgenos.	162
Figura 60: Número de equídeos e propriedade por Regional, no ano de 2019.	164
Figura 61: Total de animais examinados/positivos para fins de trânsito no Estado de Rondônia no período de 2003-2019.	165
Figura 62: Percentual de animais positivos para AIE no trânsito no período de 2003 a 2019.	167
Figura 63: Distribuição dos animais examinados e positivos para AIE no trânsito- por regional da Idaron, no ano de 2019.	168
Figura 64: Quantitativo das ações realizadas pela IDARON no saneamento de foco e perifoco no estado de Rondônia entre os anos de 2012 a 2019.	169
Figura 65: Número de exames de raiva realizados e o número de focos encontrados no período de 2002 a 2019 no Estado de Rondônia.	180
Figura 66: Mapa da Localização dos focos de raiva dos herbívoros do ano de 2019 no Estado de Rondônia. Fonte: GDSA, IDARON, 2020.	181
Figura 67: Doses de vacinas antirrábicas comercializadas no Estado de Rondônia no período de 2005 a 2019.	182



Figura 68: Relação das 10 Unidades que realizaram mais investigações de doenças no ano de 2019.....	191
Figura 69: Percentual de origem da investigação de 2017 a 2019, demonstrando o comprometimento e parceria do produtor como grande responsável pelas notificações de suspeita de doenças, responsável pela grande maioria, acima de 50%, das notificações em todos os anos.....	191
Figura 70: Comparativo do nº de ocorrências por síndrome nos anos de 2015 a 2019.	194
Figura 71: Demonstração do tempo de reação para atendimento das notificações de suspeitas de doença vesicular.....	194
Figura 72: Demonstração do tempo de reação, em percentual, para atendimento das notificações de doenças.....	195
Figura 73: Relatório Geográfico do Informe Epidemiológico Semanal – filtros e quadro informativo.	196
Figura 74: Distribuição geográfica das ocorrências por síndrome no ano de 2019.	197
Figura 75: Distribuição geográfica das investigações de doenças em 2019.	197
Figura 76: Dados zoossanitários – comparativo.....	199
Figura 77: Levantamento dos Laudos de Vistoria Técnica e Auditorias emitidos pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) no período de 2004 a 2019.....	208
Figura 78: Localização dos estabelecimentos registrados e fiscalizados pelo SIE/RO em 2019.	209
Figura 79: Cursos e Treinamentos - GIPOA.....	212
Figura 80: Relatório de ensaios laboratoriais.....	214
Figura 81: Estruturação GIDSV (A).....	219
Figura 82: Relação de Fiscais Especialmente (B).	220
Figura 83: Número total de produtos agrotóxicos cadastrados (aptos) 2015-2019..	226
Figura 84: Número de produtos cadastrados por classe de uso – 2019.....	226
Figura 85: Número de revendas de agrotóxicos -2015 -2019.....	227
Figura 86: Fiscalização em revendas de agrotóxicos de 2015-2019.....	228
Figura 87: Número de Receituários Agrônomicos emitidos de 2015 a 2019.	229
Figura 88: Quantidade comercializada por cultura em litros/2019.....	229
Figura 89: Municípios que mais utilizaram agrotóxicos em 2019.	230
Figura 90: Municípios que mais comercializaram agrotóxicos em 2019.	230
Figura 91: Documentos emitidos em fiscalização 2019.	231
Figura 92: Quantitativo de embalagens vazias de agrotóxicos comercializadas de 2015 a 2019.	232
Figura 93: Quantitativo de embalagem devolvida nos postos – 2015-2019.....	232
Figura 94: Evolução da fiscalização nos postos/central de recolhimento de Embalagens de 2015 a 2019.....	233
Figura 95: Nematoides do gênero <i>Meloidogyne spp.</i>	236
Figura 96: Lavoura de café afetada por nematoide, em formato de reboleira (foto: José Roberto Vieira Júnior).	237
Figura 97: Evolução da quantidade de produtores de mudas de café com Certificação Fitossanitária de Origem e de Engenheiros Agrônomos habilitados para a certificação o Estado de Rondônia, desde junho de 2016, início da vigência da Portaria IDARON N° 558/2016 até 2019.....	240
Figura 98: Estrutura de estabelecimentos produtores de mudas de café com Certificação Fitossanitária de Origem.	241
Figura 99: Evolução da quantidade de mudas de café declaradas por produtores.....	242
Figura 100: Quantitativo de mudas de café declaradas por produtores inseridos no processo de Certificação Fitossanitária de Origem para <i>Meloidogyne spp.</i> no Estado de Rondônia, em 2019, divididos por Regional.	243



<i>Figura 101: Principais destinos das mudas de café certificadas produzidas no Estado de Rondônia em 2018 a 2020.....</i>	<i>244</i>
<i>Figura 102: Os destinos das exportações de mudas de café certificadas produzidas no Estado de Rondônia em 2019 para outras Unidades da Federação.....</i>	<i>244</i>
<i>Figura 103: Evolução do quantitativo de ações de fiscalização em viveiros realizadas pela Agência IDARON no Estado de Rondônia do ano de 2016 a 2019.....</i>	<i>245</i>
<i>Figura 104: Registros Fotográficos da viagem a CDA e ao Fundecitrus.....</i>	<i>247</i>
<i>Figura 105: Registro fotográfico do treinamento em vigilância sanitária realizado para equipe atuante do Posto Fixo de Tucandeira.....</i>	<i>248</i>
<i>Figura 106: Reuniões Técnicas as unidades da Regional de Ariquemes e Dia de Campo do Abacaxi.....</i>	<i>249</i>
<i>Figura 107: Registro fotográfico do “Primeiro encontro da cadeia produtiva de florestas plantadas de Rondônia.....</i>	<i>250</i>
<i>Figura 108: Fotos de treinamento realizado sobre a fiscalização e vigilância do trânsito em defesa agropecuária para os servidores dos Postos Fixos Interestaduais abrangendo a Defesa Sanitária Vegetal, a fiscalização de sementes, de mudas e de agrotóxicos.....</i>	<i>257</i>
<i>Figura 109: Área de cultivo de soja (ha) por município no Estado de Rondônia, safra 2018/2019.....</i>	<i>259</i>
<i>Figura 110: Evolução do número de propriedades que cultivam a cultura da soja em Rondônia nas safras 2011/2012 a 2018/2019.....</i>	<i>260</i>
<i>Figura 111: Evolução da área cultivada com a cultura da soja (ha) em Rondônia, safras 2011/2012 a 2018/2019.....</i>	<i>261</i>
<i>Figura 112: Participantes e instrutores do curso em Aperfeiçoamento em levantamento de pragas agrícolas.....</i>	<i>268</i>
<i>Figura 113: O Auditor Fiscal Omar Roberto da Silveira e demais membros da comissão responsável pela atualização da legislação Estadual de Defesa Vegetal.....</i>	<i>269</i>
<i>Figura 114: Resolução nº 2, de 4 de Janeiro de 2018, publicada pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, reconhecendo o Estado de Rondônia como praga ausente de Cancro Cítrico.....</i>	<i>274</i>
<i>Figura 115: Planta com sintomas de cancro cítrico (Xanthomonas citri subsp. citri) detectada pela Agência IDARON em propriedade rural do município de São Francisco do Guaporé-RO.....</i>	<i>275</i>
<i>Figura 116: Erradicação de foco de cancro cítrico (Xanthomonas citri subsp. citri) realizado pela Agência IDARON em propriedade rural do município de São Francisco do Guaporé-RO.....</i>	<i>276</i>
<i>Figura 117: Distribuição geográfica dos locais de levantamento de Cancro cítrico, HLB e ácaro hindu em plantas cítricas.....</i>	<i>277</i>
<i>Figura 118: Distribuição da monilíase do cacauzeiro América Central e Sul.....</i>	<i>282</i>
<i>Figura 119: Inspeção de cacauzeiros durante levantamento de monilíase realizado por servidores da Agência IDARON.....</i>	<i>284</i>
<i>Figura 120: Distribuição geográfica dos locais de levantamento da Monilíase do cacauzeiro realizados no ano de 2019. Cada cor do marcador se refere a uma regional da IDARON.....</i>	<i>284</i>
<i>Figura 121: Indivíduo de mosca-da-carambola (Bactrocera carambolae) realizando a postura em fruto.....</i>	<i>285</i>
<i>Figura 122: Inspeção realizada pelos servidores da IDARON em armadilha tipo Jackson, utilizadas no levantamento de Mosca-da-carambola no Estado de Rondônia.....</i>	<i>286</i>
<i>Figura 123: Distribuição de armadilhas tipo Jackson para levantamento de mosca-da-carambola (Bactrocera carambolae), pela Agência IDARON no Estado de Rondônia.....</i>	<i>287</i>
<i>Figura 124: Fiscalização de produtos vegetais e agrotóxicos – de 2015 a 2019.....</i>	<i>290</i>
<i>Figura 125: Número de horas de fiscalização e Barreiras fixas e volantes – de 2015 a 2019.....</i>	<i>291</i>
<i>Figura 126: Documentos fitossanitários fiscalizados no trânsito – de 2015 a 2019.....</i>	<i>292</i>
<i>Figura 127: Rota de trânsito de produtos vegetais por origem 2019.....</i>	<i>293</i>



Figura 128: Partida de produtos vegetais com maior trânsito em 2019.	294
Figura 129: Produtos vegetais com maior trânsito em (kg) - 2019.	295
Figura 130: Trânsito de produtos agrotóxicos no Estado – 2019.	296
De acordo com os mapas de barreiras de todos os postos fixos e dos mapas das barreiras volantes, verificou-se no geral, aumento da fiscalização do trânsito de produtos agrotóxicos em 2019 em comparação com 2018 (Figura 131). Esses resultados certamente são reflexo do não envio dos relatórios de barreiras por algumas ULSAV's e principalmente por parte de alguns Postos Fixos, principalmente aqueles que detêm maior trânsito de veículos como o do Portal da Amazônia, fronteira com Mato Grosso, Posto Fixo da Tucandeira, na fronteira com o Acre e o Posto Fixo do km 130, na fronteira com o Amazonas.	296
Figura 132: Diagnóstico dos relatórios de barreiras fixas e volantes de 2019.	297
Figura 133: Execução da Dotação Orçamentária (2019).	33
Figura 134: Dotação Versus Saldo Orçamentário (2017-2019).	33
Figura 135: Evolução da Execução da Despesa (2017-2019).	34
Figura 136: Execução da Despesa.	37
Figura 137: Receita Orçamentaria Realizada Por Categoria Econômica/Origem (2017-2019).	38
Figura 138: Receita orçamentaria Arrecadada Versus a Receita Prevista (2017-2019).	40
Figura 139: Receita Sob o Enfoque Orçamentário (2017-2019).	40
Figura 140: Receita Sob o Enfoque Patrimonial (2017-2019).	42
Figura 141: Execução Orçamentária em 2019.	43
Figura 142: Execução de Restos a Pagar 2019.	45

Quadros

Quadro 1: Divisão dos setores 2019, com os respectivos telefones.	7
Quadro 2: Distribuição Espacial de Servidores.	13
Quadro 3: Remuneração dos Servidores da IDARON-Início de Carreira.	15
Quadro 4: FOPAG e Auxílio IDARON-2019.	16
Quadro 5: Comitê Estratégico do PPA 2016-2019.	25
Quadro 6: Composição do Comitê Tático da IDARON.	25
Quadro 7: Execução orçamentária IDARON acumulada até o 3º Quadrimestre 2019.	30
Quadro 8: Índices de Execução Orçamentária –IDARON/2019.	31
Quadro 9: Despesas em destaque (3.3.90.30).	38
Quadro 10: Pagamentos de Passagens - Série Histórica.	38
Quadro 11: Pagamentos de Aluguéis - Série Histórica.	39
Quadro 12: Pagamentos de Pessoas Jurídicas - Série Histórica.	40
Quadro 13: Principais Características do SISMAT.	53
Quadro 14: Principais Características do SISPAT.	59
Quadro 15: Bens Permanentes incorporados ao Patrimônio da IDARON 2019.	60
Quadro 16: Bens Baixados-Patrimônio IDARON.	61
Quadro 17: Bens Incorporados ao Patrimônio-FESA 2019.	62
Quadro 18: Incorporações e Baixas Patrimoniais - FESA 2019.	65
Quadro 19: Demonstrativo da Tabela de Temporalidade.	66
Quadro 20: Relação de Processos Cadastrados e Enviados a Inscritos na Dívida Ativa – 2019.	70
Quadro 21: Processos analisados no exercício de 2019/IDARON.	85
Quadro 22: Processos analisados no exercício de 2019/FESA.	87
Quadro 23: Processos Suprimento de Fundos.	88



<i>Quadro 24: Comparativo Das Quantidades De Análises De Processos Da IDARON nos Exercícios 2017, 2018 E 2019.....</i>	<i>90</i>
<i>Quadro 25: Relação dos Principais materiais e equipamentos disponibilizados pela Agência IDARON no apoio aos ciclos de vacinação.</i>	<i>95</i>
<i>Quadro 26: Vacinações realizadas pela IDARON durante os ciclos de vacinação na Bolívia no período de 2006 a 2017.....</i>	<i>97</i>
<i>Quadro 27: Evolução da quantidade de Analistas de Cadastros – AC, 2015 e 2019.</i>	<i>104</i>
<i>Quadro 28: Resultados gerais da produção leiteira em Rondônia, no ano de 2019.....</i>	<i>109</i>
<i>Quadro 29: Relação de material: brindes e material gráfico.....</i>	<i>112</i>
<i>Quadro 30: Relação das principais capacitações disponibilizadas aos servidores da Agência IDARON (2019).</i>	<i>115</i>
Quadro 31: Dados pecuários do Estado de Rondônia referentes às campanhas realizadas no período de 15 de outubro a 15 de novembro dos anos de 2015 a 2019.....	121
Quadro 32: Distribuição percentual do rebanho bovino por propriedade, no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2018.	121
Quadro 33: Evolução quantitativa dos rebanhos no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2019.....	122
Quadro 34: Demonstrativo do padrão fundiário das propriedades rurais com bovinos no Estado de Rondônia (2011 a 2019).....	123
<i>Quadro 35: Animais susceptíveis a febre aftosa, inspecionados nas barreiras volantes e nos postos fixos da Agência IDARON, no período de 2011 a 2019.</i>	<i>128</i>
<i>Quadro 36: Animais susceptíveis a febre aftosa inspecionados nas barreiras volantes e nos postos fixos da Agência IDARON, no ano de 2019.....</i>	<i>128</i>
<i>Quadro 37: Espécies susceptíveis a febres aftosas fiscalizadas durante fiscalizações fluviais no ano de 2019.....</i>	<i>129</i>
<i>Quadro 38: Apreensões e destruições de animais, produtos e subprodutos no período de 2010 a 2019.....</i>	<i>129</i>
<i>Quadro 39: Quantidade de CIAs emitidas, por postos de fiscalização (2018 e 2019).....</i>	<i>132</i>
<i>Quadro 40: Quantidade de Rastreamento de Cargas emitidos, por postos de fiscalização (2018 e 2019).....</i>	<i>133</i>
Quadro 41: Eventos fiscalizados e animais inspecionados em eventos agropecuários em Rondônia no período de 2012 a 2018.	134
Quadro 42: Estabelecimentos de revenda agropecuária, fiscalizações realizadas nesses estabelecimentos, vacinas recebidas e doses de vacina apreendidas e inutilizadas no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2019.	136
<i>Quadro 43: Quantidade de Cursos realizados e de Médicos Veterinários capacitados no período de 2003 a 2019.....</i>	<i>160</i>
<i>Quadro 44: Médicos Veterinários habilitados atuantes de 2004 a 2019.</i>	<i>161</i>
<i>Quadro 45: Doses de Antígenos (brucelose) e Alérgenos (tuberculose) comercializados no Estado, no período de 2004 a 2019.....</i>	<i>163</i>
<i>Quadro 46: Quantitativo das ações realizadas pela IDARON no saneamento de foco e perifoco no estado de Rondônia no ano de 2019.</i>	<i>168</i>
<i>Quadro 47: Emissão de GTA pela IDARON por espécie e tipo de trânsito no ano de 2019....</i>	<i>174</i>
<i>Quadro 48: Dados da suinocultura em Rondônia no ano de 2019.....</i>	<i>175</i>
<i>Quadro 49: Coletas de amostras dos monitoramentos soroepidemiológicos para PSC em criatórios de suínos no Estado de Rondônia, de 2011, 2012, 2014, 2016 e 2019.....</i>	<i>177</i>
<i>Quadro 50: Coletas de amostras dos monitoramentos sorológicos semestral para PSC em granjas de suínos de ciclo completo no Estado de Rondônia (2011 a 2019).....</i>	<i>178</i>
<i>Quadro 51: Visitas de vigilância ativa em propriedades com suínos no Estado de Rondônia (2012 a 2018).....</i>	<i>178</i>
Quadro 52: Demonstrativo do número de monitoramentos de abrigos de morcegos hematófagos realizados nos anos de 2004 a 2019 no Estado de Rondônia.	183



Quadro 53: Demonstrativo do número de <i>Desmodus rotundus</i> capturados e tratados com pasta vampiricida nos anos de 2004 a 2019 no Estado de Rondônia.	183
Quadro 54: Amostras encaminhadas para diagnóstico de BSE no período de 2003 a 2019, no Estado de Rondônia.	184
Quadro 55: Demonstrativo do número de fiscalizações de alimentos de ruminantes realizadas em propriedades rurais de Rondônia de 2005 a 2019.	185
Quadro 56: Demonstrativo do número de vistorias técnicas de bovinos importados realizadas em propriedades rurais de Rondônia de 2010 a 2019.	186
Quadro 57: Ocorrências sanitárias por síndromes e regional no ano de 2019.	189
Quadro 58: Registro de Notificações por origem e regional, em 2019.	192
Quadro 59: Ocorrências sanitárias por Síndromes nos anos de 2005 a 2019.	193
Quadro 60: Relação Localidade/Número de vagas para Médicos Veterinários do processo seletivo 2019.	206
Quadro 61: Relação de estabelecimentos registrados no SIE/RO.	210
Quadro 62: Produtos inspecionados pelo SIE no período de 2004 a 2019.	210
Quadro 63: Produção Cárneos Inspecionados em Fábricas de Produtores Cárneos no período de 2005 a 2019.	211
Quadro 64: Produtos Cárneos Inspecionados no período 2019 (Nova Classificação).	211
Quadro 65: Produtos Fatiados Inspecionados pelo SIE no período de 2017.	212
Quadro 1: Relação de treinamentos promovidos pela GIDSV-IDARON.	53

Tabelas

Tabela 1: Quadro de Pessoal da IDARON.	11
Tabela 2: Cargos em Comissão transformados em Função Gratificada.	13
Tabela 3: Exonerações Pré e Pós PCCR e Média das Exonerações.	18
Tabela 4: Saldo de empenho de diárias por PA'S.	33
Tabela 5: Demonstrativo de Diárias Pagas-2018.	33
Tabela 6: Demonstrativo de Diárias Pagas 2019.	34
Tabela 7: Tipos de Diárias Concedidas e Valores.	34
Tabela 8: Nova redação sobre concessão de diárias, Decreto 22.086, de 04 de julho de 2017. 35	
Tabela 9: Nova redação correção ao novo valor de diárias nas atividades de fronteira territorial - Decreto 22.427, de 27 de novembro de 2017.	36
Tabela 10: Recomendações da Comissão de Inventário 2018.	43
Tabela 11: Relação das Análises Processuais na Julgadoria – 2019.	70
Tabela 12: Relação de trâmites processuais SEI-RO no período de (01/01/2019 – 31/12/2019) na Julgadoria – 2019.	71
Tabela 13: Demonstrativo de Equipamentos de Informática.	80
Tabela 14: Série histórica das emissões de GTA'S.	82
Tabela 15: Total de animais examinados, positivos, propriedades foco e percentual de animais positivos, a partir de exames realizados para fins de trânsito no Estado de Rondônia no período de 2003-2019.	166
Tabela 16: População avícola comercial e de subsistência do Estado de Rondônia/2019.	171
Tabela 17: Dados da exploração avícola rondoniense/2019.	173
Tabela 18: Atendimentos a notificações de suspeita de enfermidades Infectocontagiosas em Aves no Estado de Rondônia /2019.	173
Tabela 19: Ocorrências sanitárias por síndromes no ano de 2019.	190
Tabela 20: Ações de cadastramento e fiscalização em estabelecimentos produtores e comerciantes de mudas realizados em 2017, 2018 e 2019.	235



Relatório de Gestão - IDARON 2019

<i>Tabela 21: Ações de cadastramento e fiscalização em estabelecimentos comerciantes de sementes realizados em 2019.</i>	252
<i>Tabela 22: Propriedades produtoras de soja safrinha, nº de amostras coletadas e resultado de levantamento de presença da ferrugem asiática da soja.</i>	261
<i>Tabela 23: Número de propriedades cadastradas, área de cultivo, fiscalizações realizadas, notificações e autuações realizadas pela Agência IDARON por regional.</i>	264
<i>Tabela 24: Amostras de material vegetal analisadas em laboratório, através de coletas realizadas pela Agência IDARON, no ano de 2019.</i>	270
<i>Tabela 25: Levantamentos programados e realizados por regional, em propriedades com plantio de cacau e/ou cupuaçu e coleta de amostras de material vegetal em planta com ocorrência de sintoma de praga suspeito, no ano de 2019.</i>	283
<i>Tabela 26: Número de armadilhas e inspeções realizadas por município de Rondônia pela Agência IDARON.</i>	288
<i>Tabela 27: Ações de educação sanitária desenvolvidas pela Agência IDARON no ano de 2019, classificadas por tema abordado e metodologia utilizada na realização.</i>	289
<i>Tabela 28: Execução da Despesa Orçamentária (2017-2019).</i>	34
<i>Tabela 29: Demonstrativo Da Composição Da Despesa Orçamentária Executada, em 2019.</i>	35
<i>Tabela 30: Análise Comparativa da Despesa Executada com a Autorizada, Por Grupo (2018-2019).</i>	36
<i>Tabela 31: Execução da Despesa Orçamentária: Empenho, Liquidação e Pagamento (2017-2019).</i>	36
<i>Tabela 32: Receita Orçamentária Realizada Por Categoria Econômica/Origem (2017-2019).</i>	37
<i>Tabela 33: Receita Orçamentária Arrecadada Versus a Receita Prevista (2017-2019).</i>	39
<i>Tabela 34: Receita Sob o Enfoque Orçamentário (2017-2019).</i>	40
<i>Tabela 35: Receita Sob o Enfoque Patrimonial (2017-2019).</i>	41
<i>Tabela 36: Execução Orçamentária em 2019.</i>	42
<i>Tabela 37: Execução de Restos a Pagar 2019.</i>	44
<i>Tabela 38: Superávit Financeiro 2018-2019.</i>	45



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Encerrado mais um ano de trabalho, cumpro o dever legal de apresentar o Relatório de Atividades do exercício de 2019 da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO.

Ao mesmo tempo, cumprimento os servidores da Autarquia e das diversas instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como os parceiros que, direta ou indiretamente, contribuíram para concretizar a missão precípua desta Agência.

Vale salientar que 2019 foi um ano de desafios e de muitas conquistas. O presente Relatório afere os principais resultados alcançados pela Agência no exercício findo, no que concerne à gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

Todas as informações que compõe este instrumento foram obtidas através dos dados das atividades desenvolvidas, minuciosamente consolidados pela equipe técnica da Agência, visando conferir transparência sobre os resultados das aplicações dos recursos públicos e o cumprimento das metas estabelecidas para garantir a sanidade do rebanho rondoniense e a saúde dos vegetais e demais alimentos, permitindo a abertura de mercado nacional e internacional dos produtos agropecuários de Rondônia.

Dentre as conquistas, destaque para o status alcançado pelo estado de Rondônia, de região com capacidade para suspender a vacina contra a Febre Aftosa, reconhecimento esse que, economicamente, é um grande salto para a região, visto a ampliação do legue de potenciais consumidores da carne bovina produzida no estado.

Dentre outras, são essas as informações com o nível de detalhamento que serão apresentadas no Relatório de Atividades desta Autarquia, referente ao exercício de 2019.

Porto Velho, março de 2020.

Júlio Cesar Rocha Peres
Presidente da IDARON



1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão tem como finalidade demonstrar a sociedade, integralmente, sobre os resultados alcançados, pautando-se na eficiência, eficácia e efetividade da gestão do órgão e constitui-se numa peça fundamental na composição do processo de prestação de contas da Agência. Sua elaboração baseia-se nas determinações dos órgãos de controle interno e externo e traduz, a cada exercício, as realizações desta Autarquia, focando, principalmente, a gestão e o desempenho para assegurar à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos agrotóxicos e seu uso nas plantações, a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, conferindo-lhes um selo institucional de qualidade.

Neste contexto e considerando a dimensão da atuação da IDARON no cenário do agronegócio rondoniense, um documento desse porte, apresentando as atividades da Autarquia, retrata, de certo modo, os rumos da política setorial.

O presente documento está estruturado em capítulos e seções e o critério de organização dos assuntos levou em consideração o aspecto de que todas as atividades desenvolvidas se voltam para os resultados da Instituição.



2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

2.1.1. Objetivos Gerais

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, criada pela Lei Complementar nº 211, de 15/12/98, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 19/07/99, é uma autarquia com personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

Tem por objetivos formais as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização, padronização, identificação e a classificação dos produtos e subprodutos de origem vegetal, florestal e animal, cabendo-lhe especificamente:

- Desenvolver estudos no campo da defesa agrosilvopastoril e da preservação dos recursos naturais renováveis, de maneira a subsidiar o planejamento destas áreas, em consonância com as diretrizes das políticas governamentais para o setor agropecuário;
- Implantar e manter sistema de informações, referente à defesa agropecuária e a preservação dos recursos naturais renováveis, no âmbito do Estado;
- Programar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de defesa agrosilvopastoril e da educação sanitária;
- Executar as atividades de profilaxia e combate às doenças de animais e as pragas de vegetais, dando prioridade àquelas que causam maiores prejuízos à economia estadual;
- Executar as medidas recomendadas à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, flora, fauna, solo e água;
- Fiscalizar o trânsito intra e interestadual de animais e produtos derivados e de vegetais, partes de vegetais e seus subprodutos, a fim de evitar a disseminação de doenças e pragas;
- Executar as atividades relativas à inspeção, fiscalização, padronização e classificação de produtos vegetais, os seus subprodutos e resíduos de valor econômico;



- Exercer a inspeção e a fiscalização da qualidade dos insumos utilizados nas atividades agrosilvopastoril, quando delegadas;
- Proceder à identificação e classificação dos produtos florestais;
- Exercer as atividades laboratoriais de apoio às ações de defesa sanitária animal e vegetal, de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários e de insumos, nas atividades agrosilvopastoris;
- Promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários à implementação das atividades da IDARON; e,
- Exercer a fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário e dos agrotóxicos, quando delegadas.

Visa ainda promover e gerenciar pela conformidade e qualidade dos produtos agropecuários, em diversas fases de suas cadeias de produção, atuando preventivamente na defesa sanitária animal e vegetal, desde a fase de produção, até a certificação e manutenção de áreas livres de pragas e doenças e seu reconhecimento pelos mercados consumidores, preservando o nível de emprego e renda da produção agropecuária como fator de desenvolvimento sustentável.

2.1.2. Funcionamento Estrutural

A IDARON tem sede em Porto Velho (RO), na Avenida Farquar, 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Curvo II- Rio Cautário - 5º andar, Bairro Pedrinhas, CEP 76801-478 e jurisdição em todo o Estado. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (69) 3216-5118 ou pelo fax (69)3229-6707 e, ainda, pelo sítio eletrônico <http://www.idaron.ro.gov.br>.

2.1.3. Legislação

A legislação que instrumentaliza a Agência, de forma a garantir a legalidade de suas ações está relacionada abaixo:

- Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999 - cria a Agência Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON; (1)



- Decreto nº 8.866, de 27 de setembro de 1999 - regulamenta o Estatuto da Agência IDARON; (2)
- Decreto nº 8.968, de 31 de janeiro de 2000 - dispõe sobre a estrutura básica e estabelece as competências da Agência IDARON; (3)
- Lei nº 888, de 21 de março de 2000 - dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal, regulamentada através do Decreto nº 9.807 de 07 de janeiro de 2002; (4)
- Lei nº 887, de 21 de março de 2000 - dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal, regulamentada através do Decreto nº 9.223 de 27 de setembro de 2000; (5)
- Lei nº 982, de 06 de junho de 2001 - dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal, regulamentada através do Decreto nº 9.735, de 03 de dezembro de 2001; (6)
- Lei nº 1.195, de 03 de abril de 2003 - altera, acrescenta e suprime dispositivos da Lei nº 982, de 6 de junho de 2001; (7)
- Lei nº 1.367, de 26 de julho de 2004 - altera o art. 16 da Lei nº 982, de 06 de junho de 2001; (8)
- Lei nº 1.841, de 28 de dezembro de 2007 - dispõe sobre a produção, comercialização, transporte, armazenamento e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins, regulamentada pelo Decreto nº 13.563, de 14 de abril de 2008. (9)
- Lei nº 1.838, de 28 de dezembro de 2007 - dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 888 de 21 de março de 2000, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal no Estado de Rondônia. (10)
- Lei Complementar nº 405, de 28 de dezembro 2007 - cria 15 (quinze) Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV's, e 10 (dez) Postos Fixos, da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON; (11)
- Decreto nº 13.623, de 21 de maio de 2008 - cria o Conselho Estadual de Agrotóxico (CEA); (12)



- Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012; - dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos servidores da Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. (13)
- Lei nº 733, de 10 de outubro de 2013 – dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora e funde órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências; (14)
- Portaria nº 239/2015-IDARON/GAB-PR - cria dez Supervisões Regionais da Defesa Agropecuária. (15)
- Lei nº 4.109, de 17 de julho de 2017 – dispõe sobre a contratação de servidores por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON
- Lei nº 4.130, de 4 de setembro de 2017 – dispõe sobre o serviço de Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos e subprodutos de origem animal no Estado de Rondônia, dá outras providências; (14)
- Lei nº 4.210, de 14 de dezembro de 2017 – acrescenta, altera e revoga dispositivos do artigo 28 da Lei nº 982, de 6 de junho de 2001.

2.1.4. Estrutura Organizacional Básica

A estrutura encontra-se disposta no art. 7º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, in verbis:

(...)

Art. 7º - A estrutura organizacional básica da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, compreende:

I - Conselho Deliberativo;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva;

IV - Assessorias Técnicas;

V - Supervisores Técnicos, Administrativos e Financeiros;

VI - Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal.

(...)



Figura 1: Organograma IDARON.

Fonte: Lei Complementar nº215 de 19 de julho de 1999.

2.1.5. Estrutura Organizacional Específica

A estrutura específica está disposta no art. 8º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, in verbis:

(...)

Art. 8º - O **Conselho Deliberativo** é um Órgão de Decisão Colegiado, assim composto:

I - Como membros natos:

- a) - Secretário de Estado da Agricultura, na qualidade de Presidente;
- b) - Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON;

II - Como membros convidados:

- a) representante da Federação de Agricultura do Estado de Rondônia - FAERON;
- b) representante da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Rondônia – SFA/RO;
- c) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia - CRMV-RO;
- d) representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRO;



e) representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMÉRCIO;

f) representante da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO;

g) representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia - CREA - RO;

h) representante das Associações de Criadores do Estado de Rondônia;

i) representante do Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia - FEFA.

j) representante da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia - EMATER;

k) representante do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Rondônia.

§ 1º - Cada membro do Conselho Deliberativo terá seu respectivo suplente, indicado pelo representante do respectivo órgão, e nomeado pelo Governador do Estado.

§ 2º - Os membros do Conselho Deliberativo serão substituídos, em suas ausências e impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes.

§ 3º - A estrutura e funcionamento do Conselho Deliberativo constarão do respectivo Regimento, a ser pelo mesmo aprovado e homologado pelo Governo do Estado.

Art. 9º - A participação no Conselho Deliberativo não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

2.1.6. Administração Sistêmica de Execução Programática

A execução programática está prevista no art. 12º da Lei Complementar nº 215, de 17 de julho de 1999, *in verbis*:

(...)

Art. 12 - Compreendem as seguintes Assessorias Técnicas:

I - Assessoria Jurídica;

II - Assessoria Administrativa e de Execução Financeira;

III - Assessoria de Planejamento e Programação Orçamentária;

IV - Assessoria de Inspeção e Defesa Sanitária Animal;

V - Assessoria de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal;

VI - Assessoria de Classificação de Produtos de Origem Vegetal e Identificação de Madeiras.



2.1.7. Rol dos setores

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, apresenta o rol dos setores cede, com os respectivos contatos:

Quadro 1: Divisão dos setores 2019, com os respectivos telefones.

SETOR		TELEFONE
DIRETORIA	Presidência - GAB	(69) 3212 - 8901-8905
	Diretoria Executiva - DIEX	(69) 3212 - 88905
	Coordenadoria Técnica - COTEC	(69) 3212 - 8906
	Coordenadoria Administrativa Financeira - COAF	(69) 3212 - 8923
COTEC	Gerência de Defesa e Sanidade Animal - GDSA	(69)3212-8910/8911/8912/8913/8914
	Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal - GIPOA	(69) 3212 - 8917
	Gerência de Inspeção e Defesa e Sanitária Vegetal - GIDSV	(69) 3212 - 8915/8916
	Educação Sanitária	(69) 9-9267-5783
	O Programa de Cadastro Agropecuário – PCA	(69) 9-9259 0746
COAF	Gerência de Patrimônio, Material e Documentação - GEPAD	(69) 99259-5548/99262-6518/99262-3036
	Gerência de Infraestrutura e Logística - GIEL	(69) 3212 - 8944
	Gerência de Recursos Humanos - GRH	(69) 3212 - 8930
	Gerência de Orçamento e Finanças - GEOF	(69) 3212 - 8925
	Gerência de Compras e Gestão d Contratos - GECC	(69) 3212 - 8924
	Coordenadoria de Planejamento - COPLAN	(69) 3212 - 8933
	Coordenadoria de Contabilidade - CCONT	(69) 3212 - 8933
	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC	(69) 3212 - 8940/8941/8961/8962
GAB	Procuradoria do Estado - PROJUR	(69) 3212 - 8920
	Procuradoria Jurídica - PROJUR	(69) 3212 - 8937
	Coordenadoria de Controle Interno - CCI	(69) 3212 - 8935
	Conselho Julgador	(69) 3212 - 8933
	Corregedoria	(69) 3212 - 8933

Fonte: Carta de Serviços Ao Usuário 2019/IDARON.



Obs. O link abaixo noticia os contatos das demais Unidades Descentralizadas da IDARON – **Escritórios de Atendimento**, em todo estado.
<http://www.idaron.ro.gov.br/index.php/atendimento-w-i-p/>.



3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.1.1. Serviços Oferecidos a Sociedade

Os serviços de sanidade animal e vegetal, oferecidos à sociedade pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, estão disponíveis nas gerências técnicas, em Porto Velho, bem como nas unidades interiorizadas, localizadas em todo o Estado.

A IDARON sede, onde se concentram a Diretoria e as gerências administrativas e técnicas, está localizada na Av. Farquar nº 2986, Complexo do Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º andar, Bairro Pedrinhas, CEP: 76.801-478, com horário de funcionamento das 07:30 às 13:30 h.

As atividades finalísticas, inerentes à inspeção e à defesa sanitária animal e vegetal, se efetivam diretamente em unidades denominadas de: a) Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV; b) Escritório de Atendimento à Comunidade – EAC; c) Supervisões Regionais, d) Postos Fixos de Fiscalização PFF; e) Postos Volantes de Fiscalização - PVF, cujo leque de atuação abrange, simultaneamente, a fiscalização terrestre, fluvial e aérea. Além dessas unidades, consta-se a Fazenda Pau D'óleo, sobre a governabilidade desta IDARON, atuando sobretudo na fiscalização e vigilância de búfalos asselvajados.

A IDARON possui vasta capilaridade, estando presente em 84 unidades administrativas, localizadas em todos os municípios do Estado de Rondônia, conforme relação de unidades de atendimento ao produtor, explicitada neste instrumento. Nessas unidades de atendimento, a sociedade pode constatar a gama de serviços postos à sua disposição, podendo tirar dúvidas, oferecer sugestões e até avaliar a qualidade dos serviços prestados por esta Autarquia. Nas unidades descentralizadas, o horário de funcionamento é das 07:30 às 13:30 h, porém, equipes em regime de plantão estão sempre a postos para atender, a qualquer momento, quando se tratar de notificações de doenças e possível emergência sanitária, como também atividades de barreiras volantes.



3.1.2. Parcerias

A celebração de novos convênios e termos de cooperação técnica, bem como a manutenção dos já firmados, foram de suma importância para a ampliação das ações de defesa sanitária agropecuária iniciado em 2008 e que alguns vem perdurando até o exercício de 2019.

Isto se deve principalmente aos termos e convênio firmados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através dos quais foram disponibilizados diversos equipamentos, bem como a aquisição de materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento das atividades precípuas da IDARON. Relevantes também foram às parcerias com órgãos de defesa sanitária dos estados vizinhos, permitindo o desenvolvimento de ações conjuntas em determinadas áreas de divisas, diminuindo a possibilidade do surgimento de enfermidades e/ou pragas.



4. RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1.1. Gerência de Recursos Humanos-GRH

Compete a Gerência de Recursos Humanos desta Agência, orientar os servidores a fim de viabilizar a execução de direitos e deveres no exercício de suas atribuições nesta autarquia. Compete ainda a este setor, gerenciar os atos da vida funcional de todos os servidores, manter a guarda dessas informações em arquivo permanente, bem como, prestar estas informações, quando oportunas, em trâmite de análise de benefícios requeridos pelos servidores.

A Gerência de Recursos Humanos da Agência tem como principal base legal, para o desenvolvimento de suas atividades, a Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012 e a Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992, bem como, outras leis complementares, portarias e instruções a respeito de recursos humanos.

4.1.2. FORÇAS DE TRABALHO – QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE

A Lei complementar 665/2012, que cria o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR da IDARON traz em seu bojo o quantitativo de 1.731 vagas autorizadas, por categoria funcional, a ser preenchido por pessoal concursado. Ao encerrar o exercício em apreço, 537 dessas vagas foram ocupadas, conforme se observa no quadro de detalhamento seguinte.

Tabela 1: Quadro de Pessoal da IDARON.

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Fiscal Estadual Agropecuário	330	115
Assistente Estadual de Fiscalização	820	294
Procurador Estadual Autárquico	8	4
Analista de Gestão da Defesa Agropecuária	20	0
Analista Especializado de Gestão da Defesa Agropecuária	39	22



Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária	440	80
Auxiliar de Serviço de Defesa Agropecuária	8	3
Assistente Especializado de Gestão da Defesa Agropecuária	74	-
Total	1.739	518

Obs.1: Com o advento da Lei Complementar n. 665, de 21 de maio de 2012, publicado no DOE Nº 1979, de mesma data, as nomenclaturas dos cargos sofreram as seguintes alterações: Fiscal de Defesa Agrosilvopastoril para Fiscal Estadual agropecuário; Técnico administrativo de defesa agrosilvopastoril/Especialidade: Advogado para Procurador Estadual Autárquico; Técnico administrativo de defesa agrosilvopastoril/ Especialidade: Analista de Sistemas para Analista de Tecnologia da Informação/Especialidade: Análise de Sistemas; e Assistente de Administrativo de Defesa Agrosilvopastoril para Assistente de Gestão da Defesa Agropecuária.

Fonte: Gerência de Recursos Humanos, IDARON-2019.

Atualmente, para desenvolver suas atividades, esta Autarquia conta com um quadro de servidores de diferentes status, tais como: servidores concursados, que compõem o quadro de pessoal permanente, contratação temporário de médicos veterinários, servidores de outros órgãos cedidos e removidos para IDARON, servidores em cargos em comissão, estagiários e reeducandos, conforme quadro 2, que explicita a distribuição espacial nas 10 regiões de planejamento do governo estadual.



Quadro 2: Distribuição Espacial de Servidores.

REGIONALIZAÇÃO LC 414/2007	FOLHA DE PAGAMENTO					ESTAGIÁRIOS	REEDUCANDOS	TOTAL
	CONCURSADOS	OUTROS ÓRGÃOS	COMISSIONADOS	EMERGENCIAIS	SUBTOTAL			
I - Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste	133	36	34	2	205	25	9	239
II - Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Cujubim, Campo Novo de RO, Rio Crespo e Monte Negro	44	15	9	2	70	10	3	83
III - Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Vale do Anari e Machadinho	33	14	11	1	59	8	4	71
IV - Ouro Preto D'Oeste, Mirante da Serra, Nova União e Vale do Paraíso	23	6	4	1	34	5	1	40
V - Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Teixeiraópolis, Presidente Médici e Urupá	49	23	8	2	82	3	1	86
VI - Cacoal, Ministro Andreazza, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de RO., São Felipe e Parecis	53	16	5	0	74	0	3	77
VII - Vilhena, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras e Corumbiara	89	14	7	1	115	2	1	118
VIII - Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras e Alta Floresta do Oeste	49	8	14	1	72	4	1	77
IX - São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé e Seringueiras	24	7	3	0	34	3	1	38
X - Guajará Mirim e Nova Mamoré	21	4	0	0	25	0	0	25
TOTAL DE SERVIDORES	518	113	95	10	770	60	24	854

Fonte: Gerência de Recursos Humanos, IDARON- 2019

Tabela 2: Cargos em Comissão transformados em Função Gratificada.

Nome	CDS/FG	Qtd
Presidente da IDARON	CDS-15	01
Diretor Executivo	CDS 14	01
Coordenador Técnico	CDS 12	01



Coordenador de Administração e Finanças	CDS 12	01
Assessor I	CDS 06	03
Assessor Técnico	CDS 05	03
Assessor Técnico II	CDS 03	61
Gerente de Programa	CDS 07	03
Gerente de Defesa Agrossilvopastoril 1	CDS 05	37
Corregedor	CDS 05	01
Controlador Interno	CDS 06	01
Supervisor Técnico, Administrativo e Financeiro	CDS 06	07
Gerente de Defesa Agrossilvopastoril	CDS 02	10
Gerente de Pecuária	CDS 08	01
Assistente Técnico de Produção Pecuária	CDS 06	07
Gerente de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	CDS 07	01
Chefe de Equipe	FG 02	10
Coordenação, Chefia ou Assessoramento 1	FG 03	27
Coordenação, Chefia ou Assessoramento 2	FG 02	30
Coordenação, Chefia ou Assessoramento 3	FG 01	22
Coordenador de Inspeção e Fiscalização Produtos e Subprodutos de Origem Animal	FG 03	04
TOTAL	CDS/139	FG/93

Fonte: Gerência de Recursos Humanos, IDARON- 2019.



Em relação a estagiários remunerados, foi mantido o contrato com a empresa prestadora de serviços CIEE, com 100 (cem) vagas para estágios remunerados, sendo ocupados 20 (vinte) vagas para estudantes de nível superior e 80 (oitenta) vagas para estudantes de nível médio.

Informa-se que no final do ano de 2019, encerramos o ano com apenas 03 (três) estagiários, devido a redução de gastos solicitada pelo Governo de Rondônia.

Finalmente, quanto aos servidores de outros órgãos, autarquias e/ou secretarias dos três entes da federação que estão à disposição da Agência IDARON, encerramos 2019 com servidores.

É necessário ressaltar que de encontro à redução de servidores, verificamos o aumento das atividades e responsabilidades quanto à implantação do PCCR bem como administração de pessoal, o que tornou o atual quadro operacional de 05 servidores na Gerência de Recursos Humanos desta Agência insuficiente para a demanda, o que ocasiona um elevado número de atividades acumuladas, ou quando não, executadas muitas vezes, de forma deficiente.

4.1.3. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos cargos de provimento efetivo da IDARON, atualmente, é composta pelo vencimento básico e Adicional de Desempenho. O quadro 6 explicita a categoria, a escolaridade exigida e a remuneração.

Quadro 3: Remuneração dos Servidores da IDARON-Início de Carreira.

GRUPO	CATEGORIA	ESCOLARIDADE	VENCIMENTO BÁSICO	ADICIONAL DE DESEMPENHO	TOTAL
Grupo Ocupacional de Defesa Agropecuária	Gestão da Defesa Agropecuária	Nível Superior	R\$ 1.111,64	R\$ 8.545,26	R\$ 9.656,90
		Nível Médio	R\$ 719,92	R\$ 1.095,59	R\$ 1.815,51
		Nível Auxiliar	R\$ 661,69	R\$ 657,32	R\$ 1.319,01
	Fiscalização da Defesa Agropecuária	Nível Superior	R\$ 1.111,64	R\$ 8.545,26	R\$ 9.656,90
		Nível Médio-Técnico	R\$ 719,92	R\$ 3.724,89	R\$ 4.444,81

Fonte: Gerência de Recursos Humanos, IDARON-2019.

Em 2013 iniciou-se o processo administrativo interno com vistas a implantar o Adicional de Qualificação Funcional-AQF, criado pela Lei Complementar nº 665/2012. Referido instituto, tem o caráter meritório, na medida em que concede ao servidor que adquirir conhecimentos em cursos de aperfeiçoamento profissional, graduação e pós-



gradação em áreas de interesse desta Autarquia, benefício financeiro pelo seu empenho em buscar atualização sistemática com o fito de contribuir para a eficiência, economicidade e eficácia dos serviços prestados pela IDARON.

Embora já se tenha alguns desses processos de AQF com deferimento da Comissão e homologação da presidência da IDARON, muitos já foram implantados em folha de pagamento.

Também em 2013 foram tomadas outras providências quanto à concessão de outras gratificações advindas do PCCR/2012.

4.1.4. FOLHA DE PAGAMENTO

As rubricas orçamentárias destinadas ao pagamento da força de trabalho da IDARON (salários + auxílios) foram projetadas e liberadas, pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, num montante de R\$ 60.3 milhões. Esse quantum se mostrou deficitário, já em seu nascedouro, o que ensejou, para se fechar o exercício, uma suplementação orçamentária na ordem de R\$ 1.1 milhões. O dispêndio total com pessoal atingiu a cifra de R\$ 61.4 milhões. O quadro 4 abaixo, espelha, detalhadamente, a movimentação orçamentária das rubricas acima aventadas.

Quadro 4: FOPAG e Auxílio IDARON-2019.

PA	ED	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	AJUSTE ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	
2234	Benefício Previdenciário	3.1.90.05	10.000,00	-	10.000,00	4.395,20
	Despesas Fixas	3.1.90.11	59.790.000,00	1.390.802,50	61.180.802,59	61.178.105,59
	Obrigações Patronais	3.1.90.13	731.000,00	200.000,00	931.000,00	822.675,86
	Despesas Variáveis	3.1.90.16	30.000,00	-	30.000,00	21.060,78
	Sentenças Judiciais (RPV e Precatórios)	3.1.90.91	1.920.212,00	341.405,08	2.090.914,54	2.051.657,50
	Despesas de Outros Exercícios	3.1.90.92	117.000,00	-	117.000,00	-
	Indenização e Restituição	3.1.90.94	20.000,00	20.000,00	20.000,00	-



	Contr. Patronal	3.1.91.13	5.712.000,00	1.997.000,00	7.409.000,00	7.353.289,40
	TOTAL		68.330.212,00	3.949.207,58	71.788.717,00	71.431.184,33
2091	Alimentação	3.3.90.46	3.075.000,00	-152.600,00	2.930.200,00	2.909.425,78
	Transporte	3.3.90.49	615.000,00	104.000,00	719.000,00	715.341,52
	Saúde	3.3.90.93	810.000,00	-4.000,00	806.000,00	787.523,33
	TOTAL		4.500.000,00	-52.600,00	4.455.200,00	4.412.290,63

Obs.1: Quadro construído conforme QDD/LOA/2019.

Obs.2: As alterações orçamentárias, concernentes à FOPAG, são realizadas, exclusivamente, pela SEPOG.

Fonte: Coordenadoria de Planejamento – COPLAN – 2019.

Uma análise mensal do comportamento financeiro da FOPAG ao longo do exercício de 2019, percebe-se alguns picos nos meses pós-campanha de vacinação (maio, novembro), época que concentra o maior número de servidores em férias.

4.1.5. EXONERAÇÕES

O advento da Lei Complementar nº 665, de 21/05/2012, que instituiu o atual Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCR, trouxe avanços significativos para esta Autarquia, haja vista ter estancado a sangria das exonerações contínuas, cuja média, nos últimos 18 meses anteriores à implantação do PCCR, atingiram 29 exonerações. Após a implantação do aludido Plano, a média dos desligamentos aumentou para 25, conforme descrição abaixo.



Tabela 3: Exonerações Pré e Pós PCCR e Média das Exonerações.

EXERCÍCIO DE:	EXONERAÇÕES:	MÉDIA:
2011	34	-
2012 PRÉ-PCCR	25	-
2012 PÓS-PCCR	06	06
2013	17	17
2014	05	05
2015	32	32
2016	33	33
2017	61	61
2018	49	49
2019	13	13
TOTAL	226	226/8 = 28

Fonte: Gerência de Recursos Humanos, IDARON-2019.

1 Portaria N° 398/2012-IDARON/GAB-PR, publicado no DOE n° 2.131 de 28 de dezembro de 2012, regulamentou o AQF, enquanto a Portaria N°398/2012-IDARON/GAB-PR, publicada no DOE n°2.131 de 08/01/2013 nomeou a Comissão interna de servidores que deveriam conduzir os processos internos.



4.1.6. Setor de Transportes

O Setor de Transporte da IDARON tem como função manter o controle de toda a infraestrutura de veículos no que se refere à localização, manutenção preventiva e corretiva, e combustível.

Em função da vasta capilaridade das ações de inspeção e defesa sanitária, agropecuária, desenvolvidas pela IDARON, a logística de transporte (terrestre, fluvial e aérea) se reveste da mais alta importância, pois, muitas das vezes, a plenitude das ações de cunho finalístico depende diretamente da eficácia da Gerência do setor de transporte.

4.1.7. COMPOSIÇÃO DA FROTA

A frota de veículos terrestre é composta por várias marcas: Honda, Yamaha, Mitsubishi, Toyota, Nissan, Volkswagen, Renault, Peugeot, Ford e Fiat, com o aprimoramento das informações (maior controle informatizado de gastos), poderá se extrair, já no médio prazo, dados estatísticos confiáveis, que servirão de base para a construção de um Plano Diretor para a área de transporte.

Atualmente a infraestrutura modal (ativa) da frota da IDARON, é composta por 589 bens distribuídos assim: 100 veículos do tipo leve; 212 veículos médios, 4 quadriciclos, 2 veículos pesados, 01 trator agrícola, 134 motocicletas, 13 trailers, 37 barcos, lanchas e botes, 33 carretas semirreboque, 41 motores de popa, 04 embarcações de grande porte (fiscalização fluvial) e 1 Aeronave Ultraleve Anfíbia.

Salientamos que o referido quantitativo apresentado poderá ser alterado, tendo em vista, a problemática apresentada em alguns bens que já se encontram em estado crítico, considerados (inservíveis), destinados para baixa, considerando seu elevado tempo de uso, devendo obedecer a Instrução Normativa nº001/GAB/SUGESP/2015.

A logística de transporte nas ações de defesa agropecuária abrange a totalidade da área do Estado de Rondônia, em seus 237.576 Km², incluindo as divisas com os Estados do Amazonas e Mato Grosso, prestando o devido apoio às 53 (cinquenta e três) Unidades de Atenção Veterinária, 31 (trinta e dois) Escritórios de Atendimento ao Produtor, 09 (dez) Postos Fixos de Fiscalização e 04 (quatro) Postos fluviais de Fiscalização. O apoio do setor de transporte abrange ainda os 1.444 km de fronteira com a República da Bolívia, onde a IDARON expande suas tendas, adentrando,



em algumas localidades, em até 40 km em território estrangeiro para apoiar a vacinação do rebanho boliviano, com vistas a melhor proteger o rebanho nacional.

A existência de uma frota diversificada se justifica diante da especificidade das atividades do Órgão, aliada à diversidade de acesso a determinados locais de trabalho da área finalística, o que enseja a pronta disponibilidade de meios de locomoção apropriada. Ou seja: para cada atividade de vigilância sanitária, utiliza-se, dentro do possível, veículo com características técnicas que proporcione o melhor desempenho daquela atividade-fim.

Dessa forma, ao se integrar, simplesmente, com as gerências técnicas, a logística de transporte se reveste de relevante importância, pois se torna participante ativa na garantia da eficaz política de defesa agropecuária estadual.

Desde sua criação, existe a preocupação de um contínuo redimensionando da frota, quer sejam através de substituições ou ampliações de sua estrutura, com vistas a ter sempre veículos em plenas condições de funcionamento nas quantidades necessárias.

Deve-se ressaltar que ao longo desses anos o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA foi o principal financiador das aquisições de veículos em geral, firmando com a IDARON em diversos convênios. Salientamos ainda, a aquisição de novos veículos adquiridos através do Fundo Estadual de Sanidade Animal – FESA, sendo que no ano de 2019 foram adquiridos 42 veículos de médio porte e 29 veículos leves.

Sob a responsabilidade da Gerência de transporte, estão ainda alguns equipamentos os quais necessitam de suporte e apoio de manutenção e abastecimento, onde destacamos 5 Grupos geradores e motor estacionário.

Ressaltamos que a diversificação da frota é ampla, porém muitos veículos foram substituídos em 2019, onde foi reduzido elevadamente os veículos em situações precárias, em contra partida houve aumento nos gastos com combustível e manutenção devido a retirada da vacina contra a febre aftosa. Informamos ainda, que foi realizado o leilão de 108 itens, na data de 28 de novembro de 2019, às 08h00min horas, conforme processo **0015.367724/2018-17**, sendo arrecadado o valor de **140.150,00** (cento e quarenta mil e cento e cinquenta reais).

A IDARON, em face das características de suas atividades serem de caráter sistemático e contínuo, requer, da logística de transportes, uma presença a priori e concomitante, em todas localidades do Estado de RO.



No tocante ao abastecimento de combustíveis, é realizado através de sistema de gerenciamento, operado com cartão eletrônico magnético junto à rede de postos credenciados pela empresa “*Gool Card Ticket Log*”.

No que concerne aos serviços de manutenção, preventiva e corretiva da frota de veículos embarcações e maquinários, o contrato com o mesmo objeto junto a empresa “*Gool Card Ticket Log*”, operacionalizado através de sistema eletrônico de autogestão em rede de estabelecimentos credenciados (oficinas).

Salientamos que são 2 (dois) contratos (manutenção e abastecimento) que foram celebrados entre Governo do Estado e empresa **TICKET LOG**, e rigorosamente fiscalizados e controlados pela Superintendência de Gestão de Gastos Públicos Administrativos – **SUGESP**.

Com essas novas ferramentas de gestão, abre-se a possibilidade para um alto controle e geração de diversos relatórios gerenciais, com maior precisão e rapidez, auxiliando, sobretudo, na tomada de decisão em assuntos relacionados à logística de transporte da IDARON.

4.1.8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA SETOR DE TRANSPORTE

Na estrutura de custo da Agência, dentre os itens de dispêndios (outros custeios), que compõem as despesas da área administrativa, a logística de transporte assume a primazia, movimentando uma expressiva cifra no ano de 2019 com manutenção, combustível e taxas, o valor de mais de R\$ 2.000.000,00.

As planilhas demonstram os comportamentos dos dispêndios com a logística de transporte (abastecimento de combustíveis, serviços de manutenção com troca de peças e serviços e taxas) no exercício de 2019. Nota-se que os gastos, apresentam picos justamente nos períodos de campanha de vacinação contra Febre Aftosa que ocorre 2 (duas) vezes por anos.

4.1.9. RENOVAÇÃO DA FROTA

É importante informar que durante o exercício de 2019, foram adquiridos 42 (quarenta e duas) veículos tipos camionetes modelo Hilux, 29 veículos leves, tipo montana, 4 quadriciclos, 5 barcos em alumínio, 5 motores de popa 90HP, 5 carretas reboque, através do convênio com Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA, com tudo, tal aquisição não teve por finalidade ampliar a



frota, e sim, em substituir com intuito em renovar, considerando que vários veículos já apresentam uma problemática crônica, tendo em vista seus elevados tempo de uso, necessitando a substituição, de modo a garantir com eficiência e eficácia no apoio das ações inerentes a esta IDARON.

4.1.10. Coordenadoria de Planejamento-COPLAN

Tem como finalidade precípua apoiar as áreas administrativa e técnica da IDARON, no planejamento de curto, médio e longo prazos, bem como fazer o acompanhamento da execução física e financeira das ações, através de monitoramentos quadrimestrais, e a avaliação anual dos indicadores de resultado do Programa de Defesa Agropecuária.

A estrutura orçamentária da IDARON no Plano Plurianual - PPA 2016-2019 está composta por um único programa, que abriga sete ações, voltadas para a manutenção e fortalecimento da Defesa Agropecuária no Estado de Rondônia, conforme figura da estrutura programática, descrita a seguir.

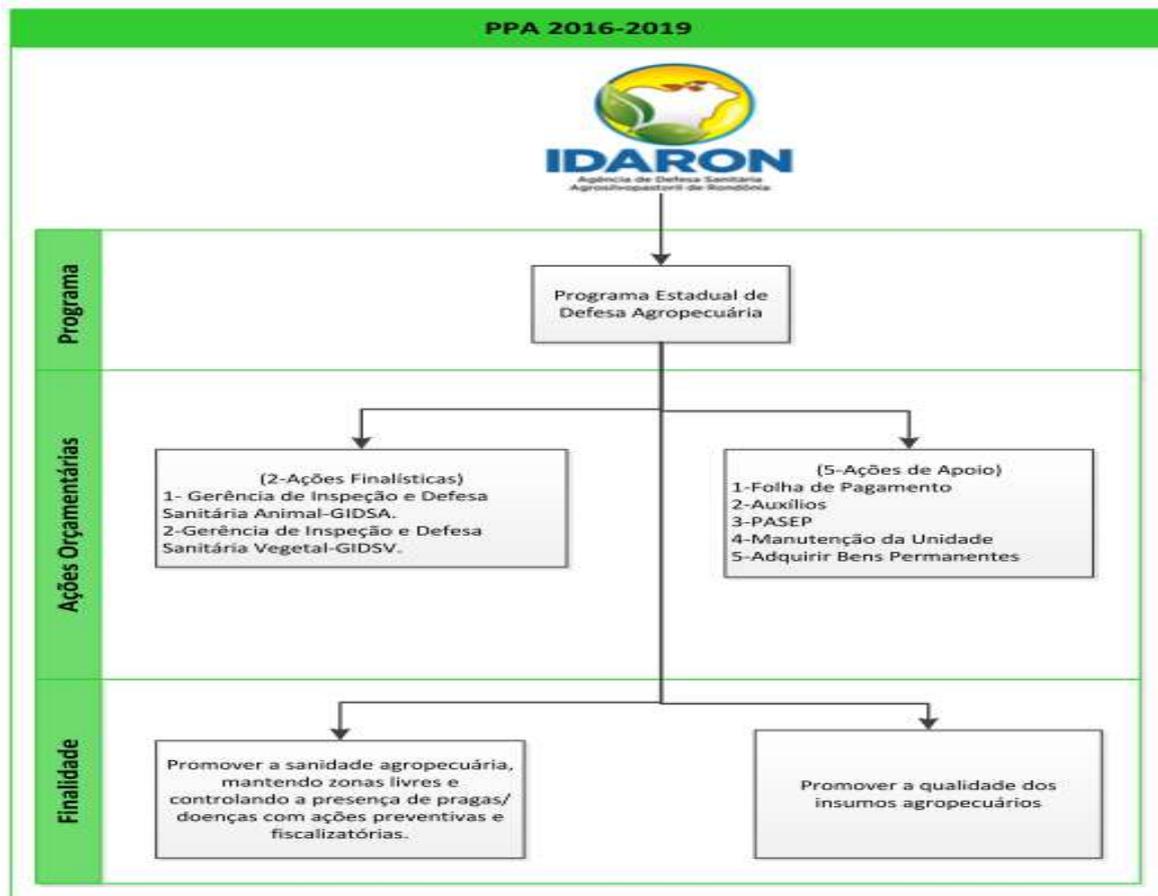


Figura 2: Estrutura Programática e de Ações PPA 2016-2019.



Fonte: Coordenadoria de Planejamento-IDARON 2018.

Para garantir que o PPA da IDARON, cumpra sua missão institucional: controlar e manter áreas livres de doenças e pragas agropecuárias, controlar a comercialização e uso de Agrotóxicos, faz-se necessário monitorar quadrimestralmente suas ações e, avaliar anualmente seus indicadores do programa. O monitoramento e a avaliação ocorrem por meio das informações coletadas nos setores internos e registradas no Sistema de Planejamento Governamental - SIPLAG, software gerido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

O produto das atividades desenvolvidas pela área técnica, através da Gerência de Defesa Sanitária Animal – GDSA, Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV, e Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal – GIPOA, se mensura quadrimestralmente por meio de uma cesta de índices, as principais ações finalísticas desenvolvidas pela IDARON, nas dimensões de vigilância, fiscalização e inspeção, cuja programação alcança as dez (10) unidades regionais de planejamento, preconizada pela Lei complementar nº 414/2007.

No processo de definição da metodologia a ser utilizada no monitoramento das ações finalísticas, seguiu-se as fases, abaixo explicitadas, com a devida aquiescência da área técnica:

1. Primeira fase: identificação das principais atividades passíveis de serem programadas, que já estão estabelecidas para as Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal-ULSAVs.
2. Segunda fase: categorização das atividades desenvolvidas dentro das dimensões de vigilância, fiscalização, inspeção e gestão, conforme exemplo da figura 03.





Figura 3: Classificação das atividades a serem monitoradas - por dimensões.

Fonte: Coordenadoria de Planejamento-IDARON 2018.

3. Terceira fase: Fixação de metas anuais a serem cumpridas nas atividades catalogadas do item anterior, com o correspondente monitoramento, pelos gerentes da área técnica.
4. Quarta fase: Validação das metas pelas Gerências Técnicas (GIDSA e GIDSV) e atribuição de pesos de importância para cada dimensão, conforme exemplo da figura 04.

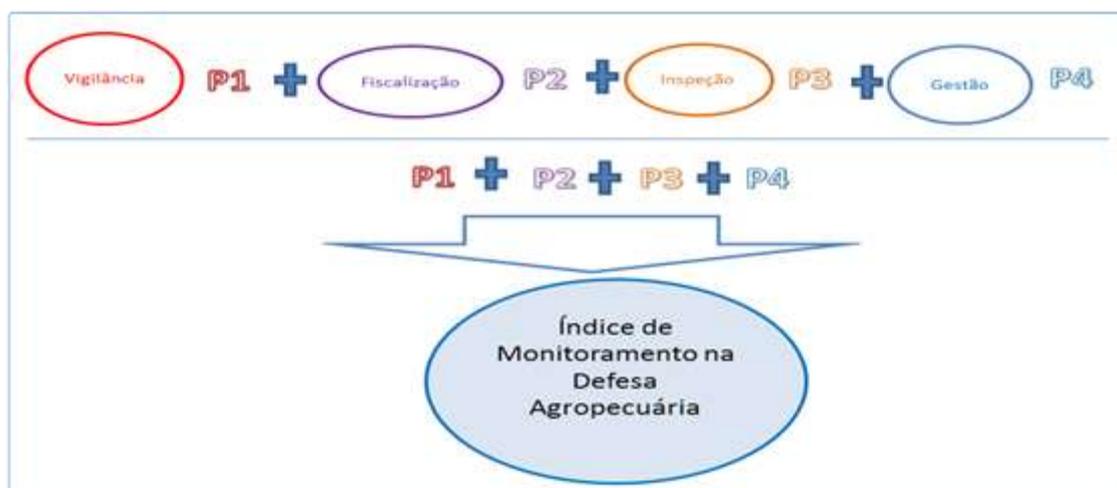


Figura 4: Atribuição de peso nas dimensões a serem monitoradas.

Fonte: Coordenadoria de Planejamento-IDARON 2018.

Pelo fato de termos alguns atores envolvidos no processo de monitoramento e avaliação do PPA, criou-se os Comitês de Gestão do PPA, sendo um Estratégico e outro Tático, com a função de apoiar o plano gerencial, conforme comunga o art. 7º do Decreto nº 14.641, de 21/10/2009, descrito in verbis, abaixo:

Art. 7º A gestão tático-operacional, de responsabilidade dos gerentes de programas e apoiados pelos comitês gestores de programas, compreende a implementação, o monitoramento e revisão dos programas e ações do plano plurianual.

O funcionamento efetivo do Comitê é de extrema relevância na gestão do programa e ações, já que a sua atuação plena permitirá a eliminação de restrições, eventualmente verificadas no curso de cada exercício: na gestão dos fluxos orçamentários e financeiros, na definição das prioridades



do setor, na avaliação e revisão do planejamento setorial. Atualmente o comitê estratégico do PPA 2016-2019 é gerido pelos titulares dos cargos descritos abaixo:

Quadro 5: Comitê Estratégico do PPA 2016-2019.

Nome	Cargo	Função
Licério Correa Soares Magalhães	Diretor Executivo	Gerente de Programa
Marcio Alex Petró	Coordenadora Técnica	Membro
Ana Aparecida Pereira Poquiviqui	Coordenadora Administrativa e Financeira	Membro

Fonte: Portaria nº 055 de 30 de janeiro de 2019-Publicado no D.O.E Nº 019, 30-01-2019.

Obs.: Importa salientar que, embora nos nomes dos gestores alterem, a vinculação está relacionada ao cargo.

No que tange ao comitê tático, cuja função primordial é: a) garantir, no âmbito de cada setor, o cumprimento da legislação atinente ao PPA 2016-2019, exercício 2019; b) atender, tempestivamente, o cronograma de encaminhamento de informações, estabelecido pela Coordenadoria de Planejamento, concernente ao monitoramento quadrimestral e avaliação anual das atividades da IDARON; e por fim, c) disponibilizar, tempestivamente, ao órgão de planejamento, as informações necessárias para a consolidação do Relatório Anual de Gestão da Entidade. O comitê será formado pelos responsáveis dos seguintes setores, descritos na tabela abaixo.

Quadro 6: Composição do Comitê Tático da IDARON.

SETORES	COMPOSIÇÃO
Direção Superior	Presidência
	Diretoria Executiva
Assessoria	Procuradoria Jurídica
	Controle Interno
Diretoria Técnica	Coordenadoria Técnica
	Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Animal-GIDSA
	Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal-GIDSV
Diretoria Administrativa e Financeira	Gerência de Planejamento Gestão de Contratos
	Gerência de Recursos Humanos
	Gerência de Infra Estrutura logística
	Setor de Contabilidade e Arrecadação
	Setor de Pagamentos Diversos
	Gerência de Orçamento e Finanças
	Setor de Contas a Pagar
	Setor de Informática
Setor de Apoio e Almoxarifado	



Fonte: Portaria nº 363 de 07 de outubro de 2015-Publicado no D.O.E Nº2.803 de 16-10-15.

A introdução da figura dos Comitês, Estratégico e Tático, foi um parâmetro inovador na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019, pois visa trazer avanços significativos para a melhoria na gestão da Agência de Defesa Sanitária Agro-silvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, principalmente, no que tange à conscientização de sua equipe técnica, da necessidade de formalizar, institucionalizar e dar publicidade ao planejamento das ações de cunho finalístico.

Atualmente, a IDARON possui indicadores de efetividade para aferir os resultados das ações finalísticas, evidenciando as políticas de Defesa Agropecuária, através do monitoramento das atividades, que buscam manter o Estado livre de doenças e pragas, além das áreas onde o Estado busca controlar e avançar para o status livre de doenças e pragas e, por fim, monitora o controle no comércio, uso e destino final das embalagens de agrotóxicos, conforme nomenclaturas dos indicadores abaixo:

1. Índice de Manutenção de Animais Livres de Doenças – IMALD;
2. Índice de Controle de Doenças na Produção Animal – ICDPA;
3. Porcentagem de Notificação de Suspeitas de Doenças Atendidas no Prazo Legal (Síndrome vesicular);
4. Índice de Manutenção de Áreas Livres de Pragas – IMALP;
5. Índice de Controle de Pragas na Produção Vegetal – ICPPV;
6. Índice de Conformidade na Fiscalização Estadual de Vegetais e seus produtos e insumos agrícolas– ICFEV;
7. Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas-ICIA.

Interessante destacar que todos esses indicadores são mensurados a partir de taxas¹ extraídas dos programas desenvolvidos pela Agência, como, por exemplo, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA, o Programa de Monitoramento de Pragas, entre outros, onde são atribuídos pesos em função do grau de importância que uma determinada produção ou criação exerce na agropecuária rondoniense.

Cabe destacar que os indicadores efetividade são importantes para mensurar o impacto da política pública na sociedade. Contudo, tendo como parâmetros os novos modelos de Gestão

¹ Para maiores detalhes, consultar Anexo B, em que consta a metodologia de construção dos indicadores.



Pública Gerencial, há necessidade de ampliar a base de análise, ou seja, incorporar 6 “Es” (Eficiência-Economicidade-Eficácia-Efetividade-Economicidade-Excelência-Execução), o que permitirá aferir os verdadeiros resultados da Autarquia, consubstanciados nas entregas à sociedade.

Uma inovação do PPA 2016-2019, refere-se à inserção de iniciativas, ou seja, são as principais atuações, institucionais e normativas que declare as entregas de produtos à sociedade.

4.1.11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A realização das metas orçamentárias e físicas do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2019-IDARON, encontra-se explicitada no quadro 07 (Quadro da Execução orçamentária IDARON acumulada até o 3º Quadrimestre 2019), demonstrando as dotações (inicial e atualizada), nas suas respectivas ações, bem como os valores empenhados na forma absoluta e relativa.

4.1.12. DOS PROGRAMAS E AÇÕES

O Programa Estadual de Defesa Agropecuária - 19023 - tem sua atuação focada em três dimensões:

- 1) Vigilância na Defesa Sanitária Agropecuária;
- 2) Fiscalização dos insumos, produtos e serviços agropecuários; e,
- 3) Inspeção e Classificação de produtos e subprodutos agropecuários.

E possuem os seguintes objetivos:

- Promover a sanidade agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas/doenças através das ações de prevenção e controle; e,
- Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.



4.1.13. DOTAÇÃO INICIAL

A dotação foi aprovada mediante a **Lei nº 4.455 de 07 de janeiro de 2019**, cognominada de Lei Orçamentária Anual – LOA, no aporte de R\$ **93.681.000,00** (noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais).

4.1.14. DOTAÇÃO ATUALIZADA

Se evidencia em dois instantes, no primeiro é caracterizado por remanejamentos orçamentários, entre os projetos atividade, objetivando ajustar o orçamento às prioridades da gestão. Tais ajustes envolveram os Projetos/Atividades (2631 - Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Animal; 2634 - Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal; 2234 - Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais; e 2087 - Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade.

Outrossim, houve um incremento orçamentário nas Ações 1113 e 2087, **via superávit financeiro**, materializado através do Decreto nº. 24.233, de 30 de agosto de 2019, publicado no DIOF/RO nº. 163 de 02/09/2019, no aporte de **R\$ 1.498.764,24** (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavo. O superávit financeiro indicado, é proveniente de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, em que essa realização foi consubstanciada através de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2018, apurado no balanço patrimonial, nas conciliações e extratos das contas bancárias específicas.

4.1.15. PROGRAMAS

O Programa Estadual de Defesa Agropecuária – 19023 se fundamenta pela necessidade de garantir a oferta de produtos e subprodutos agropecuários, com qualidade, assim como a transparência nas relações comerciais, facilitando a entrada dos produtos rondonienses nos mercados nacional e internacional, traduzindo numa melhor qualidade de vida para a população do estado de Rondônia.



4.1.16. AÇÕES/ATIVIDADES

Os Projetos Atividades – PA (ações) são divididos em fragmentos orçamentários, conforme descritos abaixo:



Figura 5: Demonstrativo das ações orbitando sobre o Programa Estadual de Defesa Agropecuária.

Sendo que:

- 2631 - Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Animal;
- 2634 - Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal;
- 0224 - Contribuir para Formação do Patrimônio do Servidor Público.
- 2234 - Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais;
- 2091 - Atender os Servidores com Auxílios;
- 2087 - Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade;
- 1113 – Adquirir Bens Permanentes.

4.1.17. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS PROGRAMAS

O Quadro 07, faz alusão ao comportamento do desempenho de cada Projeto/Atividade (PA), quanto a sua **Capacidade Operacional Financeira da Despesa Empenhada/COFD**, que mensura a competência do órgão de executar financeiramente o orçamento em relação à dotação atualizada, para o exercício de **2019**, acumulado até o 3º Quadrimestre. O valor total empenhado



para o período atingiu a cifra de **R\$ 87.464.704,49** (oitenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quatro reais, e quarenta e nove centavos), o que representou uma execução de **88,83%** da dotação orçamentária atualizada.

Quadro 7: Execução orçamentária IDARON acumulada até o 3º Quadrimestre 2019.

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON						
QUADRO I - Síntese do QDD e Demonstrativo da Execução Orçamentária - Acumulado até o 3º Quadrimestre de 2019						
UG	PROGRAMA	AÇÕES	Dotação Inicial (LOA-2019)	Dotação Atualizada	Empenhado (Acumulado) Até o 3º Quadrimestre	
					Forma Absoluta	Forma relativa (%)
19023	1224	2087	16.320.279,00	18.069.340,70	9.743.456,41	53,92%
		2631	2.194.759,00	2.494.759,00	1.257.768,28	50,42%
		2634	2.065.750,00	966.750,00	307.025,00	31,76%
		2234	68.330.212,00	71.788.717,13	71.431.184,33	99,50%
		2091	4.500.000,00	4.500.000,00	4.456.332,56	99,03%
		1113	-	377.973,80	-	0,00%
		224	270.000,00	270.000,00	268.937,91	99,61%
TOTAL			93.681.000,00	98.467.540,63	87.464.704,49	88,83%

Fonte: (DivePort, 2020) – Adaptado pela Coordenadoria de Planejamento-COPLAN/IDARON.

As ações que obtiveram os maiores índices de execução, foram: 2234 - **Assegurar a Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais**, 2091- **Atender os Servidores com Auxílios**; e 0224 - **Contribuir para Formação do Patrimônio do Servidor Público**, seguiram valores bem próximo do teto máximo de execução.

Não obstante, os Projetos Atividade 2087- **Assegurar a Manutenção Administrativa da Unidade**, (2631) – **Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Animal**; 2634- **Consolidar as Ações de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal**; e 1113 – **Adquirir Bens Permanentes**, exibiram suas execuções orçamentárias em 53,92%, 50,42%, 31,76% e 0% nesta ordem.

4.1.18. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Neste item é apresentado a execução em sua totalidade e é sintetizado conforme o quadro (Quadro 08). A execução orçamentária da IDARON-2019, para o acumulado do 3º Quadrimestre, vem apresentando os seguintes aspectos:



a) o Planejamento e Programação da Despesa – PPD atingiu a um montante de **93,36%** de dotação empenhada, em relação ao previsto na LOA.

b) A Capacidade Operacional Financeira da Despesa Empenhada - COFD apresentou-se dentro do terceiro quartil de sua execução orçamentária, a saber, **88,83%** em relação a sua dotação atualizada.

Quadro 8: Índices de Execução Orçamentária –IDARON/2019.

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	DESPESA EMPENHADA	PPD	COFD
				%	%
	A	B	C	$D=(C/A)100$	$F=(C/B)100$
2019	93.681.000	98.467.540,63	87.464.704,49	93,36%	88,83%

Fonte: (DivePort, 2020) – Adaptado pela Coordenadoria de Planejamento-COPLAN/IDARON.

Vale observar que o índice **COFD**, só atingiu a este patamar executório (**88,83%**), essencialmente a atuação dos três Projetos Atividade, (2234), (2091) e (0224), que tratam da remuneração, encargos e auxílios e pagamento do PASEP, que obtiveram suas taxas de execução excelentes, destarte, elevaram a média de execução.

Já as demais ações (2087, 2631, 2634 e 1113), não chegaram a valores melhores, em suas execuções, interdito, substancialmente, **pela Lei Complementar Federal 156/2016 - Teto do Gastos e seus desdobramentos**, que enfraqueceram o ritmo de execução do orçamento desta Unidade Orçamentária - 19023.

4.1.19. METODOLOGIA UTILIZADA PARA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A metodologia utilizada para análise do orçamento da IDARON até o 3º Quadrimestre/2019, teve como parâmetro, dois indicadores de avaliação da Associação Brasileira de Orçamento Público-ABOP (HORA, 2017 apud ABOP, [2004?]), que serviram para avaliar o comportamento das previsões orçamentárias e execução orçamentária e financeira, cuja descrição encontra-se abaixo:

- a) **Planejamento e Programação da Despesa/PPD** - Mede a capacidade do órgão de planejar, como será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, resulta da divisão da despesa empenhada pela inicialmente prevista; e



- b) **Capacidade Operacional Financeira da Despesa Empenhada/COFD** - Mede a capacidade de execução financeira do orçamento, auferida a partir da divisão da despesa empenhada com relação à dotação atualizada.

REFERÊNCIA

HORA, E, S. **Integração da execução orçamentária com o planejamento institucional e sua influência nos resultados da gestão pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)**. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas – BA. 2017 apud Associação Brasileira de Orçamento Público. **Informativo nº 60**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?xsrf=ACYBGNRRw8UHL9MqREfEzns-7AjBTF0wnA%3A1579623016140&source=hp&ei=aCInXozxBY62swWa2Kb4Dg&q=INTEGRA%C3%87%C3%83O+DA+EXECUC%C3%87%C3%83O+OR%C3%87AMENT%C3%81RIA+COM+O+PLANEJAMENTO+INSTITUCIONAL+E+SUA+INFLU%C3%8ANCIA+NOS+RESULTADOS+DA+GEST%C3%83O+P%C3%9ABLICA+DO+INSTITUTO+FEDERAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O%2C+CI%C3%8ANCIA+E+TECNOLOGIA+DA+BAHIA+%28IFBA%29&oq=INTEGRA%C3%87%C3%83O+DA+EXECUC%C3%87%C3%83O+OR%C3%87AMENT%C3%81RIA+COM+O+PLANEJAMENTO+INSTITUCIONAL+E+SUA+INFLU%C3%8ANCIA+NOS+RESULTADOS+DA+GEST%C3%83O+P%C3%9ABLICA+DO+INSTITUTO+FEDERAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O%2C+CI%C3%8ANCIA+E+TECNOLOGIA+DA+BAHIA+%28IFBA%29&gs_l=psy-ab.3...1298.1298..1885...1.0..0.0.....0....2j1..gws-wiz.NhSXuiVz7xo&ved=0ahUKEwiMxY0mipXnAhUO26wKHRqsCe8Q4dUDCAY&uact=5>
Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

DIVE PORT - Portal da Contabilidade de Rondônia. **Quadro Demonstrativo de Despesa – QDD 2019**. Disponível em: <<http://servicos.contabilidade.ro.gov.br:8080/portal#page=a1115>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

4.1.20. Setor De Diárias

O Setor de Diárias tem como finalidade precípua, emitir as concessões de Diárias autorizadas pela Presidência aos servidores desta Autarquia (unidade central e supervisões regionais), controlando todo o fluxo administrativo desde a concessão, até análise da comprovação e posteriormente (após encaminhamento para homologação) a baixa.

A Concessão de diárias, no âmbito da IDARON, é regulamentada pelo Decreto Nº 18.728 de 27 de março de 2014.

A Concessão de diárias, da nova redação ao § 2º, do artigo 9º, ao artigo 10º, e altera o ANEXO I, do Decreto Nº 22.086, de 04 de julho de 2017, novo valor de diárias; e altera sobre o



valor de diárias nas atividades de animal e vegetal nas áreas de fronteira territorial, valor passara ser R\$ 300,00 (trezentos reais), do Decreto N° 22.427, de 27 de novembro de 2017.

Durante o exercício de 2019 foram concedidas 9.565,00 (nove mil e quinhentos e sessenta e cinco concessões), diárias no valor total de R\$ 2.705.700,00 (dois milhão setecentos e cinco mil e setecentos reais). Por diversas motivações foram devolvidas/canceladas a quantia de R\$ 29.420,00 (vinte e nove e quatrocentos e vinte reais), sendo, portanto, efetivamente liquidado um montante financeiro de R\$ 2.694.825,00 (dois milhão seicentos e noventa e quatro mil e oitocentos e vinte e cinco reais), distribuído regionalmente, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 4: Saldo de empenho de diarias por PA'S.

PA	VALOR EMPENHADO (R\$)	ANULAÇÃO EMPENHO (R\$)	REFORÇO EMPENHO (R\$)	SALDO (R\$)
DAF-2087	67.200,00	142.000,00	555.040,00	480.240,00
VEGETAL-2634	157.700,00	152.655,91	278.080,91	273.125,00
ANIMAL-2631	210.100,00	31.000,00	1.062.024,83	1.241.124,83
FESA-2631	345.046,60	154.325,96	20.000,00	190.720,59
TOTAL	780.046,60	479.981,87	1.915.145,79	2.185.210,42

Fonte: Setor de Orçamento- dezembro/2018.

Tabela 5: Demonstrativo de Diárias Pagas-2018.

Nº REGIONAL	Nº DE DIÁRIAS	VALOR (R\$)
I Porto Velho (+Unid. Central)	2.527,00	701.600,00
II Ariquemes	871,5	241.105,00
III Jaru	770,5	211.365,00
IV Ouro Preto D'Oeste	386,0	111.085,00
V Ji-Paraná	816,5	230.590,00
VI Cacoal	759,0	227.720,00
VII Vilhena	759,0	227.720,00
VIII Rolim de Moura	843,0	239.135,00
IX São Francisco do Guaporé	1.027,0	280.745,00
X Guajará-Mirim	493,0	131.525,00



TOTAL GERAL	9.565,0	2.705.700,00
DEVOLVIDAS	28,0	10.875,00
TOTAL LÍQUIDO	9.537,00	2.694.825,00

Fonte : Setor de Diárias- IDARON-Dezembro/2019.

Durante o exercício de 2019 foram concedidas 7.623,5 (sete mil e seiscentos e vinte e três e cinco) diárias no valor total de R\$ 2.153.495,59 (dois milhão cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Por diversas motivações foram devolvidas/canceladas a quantia de R\$ 552.204,41 (quinhentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quatro reais e quarenta e um centavos), sendo, portanto, efetivamente liquidado um montante financeiro de R\$ 2.694.825,00 (dois milhão e seicentos e noventa e quatro mil e oitocentos e vinte e cinco reais), distribuído regionalmente, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 6: Demonstrativo de Diárias Pagas 2019.

Nº REGIONAL	Nº DE DIÁRIAS	VALOR (R\$)
I Porto Velho (+Unid. Central)	2.931,50	732.875,00
II Ariquemes	622,5	173.240,00
III Jaru	482,0	135.990,00
IV Ouro Preto D'Oeste	243,0	67.875,00
V Ji-Paraná	615,0	177.105,00
VI Cacoal	626,0	179.730,00
VII Vilhena	597,5	169.490,00
VIII Rolim de Moura	915,5	237.740,00
IX São Francisco do Guaporé	797,5	239.440,00
X Guajará-Mirim	346,0	87.000,00
TOTAL GERAL	8.176,60	2.478.542,19
DEVOLVIDAS	988,87	247.226,60
TOTAL LÍQUIDO	7.187,73	2.231.315,59

Fonte : Setor de Diárias- IDARON-Dezembro/ 2019

Demonstraremos abaixo os valores para concessões dos tipos de diárias, explicitadas na tabela a seguir:

Tabela 7: Tipos de Diárias Concedidas e Valores.



Classificação do Cargo	Diária Intermunicipal (R\$)	Diária Interestadual (R\$)	Diária de Fronteira (R\$)	Diária Internacional (US\$)
PRESIDENTE	250,00	500,00	180,00	333,00
DIRETOR EXEUTIVO/ DIRETORIA ADMINISTRATIVA/ DIRETORIA TÉCNICA ASSESSORIA JURÍDICA	200,00	400,00	180,00	266,00
GERENTES	150,00	300,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	120,00	240,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR	120,00	240,00	180,00	266,00

OBS: Decreto Nº 22.086, de 04 de julho de 2017, conforme a publicação no DOE n. 123, porto velho, 04.07.2018. Dá nova redação ao § 2º, do artigo 9º, ao artigo 10, e altera o ANEXO I, do Decreto nº 18.728, de 27 de março de 2014, que “Dispõe sobre a Regulamentação da Concessão de Diárias no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluindo Autarquias, Empresas Públicas e Fundações e dá outras providências.”.

Tabela 8: Nova redação sobre concessão de diárias, Decreto 22.086, de 04 de julho de 2017.

Classificação do Cargo	Diária Intermunicipal (R\$)	Diária Interestadual (R\$)	Diária de Fronteira (R\$)	Diária Internacional (US\$)
PRESIDENTE	350,00	700,00	180,00	333,00
DIRETOR EXEUTIVO/ DIRETORIA ADMINISTRATIVA/ DIRETORIA TÉCNICA ASSESSORIA JURÍDICA	350,00	700,00	180,00	266,00
GERENTES	250,00	500,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	250,00	500,00	180,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR	250,00	500,00	180,00	266,00

Decreto Nº 22.427, de 27 de novembro de 2017, conforme publicação no DOE n. 221, da nova redação correção ao novo valor de diárias nas atividades de fronteira territorial.



Tabela 9: Nova redação correção ao novo valor de diárias nas atividades de fronteira territorial - Decreto 22.427, de 27 de novembro de 2017.

Classificação do Cargo	Diária Intermunicipal (R\$)	Diária Interestadual (R\$)	Diária de Fronteira (R\$)	Diária Internacional (US\$)
PRESIDENTE	350,00	700,00	300,00	333,00
DIRETOR EXECUTIVO/ DIRETORIA ADMINISTRATIVA/ DIRETORIA TÉCNICA ASSESSORIA JURÍDICA	350,00	700,00	300,00	266,00
GERENTES	250,00	500,00	300,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	250,00	500,00	300,00	266,00
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR	250,00	500,00	300,00	266,00

A análise em relação ao exercício anterior demonstra-se que houve um aumento no quantitativo de diárias, no qual também foi acompanhada de aumento do volume financeiro.

Ao se confrontar as unidades administrativas podemos observar que houve um acréscimo no quantitativo de diárias e volume financeiro empregado nas regionais I, VIII e IX, enquanto que nas demais regionais houve aumento na demanda quantitativa e financeira de diárias concedidas. Destacamos a Regional de Porto Velho e Unidade Central com maior volume de diárias concedidas nos dois anos consecutivos seguida da Regional de Porto Velho no ano de 2019.

4.1.21. Gerência De Compras e Contratos-Gecc

A Gerência de Compras e Contratos-GECC é composta pelas divisões:

- Divisão de Aquisição e Contratação – DIAC; e
- Divisão de Contratos – DIC.

Tem como finalidade executar todos os procedimentos administrativos de aquisições, contratações e gestão dos contratos da Agência IDARON.

Tem como principais atividades:

- Solicitar autorização de ordenador de despesa para iniciar procedimento licitatório;



- Elaborar justificativas de aquisições e contratações visando manter a continuidade dos serviços administrativos da Agência;
- Pesquisar no mercado preços de produtos e serviços de interesse da agência;
- Elaborar projeto básico e termo de referência;
- Notificar fornecedores e contratados em todas as fases do processo;
- Realizar diligências em outros setores e/ou órgãos de gestão e controle (SUGESP, SUPEL, CGE);
- Fazer gestão dos serviços contratados;
- Controlar os saldos de empenho das despesas e realizar o controle de saldos orçamentários; e
- Controlar mensalmente as despesas de caráter continuado – água tratada, energia elétrica, telefonia, rede de comunicação de dados e serviços de correios – de todas as unidades administrativas da IDARON, bem como acompanhar a liquidação e solicitar o respectivo pagamento, garantindo tanto a continuidade quanto à qualidade dos serviços prestados.

As principais modalidades para aquisição de bens utilizada pela Agência IDARON são:

- Pregão Eletrônico;
- Carona em ARP's;
- Dispensa de licitação por valor ou inexigibilidade.

Para o exercício de 2019, tem-se as seguintes discriminações, conforme abaixo:

UG: 19023 – IDARON

4.1.22. ANÁLISE POR ELEMENTOS DE DESPESAS

ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.30

No exercício de 2019, a Agência IDARON realizou aquisições neste elemento, referente a material de consumo, que totalizaram o valor de R\$ 1.985.599,93 (hum milhão novecentos e oitenta



e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos) distribuídos conforme demonstrativo abaixo:

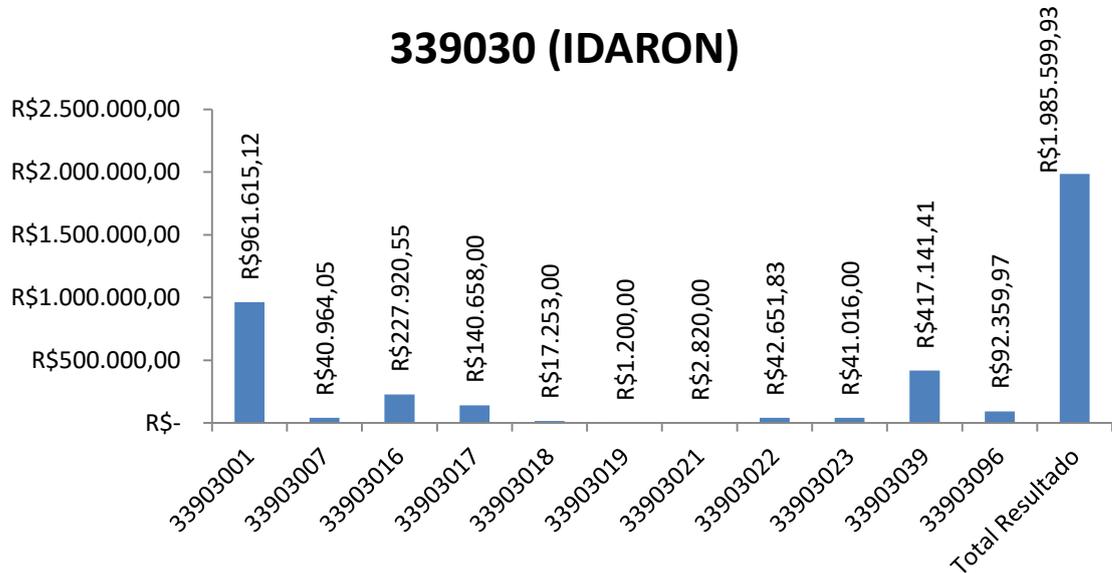


Figura 6: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.30.

Dentre as despesas de consumo pagas, podemos destacar:

Quadro 9: Despesas em destaque (3.3.90.30).

COMBUSTÍVEL	R\$ 961.615,12
PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 417.141,41

ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.33

No exercício de 2019 a Agencia IDARON obteve um gasto de R\$ 53.669,98 (cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), referente à pagamentos de passagens aéreas e terrestres, possibilitando o deslocamento intermunicipal e interestadual para que os servidores possam exercer suas atividades de fiscalização, monitoramento, participação em cursos de capacitação e reuniões.

Quadro 10: Pagamentos de Passagens - Série Histórica.



SERVIÇO	2018	2019	%
PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES	R\$ 57.436,21	R\$ 53.669,98	REDUÇÃO DE 7%

ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.36

No exercício de 2019, a Agência IDARON realizou pagamentos neste elemento, referente ao pagamentos de contratos de alugueis pessoa física, que totalizaram o valor de R\$ 543.578,36 (quinhentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos):

Quadro 11: Pagamentos de Alugueis - Série Histórica.

SERVIÇO	2018	2019	%
ALUGUEIS	R\$ 479.940,79	R\$ 543.578,36	AUMENTO DE 13%

A inclusão de 04(quatro) novos contratos somado as reajustes anuais previstos em contrato, contribuirão para um aumento de 13% com o pagamento de alugueis no exercício de 2019.

ELEMENTO DE DESPESA – 3.3.90.39

No exercício de 2019, a Agência IDARON realizou pagamentos neste elemento, referente a contratação pessoa jurídica, que totalizaram o valor de R\$ 3.681.525,74 (três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) distribuídos conforme demonstrativo abaixo:



3390.39 - IDARON

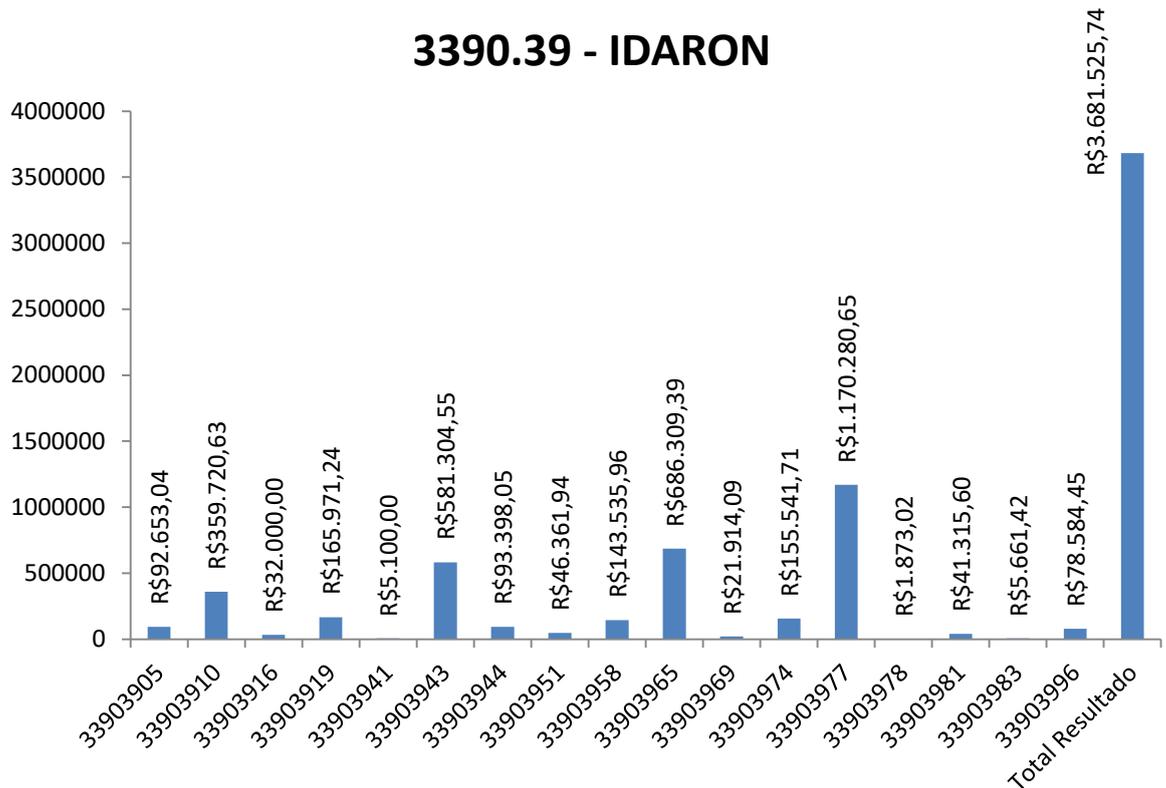


Figura 7: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.39.

Dentre as despesas de pagamento no elemento de pessoa jurídica, podemos destacar:

Quadro 12: Pagamentos de Pessoas Jurídicas - Série Histórica.

SERVIÇO	2018	2019	%
MANUTENÇÃO FROTA	R\$ 789.852,92	R\$ 626.246,36	REDUÇÃO DE 26%
COMBUSTIVEL	R\$ 1.310.678,25	R\$ 1.213.955,51	REDUÇÃO DE 8%
VIGILANCIA ARMADA	R\$ 1.524.734,74	R\$ 1.423.564,55	REDUÇÃO DE 7%
ESTAGIÁRIOS	R\$ 624.569,68	R\$ 724.701,26	AUMENTO DE 16%
TELEFONIA	R\$ 148.310,66	R\$ 171.416,10	AUMENTO DE 16%
REDE DE DADOS	R\$ 2.372.673,41	R\$ 2.685.467,39	AUMENTO DE 13%
ENERGIA ELETRICA	R\$ 444.398,82	R\$ 636.200,07	AUMENTO DE 43%



ELEMENTO DE DESPESA – 4.4.90.52

No exercício de 2019 os investimentos na sua maioria foram adquiridos pelo FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL – FESA.

Através da Agência IDARON foram adquiridos licenças antivírus no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) e 01(uma) empilhadeira elétrica no valor de R\$ 129.312,49 (cento e vinte e nove mil, trezentos e doze reais e quarenta e nove centavos), totalizando um valor investido de R\$ 234.312,49 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e doze reais e quarenta e nove centavos).

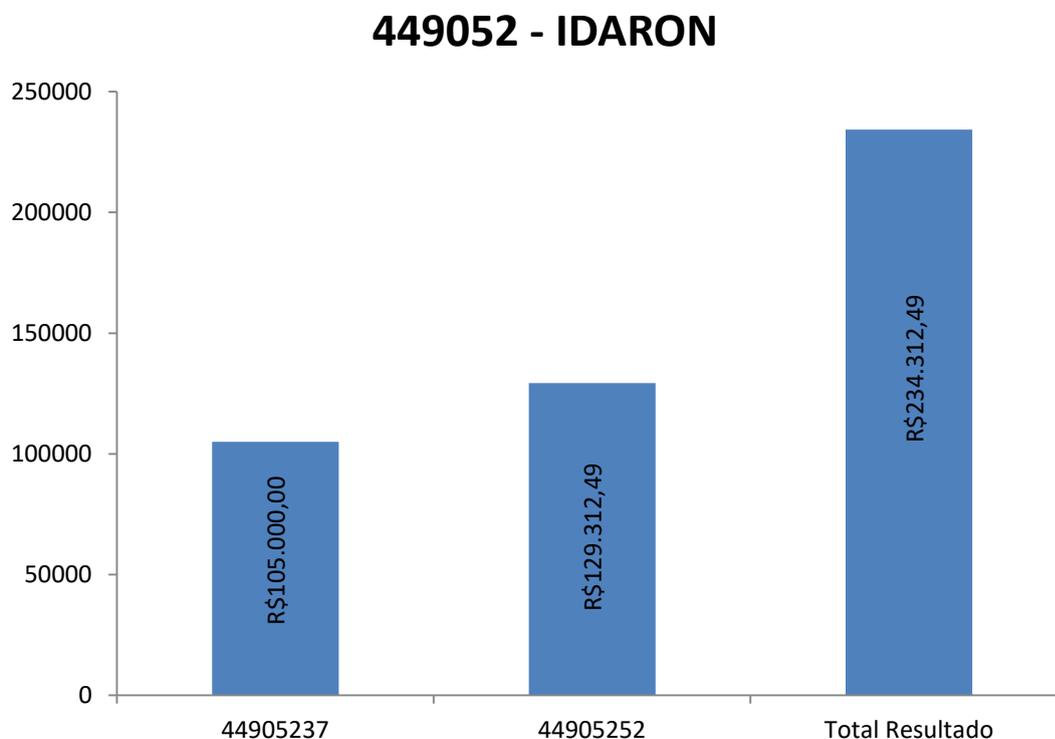


Figura 8: Despesa por subgrupo - elemento 3.3.90.30.

4.1.23. Gerência De Materiais, Patrimônio E Documentação – GEMPAD

A Gerência de Materiais, Patrimônio e Documentação-GEMPAD foi estruturada por meio da Portaria Interna Nº101/GAB/IDARON, publicada no DOE Nº 62 de 03/04/2017, esta Portaria remodelou a arquitetura administrativa da IDARON por meio de Gerências¹. A GEMPAD, dessa



forma, passou a exercer a coordenação das atividades ligadas ao Patrimônio, Almojarifado e Documentos Oficiais da IDARON, conforme estruturação demonstrada na Figura abaixo.

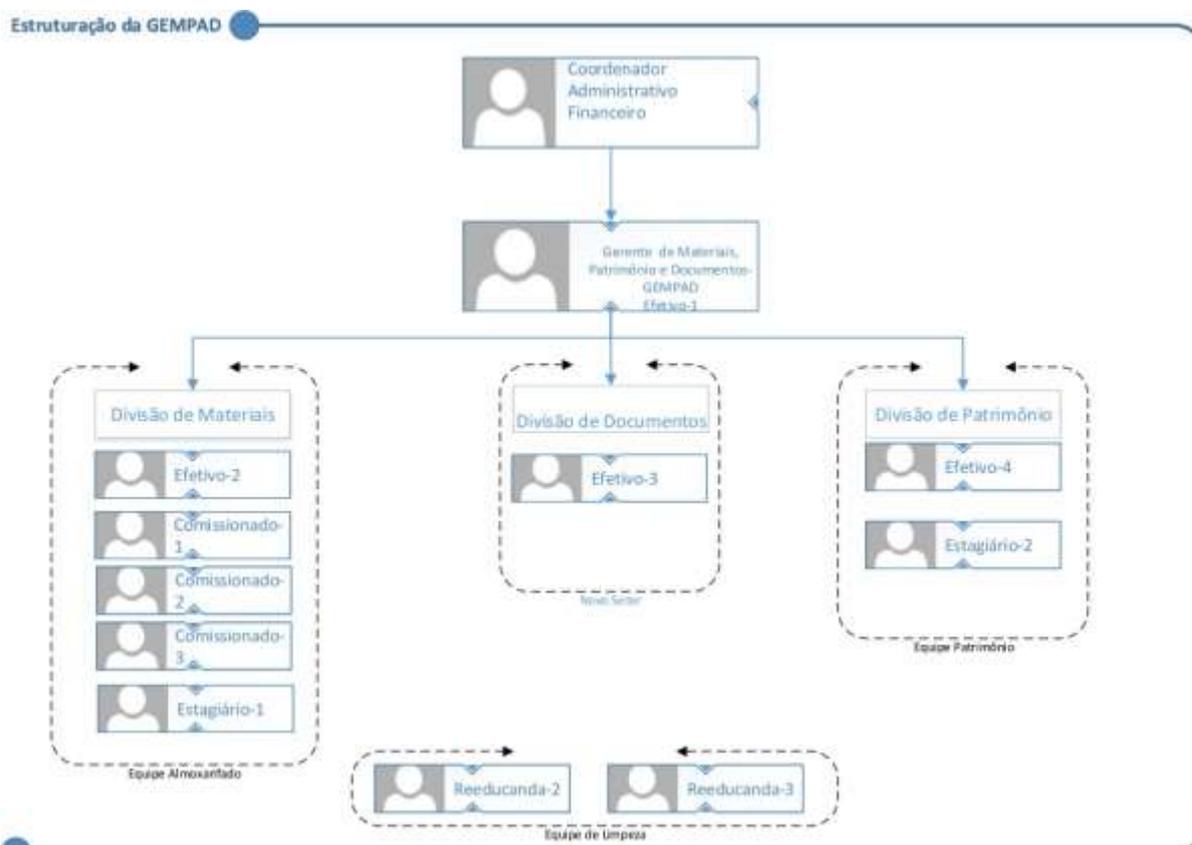


Figura 9: Estrutura da Gerência de Materiais, Patrimônio e Documentação GEMPAD.

Fonte: Gerência de Materiais, Patrimônio e Documentos da IDARON- 2018

Obs.1: Atualmente a Gerência é composta por 14 servidores, sendo: 5 servidores efetivos, 6 comissionados, 2 reeducandas, 1 servidor federal e 0 estagiários. (Nominalmente são 15 servidores, mas 1 Analista encontra-se afastado licença saúde.)

¹ A Presidência da IDARON constituiu a estrutura básica da Coordenadoria Administrativa e Financeira pela Gerência de Recursos Humanos-GRH, Gerência de Materiais, Patrimônio e Documentação-GEMPAD, Gerência de Infraestrutura e Logística-GIEL e Gerência de Orçamento e Finanças-GEOF.

4.1.24. INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS - IDARON

No exercício de 2018, o inventário dos bens móveis da IDARON foi conduzido pela Comissão designada através da Portaria Nº 266/2018/IDARON-GAB publicado no DOE Nº 82 de



04/05/2018. Todo o trabalho desempenhado pela comissão está acessível no Processo Público, gerado no Sistema Eletrônico de Informações-SEI com N° 0015.153285/2018-59.

Após o Inventário, a comissão produziu um relatório e, inclusive, algumas recomendações para os Gestores da IDARON, como forma de melhorar os processos de governança patrimonial. Algumas dessas recomendações, já foram iniciadas pela GEMPAD, com anuência da Diretoria, conforme descrição abaixo.

Tabela 10: Recomendações da Comissão de Inventário 2018.

Recomendação	Descrição	Ações Tomadas pela GEPAD
1	Excluir do Sistema de Patrimônio as unidades sem patrimônio.	A recomendação da Comissão foi registrada no Helpdesk e encaminhada via Proc. Sei N° 0015.387017/2018-39.
2	Doar Bens cedidos para outras Secretarias.	-
3	Implementar Sistema de Patrimônio para que uma as três fontes de recursos para aquisição de bens (SISFESA-SISPAT-SISMAPA), inclusive que o novo Sistema promova cálculo de depreciação e reavaliação ao preço justo.	A recomendação da Comissão foi registrada no Helpdesk e encaminhada via Proc. Sei N° 0015.387017/2018-39.
4	Descentralizar para as Supervisões Regionais a emissão dos Termos de Transferências e Cautelas, nas unidades sobre a sua jurisdição.	A recomendação da Comissão foi registrada no Helpdesk e encaminhada via Proc. Sei N° 0015.387017/2018-39.
5	Providenciar o Recolhimento de bens inservíveis dispostos nas unidades do Estado.	GEMPAD/DIPAT, iniciou processo de recolhimento dos bens em agosto de 2018 e findou em 24/10/2018, conforme Proc. Sei N° 0015.272951/2018-57. Inclusive já abriu processo para baixa e desfazimento por doação, podendo ser visualizado no Proc. Sei N° 0015.409988/2018-47.
6	Estabelecer Procedimento Interno de Inventário de Transferência, quando ocorrer a troca de chefia.	Procedimento de inventário de transferência, assim como outros, depende de normatização interna. Processo foi iniciado por meio do Proc. Sei N° 0015.378905/2018-61.
7	Providenciar a baixa de bens não localizados em anos anteriores.	



8	Providenciar espaço físico adequado para a IDARON controlar bens patrimoniais.	-
9	Instituir a Tomada de Contas Especial para apurar os bens não localizados.	-

Obs.: após o inventário e suas recomendações foram tomadas algumas providências no ano 2019, tais como:

Recomendação 01 – registrado solicitação no helpdesk

Recomendação 02 – nomeada comissão para tal fim através Portaria nº 228/2018 IDARON- COAF DE 28/03/2018, posteriormente alterada pela Portaria nº 618/2019 IDARON-COAF de 23/07/2019 e depois pela Portaria nº 650/2019 IDARON-COAF de 30/07/2019 (atualmente em vigor)

Recomendação 03/04 – Reuniões com a IDARON-COTIC, foram feitas com intuito de planejamento para implementação do sistema atual ou criação de um novo sistema operacional, onde foi decidido pela criação de um novo sistema operacional com mais recursos de controle patrimonial tanto no controle de material como de bens móveis, o sistema de material de consumo integrado foi concluído e está em operação desde dezembro de 2019, e o de bens móveis foi concluído e colocado em operação, após migração, em 2020. Tal sistema também descentralizou para as Supervisões Regionais a emissão dos Termos de Transferências e Cautelas, nas unidades sobre a sua jurisdição.

Recomendação 05/06 – ações serão desenvolvidas em todo o ano de 2020, tendo em vista novo sistema de controle patrimonial.

Recomendação 07/09 – em atendimento as essas recomendações a GEPAD informa que a Comissão nomeada em Portaria 650/2019 IDARON-COAF, vem trabalhando nas avaliações dos bens a serem baixados; com a migração do sistema de controle patrimonial foi aberto novo inventário para 2020 e localização de bens até então não localizados, para posterior abertura de Tomada de Contas, se for o caso.

Recomendação 08 – neste caso foram adquiridas 98 módulos de estantes de 7,20 metros para verticalização do galpão, bem como aquisição de uma empilhadeira processo 0015.130713/2019-56, onde houve multiplicação do espaço a disposição do patrimônio, aquisição de envolvente de palets processo nº 0015.292812/2019-21

4.1.25. INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DA IDARON

A Comissão de Inventário, Avaliação, Regularização do Patrimônio Imobiliário da IDARON foi instituída por meio da Portaria Nº 444 de 01/08/2018 (DOE Nº 139 -01/08/2018). A atuação desta Comissão decorreu da determinação legal emanada do Decreto Estadual Nº 22.670 de 16 de março de 2018, publicado no DOE Nº 50 de mesma data. Este ato normativo, teve como principal objetivo, inserir medidas para que todos os órgãos da administração estadual, ajuste os Balanços Patrimoniais para uma base confiável.

Todo o trabalho da Comissão de Inventário, Avaliação e Regularização Imobiliária podem ser verificados no processo SEI Nº 0015.458938/2018-93. A Comissão inventariou 95 unidades



administrativas, das quais, 35 são imóveis alugados, 30 são imóveis cedidos e 30 são imóveis próprios.

O tempo para realização do inventário foi razoavelmente hábil, no entanto, para desenvolver os trabalhos de avaliação e regularização imobiliária, demonstrou-se extremamente exíguo pelos fatores demonstrados abaixo:

- Muitas regularizações dependem de legislações de várias esferas do poder público com aprovação do poder legislativo, o que demandam tempo;
- Rondônia apresenta situação peculiar, muitos municípios não regularizaram seus imóveis, pois pertencem legalmente, ao INCRA, Terra Legal ou União. O que impede a regularização tempestiva;
- Muitos municípios não georreferenciaram seus setores, quadras e lotes, impossibilitando o registro de lotes da IDARON;
- Imóveis com domínio bipartido, ou seja, terreno do município e edificações do Estado, ou vice-versa. Fator que demanda tempo;
- Idaron não dispõe em seu Quadro funcional de Engenheiros ou Arquitetos, o que faz depender de outras Secretarias para atuarem de forma concomitante com as demandas da secretaria de origem e com as demandas da IDARON.

O trabalho da comissão não esgotou o que faz pensar na necessidade de estruturar a GEMPAD com uma Divisão de Patrimônio Imobiliário, como forma de regularizar os imóveis, do ponto de vista legal e patrimonial², quanto no planejamento da manutenção preventiva, corretiva e preditiva das ULSAV's e EAC.

Pensando nisto a GEMPAD iniciou os trabalhos em 2019 com uma funcionária comissionada, que ficou especificamente para regularização dos imóveis utilizados pela IDARON; Com relação ao ano de 2019 este setor logrou êxito em regularizar dois imóveis o de **Colorado do Oeste** processos nº 0015.386712/2018- 83, 0015.327998/2018-65, e o de **Vilhena** processo nº 0015.367203/2018-51, podendo assim serem adicionados na contabilidade da IDARON.

² Segundo o Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público-MCASP, os imóveis devem ser avaliados a cada 4 anos, que seja registrado patrimonialmente, independente, os valores da edificação e terreno.



4.1.26. PLANO DE AÇÃO GEPAD - AUDITORIA TCE-2017

Em Setembro de 2017 a IDARON sofreu Auditoria Operacional na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio, conforme detalhes no Processo 03349/2017 do Tribunal de Contas. Esta auditoria teve por finalidade, avaliar a eficiência, eficácia, economicidade e efetividade dos controles da IDARON no processo de incorporação, baixa, movimentação, salvaguarda, proteção e utilização dos bens patrimoniais e de consumo vinculados à autarquia. Os Auditores, durante o período trabalhado na IDARON, identificaram uma série de achados, evidenciados no relatório de auditoria e apresentado aos gestores da IDARON em 11 de outubro de 2017 e disponível ao público no Proc. SEI N° 0015.059029/2018-76.

Os Achados de Auditoria deveriam ser solucionados ao longo do tempo, por meio de um plano de ação que envolveriam vários setores relacionados. No que tange a GEPAD foi desenvolvido um plano, conforme detalhamento abaixo.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

PLANO DE AÇÃO - PATRIMONIAL

Conjunto de ações a serem implementadas frente a Auditoria Operacional-AOP realizada na IDARON pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE. (Proc.03349/2017-TCE-RO)

APONTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA OPERACIONAL - TCE	TIPO DE AÇÃO¹	SETOR / ÓRGÃO COMPETENTE	RESPONSÁVEL / COORDENAÇÃO	AÇÃO A SER IMPLEMENTADA	PRAZO		PRODUTO
						INÍCIO	FIM	
1	Adotar Procedimentos Comuns e Acessíveis quanto ao recebimento e transferência de bens. Assinatura tempestiva dos Termos de Responsabilidade e Transferência, informações atualizadas de forma automáticas.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Normalizar conceitos e procedimentos patrimoniais, através do Manual de Gestão Patrimonial da IDARON	01/09/2018	31/03/2019	Manual de Gestão Patrimonial.
2	Orientar/treinar servidores envolvidos nas Supervisões Regionais.	Ação Setorial	COAF	Ana Aparecida Poquiviqui	Promover ação educacional com a Diretoria, Gerentes administrativos e Supervisores, visando nivelar conhecimento de gestão patrimonial.	10/09/2018	13/09/2018	Capacitação para os servidores da Sede Administrativa da IDARON por membro do Tribunal de Contas.
		Ação Setorial	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Promover ação educacional nas Supervisões Regionais, visando repassar boas práticas de gestão patrimonial a ser disciplinado nas unidades administrativas.	19/04/2019	31/04/2019	Capacitação nas Supervisões Regionais - Boas Práticas de Gestão Patrimonial.
3	Norma interna que estabeleça critérios, procedimentos e prazos para realização do registro contábil de reavaliação, depreciação e amortização.	Ações Intrasetorial	SUPER	José Carlos Da Silveira	Portaria Nº 542 de 06 de setembro de 2017, publicada no D.O.E 171 de 12/09/2017	31/12/2018	01/01/2019	Portaria estabeleceu cronograma de procedimentos contábeis Patrimoniais.
			GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Realizar os procedimentos de reavaliação, depreciação e amortização por grupos contábeis de forma a migrar para novo sistema, valores reais.	Sem prazo, depende de alterações no Sistema Atual ou desenvolvimento de outro sistema.		Evidenciação real quanto aos valores dos bens.
4	Acelerar os processos de baixas de bens inservíveis.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Normalizar fluxo de baixa patrimonial dos bens inservíveis da IDARON.	01/09/2018	31/03/2019	Manual de Gestão Patrimonial.
			SUPERVISÕES	Todas Supervisões	Estabelecer Cronograma para recolhimento de bens inservíveis no interior.			Cronograma Anual definido para recolher bens inservíveis, assim como processo de baixa.
					Recolher bens inservíveis das unidades para remeter para o Depósito Central			Concentrar bens inservíveis num local específico, a fim a logística de recolhimento.



PLANO DE AÇÃO - PATRIMONIAL

Conjunto de ações a serem implementadas frente a Auditoria Operacional-AOP realizada na IDARON pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE. (Proc.03349/2017-TCE-RO)

APONTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA OPERACIONAL - TCE	TIPO DE AÇÃO ¹	SETOR / ÓRGÃO COMPETENTE	RESPONSÁVEL / COORDENAÇÃO	AÇÃO A SER IMPLEMENTADA	PRAZO		PRODUTO
						INÍCIO	FIM	
5	Aperfeiçoar o SISPAT-1 (Permitir acesso do SISPAT às chefias e supervisões, no que tange a consultas, emissão de relatórios e termos de transferência e responsabilidade dos bens que exercem controle).	Ação Setorial	COTIC	Boniek Bezerra Santos	Parametrizar Sistema de Patrimônio	Prazo a ser fornecido pela COTIC		Sistema permitindo acesso a Supervisões.
7	Instituir e Nomear Comissão Especial de Recebimento de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.	Ações Inter-setoriais	COAF / COTIC / GEMPAD / GIEL	GEMPAD	Comissão já instituída e apta a trabalhar na metodologia e classificação dos bens móveis.	-	28/03/2018	Portaria Nº228 de 28/03/2018 - IDARON - Comissão Especial de Avaliação e Recebimento de Bens Móveis
		Ação Setorial	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Analisar possibilidade da Comissão dispor de membros nas unidades descentralizadas.	01/09/2018	31/10/2018	Portaria revisada com membros do interior.
8	Aperfeiçoar o Inventário Físico-Financeiro de Bens Móveis e de Almoarifado da IDARON. (Anexos TC 13 e TC 15)	Ações Inter-setoriais	COTIC	Boniek Bezerra Santos	Parametrizar Sistema de Patrimônio e Almoarifado para que realize inventário e emita relatório gerencial- Anexo TC13 e TC14.	Prazo a ser fornecido pela COTIC		Sistema permitindo acesso a Supervisões.
9	Plano de Gestão de Riscos Patrimoniais.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD / Supervisões Regionais	Fabiano Cangussu Soares	Instituir comissão com intuito de elaborar plano de gestão de riscos patrimoniais.	01/04/2019	01/06/2019	Plano de Gestão de Risco Patrimonial definido.
12	Normatizar uso/consumo dos produtos em estoque no almoxarifado.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Normatizar uso/consumo/descarte sustentável dos bens de consumo.	01/04/2019	01/07/2019	Manual de Gestão de Estoque.
13	Implantar Sistema de Controle de estoque junto às prateleiras.	Ação Isolada	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Análise de Viabilidade quanto ao sistema de controle físico nas prateleiras.	01/10/2018	31/12/2018	Fichas Técnicas de Controle Estoque.



18	Inspeccionar bens em uso, checando condições físicas, placas de tombamento, substituições necessárias.	Ações Inter-setoriais	Todos Setores	Chefes de Unidades	Normatizar rotinas a serem realizadas pelas unidades administrativas, como forma de exercer controle interno dos bens permanentes sob a guarda da chefia.	01/09/2018	31/03/2019	Manual de Gestão Patrimonial
19	Aprimorar o meio de fixação da placa de tombamento.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Normatizar os procedimentos e localizações dos tombamentos patrimoniais.	01/09/2018	31/03/2019	Indicação expressa no Manual de Gestão Patrimonial, dos locais apropriados para tombamento.
			GAB / COAF /GEMPAD /GECC	Diversos Setores	Adquirir rotuladora, de forma a melhorar a gestão patrimonial. (Proc. Sei Nº 0015.171256/2018-79.)	07/06/2018	31/12/2018	Impressora de Etiquetas patrimoniais.

PLANO DE AÇÃO - PATRIMONIAL

Conjunto de ações a serem implementadas frente a Auditoria Operacional-AOP realizada na IDARON pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE. (Proc.03349/2017-TCE-RO)

APONTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA OPERACIONAL - TCE	TIPO DE AÇÃO¹	SETOR / ÓRGÃO COMPETENTE	RESPONSÁVEL / COORDENAÇÃO	AÇÃO A SER IMPLEMENTADA	PRAZO		PRODUTO
						INÍCIO	FIM	
14	Padronização dos itens em estoque;	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Elaboração de Atas de Registro de Preço-ARP, específicas da IDARON com intuito de melhorar a qualidade e quantidade dos materiais de consumo adquiridos.	13/03/2018	31/12/2018	ARP-Mat. Limpeza (0015.072808/2018-67) ARP-Mat. Expediente (0015.187103/2018-43) ARP-Proc.de Dados (
15	Adaptações no espaço mais amplo destinado ao estoque dos bens patrimoniais de almoxarifado e de bens móveis novos;	Ação Isolada	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Ação já implementada, em que bens de consumo e permanentes estão separados. Inclusive com espaço climatizado para itens que exigem melhor organização física. Contudo, como a organização física dos bens concentram-se de forma horizontal	01/02/2018	01/04/2018	Organização física dos bens de consumo e permanentes de forma diferenciada.
17	Instituir o Termo de Carga e Descarga Patrimonial.	Ações Inter-setoriais	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Construir modelo de Termo de Carga e Descarga patrimonial, expressando de forma detalhada o bem e o grau de responsabilidade sobre o bem.	01/09/2018	31/03/2019	Modelo de Carga e Descarga Patrimonial. (Definido no Manual de Gestão Patrimonial)
			COTIC	Boniek	Incluir no sistema a modalidade de carga e descarga patrimonial de forma a incluir nome de fornecedor e pessoa física.	Prazo a ser fornecido pela COTIC		Termo de Carga e descarga gerado eletronicamente.



PLANO DE AÇÃO - PATRIMONIAL

Conjunto de ações a serem implementadas frente a Auditoria Operacional-AOP realizada na IDARON pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE. (Proc.03349/2017-TCE-RO)

APONTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA OPERACIONAL - TCE	TIPO DE AÇÃO ¹	SETOR / ÓRGÃO COMPETENTE	RESPONSÁVEL / COORDENAÇÃO	AÇÃO A SER IMPLEMENTADA	PRAZO		PRODUTO
						INÍCIO	FIM	
21	Realização periódica dos inventários físico-financeiros dos bens móveis (uso e consumo) e imóveis.	Ação Setorial	GEMPAD	Fabiano Cangussu Soares	Normalizar a forma, tipo e cronograma a ser realizado pela IDARON, por meio do Manual de Gestão Patrimonial	01/09/2018	31/03/2019	Manual de Gestão Patrimonial
24	Realizar rigoroso levantamento patrimonial, promovendo os ajustes necessários para que sejam reconhecidos nos balanços da autarquia apenas os bens que atendam os pressupostos de "Ativos" e, a partir daí, observar os procedimentos de Depreciação, Amortização e Exaustão.	Ações Inter-setoriais	COAF / GEMPAD / COTIC	Comissão de Inventário	Instituir Comissões: a) Comissão de Inventário Físico Financeiro - Bens Móveis Portaria Nº 266/2018/IDARON-GAB - DOE Nº 82 de 04/05/2018 - 0015.153285/2018-59 ; b) Comissão de Inventário, Regularização e Reavaliação dos Bens Imóveis Portaria Nº 444/2018/IDARON-COAF - DOE Nº 139 de 01/08/2018 - 0015.257612/2018-41.	23/04/2018	31/12/2018	Reconhecimento e mensuração dos ativos patrimoniais da IDARON.

Figura 10: Plano de Ação Patrimonial.



As ações a serem implementadas pela GEMPAD, com intuito de melhorar os instrumentos de governança patrimonial, foram classificadas em 3 (três) tipos, sendo elas: a) Ação Setorial - Grupo de Ações que podem ser executadas por 1 (um) único setor, divisão ou gerência; b) Ações Inter-setoriais - Ações tomadas por dois ou mais setores da IDARON; c) Ações Intra-setoriais - Grupo de Ações que compete tanto a setores internos da IDARON, quanto externos ligados ao Poder Executivo. Esta subdivisão faz-se necessária, como forma de dimensionar a complexidade das ações a serem tomadas, justificando a necessidade de um prazo de execução dilatado.

O Plano de ação apresenta riscos de implementação na seguinte ordem: a) político - relacionado a mudança nas estruturas de governança do órgão; b) recursos humanos - servidores lotados na gestão das mudanças serem insuficientes para o tamanho trabalho a ser desenvolvido; c) Financeiros - recursos contingenciados frente as demandas gerais do órgão; d) legal - alteração em regulamentos patrimoniais.

Todos os 24 apontamentos das recomendações da Auditoria do TCE de 2017, estão sendo cumpridos a risca, iniciou-se em 2018, mas não houve tempo de concluir alguns em 2019 e, continuarão até sua conclusão em 2020, mesmo porque alguns apontamentos são contínuos.

4.1.27. INVESTIMENTOS GEMPAD – 2019

A GEMPAD em 2019 recebeu alguns equipamentos permanentes com objetivo de profissionalizar a movimentação de cargas internas e armazenamento, limpeza e bem estar social dos colaboradores. Dessa forma:

- Adquiridos 98 módulos de estantes de 7,20 metros para verticalização do galpão- dando assim maior espaço para os bens acondicionados no galpão ;
- Aquisição de uma empilhadeira com capacidade de erguer 02 toneladas – complementa a aquisição da verticalização, dando condições de armazenamento em palets até uma altura de 7, 20 metros e facilitando a movimentação de cargas pesadas, evitando assim acidentes de trabalho;



- Aquisição de envolvedora de palets – dando assim maior segurança aos equipamentos que estão nos palets, evitando assim sua queda de locais mais altos;
- Aquisição de aspirador de pó industrial para limpeza pesada nas estantes dos porta documentos e áreas internas dos porta palets;
- Aquisição de bebedouro industrial.

4.1.28. NOVOS CONTRATOS GEMPAD – 2019

Em 2019 a logística de entrega de materiais de consumo e permanente da IDARON, deu um salto de qualidade, ao buscar alternativas para minimizar os custos logísticos e promover a celeridade e rastreabilidade nas entregas destes materiais. A diretoria da Idaron ampliou o contrato vigente dos Correios³, no sentido de promover a de distribuição (*Deliver*) dos materiais, diretamente nas unidades administrativas ou, nas unidades dos correios descentralizadas. Com isso minimizou-se o custo com diárias e combustíveis nas entregas urgentes.

Visando minimizar riscos de sinistros e roubos no depósito da IDARON, executou-se em 2019 a contratação de empresa especializada em Circuito Fechado de TV - CFTV, com objetivo de realizar manutenção nas 16 (dezesesseis) câmeras⁴, para monitorar/gravar as imagens no depósito da IDARON. Este monitoramento está disponibilizado num sistema central e móvel (celular), permitindo a gravação destas imagens num período mínimo de 20 dias, além de instalação de mais uma câmera e remanejamento de outra, tendo em vista as estantes da verticalização terem tirado a boa visão de uma delas.

A seguir serão apresentadas as principais ações desenvolvidas nas Divisões de Almojarifado, Patrimônio e Documentos.

4.1.29. DIVISÃO DE ALMOJARIFADO

A Divisão de Almojarifado tem por finalidade dar suporte às unidades administrativas da IDARON, no que diz respeito ao fornecimento de material de consumo em geral, sejam eles direcionados para as atividades finalísticas e/ou meios.

³ Proc. SEI Nº 0015.004219/2017-75: Serviço de Correios

⁴ 16 Câmeras distribuídas da seguinte forma: 9 câmeras na área externa, 5 no depósito coberto e 2 em salas internas.



Sinteticamente, as atribuições da Divisão de Almoxarifado, passa pelas seguintes atividades:

- a) Realizar levantamento de demanda dos materiais de consumo e, solicitar ao setor competente, autorização de abertura de processo e aquisição;
- b) Receber, conferir, cadastrar, estocar e distribuir os materiais de consumo;
- c) Controlar as entradas e saídas dos materiais em estoque através do Sistema de Material;
- d) Receber, separar e embalar as Requisições de Material de Consumo-RMC das unidades administrativas;
- e) Conciliar a contabilidade de materiais, através da emissão de balancetes mensais/quadrimestrais/anuais dos materiais de Consumo, ou seja, entradas das Notas Fiscais liquidadas e saídas de materiais do estoque;

O Almoxarifado, para gerir o estoque de suprimento para as unidades administrativas da IDARON, contou com o Sistema de Material-SISMATERIAL, sistema desenvolvido em 2012 e que apresentava as seguintes características, conforme descrição abaixo.

Sistema	Objetivo do Sistema	Fase Sistema	Ano de Implantação	Plataforma	Sistema Operacional	Principal Linguagem de Programação	SGBD	Descrição Conteúdo da Base de Dados	Níveis de Atuação
SISMATERIAL	Controlar os materiais de consumo, bem como a solicitação, aprovação e atendimento das requisições de material. Além de fornecer relatórios para tomada de decisão a nível estratégico.	Implantado/ em manutenção	2012	Web	Multiplataforma	C# NET	SQL Server	Cadastro de material de consumo, requisições de material, Entradas de material por nota fiscal e saídas de material por requisição.	Todas as Áreas

Quadro 13: Principais Características do SISMAT.

Fonte: Coordenadoria de Informática-IDARON - Adaptação: Divisão de Almoxarifado.



Muito embora o SIS-MATERIAL tenha sido desenvolvido em 2012, encontra-se com vários módulos incompletos, como a emissão de balancetes, inventários, imagem dos itens em estoque, alerta de estoque crítico. Módulos fundamentais que possibilitariam ter um sistema mais robusto e, que evitasse retrabalhos, inconformidades e perenidades nos estoques fundamentais para a continuidade das ações.

No entanto ao final de 2019 já com funcionamento previsto para 2020 a IDARON-COTIC, providenciou um novo sistema com várias funções que atende as necessidades da IDARON a contento, evitando retrabalhos e bem auxiliando o setor no controle de almoxarifado.

No que concerne às principais ações desenvolvidas pela Divisão de Almoxarifado em 2019, podemos analisa-la em dois tópicos, sendo eles: 1) Suprimento de Estoque – 2019 e 2) Suprimento nas Unidades – 2019.

4.1.30. SUPRIMENTOS DE ESTOQUE-2019

As aquisições dos materiais de consumo da IDARON ocorreu em sua grande maioria na modalidade licitatória de Pregão Eletrônico, via adesões a Atas de Registro de Preços-ARP de outras esferas da Administração Pública.

Em 2019, no entanto, apresenta uma situação peculiar quanto as modalidades de aquisições dos materiais de consumo. A Coordenação Administrativa e Financeira acatou a solicitação da Divisão de Almoxarifado em construir Atas de Registro de Preço – ARP específica para a IDARON. Esta decisão administrativa visava corrigir os seguintes problemas de aquisições:

- uso excessivo de “caronas” em Atas de Registro de Preço, reforçava o estoque da IDARON de forma insuficiente, haja vista que os quantitativos expostos nas ARPs, são limitados, pois refletem a realidade dos órgãos participantes;
- tempo demasiadamente longo no suprimento de materiais, seja por conta do tempo médio de tramitação e realização de licitação ou, pelos atrasos nas entregas, conduzindo por sua vez a gestão de estoques precária;
- necessidade de ter uma gestão de compras mais eficientes, seja por controlar a qualidade dos bens adquiridos, quanto à padronização;



histórico relatando a necessidade de priorização/aperfeiçoamento nos Sistemas de Controle dos bens de consumo e permanentes podem ser melhor compreendidos no Proc. Sei Nº 0015.420486/2018-77.

Desta forma, a Divisão de Almoxarifado, iniciou processo de compras, ligado aos itens de consumo de maior demanda, sendo eles:

- ARP- Material de Expediente: Proc. Sei 0015.299617/2019-21;
- ARP- Material de Limpeza: Proc. Sei 0015.364295/2019-07;
- ARP- Material de Processamento de Dados: Proc. Sei 0015.371215/2019-61 e 0015.207796/2019-89.
- ARP – Aquisição de colchões: Proc. 0015.538460/2019-65;
- ARP – Aquisição de café: Proc: 0015.043211/2019-96; e
- Água Mineral: Proc: 0015.127446/2019-30.

Muito embora as ARP's da IDARON não tenham fornecidos materiais no presente exercício, possibilitaram ao setor, ter uma Ata específica, adequando à realidade do Setor.

Nesse período, o Setor de Almoxarifado recebeu um total de R\$ 531.290,51 em materiais de consumo. Maior entrada desses materiais foi de material de expediente (grupo 16-R\$ 247.191,25 mil) e material de processamento de dados (grupo 17-R\$ 141.153,00 mil). No Ano de 2019 o saldo financeiro foi de R\$ 584.929,67 e físico de 118.926 unidades de bens, conforme Balancete Sintético de 2019 descrito no Quadro a seguir.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSilVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA-IDARON
Relatório de Gestão - IDARON 2019



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA									
Br 364, Km 078, nº9.280 C, Fração do lote nº0031 Quadra nº999 - BAIRRO AERoclUBE - PORTO VELHO/RO									
IDARON									
BALANCETE SINTÉTICO - PERÍODO: 01/01/2019 A 31/12/2019									
GRUPO	SALDO ANTERIOR 2018		ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL		
33.90.30.01	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	541	10.154,57	0	0,00	349	6.550,73	192	3.603,84
33.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	2.917	18.578,81	7.408	39.421,51	7.055	41.215,44	3.270	16.784,88
33.90.30.11	PRODUTOS QUÍMICOS	6	137,40	0	0,00	2	45,80	4	91,60
33.90.30.12	MATERIAL DE COUTELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO	652	10.541,21	0	0,00	9	2.639,05	643	7.902,16
33.90.30.13	MATERIAL DE CAÇA E PESCA	236	27.463,24	0	0,00	16	1.863,74	220	25.599,50
33.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	57.880	161.396,77	51.830	247.191,25	58.938	179.717,05	50.772	228.870,97
33.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.815	61.917,15	2.845	141.153,00	2.473	120.276,16	2.287	82.793,99
33.90.30.18	MATERIAL E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO	5.889	100.665,26	15.129	17.253,00	11.425	11.719,61	9.573	106.198,65
33.90.30.19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	5.750	40.039,89	100	1.200,00	4.792	19.676,86	1.058	21.563,03
30.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.697	8.395,21	0	0,00	1.452	4.522,63	1.245	3.872,58
30.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	7.404	19.399,04	12.950	85.071,75	18.602	79.865,37	1.752	24.605,42
30.90.30.23	MATERIAL UNIFORME, TECIDOS E AVIAMENTOS	106	1.491,55	0	0,00	1	15,04	105	1.476,51
30.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	825	5.011,61	0	0,00	330	2.009,57	495	3.002,04
30.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	1.008	29.472,56	0	0,00	257	11.850,05	751	17.622,51
30.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	42.514	33.572,30	0	0,00	7.601	10.234,35	34.913	23.337,95
30.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	14.964	11.497,56	0	0,00	3.626	916,35	11.338	10.581,21
30.90.30.42	FERRAMENTAS	404	4.817,25	0	0,00	123	1.353,83	281	3.463,42
30.90.30.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	47	6.196,24	0	0,00	20	2.636,83	27	3.559,41
TOTAL MATERIAL EM ESTOQUE		145.635	550.747,62	90.362	531.290,51	117.071	497.108,46	118.926	584.929,67

Figura 11: Balancete Sintético IDARON-2019.



4.1.31. SUPRIMENTO NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS-2019

O processo de atendimento das Requisições de Materiais de Consumo- RMC, passam geralmente por 6 fases, sendo elas: 1ª) Solicitação da Unidade Consumidora; 2ª) Validação da Supervisão; 3ª) Aprovação pela coordenação Administrativa 4ª) Atendimento da RMC 5ª) Separação de Material, sendo um processo interno de atendimento e separação de material a ser distribuído; 6ª) Recebimento do Material na unidade. Dessa forma, há maior controle no que tange às requisições conforme sequência de fases demonstradas abaixo.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA



AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL - IDARON

Unidade de Consumo		Nº Requisição : 32914				
ULSAV DE PORTO VELHO		Solicitante: NAIANE PAIVA RODRIGUES				
		Data/Hora: 18/12/2019 10:55:21				
		Valor Total: 0,00				
Código	Material	Unidade	Qtd. Solicitada	Qtd. Atendida	Valor Unitário	Valor Total
30.16.0560	Certificado de inspeção sanitaria modelo E	Bloco	4	2	0,00	0,00
	Nome	Lotação			Data/Hora	
Validação	SAULO ROBERTO FRANCO SANTARÉM	REGIONAL DE PORTO VELHO			18/12/2019 12:29:33	
Aprovação	ANA APARECIDA PEREIRA POQUIVIQUI	DIRETORIA ADM. E FINANCEIRA			23/12/2019 10:00:20	
Atendimento	ALEXANDRO ALMEIDA DA SILVA	GESTÃO DE PATRIMONIO, MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO			26/12/2019 7:20:51	

Figura 12: Modelo de Requisição com todas as fases aprovadas.

Fonte: Divisão de Almoxarifado- Fev.2018.

Para desenvolver a atividade de distribuição de material ao longo do ano de 2019, geralmente é desenvolvido o Cronograma de Entrega de Materiais, disponibilizado no SISMATERIAL, onde são estabelecidas datas de separação, entrega e retirada de materiais, incluindo unidades administrativas e setores administrativos e técnicos. Tal organização possibilitou a adequação, seja por falta de servidores que desempenham as atividades de atendimento, quanto proporcionar maior economicidade ao custo com a logística de entrega e diárias. Dessa forma, essa atuação possibilitou desenvolvimento das atividades de forma mais planejada, assim como possibilitou o desenvolvimento de outras rotinas internas, a exemplo da guarda de materiais, limpeza, organização e conferência.



DEZEMBRO 2019						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
1	2 Separação Eixo Vilhena	3 Separação Eixo Vilhena	4 Separação Eixo Vilhena	5 Entrega na IDARON Central	6 	7
8	9 Separação Regional Porto Velho	10 Separação Regional Porto Velho	11 Separação Regional Porto Velho	12 Entrega na IDARON Central	13 Carregamento Do Caminhão Para entrega eixo Vilhena	14
15	16 Separação Regional Porto Velho	17 Data limite Para Validar Requisições da Regional Porto Velho	18 Separação Regional Porto Velho	19 Entrega na IDARON Central	20 Separação Regional Porto Velho	21
22	23 Separação Regional Porto Velho	24 	25 	26 Entrega na IDARON Central	27 	28
29	30 	31 	 Entrega de Material Eixo Vilhena Trabalho interno			

Figura 13: Cronograma de Entrega de Material (Dezembro-2019).

No que tange ao atendimento das requisições ao longo de 2019, verificou-se que houve um total de R\$ 497.108 mil aproximadamente de saídas de materiais. Elas apresentaram variação mensal ao longo do ano.

Quando se analisa as requisições de forma regionalizada, verifica-se conforme gráfico a seguir, que as regionais que mais demandaram materiais de consumo foram: 1ª) Ariquemes; 2ª) Vilhena e 3ª) Sede Administrativa.



Figura 14: Valores das Requisições Regionalizadas.

Fonte: Divisão de Almojarifado- Dez.2019.



4.1.32. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

A Divisão de Patrimônio tem como função principal, dar suporte a toda infraestrutura da IDARON, quanto ao fornecimento de equipamentos permanentes necessários para as atividades dos diversos setores da IDARON, administrar e fiscalizar a utilização e guarda dos bens móveis e imóveis, além de orientar os setores sobre a prática de conservação da manutenção do reparo e da administração em si dos bens permanentes.

De forma geral, a Divisão de Patrimônio tem como Atribuições:

- a) Receber, conferir, cadastrar, tombar e distribuir sob controle todos os bens duráveis adquiridos;
- b) Fazer a manutenção sistêmica do controle físico e contábil do patrimônio, registrando transferências, baixas, manutenções e etc.;
- c) Conciliar a contabilidade patrimonial e emitir balancetes;
- d) Recolher todos os bens inservíveis e mantê-los sob controle separadamente por fonte de recursos (Convênios, recursos próprios, FEFA, FESA);
- e) Proceder à baixa e desfazimento dos bens desvinculados de convênios;

Para gerenciar as ações da Divisão de Patrimônio, a IDARON conta com o Sistema de Patrimônio-SISPAT, que foi criado em 2007 e que permite ter um controle dos registros patrimoniais e movimentação, apresentado as principais características abaixo:

Quadro 14: Principais Características do SISPAT.

Nome Sistema	Objetivo do Sistema	Fase Sistema	Ano de Implantação	Plataforma	Sistema Operacional	Principal Linguagem de Programação	Sistema de Gerenciamento de Banco de	Descrição Conteúdo da Base de Dados	Níveis de Atuação
sis-PAT	Controlar os Bens Patrimoniais desde a Aquisição, Transferências, Inventários até as Baixas	Implantado / em manutenção	2007	Desktop	Windows	Delphi 7.0	SQL Server	Cadastro dos Bens Patrimoniais, Unidades, Convênios, Fornecedoros, Controle das Transferências, Controle dos Inventários, Histórico das Movimentações dos Bens, Controle de Acesso dos Usuários	Nível Operacional da Área Técnica e Níveis Estratégico, Tático e Operacional da Área Administrativa

Fonte: Coordenadoria de Informática-IDARON - Adaptação: Divisão de Patrimônio.



O SISPAT, atualmente, encontra-se defasado e inadequado frente as boas práticas de governança patrimonial. Este sistema, por exemplo, não realiza a depreciação de bens, e emite poucos relatórios gerenciais. Estes e inúmeros outros itens foram apontados pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado⁵.

Divisão de Patrimônio da IDARON ao longo de 2019, pode ser analisada pelos seguintes tópicos, sendo eles: 1) Movimentação Patrimonial IDARON - 2019; 2) Movimentação Patrimonial FESA – 2019.

4.1.33. MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL IDARON-2019

No que concerne a movimentação de bens patrimoniais da IDARON, pode-se iniciar pelas incorporações de bens patrimoniais ao Patrimônio da IDARON, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Quadro 15: Bens Permanentes incorporados ao Patrimônio da IDARON 2019.

Ordem	BENS	UNIDADE MEDIDA	REGIÃO										QT. TOTAL	Valor Unitário
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X		
1	Veículo montana	und	1	1	-	1	-	-	-	-	1	-	4	R\$ 156.900,00
2	Veículo montana	und	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	R\$ 53.799,70
3	Fragmentadora Industrial de Papel	und	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	R\$ 69.100,00
4	Paleteira	und	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	R\$ 1.880,00
5	Empilhadeira Retrátil	und	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	R\$ 129.312,49
TOTAL GERAL			5	1	0	1	0	0	0	0	1	0	8	R\$ 410.992,19

Fonte: Divisão de Patrimônio

Obs.1: Item são bens oriundos de Recursos Próprios. (Fonte 3240- Recurso Arrecadados diretamente pela entidade)

⁵ Auditoria Operacional do Tribunal de Contas apontou algumas inconformidades nos processos de governança Patrimonial e estoques. Podendo ser visualizado o relatório no Proc. Sei Nº0015.059029/2018-76.



Houve desincorporações pela Divisão de Patrimônio, na IDARON, ao longo de 2019, conforme quadro demonstrado abaixo.

Quadro 16: Bens Baixados-Patrimônio IDARON.

Relação de Desincorporação de Bens Patrimonial do IDARON			
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.01.09 / GRUPO: MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA			
Classe ID	Classe Nome completo	Reclassificação	Totais
10914	Lavadora de Alta Pressão	Baixa Definitiva	360,83
10921	Motor de Popa 40 HP	Baixa Definitiva	10.350,00
Total do Grupo			10.710,83
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.04.05 / GRUPO: EQUIPAMENTO PARA AUDIO, VIDEO E FOTO			
Classe ID	Classe Nome completo	Reclassificação	Totais
40509	DVD Player	Baixa Definitiva	123,38
40504	Máquina Fotográfica	Baixa Definitiva	412,5
Total do Grupo			535,88
GRUPOS			
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.01.09 / GRUPO: MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA			10.710,83
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.04.05 / GRUPO: EQUIPAMENTO PARA AUDIO, VIDEO E FOTO			535,88
TOTAL			11.246,71

O recolhimento de bens inservíveis nas unidades descentralizadas da IDARON constitui uma rotina normal. Geralmente, o recolhimento é realizado, aproveitando a logística de entrega de bens de consumo. Em que, após a entrega dos bens de consumo no eixo Ariquemes a Vilhena, o caminhão retorna, passando nas regionais, recolhendo os bens inservíveis. Com o advento da Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado⁶, estabeleceu-se como rotina, planejar viagens com intuito específico de recolher bens inservíveis, podendo ser acompanhado nos Processos públicos, gerados no SEI, Nº 0015.272951/2018-57 / 0015.305582/2018-96.

Em 2019, foram recolhidos, aproximadamente, 793 unidades de bens permanentes, que representaram um total de R\$ 679.308,72 (Seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e oito reais e setenta e dois centavos).

⁶ Processo TCE 03349/20 17 - TCE-RO Auditoria Operacional e Avaliação dos Controles Patrimoniais dos bens móveis (permanente e de consumo) da IDARON

⁷ Lei de criação, Lei nº 536, de 09/12/2015, e regulamentação, através do Decreto nº 19.825, de 12 de maio de 2015, publicado no DOE nº 2.696, da mesma data.



4.1.34. MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL FESA-2019

O Fundo Estadual de Sanidade Animal-FESA, após mudança em sua legislação⁷, onde ampliou sua função de mero fundo arrecadador, para fomentar investimentos diretos no fortalecimento da defesa sanitária animal, passou a incorporar bens patrimoniais autônomos e independentes da IDARON.

Em 2019 o FESA realizou investimentos na ordem de R\$12.679.455,18 (Doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos), com um total de 1.355 unidades de bens permanentes distribuídos em todas as unidades administrativas⁸ da IDARON, conforme bens permanentes descritos no quadro a seguir.

Quadro 17: Bens Incorporados ao Patrimônio-FESA 2019.

BENS	UNIDADE MEDIDA	QT. TOTAL	VALOR TOTAL
Aspirador de Pó Industrial	Unidade	1	12.580,00
Veículo Pick-Up tipo Montana	Unidade	25	1.347.019,00
Impressoras Samsung	Unidade	10	28.499,70
Computadores DELL	Unidade	286	1.252.680,00
Porta Palete	Módulos	98	230.976,20
Telefone com fio	Unidade	30	1.188,90
Armário em Aço	Unidade	40	27.890,00
Televisores	Unidade	98	156.841,33
Centrais de ar condicionado	Unidade	8	11.269,00
Cadeiras giratória	Unidade	10	3.895,00
Estantes em aço	Unidade	6	1.434,00
Telefone sem fio	Unidade	126	11.946,06
Frigobar	Unidade	4	3.121,92
Ducha Linea (Chuveiro)	Unidade	4	400,72



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Lavadora de Alta Pressão	Unidade	2	799,98
Freezer Vertical	Unidade	2	4.240,82
Televisor de 32"	Unidade	2	2.208,00
Televisor de 43"	Unidade	13	18.999,50
Televisor de 50"	Unidade	16	31.866,88
Televisor de 60"	Unidade	3	11.088,90
Quadriciclos	Conjunto	4	131.880,00
Escada	Unidade	2	1.117,40
Ar condicionado de janela	Unidade	8	17.488,00
Camionetes Hilux	Unidade	17	R\$ 2.199.800,00
Camionetes Hilux	Unidade	25	R\$ 3.497.750,00
Rack de Piso	Unidade	1	R\$ 4.500,00
Patch Panel 24 portas	Unidade	1	R\$ 600,00
Switch 24 portas	Unidade	4	R\$ 26.800,00
Camera Dome infravermelho HDCVI 2,8 VIID 3220 full HD	Unidade	8	R\$ 116.000,00
Kiit Rádio Cliente 5.4 GHZ a 5.8 ghz	Unidade	14	R\$ 53.200,00
Kiit Rádio Multiponto com Cobertura de 360°	Unidade	2	R\$ 36.000,00
Kiit Rádio Repetidora	Unidade	7	R\$ 28.000,00
Servidor de imagem 24 TB	Unidade	1	R\$ 52.000,00
Torre Estaiada 50 metros	Unidade	1	R\$ 98.000,00
Joystick	Unidade	1	R\$ 9.000,00
Estação de monitoramento completa	Unidade	2	R\$ 10.000,00
Nobreak 1500 VA	Unidade	2	R\$ 2.351,00
Conjunto elétrico	Unidade	17	R\$ 69.445,00
Televisor de LED 55"	Unidade	2	R\$ 7.400,00



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Licença de Softwares	Unidade	1	R\$ 8.400,00
Nobreak 5 KVA	Unidade	1	R\$ 13.000,00
Braço extensor para câmeras	Unidade	7	R\$ 3.500,00
Sistema de Energia solar Tipo 01	Unidade	4	R\$ 48.000,00
Sistema de Energia solar Tipo 02	Unidade	6	R\$ 90.000,00
Torre Estaiada 45 metros	Unidade	1	R\$ 90.000,00
Torre Estaiada 60 metros	Unidade	2	R\$ 240.000,00
Kit poste 15 metros	Unidade	3	R\$ 24.000,00
Kit poste 11 metros	Unidade	5	R\$ 30.000,00
Lacha em Alumínio 6 metros	Unidade	5	R\$ 153.815,00
Motor de Popa 90HP - Mercury	Unidade	5	R\$ 180.765,00
Impressora Laser Multifuncional	Unidade	40	R\$ 113.998,80
Bebedouro industrial	Unidade	111	R\$ 149.319,27
Computadores	Unidade	200	R\$ 876.000,00
Telefone via satélite	Unidade	30	R\$ 123.000,00
Aeronave Anfíbia (1)	Unidade	1	R\$ 955.000,00
Scanner de Mesa (2)	Unidade	30	R\$ 60.379,80
TOTAL GERAL			12.679.455,18

Divisão de Patrimônio-Fev.2019

(1) Aeronave adquirida, liquidada no valor acima citado e pago o valor de 50 % conforme 2019OB00119, tal procedimento foi previsto em contrato no processo de aquisição nº 0015.261021/2018-78, no entanto este valor não entrou no computo geral deste relatório, pois ainda não foi recebido por esta gerência.

Atualmente os bens permanentes do FESA estão na ordem de R\$21.107.490,52 (Vinte e um milhões, cento e sete mil, quatrocentos e noventa reais, cinquenta e dois centavos), conforme quadro de incorporações demonstrado a seguir. Deste total, somente em 2019 foi incorporado aproximadamente R\$12.679.455,18 (Doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos).



Em 2019, houve baixas patrimoniais no FESA, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir, extraído do SISFESA, onde evidencia as incorporações e baixas no exercício.

Quadro 18: Incorporações e Baixas Patrimoniais - FESA 2019.

Relação de Desincorporação de Bens Patrimonial do FESA			
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.03.01 / GRUPO: APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS			
Classe ID	Classe Nome completo	Reclassificação	Totais
030106	Freezer Horizontal	Baixa Definitiva	1757,95
Total do Grupo			1757,95
GRUPOS			
ID GRUPO: 1.2.3.1.1.03.01 / GRUPO: APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS			1757,95
TOTAL			1757,95

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoral do Estado de Rondônia - IDARON SETOR DE ALMOXARIFADO e PATRIMÔNIO		INFORMATIVO DO MOVIMENTO DE INCORPORAÇÕES E BAIXAS DE BENS MÓVEIS		EXERCÍCIO 2019	FOLHA 01
COMPLICAÇÃO	DATELOGRAFIA	CONFERÊNCIA	VISTO	MES dezembro	
CLASSIFICAÇÃO		INCORPORAÇÕES		BAIXA	
CÓDIGO	NOMENCLATURA	NO MÊS	NO EXERCÍCIO	NO MÊS	NO EXERCÍCIO
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		524.602,46		
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOI		131.919,70		
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS		708.290,00		
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA		799,96		
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO		46.200,00		
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS/AGROPECUÁRIOS E RODOVIÁRIOS		34.059,00		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		4.893.728,54		
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		174.855,21		
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL		1.142.457,64		
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL		587.857,97		
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAL BIBLIOGRÁFICO		12.975,86		
1.2.3.1.1.04.06	EQUIPAMENTO PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		388.628,87		
1.2.3.1.1.09.01	VEÍCULOS DIVERSOS		60.900,00		
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA		11.704.569,00		
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCAÇÕES		334.580,00		
1.2.3.1.1.08.03	BENS MÓVEIS A REPARAR		220.976,20		
TOTAL		0,00	21.107.490,52		

Figura 15: Informativo do movimento de incorporações e baixas de bens móveis.

4.1.35. DIVISÃO DE DOCUMENTOS

A Divisão de Documentos em 2019 consolidou o setor, seja por ter um servidor efetivo no setor, quanto no delineamento dos procedimentos internos. A lotação de servidor do Quadro da IDARON, a partir de abril de 2019, para gerenciar os documentos oficiais da IDARON possibilitou estruturar a



Divisão de forma consistente e perene, garantindo principalmente a continuidade nos serviços a serem executados.

Em 2018 foi nomeada Comissão de Gestão Documental com a finalidade de gerenciar de forma cooperativa com a Divisão de Arquivo Geral o Setor. A comissão atua na proposta de medidas e alternativas tecnológicas, assim como, ao padronizar processos referentes à gestão documental que vai da recepção, registro, digitalização, arquivamento, desarquivamento e, por fim, eliminação de documentos. - Portaria no 435/2018/IDARON-COAF- DOE Nº 134 de 25/07/2018.

Outro ato administrativo, importante, no período refere-se na publicidade da Tabela de Temporalidade. Esta tabela teve por trás um trabalho de categorização dos documentos oficiais da IDARON por assuntos, visando agrupá-los no mesmo tema de forma a facilitar as tarefas de arquivamento, recuperação e eliminação, conforme modelo apresentado abaixo - Portaria no 463/2018/IDARON-COAF-DOE Nº 153 de 21/08/2018:

Quadro 19: Demonstrativo da Tabela de Temporalidade.

ASSUNTO	PRAZOS DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÕES
	FASE CORRENTE	FASE INTER-MEDIÁRIA		
000 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
001 MODERNIZAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA PROJETOS, ESTUDOS E NORMAS	Enquanto vigora	5 anos	Guarda permanente	
002 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE TRABALHO	5 anos	9 anos	Guarda permanente	
003 RELATÓRIOS DE ATIVIDADES	5 anos	9 anos	Guarda permanente	São passíveis de eliminação os relatórios cujas informações encontram-se recapituladas em outros.
004 ACORDOS, AJUSTES, CONTRATOS, CONVÊNIOS	Enquanto vigora	10 anos	Guarda permanente	
100 DOCUMENTOS ZOOSANITÁRIOS				
101 ADVERTÊNCIA;	2 anos	3 anos	Eliminação	
102 ATESTADO DE VACINAÇÃO CONTRA BRUCELULOSE - MOD. I;	2 anos	3 anos	Eliminação	
103 ATESTADO DE VACINAÇÃO CONTRA BRUCELULOSE - MOD. II;	2 anos	3 anos	Eliminação	
104 AUTO DE APREENSÃO (REVENDA AGROPECUÁRIA)	2 anos	3 anos	Eliminação	
105 AUTO DE APREENSÃO (S.I.E);	2 anos	3 anos	Eliminação	
106 AUTO DE DESTRUIÇÃO;	2 anos	3 anos	Eliminação	
107 AUTO DE INFRAÇÃO - MODELO I	2 anos	3 anos	Guarda permanente	
200 DOCUMENTOS AGROFITOSSANITARIOS				
201 PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS	2 anos	3 anos	Eliminação	
202 RECEITUÁRIO AGRONÔMICO	2 anos	3 anos	Eliminação	
203 CONTROLE DE ESTOQUE	2 anos	3 anos	Eliminação	
204 MAPA DE BARREIRA	2 anos	3 anos	Eliminação	

Fonte: Divisão de Documentos, Fev.2019.

Frente ao emaranhado de caixas arquivadas alocadas nas estantes, criou-se um banco de dados no Microsoft Office Excel, enquanto não é desenvolvido/adquirido software de apoio, visando unificar os documentos armazenados nas estantes com os prazos legais de guarda. Assim, os documentos oficiais são ordenados e arquivados de forma padronizada, facilitando o arquivamento e localização dos mesmos. Este mesmo banco permite localizar de forma rápida e eficiente os arquivos, assim como, controla a saída de documentos.



A aquisição da fragmentadora industrial em 2018 permite um ganho imenso na qualidade dos serviços executados pela IDARON, pois permite a destruição de documentos oficiais, desde que vencida a sua temporalidade, de forma legal, segura e sustentável, bem como o gerenciamento de espaços úteis após fragmentação.



Figura 16: Modelo da Fragmentadora Adquirida.

Fonte: Divisão de Documentos, Fev.2019 Obs.: Proc. Sei N° 0015.002290/2017-13.



Alguns procedimentos internos estão sendo criados de forma cooperativa com a comissão, isso estabelece protocolos de procedimentos em que facilita processos de Descarte, bem como o Fluxograma para Eliminação de Documentos Oficiais, apresentado a seguir.

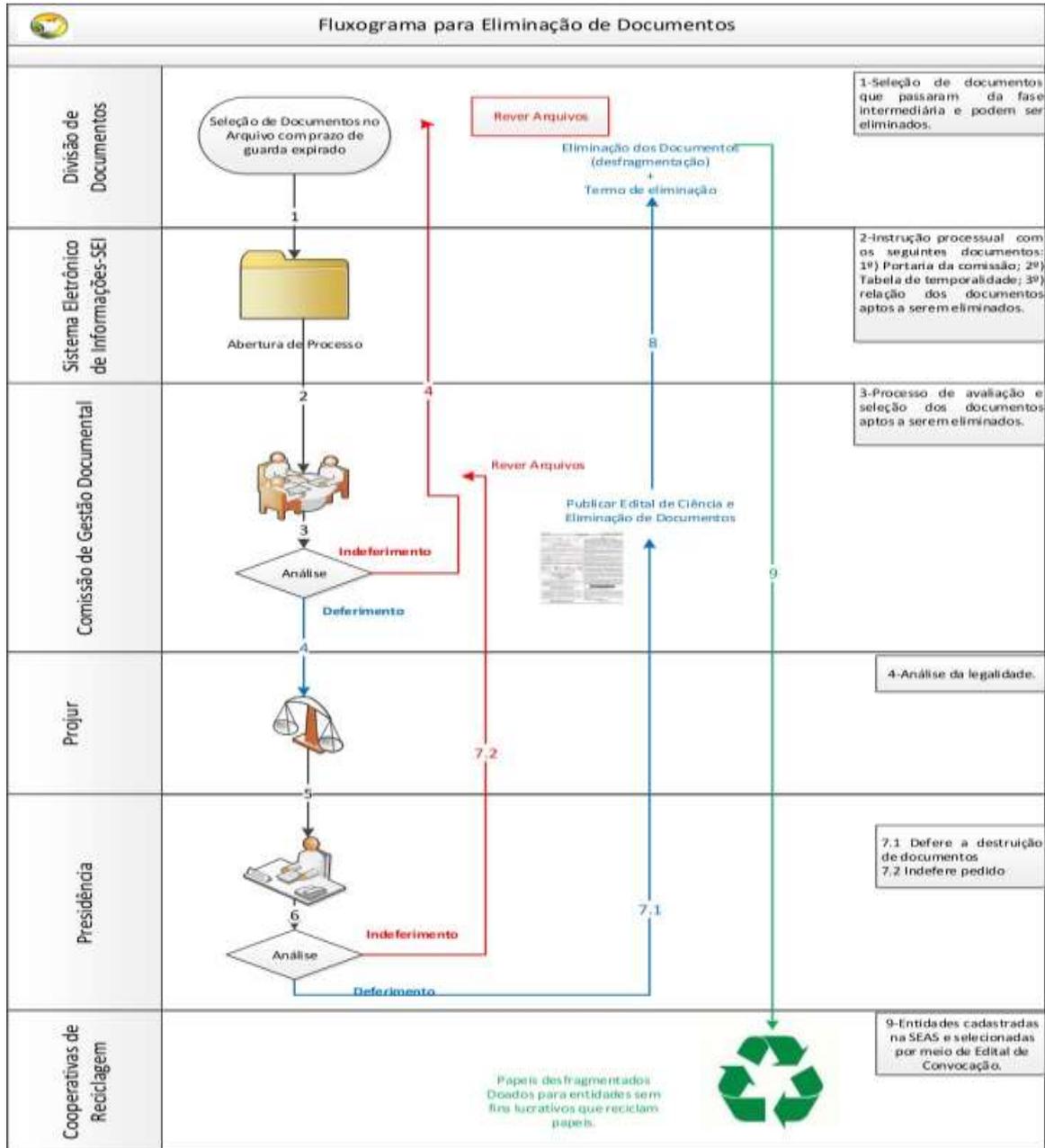


Figura 17: Fluxograma para eliminação de documentos.



4.1.36. Setor de Julgadoria

A Julgadoria Oficial da IDARON (Conselho Julgador) julga os processos administrativos de Autos de infração em Primeira instância como trânsito de animais, movimentações irregulares de animais, não vacinação de animais, não declarações de animais, controle de estoque de vacina entre outros. Anteriormente o setor julgava processos de má condicionamento e trânsito de produtos de Origem animal, todavia com a instituição do G.I.P.O.A (Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal), que regulariza o Sistema de Inspeção Estadual, cuja Lei 4.130 de 04 de setembro de 2017 e o Decreto 22.991 de 03 de julho de 2018 passou a fiscalizar e julgar os processos de auto de infração.

Após as autuações serem feitas em campo e serem cumpridos todos os trâmites legais, os processos competentes ao setor são recebidos e movimentados para cada setor específico. Portanto, a primeiro momento é verificado se estão instruídos corretamente, em sequência são consultados se foram pagos. Assim, ora são julgados em primeira instância, ora são publicados em Diário Oficial quando não assinados pelo infrator. As movimentações realizadas também pelo setor são de diligências a unidade, Segunda Instância, Notificação, e quando não quitados e cumpridos todas as exigências legais administrativas são encaminhados para Dívida Ativa, cuja esta ação é realizada pelo setor da Procuradoria Autárquica da IDARON. Quando realizados todos os passos e quitados os autos de infração, logo são enviados a unidade para o seu arquivamento.

Nos exercícios dos anos de 2017, 2018 e 2019 houve uma gradativa melhoria no preenchimento nos Autos de infrações, o que demonstra a evolução e efetividade das ações de educação sanitária desenvolvidas pelas equipes técnicas da IDARON, bem como na autuação dos processos, o que propicia a legalidade e lisura do trâmite processual.

Destacamos o apoio recebido da Procuradoria Autárquica da IDARON, que muito contribuiu para o julgamento dos processos com transparência e legalidade, bem como dos setores de Contabilidade e Informática.

A Julgadoria possuía 03 (três) Julgadores, o que contribuiu para o maior desempenho das atribuições pertinentes e a credibilidade do setor nas ULSAV's e maior motivação na fiscalização. Entretanto no exercício de 2019 o quadro de julgadores reduziu



para apenas 1 (um) julgador, logo se tornando insuficiente para demanda do número de processos tramitados.

No decorrer dos anos de 2019, após a instituição do SEI-RO, houve um aprimoramento do trâmite processual com o auxílio da ferramenta, normatizado pelo decreto Nº 21.794, de 5 de abril de 2017.

A quantidade de processos transitados em julgado e movimentados na Julgadoria durante o exercício em análise consta nas seguintes tabelas abaixo:

Quadro 20: Relação de Processos Cadastrados e Enviados a Inscritos na Dívida Ativa – 2019.

Processo	Quantidade
Processos Cadastrados na Julgadoria	2.417
Processos Enviados para Inscritos na Dívida Ativa do Estado – Procuradoria Autárquica	84

Fonte: Setor de Julgadoria - IDARON Fev. 2020.

2019. Tabela 11: Relação das Análises Processuais na Julgadoria –

Tipo de Análise Processual	Quantidade
Processos Analisados	708
Processos Julgados em Primeira Instância	2.005
Processos Enviados para Julgamento em Segunda Instância	201
Processos em Diligência	168
Processos Consultados ao SIS-IDARON	4.795
Despachos em Processos	2.166



Processos enviados para Publicação	216
Processos Quitados	1.471

Fonte: Setor de Julgadoria - IDARON Fev. 2020.

Tabela 12: Relação de trâmites processuais SEI-RO no período de (01/01/2019 – 31/12/2019) na Julgadoria – 2019.

Movimentações de Processo Via SEI-RO no período de 2019	Quantitativos
Adendo	13
Análise	74
Ata	3
Atestado	7
Auto	4
Autorização	17
Avaliação de desempenho	1
Balanço	1
BO-Boletim de Ocorrência	1
Boleto	15
Cadastro	2
Certidão	3
Certificado	7
CNH	1
Comprovante	16
Comunicação	1
Consulta	855
Contracheque	5
Cronograma	2
DARE	1.043
Decisão	1.485
Declaração	2
Decreto	2
Defesa	10
Despacho	1.481
Diário	71
Diploma	1
Documentos Pessoais	4



Edital	6
Extrato	1
Ficha	22
Folha	1
Formulários	1
Informação	3
Instrução	2
Justificativa	1
Nota	1
Notificação	21
Ofício	3
Orientação	1
Pedido	1
Petição	6
Portaria	16
Procuração	7
Recibo	1
Recurso	4
Registro	2
Relatório	3
Relatório de Comprovação de Diárias	1
Requerimento	8
Resposta	5
RG	2
Termo	41
Total	5.287

Fonte: Setor de Julgadoria - IDARON Fev. 2020.

4.1.37. Procuradoria Jurídica - PROJUR

Os Procuradores Autárquicos, que são Advogados Públicos e se encontram em situação de defasagem organizacional e remuneratória condigna com as responsabilidades assumidas, exercem função essencial à justiça e ao regime da legalidade dos atos da administração pública estadual traduzindo-se em segurança jurídica para o ente público a que estejam vinculados.



Nesse contexto, temos os Procuradores Autárquicos, que são ramo da Advocacia Pública de Rondônia e, por isso, o Estatuto da Advocacia dispõe em seu art. 6º e parágrafo único:

Art. 6º Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.

Parágrafo único. As autoridades, os servidores públicos e os serventuários da justiça **devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho.** (Grifo nosso)

4.1.38. DAS ATIVIDADES DO CARGO E LEGISLAÇÕES PERTINENTES

Cumprindo inicialmente afirmar que a lei complementar 665, art. 4º, III que é de competência dos Procuradores Autárquicos, agregando os cargos de igual nomenclatura, cujas atribuições típicas e exclusivas de Estado são de alta complexidade, tendo como incumbência privativa a **consultoria e assessoramento** jurídico da entidade autárquica, bem como sua **integral representação judicial e extrajudicial**, inclusive para apuração de seus créditos, de qualquer natureza, relacionados com o exercício de suas atividades institucionais, com a respectiva inscrição em dívida ativa, exigindo-se, para ingresso na carreira, formação superior de graduação em Ciências Jurídicas ou Direito e regular inscrição na respectiva entidade fiscalizadora do exercício da profissão.

Os Procuradores Autárquicos são fiscais da lei *interna corporis* em relação às autarquias que estejam vinculados. Dentre outras atribuições, os Procuradores Autárquicos tem inerentes ao exercício de sua função, ainda que implicitamente, as seguintes atividades:

- a) Exercer a representação judicial das Autarquias;
- b) Prestar consultoria jurídica à administração pública indireta;
- c) Zelar pelo cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado de Rondônia, bem como pelos preceitos fundamentais delas decorrentes;
- d) Zelar pela constitucionalidade dos atos dos dirigentes das Autarquias e pela observância dos princípios inerentes à administração pública;



- e) Promover ações civis públicas para a proteção do patrimônio público e ações de improbidade administrativa;
- f) Desenvolver a advocacia preventiva tendente a evitar demandas judiciais e contribuir para o aprimoramento institucional da administração pública, inclusive mediante a elaboração de minutas projetos de lei e de outros diplomas normativos;
- g) Estabelecer princípios e diretrizes para o funcionamento do Sistema de Advocacia de Estado;
- h) Zelar pela probidade administrativa, vistar processos administrativo-disciplinares, nos casos previstos em lei, no âmbito da administração pública da Administração indireta, emitindo parecer nos que devam ser encaminhados à decisão final;
- i) Exercer a representação em juízo nos processos em fase de liquidação e execução de sentença, bem como nos precatórios junto aos Tribunais;
- j) Reger o procedimento administrativo de indenização extrajudicial em face de danos decorrentes de atos da administração pública estadual, na forma da lei;
- k) Promover procedimento de controle da legalidade pertinentes as autarquias as quais estão vinculados; e
- l) Exercer outras funções compatíveis com sua natureza institucionais que lhe forem conferidas por lei.

Dessa forma, os Procuradores Autárquicos da Agência IDARON em uma organização de fato, dividindo as suas atribuições para racionalizar e melhorar o desempenho de suas atividades.

Compete ao Procurador do Contencioso da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON:

- I. Representar a Autarquia em juízo;
- II. Atuar nas causas em que a Autarquia for autora, ré, reclamada, oponente, assistente, ou em que haja interesse público a tutelar, produzindo as peças processuais necessárias;
- III. Interpor recursos dos despachos e sentenças contrários à Autarquia, assim como ingressar com recursos e peças pertinentes, exceto quando patentemente for inviável, dispendioso, com expressa anuência do Procurador Geral;
- IV. Manter registro atualizado pertinente a todos os processos em que a Autarquia for



- ou tenham sido parte;
- V. Manter o controle do fluxo velando pelo fiel cumprimento das finalidades legais e procedimentais elaborando anualmente, ou sempre que necessário ou for solicitado, demonstrativo da economia em vista da atuação dos Procuradores da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;
- VI. Delegar atos previstos neste artigo a Procurador Estadual Autárquico atuante no contencioso.

Compete ao Procurador do Administrativo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON:

- I. Representar extrajudicialmente a Autarquia nas causas referentes a Direito Administrativo, em especial no que diz respeito a direitos dos servidores, requerimentos e solicitações e exercício do poder de polícia administrativa, praticando, elaborando pareceres acerca das suas matérias, despachos fundamentados, despacho de andamento, dentre outros;
- II. Atuar na elaboração de pareceres quanto à interpretação de leis e atos normativos de interesse da autarquia;
- III. Orientar a aplicação de ordem judicial no que concerne à matéria administrativa; e
- IV. Desempenhar outras atividades correlatas.

Compete ao Procurador da Dívida Ativa e Fiscal da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON:

- I. Apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da Autarquia de natureza não tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial;
- II. Representar a Autarquia na execução de sua dívida ativa;
- III. Representar a Autarquia nas causas de natureza fiscal;
- IV. Exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da Autarquia no que diz respeito a direito tributário;
- V. Atuar nos processos administrativos decorrentes de autos de infração referentes ao exercício do poder de polícia de competência fiscalizatória da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;
- VI. Notificar os produtores com débitos junto a Agência de Defesa Sanitária



Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON visando a recuperação dos créditos;

- VII. Encaminhar CDA´s para o cartório de protestos;
- VIII. Elaborar termo de parcelamento de débitos decorrentes da ação fiscalizatória da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;
- IX. Manter o controle do fluxo velando pelo fiel cumprimento das finalidades legais e procedimentais elaborando anualmente, ou sempre que necessário ou for solicitado, demonstrativo do crédito recuperado em vista da atuação dos Procuradores da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON;

Compete ao Procurador de Licitações, Contratos e Convênios da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON:

- I. emitir pareceres analisando processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- II. emitir parecer quanto à legalidade de licitação, quando formalizada;
- III. examinar previamente a legalidade das minutas dos editais, dos contratos, acordos, ajustes e convênios, bem como seus aditivos, erratas e extrato, que interessem a Autarquia, e promover a respectiva rescisão por via administrativa ou judicial, quando for o caso,
- IV. orientar juridicamente às Unidades desta Autarquia, em matéria de sua competência;
- V. atuar junto ao Tribunal de Contas, auxiliando as Unidades na elaboração das justificativas aos questionamentos e representações relativos aos temas supracitados.

4.8.2. DAS ATIVIDADES DE CADA ATRIBUIÇÃO

- 1. No **Contencioso**, temos o seguinte registro de atividades:
 - a) Tramitam em Primeiro Grau no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 666 (seiscentos e sessenta e seis) processos judiciais;
 - b) Tramitam em Segundo Grau e Turma Recursal no sistema Processo Judicial



Eletrônico - PJE do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: 216 (duzentos e dezesseis) processos judiciais;

- c) Processos administrativos de pagamento de precatórios: 79 (setenta e nove);
- d) Processos administrativos de pagamentos de Requisições de Pequeno Valor - RPVs: 80
- e) (oitenta).

2. Quanto aos **Autos de Infração, Dívida Ativa e Execução Fiscal**, temos o seguinte register de atividades:

- a) Inscritos em dívida ativa e não executados: 2.176 (dois mil, cento e setenta e seis) processos;
- b) Para inscrever em dívida ativa: 1.031 (um mil e trinta e um) processos;
- c) Para parecer de segunda instância: 807 (oitocentos e sete) processos;
- d) Inscritos em dívida ativa e protestados: 113 (cento e treze) processos;
- e) Parcelados: 147 (cento e quarenta e sete) processos;
- f) Execuções propostas: 349 (trezentos e quarenta e nove) processos;
- g) Processos pagos: 65 (sessenta e cinco) processos;

Total de processos: 4.688 (quatro mil, seiscentos e oitenta e oito).

Em um capítulo à parte, quanto à Procuradoria de autos de infração, dívida ativa e execução fiscal:

- No tocante aos efeitos financeiros, atualmente, a procuradoria da Dívida Ativa contém 2.176 (dois mil, cento e setenta e seis) processos de autos de infração aptos a serem cobrados.
- Estima-se que os valores ultrapassam **R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) de reais**, se for usado o sistema de atualização da SEFIN.



- Desde a criação desta procuradoria da Dívida Ativa, em julho de 2015, buscou-se a tentativa de cobrança administrativa, através de parcelamento junto a cada produtor rural.

Essa linha de atuação se mostrou bastante frutífera, seja para os próprios produtores rurais, que não pagaram qualquer juros ou correção monetária (benesses legais), seja para a Autarquia, que logrou êxito em diversos acordos, evitando dispêndios desnecessários com a propositura de ação judicial.

Infelizmente por falta de estrutura e compreensão do que é uma Procuradoria é que temos as situações elencadas além de outras que poderiam ser expostas. Esta falta de estrutura e compreensão impede uma melhor proteção do bem público, bem como acréscimo de receita e a realização das atividades-fins de cada departamento.

Além dessas atividades, ainda cabe ressaltar a Procuradoria Legislativa que se refere à confecção de minuta de legislações, decretos, portarias, etc.

3) Quanto aos Processos Administrativos, temos o seguinte registro de atividades:

- a) Processos gerados na unidade: 249 (duzentos e quarenta e nove).
- b) Processos que tramitaram na unidade durante 2019: 1.733 (um mil, setecentos e
- c) trinta e três).
- d) Processos com andamento fechado na unidade ao final do período: 1.465 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco).
- e) Processos com andamento aberto na unidade ao final do período: 268 (duzentos e sessenta e oito).
- f) Pareceres: 275 (duzentos e setenta e cinco).
- g) Despachos fundamentados: 871 (oitocentos e setenta e um).
- h) Memorandos: 172 (cento e setenta e dois)

4) Quanto às consultas por meio telefônico, eletrônico ou pessoal referente às dúvidas dos servidores sobre suas atividades institucionais: 1.056 (um mil e cinquenta e seis).

5) Confecção de Contratos e Termos Aditivos: 44 (quarenta e quatro) contratos e 29 (vinte e nove) termos aditivos.



São esses os dados que se apresentam referentes ao Relatório de Atividades desenvolvidas pela Procuradoria Jurídica no período de janeiro a dezembro de de 2019.

4.1.39. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC

Em 23 de janeiro de 2017, através das portarias 58, 59, 60 e 61 o então Setor de Informática – SEINF, da Agência IDARON, passou à Coordenadoria de TI dessa autarquia com a denominação de COTIC – IDARON (publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 01 de Fevereiro de 2017). Assumindo de forma estruturada as atividades que até então a equipe de serviços da SEINF, desenvolvia.



Figura 18: Organograma COTIC.

A Coordenadoria de TI atua na IDARON gerenciando e coordenando as atividades de Infraestrutura e Redes, (DIR), Desenvolvimento de Sistemas (DIDES), Divisão de Apoio e Suporte Técnico (DAT).

Dentro da estrutura atual de ativos de TI, a IDARON possui 2.311 equipamentos, distribuídos conforme Tabela abaixo.



Tabela 13: Demonstrativo de Equipamentos de Informática.

Equipamentos	SUPERVISÕES REGIONAIS 2019										
	2018	Unidade Central	Arique mes	Jaru	Ji-Paraná	Pimenta Bueno	Porto Velho	Rolim de Moura	São Francisco	Vilhena	Total
Servidor de Dados ¹	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Servidor de Grande Porte (Hiperconvergência)	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Microcomputadores	632	117	72	62	91	59	78	58	35	60	632
Monitor	729	132	75	68	102	78	84	73	49	68	729
No-Break	266	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Notebook	125	27	13	12	20	11	14	8	10	10	125
Tablets	150	-	14	15	23	12	35	20	12	19	150
Netbook	40	10	4	3	5	3	7	4	-	4	40
Impressora Laser	245	7	29	25	36	28	37	32	25	26	245
Switch	114	10	15	15	16	10	16	13	10	9	114
TOTAL GERAL	2311	333	250	235	334	230	317	237	159	216	2311

4.1.40. DIVISAO DE INFRAESTRUTURA DE REDES (DIR)

A subdivisão de infraestrutura e redes, instituída oficialmente no início de 2017, recebeu a atribuição de gestão da parte de infraestrutura relacionada a comunicação de dados entre as unidades da IDARON em todo o Estado de Rondônia, a gestão dos servidores, internet, segurança da informação e serviços.

INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES

Mantido o adequado funcionamento de 29 servidores virtualizados, e seis (06) servidores físicos com as devidas atualizações e manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário.

LINKS DE DADOS

De forma concomitante, foram geridos os 95 circuitos de dados que interligam 92 escritórios da IDARON entre si e à Internet, mantendo, para tanto, o monitoramento diário e o contato com as operadoras dos circuitos de dados (OI para os links terrestres e Embratel para os satelitais) sempre que necessário.

Foram abertos 139 chamados para as operadoras (contra os 131 abertos em 2018) sendo a maioria (121) para links terrestres (Oi). Essa diferença se dá por conta da quantidade de circuitos terrestres (71) maior que a satelital (24) bem como pela maior fragilidade dos equipamentos que atendem a esse tipo de conectividade.



GESTÃO DE SERVIÇOS

Como mencionado, a equipe de infra gere diversos servidores e serviços (atualmente 39 virtualizados e seis físicos). Isso implica em realizar serviços constantes de manutenção, gerenciar e manter os *backups* dos dados armazenados nos servidores, gerenciar permissões de acesso, criação e alteração de perfis de usuários bem como de manter em funcionamento todos os serviços utilizados no dia-a-dia pelos servidores (colaboradores) da Idaron bem como pelo público externo (GTA OnLine, PTV OnLine, Portal Web, etc).

Durante o ano de 2019 esta divisão de infra atendeu a 569 ocorrências (contra as 532 em 2018) encaminhadas via HelpDesk.

4.1.41. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (DIDES)

Composta por 04 (quatro) analistas desenvolvedores que realizam a análise de sistemas, bem como o desenvolvimento e atualização de novos programas ou *softwares*, atendendo a demanda das áreas administrativa e técnica desta Autarquia, sendo assim especificadas em área Animal e Vegetal tanto inspeção quanto defesa.

No ano de 2019 a Divisão de Desenvolvimento, procedeu a manutenibilidade de aplicações existentes, promovendo diversas melhorias afim de adequar os sistemas as necessidades de negocio. Destaca-se a criação do Portal da Agência (<http://www.idaron.ro.gov.br/>), que trouxe uma facilidade de navegação tanto para o publico interno quanto externo. Sistema GTA Online, aonde fora adotadas melhorias nos processos de emissão de maneira a deixar o sistema mais célere, sendo possível visualizar a evolução em GTAs emitidas conforme quadro abaixo. Modulo de Aquáticos dentro da Plataforma Integrada, estabelecendo novos parâmetros que auxiliam a fiscalização por parte da Agência. SisIdaron diversas melhorias que eram pre-requisitos para a retirada da vacina, tais como Controle de Susceptíveis, Kit de Emergência e Evento de Vigilância veicula, fora ainda dezenas de outras implementações. Help-Desk atendimento de 360 ordens de serviço, para os mais diversos sistemas.



Tabela 14: Série histórica das emissões de GTA'S.

Ano	Quantidade de Guias de Trânsito emitidas	Tipo de Finalidade	Espécie contemplada	Tipo de Destino
2016	1.067	Abate	Bovinos	Somente frigoríficos
2017	2.636	Abate	Bovinos e Peixes	Somente frigoríficos
2018	7.027	Abate, engorda e reprodução	Bovinos e Peixes	Frigoríficos e outros produtores
2019	26.986	Abate, engorda e reprodução	Bovinos e Peixes	Frigoríficos e outros produtores

*Início da emissão de GTAS On-Line 30 de junho de 2016;

Início da emissão de peixes em 14 de julho de 2017;

Início da utilização de outras finalidades em 05 de setembro de 2018.

Na área administrativa destaca-se o a manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades e relatórios, dentro dos mais diversos módulos tais como: RH, Desempenho, Diárias, Patrimônio, Almoxarifado, Intranet, dentro outros.

Atualmente a Divisão de Desenvolvimento responde pela manutenção e desenvolvimento de 17 sistemas.

4.1.42. Coordenadoria de Controle Interno - CCI

4.1.43. FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONTROLE INTERNO

A Carta Magna Federal nos artigos 70 e 74 e a Constituição do Estado de Rondônia nos artigos 46 e 51 dispõem acerca da necessidade e atribuições do Controle Interno na Administração Pública, dando competência ao Sistema de Controle Interno de cada poder a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade.

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.



(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Constituição do Estado de Rondônia, assim definiu as atribuições do Controle Interno:

Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

(...)

Art. 51. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A estrutura organizacional e atribuições do Setor de Controle são regulamentadas por ato legal específico, no entanto, até a presente data o Setor de Controle Interno da Agência não foi devidamente regulamentado por lei, ou seja, não possui atribuições predefinidas e não consta na estrutura da IDARON.

Para desempenhar o papel de controle interno, esta Agência possui atualmente dois servidores efetivos e uma estagiária do curso de direito. Dos servidores efetivos, um é economista pertencente ao quadro efetivo da Agência e outro do quadro efetivo do Governo



do Estado de Rondônia, com formação no curso de Direito. O cargo de Controlador Interno constitui-se em Cargo de Direção Superior/CDS-06, instituído na Lei Complementar nº 841, de 27 de novembro de 2015.

Importante salientar que o Controle Interno é encarregado de analisar os processos de duas unidades gestoras, quais sejam: **19023** – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril/IDARON e **19014** – Fundo Estadual de Sanidade Animal/FESA.

Cabe observar que a Resolução nº 06/CGE-RO-2011 dispõe sobre a dispensa da análise prévia em processos administrativos pela Controladoria Geral do Estado com vistas ao pagamento e a prestação de contas. Em resumo, neste regulamento ficam dispensados de análises prévias pela Controladoria Geral do Estado os seguintes processos:

- a) Aquisições de bens de consumo e permanente, contratações de serviços comuns e de engenharia, até o valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e;
- b) Repasses de convênios, acordos e ajustes, até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Em relação à prestação de contas com vistas à homologação, também ficam dispensados de análise da Controladoria Geral do Estado os repasses de convênios, acordos e ajustes até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como os processos de concessões de diárias e adiantamentos.

O art. 3º, da Resolução nº 06/CGE-RO-2011, atribui ao Controle Interno do Órgão que ordenou a despesa o acompanhamento e fiscalização da despesa dos processos dispensados da análise pela Controladoria Geral do Estado.

4.1.44. DAS ANÁLISES DA DESPESA COM FORNECEDORES

Em relação à Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, UG 19023, no exercício de 2019 foram emitidos 180 (cento e oitenta) pareceres para pagamento de aquisição de bens, obras e/ou prestações de serviços, fruto da análise de 74 (setenta e quatro processos).

Observa-se que o número de pareceres emitidos é maior que o número de processo pelo fato de haver mais de um parecer em alguns processos.



Quadro 21: Processos analisados no exercício de 2019/IDARON.

Qde.	Nº DO PROCESSO	OBJETO	CONTRATADO (A)
01	0015.006390/2019-81	Telefonia Móvel	Claro S.A
02	0015.004219/2017-75	Serviço de Postagem	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
03	0015.122890/2019-14	Material de Expediente	STAR Com. de Suprimentos Eireli Papelaria Teixeira Ltda
04	0015.275318/2019-00	Abastecimento de Combustível	Ticket Soluções Hidfgt S/A
05	0015.127446/2019-30	Material de Consumo – Água Mineral	A.C.F Moreira - ME
06	0015.068744/2019-81	Telefonia Fixa	Oi S.A e Claro S.A
07	0015.009444/2017-06	Passagens Terrestres	RONDON – Agência de Viagens e Turismo Eireli – EPP
08	0015.077549/2018-61	Fornecimento de água tratada	CAERD
09	0015.122770/2019-61	Material de Limpeza	MBR FERNANDES
10	0015.207796/2018-89	Suprimentos de Informática	Laptop Informática e Tecnologia Ltda
11	0015.254385/2019-82	Aquisição de iodo e caixa de isopor	Agromotores
12	0015.015184/2018-81	Aluguel de Imóvel em Corumbiara	Dervanio de Souza Dias
13	0015.029605/2018-51	Aluguel de Imóvel em Cacaupônia	Sidney Abrantes Soares
14	0015.039319/2018-01	Alugue de Imóvel em Vista Alegre	José Carlos Nunes da Silva
15	0015.106071/2018-93	Aluguel de Imóvel em Parecis	Clóvis Antônio de Oliveira
16	0015.375979/2018-45	Aluguel de Imóvel em Palmares	Alcione Gonçalves da Silva
17	0015.304486/2019-10	Pagamento de Energia	Ceron
18	0015.200553/2019-10	Serviço de Análise Laboratorial	Telo e Duarte S/S EPP
19	0015.051988/2017-62	Passagens Aéreas	M. A. Viagens e Turismo Ltda
20	0015.008446/2019-31	Taxas Bancárias	Banco do Brasil S.A
21	0015.011478/2019-14	Serviço de Fotocópias e Encadernações	Acronet Corporativo Com. e Serv. Eireli – ME
22	0015.318516/2019-67	Fornecimento de Coffee Break	Restaurante El Sossego
23	0015.163975/2018-16	Serviço de Dedetização	Imunizadora Protege
24	0015.459197/2018-68	Aluguel de Imóvel em Campo Novo	Alberto Francener
25	0015.029074/2018-04	Aluguel de Imóvel São Miguel do Guaporé	Hugo Leonardo Madeira
26	0015.017144/2018-67	Aluguel de imóvel Candeias do Jamari	Janilson Gonçalves Feitosa
27	0015.026029/2018-90	Aluguel de Imóvel Alvorada do Oeste	Adelaide Puerari Alves
28	0015.045908/2018-11	Aluguel de imóvel no Dist. Do 5º BEC	Ana Maria Tavares de Moura Leite
29	01-1923.00753-0000/2016	Empresa de Segurança Armada	FBX Serv. de Segurança
30	0015.354733/2018-30	Aquisição de aparelho telefônico via satélite	Globalsat do Brasil
31	0015.372476/2018-18	Aluguel de imóvel em Castanheiras	Geneir Ferreira Paizante
32	0015.370228/2019-13	Aquisição de lacre	Lacres Gold Eireli
33	0015.092591/2019-92	Antivirus	Microgard Informática
34	0015.183985/2019-59	Sondagem Geotécnica	Mamoré Construções
35	0015.042035/2017-11	Reforma de Unidades descentralizadas	Terra Forte - ME



Relatório de Gestão - IDARON 2019

36	0015.218821/2019-50	Recuperação de estrutura do posto fiscal KM 130 BR 319	Tecnoserve
37	0015.022279/2018-51	Locação de imóvel distrito de Pacarana	Maurício de Souza Biserra
38	0015.132516/2019-71	Material de Consumo - camisas	Ind. e Com. de Confecções Zared Ltda
39	0015.415986/2018-97	Material de Limpeza	MBR Fernandes – EPP
40	0015.017144/2018-67	Locação de Imóvel – Candeias do Jamari	Janilson Gonçalves Feitosa
41	0015.029029/2018-90	Locação de Imóvel – Alvorada do Oeste	Adelaide Puerari Alves
42	0015.009550/2018-62	Locação de Imóvel – Almoxarifado Central - Porto Velho	João Bartolomeu Kluska
43	0015.020260/2018-70	Locação de Imóvel – Gov. Jorge Teixeira	Antônio da Silva Souza
44	0015.031681/2018-26	Locação de Imóvel – Itapuã do Oeste	Gilberto Carlos de Menezes
45	0015.010735/2018-10	Locação de Imóvel – Estrela de Rondônia	Uenderson Caliman Macedo
46	0015.139198/2018-99	Locação de Imóvel – Monte Negro	Hilário João Fracalossi
47	0015.062975/2019-81	Locação de Imóvel - Teixeiraópolis	Noel Custódio de Souza
48	0015.010972/2018-81	Locação de Imóvel - Seringueiras	Oldecir Rodrigues Correia
49	0015.030379/2018-51	Locação de Imóvel – Vale do Anari	Enira Alves Santana
50	0015.016416/2018-18	Locação de Imóvel - Extrema	Olacir Rodrigues Castro
51	0015.031324/2018-68	Locação de Imóvel - Tarilândia	Claudionor Vieira de Melo
52	0015.018957/2017-08	Locação de Imóvel – Nova Estrela	Maria Madalena Vieira da Silva
53	0015.277469/2018-11	Locação de Imóvel – Novo Plano	Altair Campos Neto
54	0015.376116/2018-95	Locação de Imóvel – Nova Califórnia	Ricardo Biavatti
55	0015.010887/2018-12	Locação de Imóvel – Santana do Guaporé	Cleuson Coelho dos Santos
56	0015.031983/2018-02	Locação de Imóvel – Nova Londrina	Claudenir Pereira Firmino
57	0015.030025/2018-14	Locação de Imóvel - Migrantenópolis	Vanilda Sadovski
58	0015.018535/2018-13	Locação de Imóvel – Nova Dimensão	Ivo Batista Mendonça
59	0015.011478/2019-14	Serviço de Fotocópias e Encadernações	Acronet Corporativo Com. e Serv. Eireli – ME
60	0015.248169/2018-17	Locação de Imóvel – Primavera de Rondônia	Josivaldo Alves Barbosa
61	0015.010935/2018-72	Locação de Imóvel – Nova Brasilândia	Vanisa Maria Pereira de Souza
62	0015.033604/2018-19	Locação de Imóvel – Nova União	Wanderlei Louzada de Melo
63	0015.166624/2018-18	Locação de Imóvel – Mirante da Serra	José Carlos Pereira de Andrade
64	0015.020186/2018-91	Locação de Imóvel – Vale do Paraíso	Hercília Barbosa Ferreira Liberti
65	0015.218611/2018-81	Locação de Imóvel – Distrito de Rio Branco	Geraldo Pereira Rodrigues
66	0015.381500/2018-18	Locação de Imóvel – São Francisco do Guaporé	Vagner Cordeiro



67	0015.021249/2018-27	Locação de Imóvel – Rolim de Moura	Amazon Representações, Serviços e Comércio Ltda-ME
68	0015.130713/2019-56	01 empilhadeira	Paletans Equipamentos
69	0015.196054/2018-30	Água Mineral	A.C.F Moreira – ME
70	01.1923.00753-0000/2016	Segurança Patrimonial Armada	FBX Serviços de Segurança Ltda
71	0015.383265/2018-19	Açúcar e Café	TW Silva Comércio Ltda
72	0015.122770/2019-61	Material de Limpeza	G. Gama Ltda
73	0015.026122/2018-02	Laboratório de Análise de Amostras	Centro de Diagnóstico de Sanidade Animal - CEDISA
74	0015.024718/2018-60	Locação de Imóvel - Rondoninas	Bigair Torres da Silva

Em Relação ao Fundo Estadual de Sanidade Animal de Rondônia, no exercício de 2019, foram analisados 26 processos com emissão de pareceres para pagamento e aquisição de bens e/ou serviços.

Quadro 22: Processos analisados no exercício de 2019/FESA.

Qde.	Nº DO PROCESSO	OBJETO	EMPRESA
01	0015.131609/2019-89	Aquisição de Porta Paletes	VBM Equipamentos Ltda
02	0015.363378/2019-71	Fornecimento de coffee break	Anjos e Silva Ltda
03	0015.292812/2019-21	Construção da unidade de Ji Paraná	Constutora Vértice
04	0015.243041/2018-67	Construção da unidade de Rolim de Moura	Audax Construções e Terraplanagem
05	0015.163517/2018-87	Aquisição de Passagens Aéreas	M. A Viagens e Turismo
06	0015.278267/2019-60	Aquisição de Material Educativo	RB Comunicação Virtual
07	0015.137832/2019-30	Aquisição de Móvel	P R da Silva Com. e Sev. Eireli
08	0015.137958/2019-12	Aquisição de Material Permanente	Biotecnoplus
09	0015.137958/2019-12	Aquisição de Material Permanente	Nogueira e Alves P R da Silva Holanda Papelaria
10	0015.207561/2018-14	Construção da unidade de Ariquemes	Souza Agência & Construções
11	0015.137958/2019-12	Life Tech Informática	Aquisição de Material Permanente
12	0015.013396/2017-42	TM Soluções Integradas Ltda	Material Permanente
13	0015.399500/2018-66	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FEPE	Treinamento/cursos



14	0015.116678/2018-81	Terra Forte Ltda	Manutenção Predial
15	0015.163517/2018-87	Passagens Aéreas	M A Viagens e Turismo
16	0015.2013514/2018-93	Reforma e ampliação do Posto Fiscal KM 130, BR 319	VRG Construtora
17	0015.408106/2018-26	Material Gráfico	Evolua, MSB Gráfica, Rondoforms e Santos e Barreto
18	0015.080847/2019-19	Material Gráfico	Rondoforms
19	0015.083301/2019-10	Treinamento/Curso	ABOP
20	0015.144435/2019-14	Workshop	SF Consultoria
21	0015.200312/2019-71	Treinamento	ABOP
22	01-1914.00002-0000/2017	Aquisição de Embarcações	M B Náutica
23	0015.278735/2018-15	Aquisição de Impressoras	STAR Com. de Suprimentos
24	0015.291114/2019-16	Aquisição de Panfletos	Santos & Barreto Ltda
25	0015.324406/2018-53	Bebedouros	OLMI Informática
26	0015.354733/2018-30	Aquisição de Aparelhos Telefônicos Móveis	Globalsat

4.1.45. DA ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO/SUPRIMENTO DE FUNDOS

No período em questão foram analisados 16 processos de concessão de suprimento de fundo concedidos com recursos da IDARON, abaixo relacionados.

Quadro 23: Processos Suprimento de Fundos.

Qdade	Processo	Suprido	Valor (R\$)
01	0015.108693/2019-37	Luciano Polegário Cunha	4.000,00
02	0015.095140/2019-15	Alan Gardel Batista Biazatti	3.000,00
03	0015.052472/2019-05	Wellington Carreta Alves	8.000,00
04	0015.266967/2019-10	Antônio Márcio Souza Lima	8.000,00
05	0015.333270/2019-53	Alberto Dias Stangue	8.000,00
06	0015.188884/2019-74	Rogério Jesus Nicácio	8.000,00
07	0015.143658/2019-64	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
08	0015.198926/2019-85	Luiz Pereira Barros	8.000,00
09	0015.160549/2019-10	Enelizabeth Lima de Mesquita	8.000,00
10	0015.131834/2019-15	Alberto Dias Stangue	8.000,00
11	0015.183354/2019-30	Gevanilson Silva Barros	8.000,00
12	0015.269527/2019-14	Wellington Carreta Alves	8.000,00
13	0015.333270/2019-53	Alberto Dias Stangue	8.000,00
14	0015.332932/2019-78	Peterson Piovezan Barbosa	8.000,00
15	0015.361125/2019-62	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
16	0015.362065/2019-03	Luiz Pereira Barros	8.000,00



17	0015.142313/2018-11	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
18	0015.403908/2018-40	Luciano Polegário Cunha	4.000,00
19	0015.330392/2018-15	Enelzabeth Lima de Mesquita	8.000,00
20	0015.245978/2018-77	Alberto Dias Stangue	8.000,00
21	0015.337078/2018-55	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
22	0015.374246/2018-93	Rogério de Jesus Nicácio	8.000,00
23	0015.364294/2018-73	Alberto Dias Stangue	8.000,00
24	0015.382405/2018-23	Andreia Luciane Lindner	5.000,00
25	0015.377764/2018-69	Anderson Silveira de Souza	6.000,00
26	0015.342072/2018-08	Queicianne Paniago Coleta	8.000,00
27	0015.401312/2018-13	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
28	0015.387322/2018-21	Claudemir Antônio de Abreu	8.000,00
29	0015.051308/2019-72	Enelzabeth Lima de Mesquita	6.000,00
30	0015.064467/2019-37	Alexandre Montibeler Tiussi	8.000,00
31	0015.179213/2018-31	Andreia Luciane Lindner	5.500,00
32	0015.172622/2019-98	Alencar Pedralli da Silva	8.000,000

Neste item, lembramos que a concessão de adiantamento está previsto no art. 68, da Lei Complementar 4.320/64, regulamentado pelo Decreto nº 10.851/2003 e Portaria 123/GAB/IDARON/2004.

O Suprimento de Fundo tem por finalidade cobrir as despesas de caráter excepcional que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, por isso, o Gestor necessita atentar-se para que este instrumento não seja utilizado de forma diferente da sua finalidade.

4.1.46. DA ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

Foram emitidos 1.082 (mil e oitenta e dois) pareceres sobre as Prestações de Contas de Diárias. As principais recomendações realizadas foram:

- Pagamento das diárias preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas antes do deslocamento;
- Necessidade de proceder complementações em função de deslocamentos em finais de semana e feriado, em cumprimento ao Art. 4º do Decreto n.º 18.728/2014.

Na oportunidade, salientamos que o Setor de Diárias tem realizado as devidas complementações recomendadas pelo Setor de Controle Interno. Em relação aos pagamentos, cumpre salientar que o decreto que regulamenta a matéria dispõe que o mesmo



deve ocorrer **preferencialmente** antes do deslocamento, sendo a referida informação replicada por este setor em seus pareceres.

4.1.47. DA ANÁLISE DE DESPESA COM PESSOAL

Foram emitidos 43 (quarenta e três) pareceres em processos que tratam de despesas na concessão de direitos dos servidores, tais como: Exoneração, Progressão e Promoção Funcional, Licença Remunerada para Atividade Política, Adicional de Qualificação Funcional (Capacitação/Especialização e Graduação), Adicional de Desempenho e Vantagens Pessoais, Licença Remunerada, Vacância, Gratificação por Substituição e Auxílio Alimentação.

Estes processos obedeceram aos dispositivos contidos em regulamento estando dentro do princípio da legalidade.

No quadro abaixo demonstra a diminuição substancial dos processos de Gestão de Pessoal, esse fato, se deve pelo fato do Adicional de Qualificação Funcional ter se tornado permanente, por força do § 6º, art. 3º, Portaria nº 342/2019/IDARON-GRH, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 081, de 06 de maio de 2019.

Em relação à variação das quantidades dos processos de diárias nos exercícios 2017 e 2018, justifica-se porque houve grande volume de processos de exercícios anteriores analisados.

Quadro 24: Comparativo Das Quantidades De Análises De Processos Da IDARON nos Exercícios 2017, 2018 E 2019.

Tipo de Processo	Exercícios		
	2017	2018	2019
Pagamento de Fornecedores	170	264	180
Suprimento de Fundos	31	27	16
Concessão de Diárias	1.429	1.705	1.082
Gestão de Pessoal	692	637	43

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno/IDARON.



CONCLUSÃO:

Nas competências institucionais deste Controle Interno, dentre outras, estão às atividades que contribuam na Gestão do Administrador Público, neste sentido, o trabalho realizado do controle interno da IDARON tem-se pautado no sentido de orientar o ordenador de despesa e os demais setores pelo cumprimento da legislação em vigor na utilização dos recursos públicos.



5. GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

As atividades fins da Agência de Defesa Sanitária e Agrosilvopastoril – IDARON são desenvolvidas de acordo com o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal, em consonância com diretrizes de âmbito nacional que emanam do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As ações que efetivamente caracterizam a finalidade do Órgão são levadas a efeito pela sua área técnica que compreende três gerências: Gerência de Defesa Sanitária Animal – GDSA, Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV e Gerência de Classificação de Grãos e Identificação de Madeiras – GCPOVIM.

O ano de 2019 foi um ano de novas perspectivas para a fiscalização e vigilância sanitária animal e vegetal em todo o Estado de Rondônia. As discussões sobre o novo Plano Estratégico para reformular as estratégias para a prevenção/ erradicação da febre aftosa continuaram no cerne das discussões e motivaram uma série de investimentos direcionados. A manutenção de importantes parcerias com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, outros estados federados, com o país limítrofe (Bolívia), com toda a administração pública, bem como com a classe produtiva em Rondônia, mais uma vez, alicerçou todo um vasto sistema de proteção do nosso patrimônio agropecuário.

Esse conjunto de ações resultaram em um efetivo domínio do conjunto de fatores que potencialmente podem influenciar a incidência de enfermidades ou pragas tanto nos criatórios ou plantações, como nas indústrias e nos meios de comercialização de produtos de origem animal e vegetal. Dentre essas ações, destacamos os seguintes procedimentos:

Parceria com o Governo Federal

O convênio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a Área Técnica da Agência IDARON foi firmado com o intuito de fortalecer nosso serviço oficial. Esse convênio ajudou na estruturação e manutenção do sistema unificado de atenção à saúde animal do nosso estado no que diz respeito ao controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais.

Com esse recurso, foi possível propiciar melhores condições para que as Unidades Locais da Agência IDARON promovessem a continuidade das ações de vigilância e



controle sanitário e fitossanitário, necessárias ao controle de doenças e pragas relacionadas à sanidade animal e vegetal. No ano de 2019 foi dada sequência a aplicação de saldos financeiros do convênio firmado desde 2015.

Podemos destacar ainda, nessa importante relação de parceria, os atendimentos de apoios solicitados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para o fortalecimento da defesa sanitária animal no país. Especialmente quando encaminhamos técnicos da Agência IDARON para ministrarem cursos/treinamentos, além de apoiarem nas em algumas ações específicas dos programas sanitários a nível nacional.

Vigilância na Fronteira Brasil/Bolívia

Com base no Convênio de Sanidade Animal em áreas de fronteira Brasil/Bolívia, promulgado pelo Decreto nº 83.309, de 04 de abril de 1979, no Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre as autoridades sanitárias da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia, de 27 de março de 2003 e na Portaria nº 051 – SDA/MAPA, de 07 de agosto de 2003, visando a erradicação da Febre Aftosa, a Agência IDARON apoiou em 2019, a vacinação e a vigilância contra Febre Aftosa no Departamento de Beni, Pando e Santa Cruz, Bolívia.

Foram realizadas atividades de vigilância epidemiológica e educação sanitária ao longo dos mil quatrocentos e quarenta e quatro (1.444) quilômetros da fronteira entre o Estado de Rondônia e a República da Bolívia, principalmente no Departamento do Beni, como também no Pando e em Santa Cruz, atuando em parceria com órgãos de defesa sanitária local, junto à sociedade organizada e atingindo comunidades ribeirinhas de difícil acesso no país vizinho.

Em 2019, mantivemos nossas fronteiras e divisas vigiadas. Mantemos ações de fiscalização na divisa com o Estado do Amazonas e na fronteira com a Bolívia. Essas ações são fruto de um grandioso trabalho feito pela IDARON, que, além de proporcionar maior segurança sanitária ao rebanho rondoniense, beneficia a produção agropecuária além de nossas fronteiras.

Na Bolívia, o Governo do Estado de Rondônia, através da Agência IDARON, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Fundo de Apoio à Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia (FEFA) e produtores, manteve e incrementou ações para a proteção da saúde do rebanho rondoniense.



O apoio à vacinação contra febre aftosa na Bolívia merece destaque, pois é fruto de um árduo trabalho técnico e logístico, que envolve grande número de servidores e de materiais. Podemos afirmar que se trata de uma verdadeira operação de guerra, dada às condições inóspitas da geologia da região. Ressaltamos que o ano de 2019 foi marcado ainda pelo encerramento dessa ação, já que a Bolívia vem dando sequência ao seu plano de suspensão da vacinação. Em 2017 foi suspensa a vacinação no Departamento do Pando, já em 2019 (segundo semestre) foi retirada a vacinação também no Departamento do Beni. Não obstante, é importante frisar que mesmo após a retirada da vacinação no Departamento do Pando, continuamos a realizar atividades de vigilância veterinária e educação sanitária na região.

No ano de 2019 a Agência IDARON disponibilizou cerca de 38 servidores para atuarem cooperativamente no 37º Ciclo de Vacinação na Bolívia. Nessa ocasião, como de hábito nas campanhas anteriores, os técnicos da IDARON constituíram diferentes equipes em interação com agentes da defesa sanitária animal boliviana, observada a necessidade e peculiaridade de cada região e/ou atividade, de forma a se obter melhor efetividade no trabalho.

Veículos automotores, náuticos e terrestres, foram utilizados nesse serviço solidário. Além disso, combustíveis, materiais veterinários, outros consumíveis e material didático/educativo elaborado pela IDARON, em espanhol, também possibilitaram a realização de tal ação.

Dentre essas ações, destacam-se aquelas voltadas ao combate à febre aftosa e, de maneira especial, a realização de vacinação nas propriedades rurais localizadas ao longo da fronteira, numa faixa de mais de vinte e cinco quilômetros (25 km), nas duas campanhas semestrais adotadas naquele país. Tais atividades são realizadas com a participação da SFA/RO – Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia, FEFA/RO – Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia, SENASAG/BO – Servicio Nacional de Sanidad Agropecuária e Inocuidad Alimentaria, FEGABENI/BO – Federación de Granaderos del Beni y Pando.

Assim, a área de abrangência da atuação da Agência IDARON compreende:

- **No Departamento de Beni** - Províncias: Itenez, Mamoré e Vaca Diez;
Municípios: Baures, San Joaquin, Magdalena, San Ramon, Vaca Diez e Guayara Mirin;



- **No Departamento de Pando** - Província: Frederico Roman; Municípios Frederico Roman e Nova Esperança.

Para melhor visualizarmos as áreas de atuação das equipes técnicas ao longo da fronteira com a Bolívia, apresentamos a seguir.



Figura 19: Distribuição das equipes de apoio à vacinação nas propriedades bolivianas e suas áreas de atuação.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Quadro 25: Relação dos Principais materiais e equipamentos disponibilizados pela Agência IDARON no apoio aos ciclos de vacinação.

Descrição do Material/Equipamento
Lancha motor 40 Hp com equipamentos de segurança (coletes salva-vida)
Lancha motor 90 Hp com equipamentos de segurança (coletes salva-vida)
Lancha motor 15 Hp com equipamentos de segurança (coletes salva-vida)
Embarcação cabinada
Motocicletas 150 cc – Quadriciclo (SENASAG – 01)
Aparelho GPS



Pistola de Vacinação com agulhas e peças de reparos
Formigas para contenção de animais
Caixas de isopor
Laço / Cordas
Rádio amador
Telefone satelital
Acesso a internet para consultas e emissões de documentos
Aparelho de comunicação AUTOTRAC
Freezer
Caminhonetes traçadas
Grupo Gerador
Computador/notebook com impressora
Máquina de Lavar Roupa

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Além dos materiais listados no quadro anterior são disponibilizados vários apoios como: combustíveis, lubrificantes, Diárias (todos os servidores envolvidos), compra de gelo, Água Mineral, Gás de Cozinha, Vacina Anti-Aftosa, além de outros apoios gerais.

Dada a amplitude do trabalho no país vizinho, ser de inteiro interesse para o agronegócio rondoniense e brasileiro, e considerando as diferentes dimensões do combate às potenciais enfermidades dos rebanhos, foram desenvolvidas, como noutras ocasiões, atividades que abrangem vacinação do rebanho, fiscalização da atividade agropecuária promovendo vigilância sanitária, conscientização dos produtores e educação da comunidade, tais como:

- Fiscalização conjunta em propriedades bolivianas e ao longo dos rios Mamoré e Guaporé;
- Reuniões entre médicos veterinários dos dois países, com o objetivo de promover intercâmbio tecnológico e sincronizar procedimentos relativos ao combate da febre aftosa;



- Reuniões com os produtores rurais bolivianos com o objetivo de conscientizá-los quanto à importância de procedimentos a serem adotados no combate à febre aftosa;
- Recadastramento agropecuário com tomadas de GPS e Mapeamento de acessos em propriedades na área supracitada, visando o monitoramento das áreas de risco;
- Vacinação de bovinos e bubalinos em propriedades rurais durante os ciclos de vacinação contra a febre aftosa, conforme calendário oficial da Bolívia.

No quadro a seguir apresentamos o resumo dos resultados obtidos nos ciclos acompanhados pela Agência IDARON desde o ano de 2006.

Quadro 26: Vacinações realizadas pela IDARON durante os ciclos de vacinação na Bolívia no período de 2006 a 2017.

CICLO/ANO	QUANTIDADE DE PRODUTORES	QUANTIDADE DE ANIMAIS
11º/2006	110	2.719
12º/2006	110	3.516
13º/2007	113	4.011
14º/2007	141	5.353
15º/2008	159	8.264
16º/2008	182	8.083
17º/2009	223	15.783
18º/2009	227	18.582
19º/2010	305	20.966
20º/2010	260	23.741
21º/2011	314	23.060
22º/2011	335	36.063
23º/2012	440	32.861
24º/2012	442	53.237
25º/2013	440	47.959
26º/2013	407	34.559



27°/2014	424	29.125
28°/2014	469	45.324
29°/2015	478	31.717
30°/2015	445	30.874
31°/2016	471	30.974
32°/2016	242	11.821
33°/2017	256	14.059
34°/2017	159	7.304
35°/2018	227	13.888
36°/2018	255	8.393
37°/2019	258	14.232

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

A partir do 25° ciclo, em reuniões realizadas com o SENASAG, promoveram-se alterações nos critérios utilizados para a execução dos trabalhos, decidiu-se por limitar a área das propriedades para 50 km e posteriormente para 25 km de distância da fronteira.

Nos ciclos seguintes ocorreu uma diminuição do número de animais vacinados, ou seja, uma média de 35 mil animais, já o número de propriedades se manteve em torno de 420 propriedades bolivianas atendidas.

A partir do 2016, devido aos fatores apontados anteriormente, podemos perceber que houve uma diminuição acentuada de propriedades e animais assistidos. A intenção dos trabalhos em cooperação foi de intensificar a atuação na área dos 25 km de fronteira, com implementação de novas estratégias de vigilância e a incorporação de ações referente a outros programas sanitários.

Em 2019, iniciamos um processo de intensificação das ações de vigilância com vistas a manter a segurança sanitária nessa faixa de fronteira. A inspeção clínica dos animais vacinados foi perseguida por todas as equipes, onde obtivemos um percentual superior a 45% de animais inspecionados clinicamente.

Para demonstrar que a atividade apresenta um grau de dificuldade que requer extrema dedicação de todos os técnicos envolvidos, apresentamos a seguir algumas fotos



que demonstram as atividades realizadas no ano de 2019, na condução do 37º ciclo de vacinação na Bolívia.

Foto 01 - Apoio à vacinação à Bolívia



Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Foto 02 - Apoio à vacinação à Bolívia



Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Foto 03 - Apoio à vacinação à Bolívia



Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Foto 04 - Apoio à vacinação à Bolívia



Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Figura 20: Fotos da Vacinação na Bolívia, 2019.

Auditoria no Serviço Veterinário Oficial

Dando cumprimento às determinações do Departamento de Saúde Animal - DSA, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, por meio da Coordenação de Avaliação e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários - Casv, realizou-se auditoria técnica na Agência de Defesa Sanitária



Agrosilvopastoril do estado de Rondônia, visando avaliar a qualidade do serviço veterinário do estado.

As atividades de auditoria foram realizadas no período de 14 a 18 de outubro 2019, sendo colhidas e analisadas informações das instâncias central, intermediárias e locais do SVE de RO quanto aos recursos humanos, físicos e financeiros (estrutura, condições de funcionamento, capacitação, independência), organização, coordenação interna, regulamentação, cadastro, controle do movimento, vigilância, capacidade de atendimento a suspeitas e atuação em emergência, interação com as partes interessadas e capacidade de cumprir normas nacionais e internacionais em saúde animal. Avaliou-se igualmente a execução dos programas oficiais de prevenção, controle e erradicação de doenças alvo no país.

A auditoria concluiu que o estado de Rondônia possui estrutura, procedimentos, controles que hoje permitem certificação de produtos de origem animal para mercados nacionais e internacionais, existindo potencial de ampliação para mercados importantes. Apontou algumas inconformidades que ensejaram em recomendações. Com base nelas, a IDARON irá elaborar um Plano de Ação definindo as estratégias para as melhorias necessárias para incrementar ainda mais proteção sanitária para o estado de Rondônia.

Segurança Sanitária - Exportação Rondoniense

Um breve histórico das exportações do Estado de Rondônia no período compreendido entre 1999 e 2019, pode ser analisado através da figura 21, que mostra o volume das exportações relacionadas a carne bovina de Rondônia.

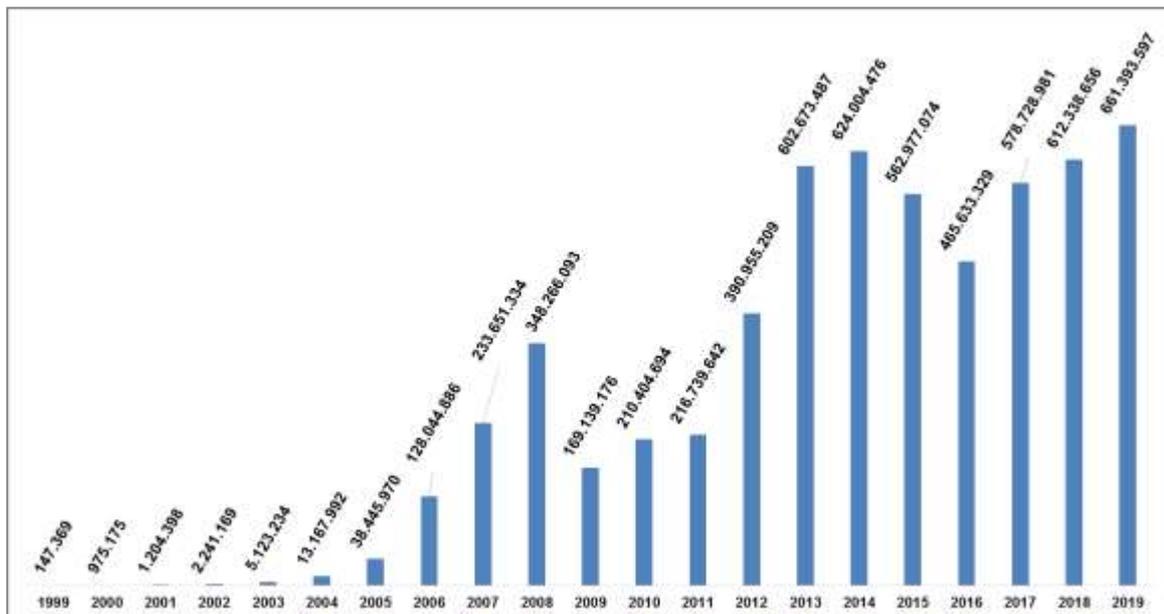


Figura 21: Valores (US\$ FOB) exportados pelo Estado de Rondônia (1999 a 2019), carne bovina.

Fonte: AGROSTAT/MAPA/MDIC/SECEX/2020.

Podemos verificar que a exportação de carnes em Rondônia, no ano de 2019, ultrapassou a marca de 650 milhões de dólares, patamar que corresponde a mais da metade de todas as exportações agropecuárias em 2019, ou seja, 1.098.889.860 (US\$). Não é incoerente lembrar que os grandes volumes em exportações de carne, pelo Estado de Rondônia, só foram possíveis graças aos diversos avanços e certificações sanitárias alcançados.

Em 2019 foram abatidos mais de 2,5 milhões bovinos sob o crivo do Serviço de Inspeção Federal, com estes índices de produção, Rondônia classifica-se entre os cinco maiores exportadores de carne bovina do País, sendo o primeiro (1º) da região Norte nesse ranking. Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, Rondônia é atualmente responsável por quase 10% da exportação da carne bovina brasileira. Vale ressaltar que todos os animais abatidos, necessitam obrigatoriamente de ter o crivo da defesa sanitária animal, através da emissão da Guia de Trânsito Animal, que por sua vez possui uma série de requisitos para ser emitida.

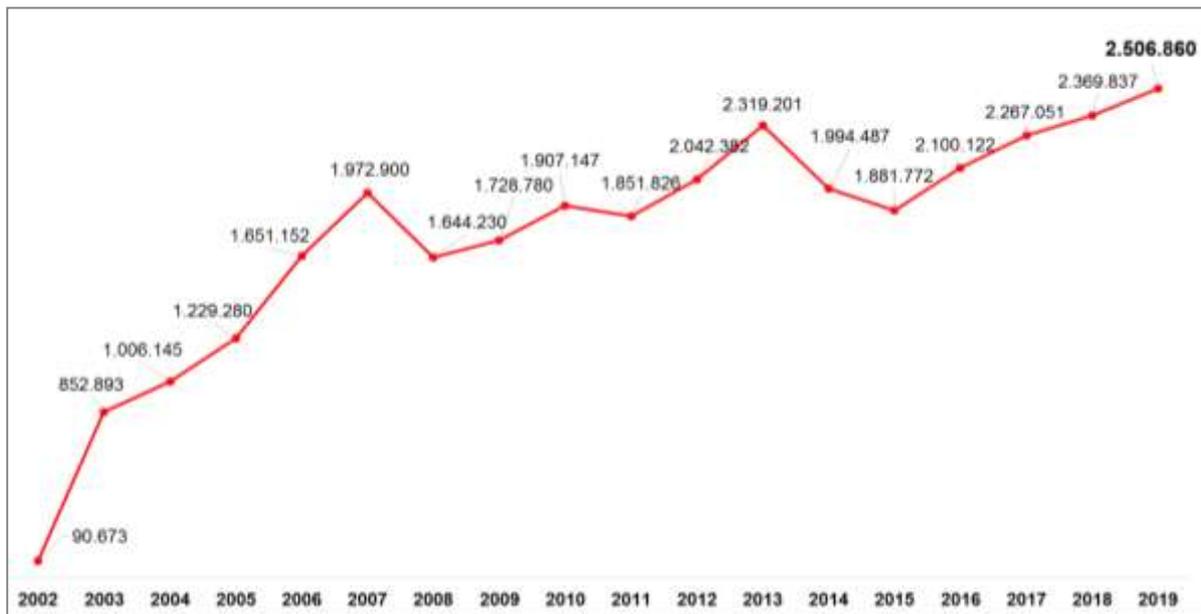


Figura 22: Número de Bovinos Abatidos no Estado de Rondônia (2002 a 2019), Serviço de Inspeção Federal.

Fonte: MAPA//2020.

Não obstante aos méritos de nossa classe produtora, os índices aqui computados se traduzem em uma credibilidade cada vez maior para o Estado de Rondônia diante do mercado externo. Nossa Carne chegou a 45 países em 2019.

Contudo, esse precioso status ora auferido, requer para sua preservação e robustecimento mais investimentos dos setores públicos, uma vez que os setores privados incorporam cada vez mais infraestrutura tecnológica aos meios de produção auferindo ganhos expressivos na produção, fatores estes, que redundam diretamente em maiores demandas para o setor de defesa sanitária tornando imprescindível para a IDARON acompanhar esse avanço, otimizando seus processos administrativos, incorporando os melhores recursos tecnológicos da Cibernética para relacionar todas as atividades técnico-administrativas, tornando os sistemas da agência integrados e coerentes mediante o controle e regulação o seu comportamento.

Geoprocessamento e Cadastro Agropecuário

Qualificado como programa transversal e multidisciplinar, tem como propósito subsidiar os demais programas na execução das atividades de defesa agrossilvopastoril.



Atua em todo o território do Estado de Rondônia e em áreas decorrentes de ajustes cooperativos ou celebrações de convênios, como ocorre com os estados do Amazonas e do Mato Grosso.

Tem como missão promover registros cadastrais com o emprego de recursos geotecnológicos, buscando maximizar o princípio da eficiência nas ações de defesa sanitária, em consonância com a celeridade nas avaliações e consequentemente nas respostas/reações, quando as circunstâncias assim as exigirem, observando as legislações pertinentes.

Os registros referem-se a proprietários, posseiros, propriedades, produtores, explorações agrossilvopastoris, dos responsáveis pelas atualizações cadastrais ou movimentações das explorações (autorizados, procuradores, tutores, curadores, inventariantes), inclusive aos documentos que os fundamentam e os formalizam.

Assim, o banco de dados – SisIdaron – funciona como um consequente, justificado pela necessidade de atender às demandas dos programas sanitários realizados pela Agência, além do auxílio aos gestores para avaliações administrativas, técnicas, financeiras, jurídicas.

Mencionamos algumas diretrizes que norteiam as ações:

- ✓ Planejamento, capacitação, estabelecimento de metas, tabulação e análise de dados, produção de dados fidedignos, radiografias e diagnósticos, persecução de melhorias, parcerias institucionais.

Durante o exercício de 2019 várias ações importantíssimas foram realizadas pelo Programa de Cadastro Agropecuário em benefício das ações de defesa sanitárias. Dentre elas podemos destacar:

- ✓ Houve a criação da Portaria 638/2019, que contemplou várias situações necessárias, oferecendo melhores condições orientativas aos servidores, possibilitando maior segurança jurídica nas relações com os usuários dos serviços cadastrais, suspendendo os efeitos produzidos pela Portaria 071/2015, não sendo mais empregada para os casos presentes. Com a soma desse evento, a 071/2015 sofreu revogação total, pois, o artigo 7º, já havia sido revogado pela Portaria 239/2015;



- ✓ Diante dos desafios de manutenção dos cadastros georreferenciados, houve a aquisição e distribuição de 150 kits de aparelhos (64S) de recepção de sinal de posicionamento geoespacial – RGPS;
- ✓ Com o propósito de aumento da eficiência e da celeridade na prestação dos serviços, houve, com base na descentralização, a atualização e a qualificação de novos servidores para atuarem como Analistas de Cadastros Regionais - AC.

Quadro 27: Evolução da quantidade de Analistas de Cadastros – AC, 2015 e 2019.

Quantidade de AC em 2015	Quantidade de AC em 2019
18	32

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Na figura a seguir demonstramos a distribuição dos Analistas de Cadastros no território rondoniense.

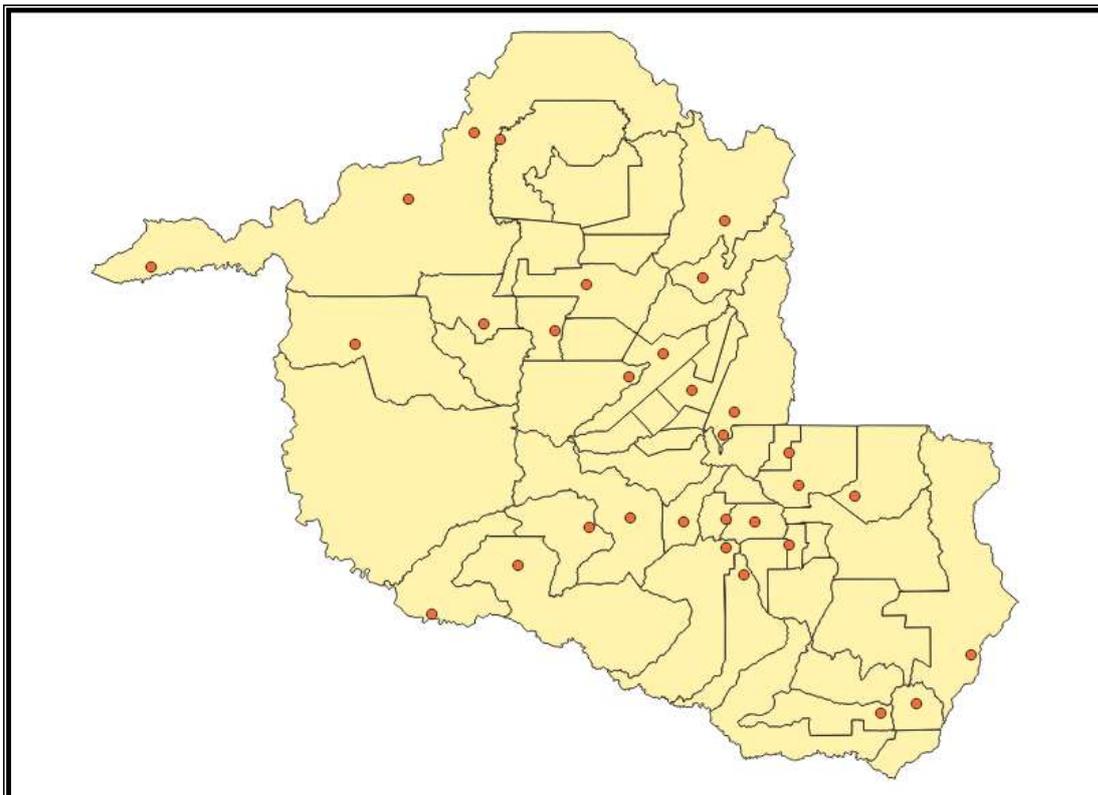


Figura 23: Distribuição dos Analistas de Cadastros.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.



Ante o exposto, evidencia o aumento da capacidade operacional, considerando o aspecto qualitativo, de 177%, possibilitando mais eficiência e celeridade no atendimento de várias demandas, pelo fato de maior distribuição pelo Estado e estarem próximos às unidades. Os Analistas de Cadastros são servidores vinculados às unidades locais, qualificados pela coordenação do programa e atuam mediante planejamento pelas Supervisões Regionais.

Ao longo do exercício de 2018, mais de 45.000 cadastros foram atualizados, dentre eles, pelo menos 38.000 receberam coordenadas geográficas (figura 24). Embora esses números tenham sido gerados por outros servidores que desenvolvem ações de defesa sanitária, os Analistas contribuíram com a execução propriamente dita e com orientações a outros servidores, justificando tais resultados expressivos e recordes aliados a foco operacional.



Figura 24: Avanços quantitativos realizados em 2018 e 2019.
Fonte: GDSA/IDARON, 2020.



Para a realização do georreferenciamento foram utilizados os seguintes recursos: Google Earth Pro, Malha Viária, Malha fundiária (SIGEF), polígonos disponibilizados pelo Cadastro Ambiental Rural somados a visitas às propriedades.

A Agência, a partir de então, busca a realização de fortes avanços qualitativos para subsidiar as ações com maior eficiência e celeridade. Com o intuito de criar um ambiente mais favorável, alguns servidores foram atualizados e novos servidores foram qualificados.

Considerando a importância das ações do cadastro agropecuário e as demandas inerentes à atividade com exigências cada vez maiores de tecnificação, durante o mês de dezembro de 2019, após discussão no âmbito da Gerência de Defesa Sanitária Animal – GDSA –, houve a construção e o encaminhamento de uma proposta de portaria à Coordenação Técnica – COTEC, para criação, constituição da coordenação e estabelecimento das diretrizes. Nela continha a proposta para criar dois departamentos subordinados à coordenação, o operacional e o de geotecnologia, com o intuito de especialização e maior foco, resultando em maior eficiência nas ações da defesa sanitária.

Ocorreram dois treinamentos durante o exercício, sendo de 09 a 13/09/2019, realizado em Rolim de Moura, na Faculdade São Paulo, com a participação de 16 servidores de quatro Supervisões Regionais; e outro também de 16 a 20/09/2019, realizado na sede da Associação Comercial e Industrial de Ouro Preto do Oeste, ACIOP, e na sede da Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal, ULSAV, de Ouro Preto do Oeste, com a participação de 15 servidores das outras quatro Supervisões Regionais.

Um dos motivos dos treinamentos foi a publicação da portaria 638/2019 – que trouxe modificações e implementações sobre procedimentos pertinentes ao cadastro agropecuário, a ela aliaram-se as demandas de melhorias qualitativas do banco de dados - SisIdaron.

Os conteúdos ministrados foram:

- Apresentação de Diagnósticos.
- Lei 3.306/13, Portaria 638/19 e Fontes Correlatas.
- Cadastro de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas.
- Cadastro de Imóveis.
- Edições a Cadastros de Imóveis.
- Procedimentos quanto à geração de novos cadastros no SisIdaron.



- Portaria 638/19: Geração de Explorações Agropecuárias por Responsáveis ou Terceiros.

- Representantes Credenciados e os instrumentos necessários.
- Atualizações Cadastrais.
- TrackMaker Free: apresentação e algumas aplicabilidades. (Extensões: gtm, kml, shp, gpx).
- Informações prestadas a Terceiros.
- Recepção de documentos em consonância com a Lei 13.726/2018.
- Uso do Google Earth Pro em georreferenciamento e avaliação de dados.
- Dicas operacionais sobre o uso do SisIdaron para análises de dados.
- Fontes de recursos para apoio à auditoria de cadastros (malha viária, CAR, base fundiária).
- Extração de dados do SisIdaron, tratamento e visualização deles no Google Earth Pro.
- Breves orientações sobre o receptor de sinal GPS e o uso dos Tablets.
- Atividade de avaliação de cadastros e procedimentos adotados nos casos de duplicidade.
- Ferramentas de correções no SisIdaron e a aplicabilidade.
- Apresentação de atividades a serem implementadas para melhorias qualitativas.
- Papel das unidades no processo de manutenção qualitativa do Banco de Dados.
- Avaliação e ajustes de estratégias operacionais.

Atualmente a Agência possui no SisIdaron cerca de 160.000 registros de propriedades, sendo aproximadamente 100.000 com a presença de animais susceptíveis à febre aftosa, 130.000 georreferenciadas e 30.000 sem coordenadas. Apenas 509 das que possuem animais susceptíveis ainda não foram georreferenciadas. O restante das que não possuem coordenadas são cadastros desprovidos de explorações ou com explorações inativas.

Com esse volume de cadastros georreferenciados, os avanços estão ocorrendo em implementos de recursos e novas estratégias cruzando dados para identificação de cadastros duplicados e inibir a geração com duplicidades.



Atrela-se a esses novos procedimentos o uso da geoespacialização para aumento da eficiência nas ações de defesa sanitária, principalmente para o direcionamento cada vez mais assertivo nas ações de fiscalizações e monitoramentos, considerando o risco sanitário.

Diante desse cenário apresentamos os seguintes desafios a serem vencidos para ampliarmos, ainda mais, as potencialidades de dados e informações para auxílio aos demais programas na consecução de seu mister: atualização da malha viária do Estado de Rondônia e acesso que permitam o ingresso nele; implementação de um Sistema de Informações Geoespacializadas – SIG; poligonização das propriedades; manutenção da qualificação de servidores; implementação de novos recursos de inteligência e que permitam maiores celeridades nas avaliações; automatização de determinados procedimentos.

Portanto, o Programa de Cadastramento Agropecuário com Georreferenciamento é uma poderosa ferramenta para planejamento, execução e monitoramento das ações de Defesa Sanitária em todas as áreas de sua competência.

Podemos gerir com maior eficiência as ações conhecendo melhor o território geográfico, seus limites políticos, confrontantes, barreiras físicas, vias de circulações, deslocamento de vetores contaminantes e vias de contaminação. Com esse recurso podemos saber, em alguns instantes, quantas e quais propriedades devem ser interditadas no caso de uma suspeita de foco, podendo determinar em que locais podem ser instaladas, de forma eficiente e econômica, barreiras sanitárias com base nas vias de acesso georreferenciadas e quais proprietários ou produtores devem ser notificados.

Produção de Leite em Rondônia

A pecuária de leite em Rondônia é considerada um dos setores mais importantes do agronegócio local. Os segmentos de produção, industrialização e comercialização de leite e derivados estão presentes em várias regiões, desempenhando um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população. Essa atividade é uma das melhores formas de crescer renda na agricultura familiar, por não necessitar de grandes áreas para produção.

Em Rondônia, mais de 80% dos produtores de leite são classificados como pequenos e a falta de tecnologia no manejo do rebanho, aliada ao transporte inadequado do leite, resultam em altas perdas e baixo valor agregado aos produtos lácteos. Outras carências, como a baixa qualidade nutricional da alimentação dos animais, manejo sanitário



inadequado, baixo padrão genético, longo intervalo entre partos tem, como consequência, o reduzido rendimento médio do rebanho.

Com o intuito de manter um banco de informações sobre a pecuária leiteira em Rondônia, a Agência IDARON vem acompanhando o perfil produtivo do Estado, consolidando informações que estão sendo úteis, não só para a tomada de decisões relativas à defesa sanitária, mas também, para as políticas de desenvolvimento desse setor em Rondônia.

Nesse sentido, a Agência IDARON deu continuidade em 2019 a uma atividade iniciada em 2012, ou seja, um grande levantamento de informações sobre a produção de leite em nosso Estado. Esse trabalho foi realizado nos dois semestres de 2019, quando todos os produtores de leite em Rondônia foram entrevistados. No quadro abaixo podemos observar algumas informações sobre os dados coletados.

Quadro 28: Resultados gerais da produção leiteira em Rondônia, no ano de 2019.

QUANTIDADES	MAIO/2019	NOVEMBRO/2019
Propriedades que produzem leite (unid.)	29.325	31.026
Vacas em Lactação (unid.)	352.994	396.928
Produção de leite Diária (litros)	1.659.579	1.967.701
Produção média por animal diária (litros)	4,7	5,0
Produção de leite anual em Rondônia (litros) *	605.746.335	718.210.865

Obs. *dados absolutos.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Através dos dados podemos dizer que Rondônia produz um pouco menos de de 2 milhões de litros de leite por dia, ou seja, cerca de 60 milhões de litros por mês. Se considerarmos um período de lactação de 305 dias e a produtividade média de 4,82 litros/vaca/dia, ou seja, cada vaca em lactação produz em Rondônia mais 1.450 litros por ano. Ao considerar os valores absolutos anuais essa produção seria de um pouco mais de 1.800 litros ao ano.



Ainda com base nos dados apresentados no segundo semestre podemos afirmar que Rondônia possui 13,6 vacas em lactação por propriedade. O que demonstra claramente que a produção de leite em Rondônia ocorre principalmente nas pequenas propriedades. Essa informação reforça a necessidade de ações que visem à proteção desse setor, tendo em vista que a agricultura familiar é cercada de aspectos sociais, e que os produtos oriundos de sua produção devem ter garantia de mercado, sob pena de ocorrerem enormes prejuízos ao Estado.

Pudemos verificar ainda, que Rondônia possui uma elevada capacidade de processamento industrial do leite, já que mais de 90% dos produtores entregam seu produto em laticínios, embora um relevante número de produtores que não tem condições de refrigerar seu leite até a entrega ao laticínio, fato esse responsável, quase que invariavelmente, por acarretar sérios prejuízos a esse produto.

Com esses dados, que merecem ser avaliados mais profundamente, a Agência IDARON busca contribuir para o desenvolvimento de um importante setor que possui aspectos socioeconômicos de grande importância para o Estado de Rondônia. A pecuária leiteira para Rondônia é evidenciada, quando se observa que a atividade faz circular anualmente no Estado mais de meio bilhão de reais. A produção leiteira está presente em mais da metade das propriedades rurais do estado e em quase a totalidade das pequenas propriedades, respondem pela sustentação econômica básica de cerca de 40 mil famílias ligadas à agricultura familiar.

Educação Sanitária Agropecuária

A Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON é a autarquia que apresenta grande capilaridade levando informações úteis às comunidades tendo como pilares fundamentais de sustentação a fiscalização e a educação.

Frente a novos desafios de inovações ocorridas na comunicação entre as pessoas, às ações educativas da IDARON buscam conscientizar o produtor rural e a sociedade, modificando hábitos e possibilitando a prática de novas condutas, vislumbrando incrementar a segurança alimentar, o bem estar animal e preservação ambiental.

Deste modo, em 2019 foi estabelecido o Plano de Ação visando estabelecer um planejamento para otimizar os projetos e ações educativas e de comunicação social, atuando



de forma inovadora e aproximando a IDARON do produtor rural e da sociedade rondoniense.

O plano prevê a criação do Programa Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária do Estado de Rondônia – PEDSA, vinculado diretamente a COTEC – Coordenação Técnica da IDARON, através da Portaria nº 774, de 13/09/2019, conforme fluxo abaixo:

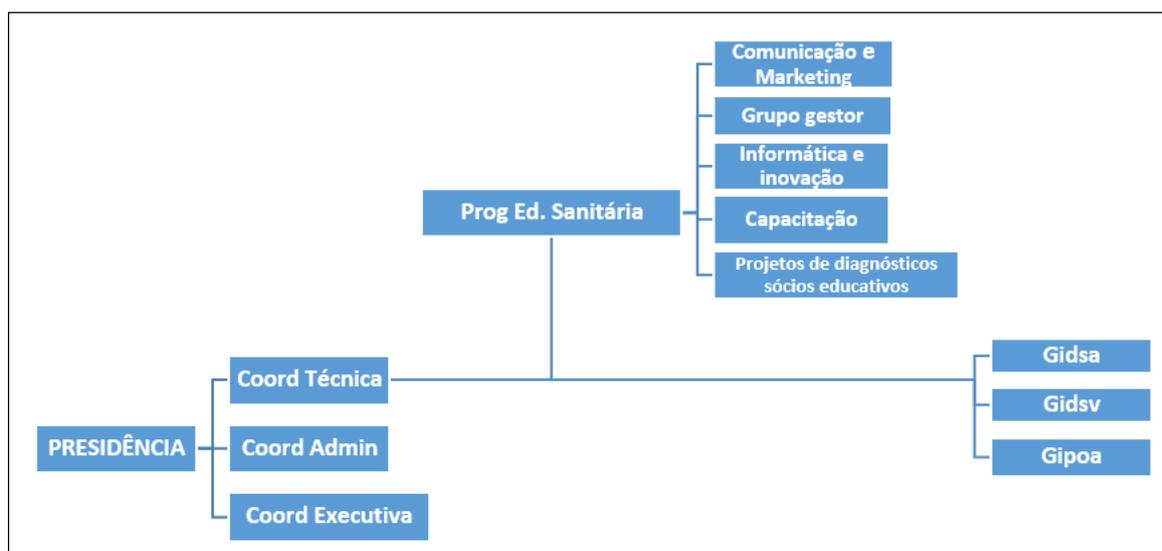


Figura 25: Organograma do Programa Estadual de Educação Sanitária da IDARON.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Em 2019, as ações de educação sanitária já são relatadas pela coordenação do programa, sendo elas:

Adição de pasta específica para temas educativos na página institucional do site da Agência (figura 26). A abertura desse espaço no cenário digital é de grande importância e visa atender a uma necessidade de organização de informações e dar publicidade as notícias de Educação Sanitária e Comunicação da IDARON, assim como Projetos sócios educativos e das capacitações.



Figura 26: Página institucional do site da Agência.
Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Elaboração de arte para confecção de material gráfico e aquisição de brindes oriundo do processo SEI/RO nº 0015.291165/2019-30, que culminou na publicação da ATA REG PREÇO Nº 35/2020, os quais serão distribuídos em 2020 e que visam dar suporte às ações educativas, que promovam a defesa e as boas práticas agropecuárias, a saúde pública e a preservação do meio ambiente, com foco na inocuidade, rastreabilidade, assim como a qualidade dos produtos agropecuários rondonienses e seus derivados.

Quadro 29: Relação de material: brindes e material gráfico.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE DISPONIVEL
0004	Leque	UND	40.000
0005	Crachá	UND	3.000
0006	Pasta corporativa	UND	5.000
0008	Adesivo autocolante	UND	10.000
0009	Adesivo autocolante	UND	20.000
0012	Bloco de anotações	UND	5.000
0013	Chapéu de juta	UND	1.000
0014	Bolsa tipo mochila em lona.	UND	1.000



0015	Boné	UND	15.000
0016	Caneca	UND	8.000
0017	Caneta plástica	UND	30.000
0018	Camiseta em malha fria	UND	6.000
0020	Chaveiro	UND	15.000
0021	Cd Relógio de parede Quartz	UND	5.000
0022	Squeeze plástico 300 ml	UND	5.000
0023	Estojo de lápis pvc	UND	5.000
MATERIAL GRÁFICO TÉCNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE DISPONIVEL
0001	Folder	UND	85.000
0002	Cartaz	UND	25.000
0003	Panflete	UND	400.000
0007	Cartilha	UND	5.000
0010	Banner	UND	500
0011	Faixa	UND	150

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Campanhas temáticas educativas e vídeos institucionais também foram instrumentos utilizados para disseminar informação para o grande público, o qual sempre foi um desafio para a defesa agropecuária. Por isso, em 2019 a IDARON criou e postou vários vídeos de campanhas educativas diferenciadas na área saúde animal e sanidade vegetal, com o objetivo de orientar a população divulgando informações para a promoção da melhoria da qualidade de vida.



Figura 27: Galeria de vídeos.

As campanhas são de interesse social, desenvolvidas em uma linguagem simples e acessível e por promoverem temas relevantes como uso correto de agrotóxicos, vacinação adequada dos rebanhos, entre outros, ganham destaque em toda mídia sendo reconhecidas como ferramenta de utilidade pública em defesa agropecuária.

Os projetos de diagnósticos sócios educativos também foram outras ferramentas que estão mais incentivadas em 2019. Com a perspectiva de aproximação junto à sociedade, vislumbramos nos projetos sociais um plano ou um esforço solidário que tem como objetivo melhorar um ou mais aspectos de uma sociedade. Estas iniciativas potenciam a cidadania e consciência social dos indivíduos, envolvendo-os na construção de um futuro melhor.

Dentre os projetos destacam-se:

- Capacitação dos formandos em técnico agrícola – Itapirema
- Formação integrada em sanitária animal e vegetal - Reg Pimenta Bueno

Dentre as novas estratégias de educação sanitária dentro da IDARON, está sendo desenvolvido o Plano Estratégico para o PNEFA – 2017-2026, o qual foi projetado não apenas visando a suspensão da vacinação de bovinos e bubalinos, mas o incremento das ações de atenção, vigilância e educação sanitária do Serviço Veterinário Oficial – SVO.

Podemos observar que dentre as ações a serem desenvolvidas pelos serviços veterinários estaduais inclui-se a educação sanitária, a organização e estímulo à participação da comunidade, assim como a capacitação dos recursos humanos.



Assim, a aquisição de kits educativos (data-shows, TV's, caixas de som com microfone, pendrive, etc), além da contratação de profissionais e empresas que atuam na área da comunicação e marketing, para prestar assessoria ao desenvolvimento de campanhas educativas, bem como a utilização de videoconferências, foram ações executadas em 2019 que buscam otimizar e dar nova roupagem às atividades educativas da IDARON.

E, no sentido de estreitar o diálogo com os produtores rurais e esclarecer os motivos da suspensão da vacinação e as perspectivas futuras para o agronegócio local e nacional, a IDARON se aproximou cada vez mais das seguintes instâncias:

- a) Poder executivo
 - i. Governo de Estado
 - ii. Prefeituras Municipais
- b) Poder legislativo
 - i. A Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado.
- c) Entidades públicas
 - i. Instituições públicas: SEAGRI, EMATER, EMBRAPA, CRMV-RO, SEBRAE.
 - ii. Comitês Municipais de Sanidade Agropecuária.
- d) Fundos público (FESA) e privado (FEFA):
 - i. Instituições de ensino de nível médio.
 - ii. Instituições de ensino superior.
- e) Revendas agropecuárias.
- f) Frigoríficos/laticínios.

Assim como, buscou capacitar aproximadamente 100 Fiscais Estaduais Agropecuários (Médicos Veterinários), 250 Assistentes Estaduais de Fiscalização, além de 50 Servidores Administrativos da Agência para melhor desenvolver suas atividades.

Quadro 30: Relação das principais capacitações disponibilizadas aos servidores da Agência IDARON (2019).

Nº	CURSO	PARTICIPANTES	LOCAL	ENTIDADE MINISTRANTE	CARGA HORÁRIA
1.	Congresso latino-americano, XV Congresso brasileiro de higienistas de alimentos e VII	4 Fiscais Estaduais	MACEIÓ/AL	COLÉGIO BRASILEIRO DE	28 HORAS



Relatório de Gestão - IDARON 2019

	encontro do sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal			MÉDICOS VETERINÁRIOS HIGIENISTAS DE ALIMENTOS	
2.	26º Curso de treinamento em métodos de diagnóstico, controle e erradicação em brucelose, tuberculose e noções de encefalopatias espongiformes transmissíveis - EET	02 Médicos veterinários do SVO (IDARON); 21 Médicos Veterinários da Iniciativa Privada	EMBRAPA PORTO VELHO	SFA-RO; LANAGROMG; IDARON; EMBRAPA-PA; UFGGO; CRMVRO	40 HORAS
3.	Vigilância e fiscalização sanitária do trânsito animal e vegetal	3 Fiscais e 10 Assistentes Estaduais de Fiscalização Regional de Porto Velho	PORTO VELHO (NOVA CALIFÓRNIA)	IDARON	25,5 HORAS
4.	Vigilância e fiscalização sanitária do trânsito animal e vegetal	3 Fiscais e 15 Assistentes Estaduais de Fiscalização Regional de Porto Velho	PORTO VELHO	IDARON	24 HORAS
5.	Workshop em rotulagem de alimentos	15 Fiscais IDARON	JI-PARANÁ	SF CONSULTORIA E AUDITORIA EM GESTÃO DA QUALIDADE DE ALIMENTOS	20 HORAS
6.	Capacitação em programas de auto controle BPF/PPHO/HACCP (MAPA)	24 Fiscais IDARON	PORTO VELHO	IDARON	28 HORAS
7.	Treinamento em inspeção, fiscalização e planos de autocontrole em estabelecimento de abatedouro frigorífico de bovinos	24 Fiscais IDARON	PORTO VELHO	FRIGORÍFICO AREIA BRANCA - IDARON	30 HORAS
8.	Capacitação em higiene, inspeção e tecnologia do leite e produtos lácteos	25 Fiscais IDARON	OURO PRETO DO OESTE	IDARON	40 HORAS
9.	Capacitação em higiene, inspeção e tecnologia do abate de suínos	2 Fiscais IDARON	PARANÁ	MAPA/ADAPAR	44 HORAS
10.	Treinamento para o nivelamento da IN n° 76, de 26/11/2018 e IN n° 77	10 Fiscais IDARON	JI-PARANÁ	SINDLEITE E MINISTÉRIO AGRICULTURA	4 HORAS
11.	Congresso Internacional de Pecuária Leiteira da Amazônia	01 Médico Veterinário IDARON	RIO BRANCO	UFAC	23 HORAS
12.	ENISAP – Encontro Internacional de Saúde Animal e Prevenção	03 Médicos Veterinários IDARON	CUIABÁ	UFMT	22 HORAS
13.	Treinamento simulado em emergência para o atendimento à um foco de febre aftosa	02 Fiscal Estadual Agropecuário	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR	MAPA/ADAPAR	40 HORAS

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.



Com corpo técnico capacitado, metas e cronograma de ações educativas são estabelecidos, e os resultados tabulados em sistema de dados e relatório de atividades, além de atividades específicas, tais como:

1. A promoção de campanhas educativas e projetos de educação sanitária, com base em diagnósticos, para orientação à comunidade, promovendo a informação e a conscientização;
2. A participação e assessoramento em capacitações técnicas, cursos, seminários e capacitações;
3. A composição em reuniões de comitês e grupos de trabalho;
4. Outras ações como participação em programas de rádio e TV como instrumentos de comunicação cujo valor vai além do entretenimento e da informação. São instrumentos de participação popular de grande importância para a Agência IDARON;
5. São aliados vitais para o processo de consolidação do tema defesa agropecuária e o envolvimento dos ouvintes com a oportunidades para dizer seus problemas, emitir opiniões, dar sugestões e, sobretudo, exercer o processo de participação e conscientização.

O gráfico abaixo mostra o número de eventos educativos e divulgações nos meios de comunicação em massa no período de 2019.

Uma atividade educativa que se destaca são as palestras, durante as quais o servidor explica sobre a importância do agronegócio para os interesses estaduais e nacionais, esclarecendo ainda as dúvidas pertinentes a assuntos diversos de interesse do produtor rural. Para essa atividade o servidor conta com material impresso variado (panfletos, folders, cartazes, calendários) que ajuda na orientação prestada.

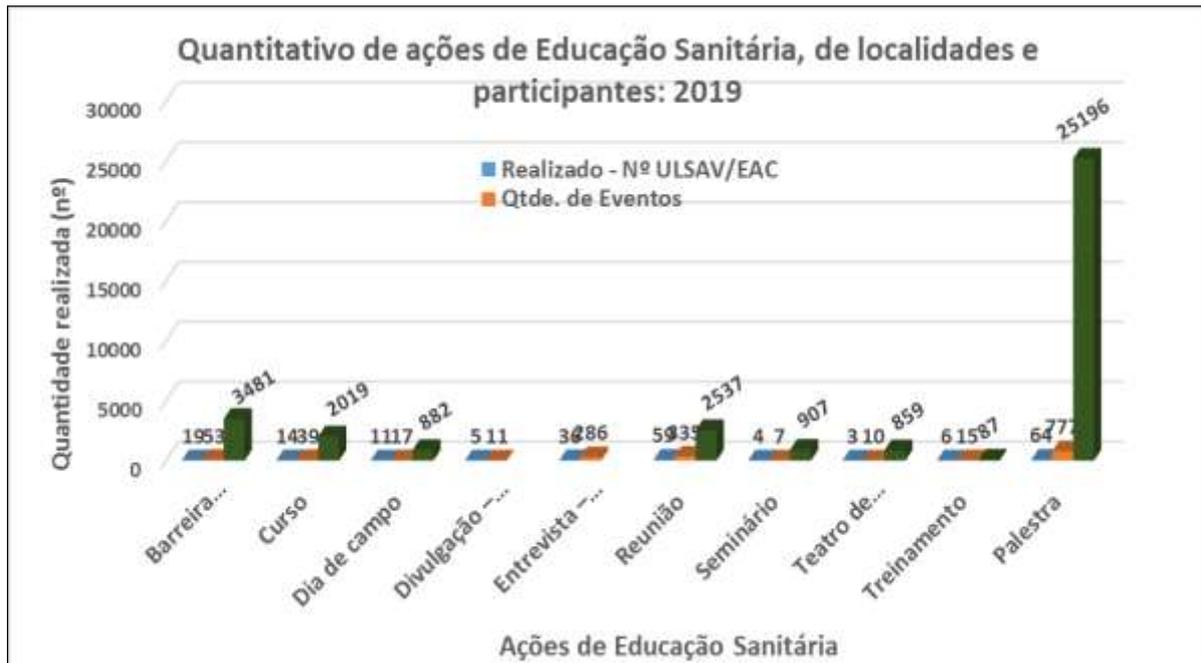


Figura 28: Número de eventos educativos e divulgações nos meios de comunicação em massa no período de 2019.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Os dados de ações educativas são armazenados no SIS-ATIVIDADES (módulo de Educação Sanitária) e a informação produzida é um instrumento essencial para análises de tendências e decisões. Nesta perspectiva, representa uma ferramenta imprescindível à Agência como meio de registro das atividades educativas desenvolvidas pelas unidades.

5.1.1. GESTÃO DA DEFESA E INSPEÇÃO ANIMAL

A defesa sanitária animal no contexto da defesa agropecuária rondoniense promove a prevenção, controle e erradicação das doenças em animais de interesse socioeconômico, através de seus pilares de sustentação: educação em saúde animal, gerenciamento de todo o processo de vacinação de animais, base cadastral sólida e auditável do sistema agroprodutivo, atenção veterinária com vigilância epidemiológica ativa e passiva, bem como o monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças e o controle do trânsito de animais.



A garantia da sanidade dos produtos de origem animal tem como sustentáculo a defesa sanitária animal, onde as instâncias governamentais destinam especial atenção e investimentos em função do destacado potencial pecuário de nosso Estado.

Para assegurar a saúde animal, é necessária a existência de serviços veterinários bem estruturados, capacitados e aptos para detecção e adoção precoce das medidas de controle e erradicação das doenças.

Em sintonia com a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o serviço veterinário da Agência IDARON, responsável pela política de saúde animal é composto por toda sua estrutura, ou seja, 84 unidades locais, 8 postos de fiscalização, 8 supervisões regionais e uma (1) unidade central. Essa nobre função é executada compartilhando com o setor privado as responsabilidades para aplicação das medidas que objetivam a melhoria da saúde animal.



PERFIL DAS PROPRIEDADES RURAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Para se obter efetivo controle sanitário é indispensável dispor de informações fidedignas e atuais, sob pena de encetar ações inadequadas e, por conseguinte, ineficazes. Nesse sentido, nas unidades descentralizadas da IDARON, são mantidas informações cadastrais atualizadas das propriedades detentoras de rebanho bovino em todos os municípios ou distritos no Estado, sabendo-se que a dinâmica da criação de animais nessas propriedades gera informações cadastrais de forma continuada, na medida em que movimentam, vacinam ou declaram a vacinação de seu rebanho, ou ainda quando são submetidas a fiscalizações de rotina.

A cada semestre realiza-se em todo o Estado a Campanha de Vacinação contra Febre Aftosa, conforme calendário oficial de vacinação para a prevenção desta doença e nessas ocasiões, além dos procedimentos peculiares da vacinação e seu controle, são levantados dados que, tratados, permitem visualizar inúmeros aspectos dinâmicos da pecuária rondoniense e, a partir disso, orientar ações e políticas sempre mais ajustadas ao controle sanitário do rebanho.

Assim, com base nos dados levantados por ocasião da 39^a, 41^a, 43^a, 45^a e 47^a etapas de vacinação que ocorreram no período de 15 de outubro a 15 de novembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 respectivamente, podemos demonstrar, conforme o quadro XX, que nesse período, além de outras comparações, podemos observar o crescimento do rebanho rondoniense o qual chegou a marca de 14,3 milhões em 2018, rebanho que se manteve em 2019 - um crescimento de 12,4% desde 2014.

É possível verificar um crescimento nos últimos anos no rebanho de corte (24%). Porém, quando observamos o rebanho leiteiro podemos verificar uma redução na ordem de 10%. Podemos perceber ainda que permanece a predominância do rebanho de corte (76%) em relação ao rebanho de leite (24%).

A média de bovídeos por propriedade manteve-se equilibrada, mas com uma leve tendência de crescimento nos últimos anos. Em 2019 tivemos 155 cabeças/propriedade em média, sendo que antes apresentava-se média de 157 cabeças/propriedades no ano de 2018.



Quadro 31: Dados pecuários do Estado de Rondônia referentes às campanhas realizadas no período de 15 de outubro a 15 de novembro dos anos de 2015 a 2019.

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
Propriedades Rurais	124.732	127.739	131.645	129.980	139.529
Propriedades Rurais com Bovídeos	91.602	94.253	90.523	91.613	92.571
População de Bovídeos	13.397.970	13.688.348	14.098.031	14.344.017	14.355.955
População de Bovinos de Corte	9.685.113	10.146.781	10.344.077	10.951.759	11.010.307
População de Bovinos de Leite	3.706.705	3.535.419	3.747.301	3.385.398	3.338.912
População de bubalinos	6.152	6.148	6.653	6.860	6.736
Proprietários de bovídeos	94.593	97.107	92.481	93.456	94.254
Média de Bovídeos por Propriedade	146	145	156	157	155

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Esse mesmo levantamento de dados permite visualizar a distribuição do rebanho de acordo com o porte das propriedades e, assim, ratifica-se a vocação rondoniense para uma estrutura de produção em minifúndio onde predominam pequenos rebanhos (quadro 36).

Quadro 32: Distribuição percentual do rebanho bovino por propriedade, no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2018.

Ano	Parâmetro	Número de Bovídeos			
		Até 100	De 101 a 300	Mais que 300	Total
2011	Propriedades	54.388	20.254	7.991	82.633
	%	65,82	24,51	9,67	100
2012	Propriedades	55.663	21.091	8.153	84.907
	%	65,55	24,84	9,60	100
2013	Propriedades	57.849	21.996	7.986	87.831
	%	65,86	25,04	9,09	100
2014	Propriedades	57.993	22.944	8.403	89.340
	%	64,91	25,68	9,41	100
2015	Propriedades	58.366	24.360	8.886	91.612
	%	63,71	26,59	9,70	100
2016	Propriedades	51.024	22.092	8.192	81.308
	%	62,75	27,17	10,08	100
2017	Propriedades	51.876	23.085	8.411	83.372
	%	62,22	27,69	10,09	100
2018	Propriedades	61.754	27.260	9.561	98.575
	%	62,65	27,65	9,70	100
2019	Propriedades	63.092	27.237	9.612	99.941
	%	63,13	27,25	9,62	100



Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Ainda avaliando dados pecuários de nosso Estado, considerando os dados populacionais de outros rebanhos, como o de ovinos, caprinos, equídeos, suínos e de aves, podemos observar uma grande variabilidade no perfil de alguns dos rebanhos observados (Quadro 33).

Quadro 33: Evolução quantitativa dos rebanhos no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2019.

Ano	Parâmetro	Aves	Caprinos	Equídeos	Ovinos	Suínos
2011	Propriedades	47.659	2.077	45.951	4.867	28.149
	Animais	2.837.546	18.688	170.019	145.940	231.679
2012	Propriedades	48.458	1155	64.202	5.181	26.551
	Animais	2.827.141	17.957	210.148	145.904	212.959
2013	Propriedades	48.030	960	63.987	5.105	25.915
	Animais	2.861.502	14.730	207.287	131.884	196.085
2014	Propriedades	46.371	1.119	52.112	4.619	25.623
	Animais	2.704.721	12.242	166.507	116.884	203.550
2015	Propriedades	48.878	992	51.872	4.533	27.938
	Animais	3.284.741	11.480	165.130	108.074	230.581
2016	Propriedades	45.565	864	52.709	4.089	27.704
	Animais	2.647.597	12.933	164.607	99.304	224.176
2017	Propriedades	47.018	806	54.192	3.849	28.400
	Animais	2.856.937	12.815	166.722	97.793	220.372
2018	Propriedades	41.663	628	61.278	3.595	19.718
	Animais	2.565.646	10.933	192.463	94.974	180.652
2019	Propriedades	34.939	439	64.040	2.487	20.848
	Animais	1.989.532	7.512	202.631	68.673	164.414

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Com relação à estrutura fundiária em Rondônia verifica-se que existe uma estabilidade ao longo dos anos. Demonstrando um perfil de proprietários que se mantém por esse período avaliado.



Quadro 34: Demonstrativo do padrão fundiário das propriedades rurais com bovinos no Estado de Rondônia (2011 a 2019)

Ano	Parâmetro	Tamanho da propriedade - em Hectares					
		Até 50	De 51 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1000	Mais de 1000	Total
2011	Propriedades	45.636	20.128	14.129	1.475	1.335	82.703
	%	55,18	24,34	17,08	1,78	1,61	100
2012	Propriedades	47.258	20.547	9.419	1.528	1.367	80.119
	%	58,98	25,65	11,76	1,91	1,71	100
2013	Propriedades	48.462	20.788	14.476	1.521	1.416	86.663
	%	55,92	23,99	16,70	1,76	1,63	100
2014	Propriedades	50.495	21.299	14.668	1.511	1.367	89.340
	%	56,52	23,84	16,42	1,69	1,53	100
2015	Propriedades	52.192	21.513	14.981	1.579	1.337	91.602
	%	56,98	23,49	16,35	1,72	1,46	100
2016	Propriedades	45.990	18.835	13.723	1.489	1.271	81.308
	%	56,56	23,17	16,88	1,83	1,56	100
2017	Propriedades	47.448	19.200	13.932	1.546	1.246	83.372
	%	56,91	23,03	16,71	1,85	1,49	100
2018	Propriedades	45.840	19.264	13.816	1.519	1.230	81.669
	%	56,13	23,59	16,92	1,86	1,51	100
2019	Propriedades	46.792	19.361	14.038	1.505	1.220	82.916
	%	56,43	23,35	16,93	1,82	1,47	100

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

O conhecimento do perfil do rebanho e de sua evolução permite que se avalie riscos com maior precisão, o que possibilita maior celeridade e eficácia nas ações que visam promover a defesa sanitária no Estado, além de oferecer suporte a decisões sobre ações de rotina e na alocação de recursos.

Ainda considerando o perfil do crescimento do rebanho bovino no Estado de Rondônia, podemos observar no gráfico XX que no período de 1999 a 2019 houve um significativo incremento do rebanho bovino no estado. Nesse sentido Rondônia registrou um crescimento de mais de 125% no período.

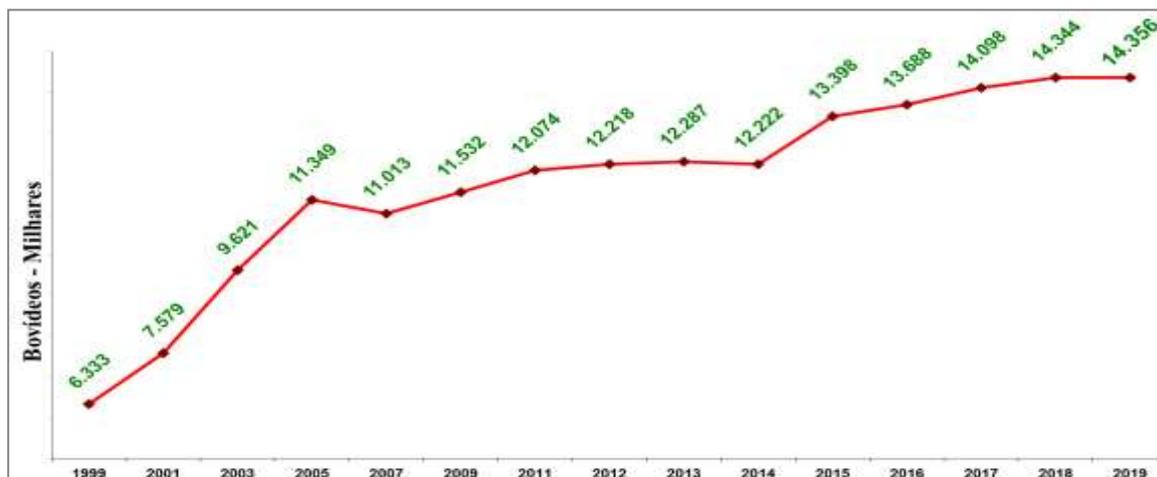


Figura 29: Evolução do Rebanho bovino no Estado de Rondônia no período de 1999 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A Vigilância epidemiológica exercida pela IDARON se faz, dentre outros procedimentos, pelo controle e fiscalização do trânsito de animais, de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, fiscalização que visa efetiva segurança sanitária do rebanho rondoniense além de oferecer informações que permitam atuar de forma eficaz nas emergências sanitárias, tendo em vista que eficiente controle e fiscalização possibilitam rastrear animais, produtos e subprodutos, estabelecendo elos entre origens e destinos. Além disso, o controle do trânsito sanitário permite agir no sentido de inibir a introdução de enfermidades no território rondoniense, evitar o transporte de produtos e subprodutos impróprios para o consumo ou que, de qualquer forma, signifiquem ameaça aos rebanhos no Estado de Rondônia e, especialmente, que impliquem em risco à saúde e à vida humana.

As fiscalizações de trânsito que ocorrem dia e noite em nosso Estado nos permitem também, a identificação de fraudes relacionadas às movimentações de animais, uma vez que pelo valor expressivo de recursos que são gerados pelo agronegócio, desperta o interesse de muitos especuladores.

Postos Fixo-Móveis de Fiscalização Agropecuária



Visando efetivo controle de trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a Agência IDARON mantém 08 (oito) postos fixos ao longo da fronteira, sendo que 05 postos de fiscalização atuam em tempo integral e 04 postos móveis de fiscalização fluvial, conforme discriminado abaixo (figura 30):

POSTOS FIXOS:

01- Posto Fixo de Vilhena - tempo integral - (divisa com o Estado do Mato Grosso)
- Endereço: BR 364, Km 02, Portal da Amazônia, Município de Vilhena – RO;

02- Posto Fixo de Nova Colina - tempo integral - (divisa com o Estado do Mato Grosso) - Endereço: Avenida Principal, s/n distrito de Nova Colina, Município de Ji-Paraná – RO;

03- Posto Fixo da Balsa - tempo integral - (divisa com o Estado do Mato Grosso)
- Endereço: Linha MA 28, km 85, margem esquerda do Rio Machado, Município de Machadinho d'Oeste – RO;

04- Posto Fixo do Calama - tempo integral - (divisa com o Estado do Amazonas)
- Endereço: Margem direita do Rio Madeira na divisa com Estado do Amazonas, Distrito de Calama, Município de Porto Velho – RO;

05- Posto Fixo do 130 - tempo integral - (divisa com o Estado do Amazonas) -
Endereço: BR 319, Km 128,9 sentido Humaitá/AM, Município de Porto Velho – RO;

06- Posto Fixo Tucandeira - tempo integral - (divisa Rondônia/Acre), Fiscalização Conjunta Rondônia e Acre - Endereço: BR 364, Km 114, Município de Acrelândia – AC;

07- Posto Fixo de Porto Rolim - (fronteira com a República da Bolívia) - Endereço: Margem direita do Rio Mequéns, Distrito de Porto Rolim do Guaporé, Município de Alta Floresta do Oeste – RO;

08- Posto Fixo de Santo Antônio - (fronteira com a República da Bolívia) -
Endereço: Margem direita do Rio Guaporé, Sede da Fazenda Pau d'Óleo, Município de São de Francisco do Guaporé – RO.

Postos móveis - embarcações cabinadas de patrulhamento de fronteira

01- Posto Fluvial Quero-Quero IV - (fronteira com a República da Bolívia) -
Jurisdição Guajará-Mirim (Regional de Porto Velho) - De Guajará-Mirim ao Rio Cautário;

02- Posto Fluvial Quero-Quero III - (fronteira com a República da Bolívia) -
Jurisdição Costa Marques (Regional de Alvorada): do rio Cautário à Fazenda Pau D'Óleo;



03- Posto Fluvial Quero-Quero II - (fronteira com a República da Bolívia) - Jurisdição Pimenteiras (Regional de Vilhena): da foz do rio Cabixi até Rolim de Moura do Guaporé.

04- Posto Fluvial Quero-Quero I - (fronteira com a República da Bolívia) – Jurisdição Alta Floresta do Oeste (Regional de Rolim de Moura): de Rolim de Moura do Guaporé até à Fazenda Pau D’Óleo.

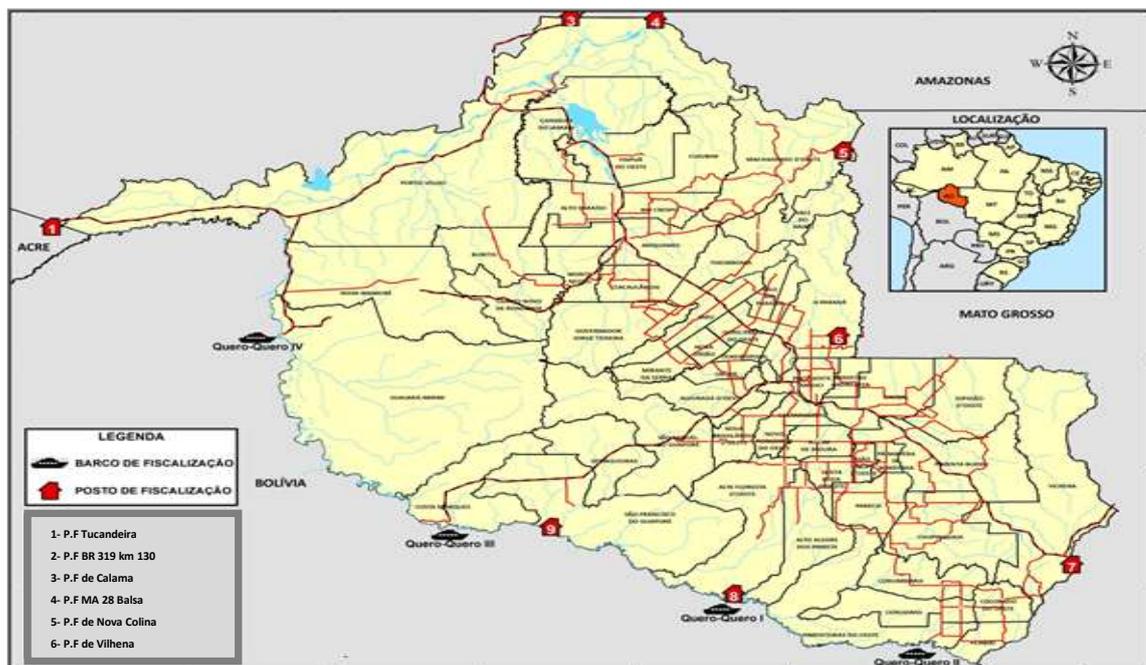


Figura 30: Demonstração dos Postos de Fiscalização de Trânsito no Estado de Rondônia-2019.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Ações de Fiscalização de Trânsito

Adicionalmente, em todas as Unidades Descentralizadas de acordo com a área de risco, são estabelecidas de forma aleatória ou direcionada, barreiras de fiscalização sanitárias volantes. Essa tarefa demanda o emprego de toda a frota de veículos e embarcações da Agência IDARON, bem como um grande número de servidores.

As Barreiras Volantes podem ser realizadas de forma terrestre (em estradas e rodovias) ou fluvial (nos rios) e são atividades, cuja manutenção e incremento é



recomendável para que seja inibido risco de ingresso e/ou propagação de patógenos em território rondoniense.

Os Postos Fixos Terrestres têm importância vital para o Estado de Rondônia, pois são a primeira linha de defesa contra a introdução e/ou reintrodução de patógenos e enfermidades no Estado, para tanto, funcionam em regime de plantão 24 horas por dia.

Barreiras Volantes Terrestres

A partir do ano de 2019 a IDARON estabeleceu uma meta mensal de horas de barreiras volantes terrestres para cada Unidade da IDARON distribuídas em todos os Municípios do Estado, gerando uma meta anual de 23.730 horas para todo o Estado.

No ano de 2019 foram realizadas 3.564 Barreiras Volantes Terrestres, executando um total de 14.769 horas de fiscalizações, atingindo 62% da meta anual de horas de barreira volante. Os números obtidos quando transformados para médias diárias obtemos, 40 horas de fiscalização distribuídas em média de 9 barreiras volantes por dia. No gráfico 31, vê-se a evolução da carga horária empregada em barreiras terrestres desde 2005 até 2019.

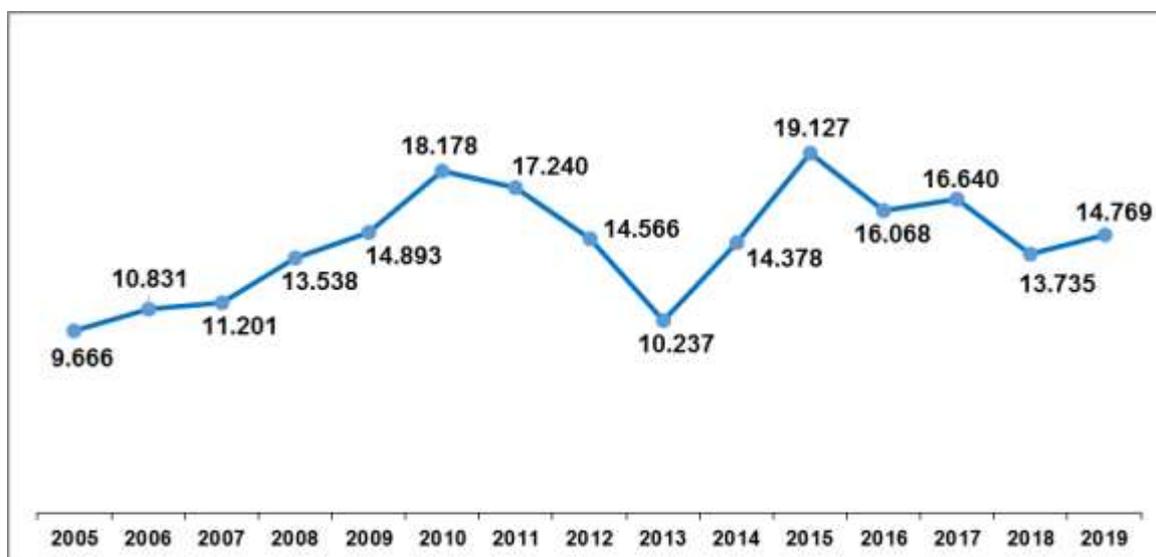


Figura 31: : Carga horária de barreiras terrestres no período de 2005 a 2019.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

É constante a busca de novas estratégias para disciplinar a execução das barreiras terrestres, visando sempre alcançar maior efetividade nas metodologias de fiscalização de trânsito. Incentivamos a escolha adequada de locais e horários que possibilitassem o efeito



surpresa, além de considerarmos locais onde há uma maior expressividade do trânsito, tanto do ponto de vista do risco, como do maior fluxo de veículos.

Esse processo de adaptação e transição da fiscalização de trânsito animal, deve sempre proporcionar, não só a identificação de pontos de risco e vias de maior fluxo, mas também buscar a identificação de fraudes relacionadas ao transporte de animais, que geram perda de receita para os cofres públicos, além do aumento do risco sanitário.

O quadro 35 mostra a evolução do número de animais suscetíveis a febre aftosa inspecionados durante a realização das barreiras volantes e nos postos fixos de fiscalização. Podemos verificar de forma discriminada no quadro 36, todas as espécies suscetíveis à febre aftosa, bem como as quantidades que foram fiscalizadas durante o ano de 2019.

Quadro 35: Animais susceptíveis a febre aftosa, inspecionados nas barreiras volantes e nos postos fixos da Agência IDARON, no período de 2011 a 2019.

FISCALIZAÇÕES	ANOS								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Barreira volante	183.609	139.873	106.913	105.464	152.768	292.084	169.615	118.811	149.542
Postos fixos	201.532	199.417	183.746	222.895	200.930	462.633	197.679	251.940	405.739
TOTAL	385.141	339.290	290.659	328.359	353.698	754.717	367.294	370.751	555.281

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Quadro 36: Animais susceptíveis a febre aftosa inspecionados nas barreiras volantes e nos postos fixos da Agência IDARON, no ano de 2019.

FISCALIZAÇÕES	ESPÉCIES SUSCETÍVEIS A FEBRE AFTOSA - 2019				
	BOVINOS	SUÍNOS	CAPRINOS	OVINOS	TOTAL
Barreira volante	147.798	1.476	5	263	149.542
Postos fixos	373.412	31.821	25	481	405.739
TOTAL	521.210	33.297	30	744	555.281

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.



No transcorrer do ano de 2019, foram realizadas 2.203 horas de fiscalização fluvial, este número é obtido do somatório das horas de fiscalizações volantes fluviais, das barreiras fixas fluviais, fiscalizações em portos e postos fixos de fiscalização fluvial.

Durante as fiscalizações fluviais, foram abordados: 64 embarcações vazias e 04 embarcações transportando 71 bovinos e 38 suínos em 2019.

Quadro 37: Espécies susceptíveis a febres aftosas fiscalizadas durante fiscalizações fluviais no ano de 2019.

ESPÉCIES SUSCETÍVEIS A FEBRE AFTOSA - 2019					
BOVINOS	BUBALINOS	SUÍNOS	CAPRINOS	OVINOS	TOTAL
71	0	38	0	0	109

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

As fiscalizações fluviais são acompanhadas de Vigilância Epidemiológica e Educação em Saúde, onde nossos servidores realizam: palestras, cursos, orientações técnicas, inspeções de animais visando à identificação precoce de enfermidades, identificando pontos de risco e mostrando a presença efetiva da Agência IDARON na área de fronteira.

A fiscalização de trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal compreende a verificação de todos os aspectos legais sob os quais está ocorrendo o trânsito, observada legislação sanitária vigente e, nesse sentido, à vista do objetivo legítimo da manutenção da segurança sanitária do Estado, são adotadas todas as medidas sanitárias que se impuserem, desde a retenção, autuação, retorno à origem, apreensão e mesmo a destruição de animais, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

No quadro 38, veem-se os números referentes aos animais, produtos e subprodutos apreendidos e destruídos no Estado de Rondônia, no mesmo período.

Quadro 38: Apreensões e destruições de animais, produtos e subprodutos no período de 2010 a 2019.

Apreendidos e Destruidos	ANOS									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Animais	0	0	2	2	0	0	60	15	0	0



Peles (peças)	1.439	0	78	24	1	170	0	0	0	0
Carne (kg)	464	64.468	2.096	4.169	231	855	322	706	104	25
Pescado (kg)	0	0	0	0	0	750	0	0	1.590	150
Míúdo (kg)	0	0	0	0	0	100	0	0	3	0
Embutido (kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	12	3
Ovo (kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0,5	0
Leite (L)	0	0	0	0	0	140	0	0	0	1
Chifres (kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Raspa de couro (kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Farinha carne/osso (kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos Lácteos (kg)	718	2.064	107	4.011	3.997	13	9	72	146	14.103
Ossos (Kg)	0	0	0	1.237	0	1.000	0	0	0	0
Sebo (Kg)	0	0	0	977	28.406	0	0	0	0	0
Esterco (Kg)	0	0	0	0	0	0	0	0	30	0
Total	2.621	66.532	2.283	10.420	32.635	3.028	391	793	1.885	14.282

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

O trânsito de animais no Estado de Rondônia é submetido a padrões e instrumentos preconizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. O controle desse trânsito compete ao serviço de defesa sanitária na figura da IDARON. O instrumento hábil pelo qual este órgão autoriza a movimentação de animais e simultaneamente, exerce controle e fiscalização, é a Guia de Trânsito Animal (GTA). A GTA tem a finalidade de dar forma legal e rastreabilidade para toda movimentação de animais dentro do território rondoniense ou dos animais destinados para fora do Estado constituindo-se assim, ferramenta da maior relevância no plano de controle e fiscalização da Agência.

A seguir apresentamos a figura XX que demonstra a evolução anual da emissão de GTA em Rondônia a partir de 2000. Podemos observar que nos anos de 2007 a 2013 ocorreu estabilização num patamar médio próximo de 516.000 documentos emitidos, o que demonstra ajuste do sistema ao mercado animal no Estado, coerente com a desaceleração do crescimento numérico do rebanho. Porém, quando comparamos o crescimento do rebanho bovínico e a emissão de GTAs do Estado de 2014 a 2019, podemos ver durante esse período que tivemos um grande aumento na emissão de GTAs, quando avaliamos a série histórica apresentada.



Ressalvamos que a partir de 2009, consideramos como fonte de dados o Sistema Informatizado da Agência IDARON e que outrora eram considerados os Relatórios Mensais emitidos pelas Unidades da IDARON.

No ano de 2019 foram emitidas 831.698 GTAs, sendo 816.556 só para bovídeos. Com base na análise dos dados podemos afirmar que houve trânsito de 13.181.990 bovídeos. Ao compararmos o total de bovídeos transportados com o total do rebanho bovino de Rondônia (14.355.955 bovídeos), podemos verificar que durante o ano de 2019 foram emitidas GTAs para 91,82% dos bovídeos do rebanho rondoniense (figura 32).

Devemos ainda levar em consideração que vários fatores influenciam o transporte de animais, como por exemplo, a disponibilidade de terras, fatores econômicos, fatores climáticos, fatores ambientais, etc., porém é inegável que o conjunto de ações promovidas pela Agência IDARON nos últimos anos vem contribuindo sobremaneira na consolidação dessa importante ferramenta (GTA) para o controle cadastral das propriedades e acima de tudo para o rastreamento do trânsito animal.

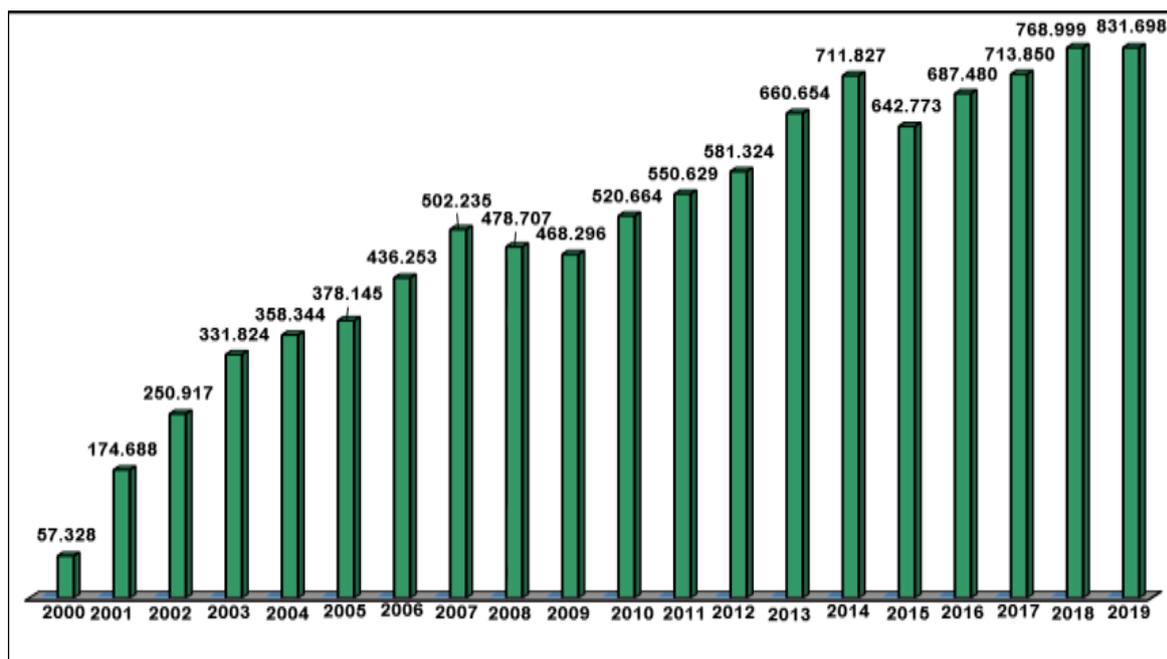


Figura 32: Emissão de guias de trânsito animal no Estado de Rondônia no período de 2000 a 2019.

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

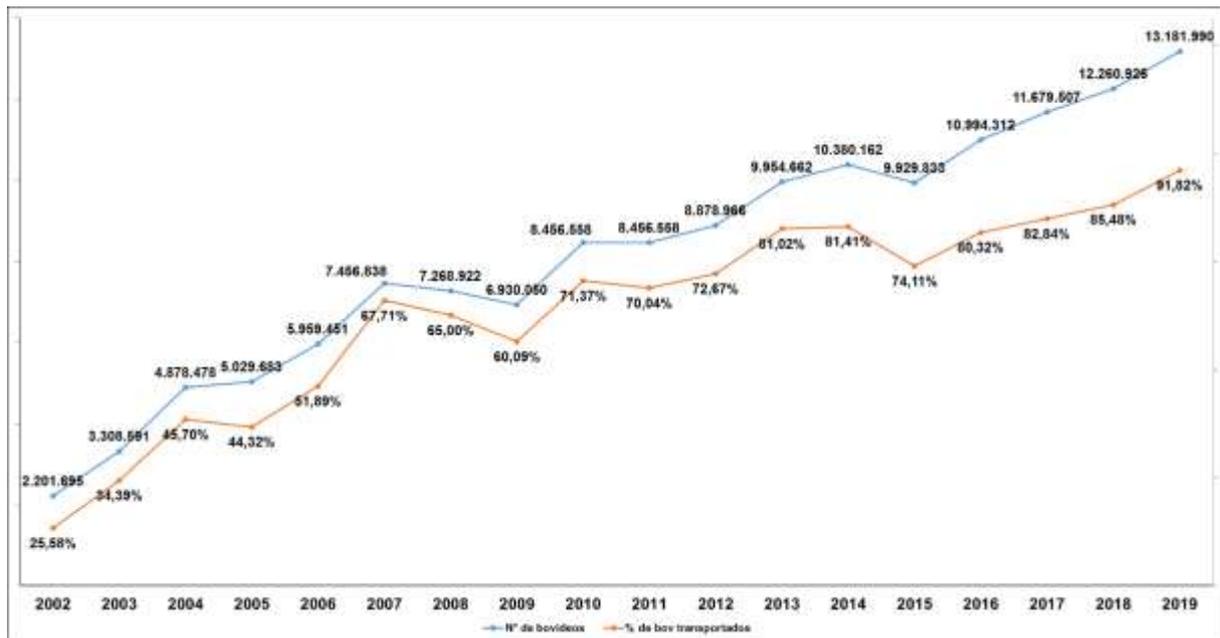


Figura 33: Bovídeos transportados no Estado de Rondônia no período de 2002 a 2019 e a relação percentual com o respectivo rebanho total.
 Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Rastreabilidade do Trânsito

A IDARON desenvolve diversas atividades no sentido de monitorar o fluxo de entrada e saída de animais no Estado de Rondônia, bem como controlar as cargas de animais em trânsito pelo Estado. Uma das atividades que ocorrem diariamente nos Postos Fixos é o acompanhamento da entrada de animais que vem de outros Estados através do preenchimento das CIAs (Comunicado Interno do Ingresso de Animais), que são encaminhadas diretamente às Unidades que receberão os animais, como também à Unidade Central para que possam proceder o recebimento dos mesmos e para que a Unidade Central esteja coordenando todo o procedimento. Em 2019 os Postos Fixos da IDARON emitiram um total de 2.343 CIAs.

Quadro 39: Quantidade de CIAs emitidas, por postos de fiscalização (2018 e 2019).

Ano	Posto Fiscal Vilhena	Posto Fiscal Nova Colina	Posto Fiscal Tucandeira	Posto Fiscal Machadinho	Posto Fiscal KM 130	Total
2018	1.178	245	303	118	10	1.854
2019	1.461	381	379	104	18	2.343

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.



O mesmo controle ocorre em animais que adentram o nosso Estado através de outros locais que não são Postos Fixos, chamados de pontos não oficiais. Para tais trânsitos são emitidas as CITs (Comunicado de Ingresso e Trânsito), que são previamente solicitadas pelo Estado do MT, e uma vez autorizadas, sua entrada ocorre pelo ponto previamente informado. Os animais podem apenas transitar pelo Estado para chegar ao seu destino final como também podem ter como destino final o Estado de Rondônia, neste caso, a Unidade que receberá os animais é previamente informada, bem como a Unidade Central para que esteja coordenando todo o procedimento. No ano de 2019 A Agência IDARON autorizou o trânsito de 528 cargas através de CITs emitidas pelo Estado de Rondônia.

Quando o ponto de entrada e de destino no Estado de Rondônia for um Posto Fixo, ou seja, a carga de animais estará apenas em trânsito pelo Estado, utilizamos a ferramenta denominada Rastreamento de Cargas. O posto de entrada informa o de destino para que confira os dados do veículo e quantidade de animais, e à Unidade Central para que esteja coordenando todo o procedimento. Em 2019 os Postos Fixos da IDARON emitiram um total de 1.252 rastreamentos de cargas.

Quadro 40: Quantidade de Rastreamento de Cargas emitidos, por postos de fiscalização (2018 e 2019).

Ano	Posto Fiscal Vilhena	Posto Fiscal Nova Colina	Posto Fiscal Tucandeira	Posto Fiscal Machadinho	Posto Fiscal KM 130	Total
2018	198	74	491	06	15	784
2019	170	96	936	36	14	1.252

Fonte: GDSA/IDARON, 2020.

Ações de Fiscalização em Eventos Agropecuários

De forma coerente com a vocação econômica dominante no Estado, embasada fortemente no agronegócio, realizam-se habitualmente em Rondônia eventos de divulgação e negócios agropecuários de várias naturezas, tais como feiras de animais, exposições agropecuárias, leilões, rodeios, cavalgadas, clube do laço, entre outros. Esses eventos envolvem a concentração de um grande número de animais em espaço restrito, favorecendo a agregação de condições epidemiológicas de risco, potencializado pelo alto tráfego de pessoas, que constitui em si efetivo vetor de difusão para enfermidades infectocontagiosas.



Este potencial quadro de risco, leva a Agência IDARON a acompanhar o cronograma dos eventos agropecuários em todo o Estado e fiscalizar diretamente cada evento. É avaliado o local proposto para o evento, a recepção dos animais, a conferência dos documentos zoossanitários e avaliação in-loco das condições de saúde dos animais expostos. Toma-se todas as medidas cabíveis no sentido de minimizar riscos de difusão de doenças e possibilitar o rastreamento de todos os animais que transitam em cada evento.

Os eventos agropecuários só devem ser realizados mediante credenciamento das empresas promotoras junto à IDARON. Salientamos que no final de 2019, haviam 32 empresas credenciadas, embora haja nítida tendência de progresso para o setor de eventos, fato que aumenta as demandas de fiscalização para essa Agência.

Felizmente, nossa capacidade de rastreamento de animais e de eventos, cresce sistematicamente em função da progressiva padronização de nossos métodos, fato que nos permite atender com excelência as recomendações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que pede confiabilidade e agilidade nas informações relativas a rastreabilidade dos animais ingressos e egressos dos eventos agropecuários.

O quadro 41 exhibe dados de 2013 a 2019 discriminando a quantidade de eventos agropecuários fiscalizados pela IDARON e a quantidade de animais inspecionados durante a realização de cada um destes eventos.

Nesses últimos anos foram fiscalizados mais de 1.800 eventos, onde cerca de 230 mil animais foram inspecionados.

Estas ações constituem importante alicerce da Vigilância Sanitária Ativa no Estado de Rondônia, ao tempo em que auxilia na diminuição dos riscos da disseminação de doenças, bem como, garante acesso a informações fundamentais para o controle e rastreamento de animais, no caso de surtos de enfermidades.

Quadro 41: Eventos fiscalizados e animais inspecionados em eventos agropecuários em Rondônia no período de 2012 a 2018.

EVENTOS		ANO						
		2013	2014	2015*	2016	2017	2018	2019
Expo-feira	Quantidade	63	84	21	29	27	38	36
	Animais submetidos à inspeção	5.612	5.987	4.658	3.720	5.920	4.368	5.356
Leilão	Quantidade	130	121	98	124	146	158	162



	Animais submetidos à inspeção	20.817	17.773	15.654	18.945	22.867	23.242	21.201
Rodeio	Quantidade	60	50	21	27	26	39	35
	Animais submetidos à inspeção	2.436	1.823	987	1.179	1.037	2.103	2.102
Vaquejada	Quantidade	16	7	5	4	10	6	9
	Animais submetidos à inspeção	1.601	841	378	454	1.149	551	1.297
Clube do laço	Quantidade	39	72	27	38	49	43	59
	Animais submetidos à inspeção	4.179	5.292	3.654	6.789	7.743	6.714	7.975
TOTAL	Quantidade	308	334	172	222	258	284	301
	Animais submetidos à inspeção	34.645	31.716	25.331	31.087	38.716	36.978	37.931

*Entre os anos de 2014 a 2015 houve mudança na compilação dos dados.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EM REVENDAS AGROPECUÁRIAS

Entre as ações complementares à sanidade animal tem-se o processo de vacinação, como indispensável fator para efetividade dos vários Programas Sanitários, de prevenção, controle e erradicação de enfermidades. Para isso é imprescindível o acompanhamento e fiscalização de toda a cadeia pertinente ao processo de vacinação dos animais. Nesse sentido a IDARON está presente nas lojas agropecuárias, distribuidoras e transportadoras de vacinas em todo o Estado, fiscalizando todos os procedimentos desde o recebimento dos imunógenos, até a inoculação dos mesmos nos animais.

Junto às lojas de agropecuária, a IDARON faz o acompanhamento de estoque, ao mesmo tempo em que, inspeciona regularmente o recebimento das vacinas, verifica as condições de temperatura das câmaras frias, as formas de armazenamento e as condições dos equipamentos de refrigeração, com a finalidade de manter alto, os níveis de eficiência do produto, vital para o atingimento da imunização.

Concernente ao processo de venda de vacinas, informamos que este processo está sujeito a controles e monitoramentos, primordiais para se garantir a qualidade do produto oferecido aos produtores e a saúde de seu rebanho.

Além de auditar o controle de estoque nas lojas, a Agência IDARON desenvolve contínuo trabalho de conscientização e orientação junto aos lojistas e produtores sobre a importância de manter criteriosa gestão das condições de temperatura no acondicionamento e transporte das vacinas, desde a retirada da loja até o momento de sua aplicação nos



animais, pois, é preciso garantir que a temperatura do antígeno permaneça entre 2° e 8° C, salvo o contrário, a vacinação não surtirá os efeitos imunológicos desejados.

O quadro 44 demonstra o quantitativo de revendas agropecuárias credenciadas pela Agência IDARON no período de 2011 a 2019, bem como a quantidade de fiscalizações realizadas nessas mesmas revendas.

A razão entre o número de fiscalizações e o número de lojas credenciadas, revela que cada loja recebeu quase 100 inspeções ao longo do ano de 2019.

Quadro 42: Estabelecimentos de revenda agropecuária, fiscalizações realizadas nesses estabelecimentos, vacinas recebidas e doses de vacina apreendidas e inutilizadas no Estado de Rondônia no período de 2011 a 2019.

Ano	Estabelecimento de revenda agropecuária	Fiscalização em revenda agropecuária	Vacinas recebidas e fiscalizadas nas revendas (doses)	Vacinas apreendidas e inutilizadas (doses)
2011	343	35.940	29.207.327	308.471
2012	338	36.372	30.559.695	426.402
2013	309	37.029	32.140.695	1.095.535
2014	280	31.813	34.961.633	1.337.215
2015*	343	30.659	115.546.438*	1.657.067
2016	312	32.665	55.016.733	1.021.941
2017	304	32.826	54.494.084	610.502
2018	321	32.967	118.850.120	156.484
2019	350	30.217	116.908.113	58.365

*Entre os anos de 2014 a 2015 houve mudança na compilação dos dados. Até 2014 contabilizávamos apenas Febre aftosa, raiva e brucelose, a partir de 2015 somamos as vacinas de clostridioses, cólera, tifo, carbúnculo, newcastle entre outras.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

AÇÕES FISCALIZADORAS REALIZADAS PELA AGÊNCIA IDARON

Busca-se promover a melhoria da consciência sanitária dos produtores e de toda a sociedade rondoniense através de campanhas educativas relacionadas aos procedimentos sanitários da Agência. Com isso, produtores e sociedade tendem a fazer parte do processo de fiscalização, atuando com sugestões, críticas e denúncias de irregularidades que possam colocar em risco a sanidade de rebanho em nosso Estado.



Denúncias de situações de risco à sanidade animal em Rondônia são feitas através do disque denúncia (0800-704-9944) do Fundo de Apoio à Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia - FEFA/RO que as repassa à IDARON para apuração e fiscalização, no ano de 2019 foram repassadas 46 denúncias. Para todas aquelas que eram passíveis de apuração, foram tomadas as medidas sanitárias cabíveis.

Todas as informações recebidas são avaliadas e de acordo com cada situação são tomadas providências de apuração, orientações diversas ou ainda a tomada de decisões administrativas.

Com esse processo, podemos inferir que cada vez mais a comunidade tem consciência da importância de corretos procedimentos na lida pecuária e progressivamente passa a cumprir suas obrigações sanitárias. Não mais se concebe em Rondônia, o descumprimento de normas de defesa sanitária e faltas de qualquer natureza são, a cada dia, mais repudiadas pelos próprios criadores. Por outro lado, é importante lembrar a importância da comunidade quando denuncia atos suspeitos no cumprimento das medidas sanitárias estabelecidas pelo estado de Rondônia.

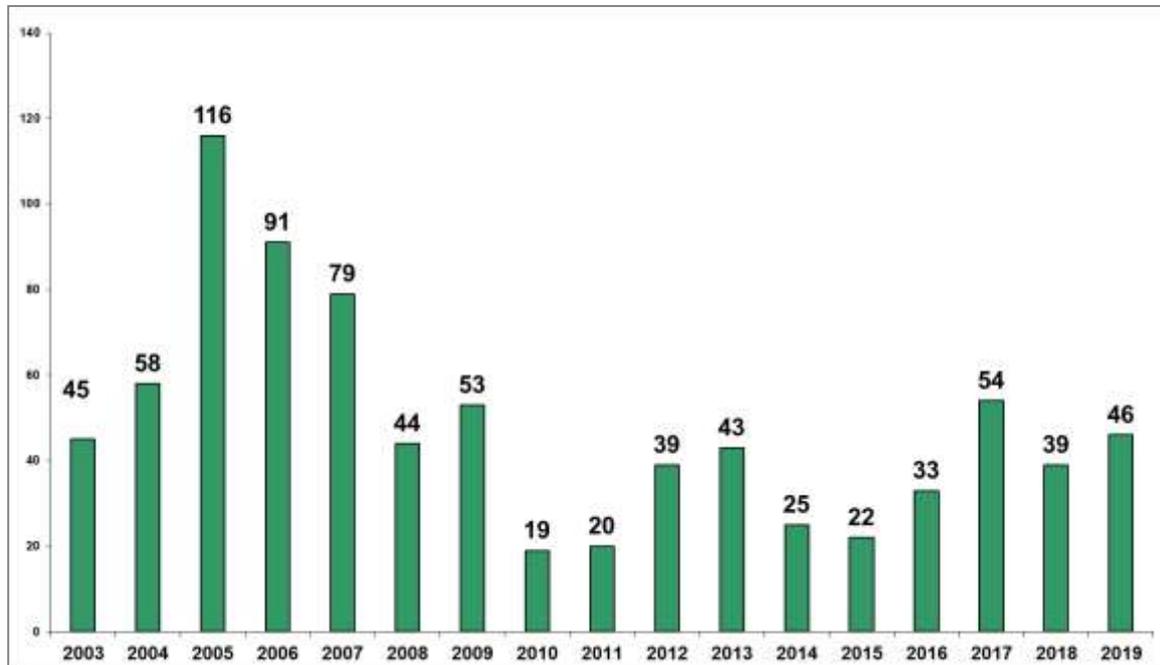


Figura 34: Denúncias de situações de risco recebidas pelo FEFA e apuradas pela IDARON no período 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Malgrados os melhores esforços para coibir irregularidades sanitárias, as atividades educativas e publicitárias, a função educativa da fiscalização e o trabalho de orientação no sentido de reduzir o número de ilícitos praticados pelos produtores e comerciantes de animais, há casos que requerem autuação formal, mas ainda assim não se perde de vista a função educativa do Auto de Infração que é lavrado, não como fim da ação fiscalizadora, mas antes, como recurso extremo voltado para coibição de procedimentos inadequados à sanidade do rebanho do Estado.

A figura 35 demonstra a evolução da emissão de autos de infração no período de 2004 até 2019 pela IDARON por motivos diversos, como não vacinação do rebanho, não declaração da vacinação, deslocamento não autorizado de animais, entre outros. Importante observar que a Agência IDARON as atividades educativas buscam reduzir o número de autuações. A diminuição nas ações de educação sanitária executadas nos últimos anos é objeto de preocupação e requer de todos nós um esforço concentrado para que essa situação seja revertida. Nesse sentido, em 2019 houve um pequeno aumento do número de palestras e reuniões realizadas, por outro lado o número de autuações permaneceu com uma quantidade superior a 2 mil autos emitidos, apesar de uma ligeira queda nos últimos dois anos.

É importante frisar que, em respeito aos produtores rurais que vêm cumprindo com as normas sanitárias estipuladas pelo Estado de Rondônia, a IDARON aplica sanções legais a todos os que descumprirem essas normas. Vale ressaltar que no ano de 2019, 2.235 produtores foram autuados, contra 2.374 em 2018. É importante lembrar que o número de infratores é infinitamente inferior a quantidade de produtores que cumprem suas obrigações. O que faz de Rondônia um dos estados em que os produtores apresentam um dos melhores índices de conhecimento sobre a legislação sanitária no Brasil.

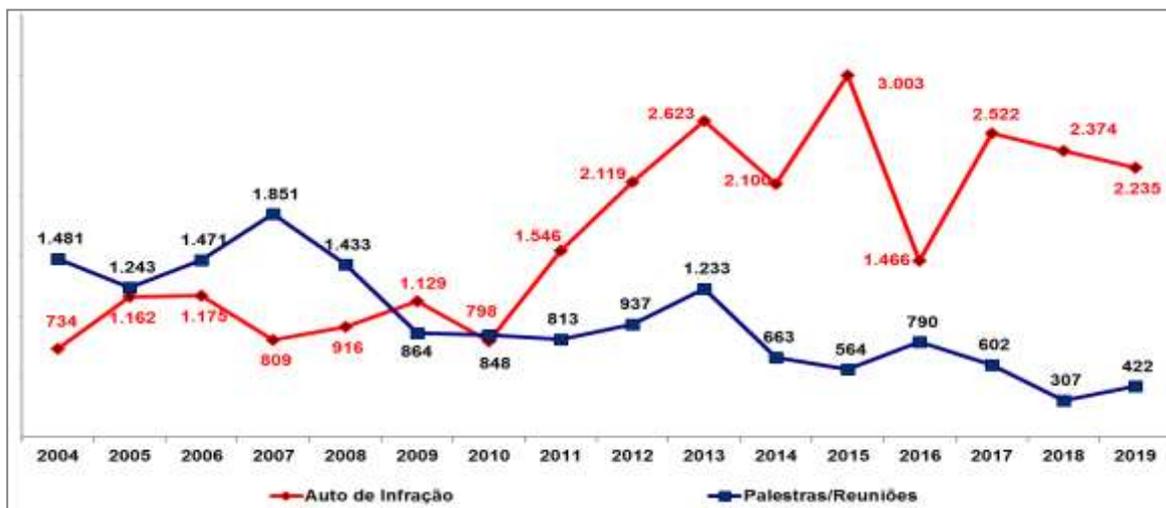


Figura 35: Emissão de autos de infração e realização de palestras e reuniões educativas no período de 2004 a 2018.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

5.1.2. PROGRAMAS SANITÁRIOS

5.1.3. PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – PNEFA

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A execução do PNEFA é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado, cabendo a cada um as responsabilidades destacadas na figura 36. Os governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, responsabilizam-se pela execução do PNEFA no âmbito estadual.

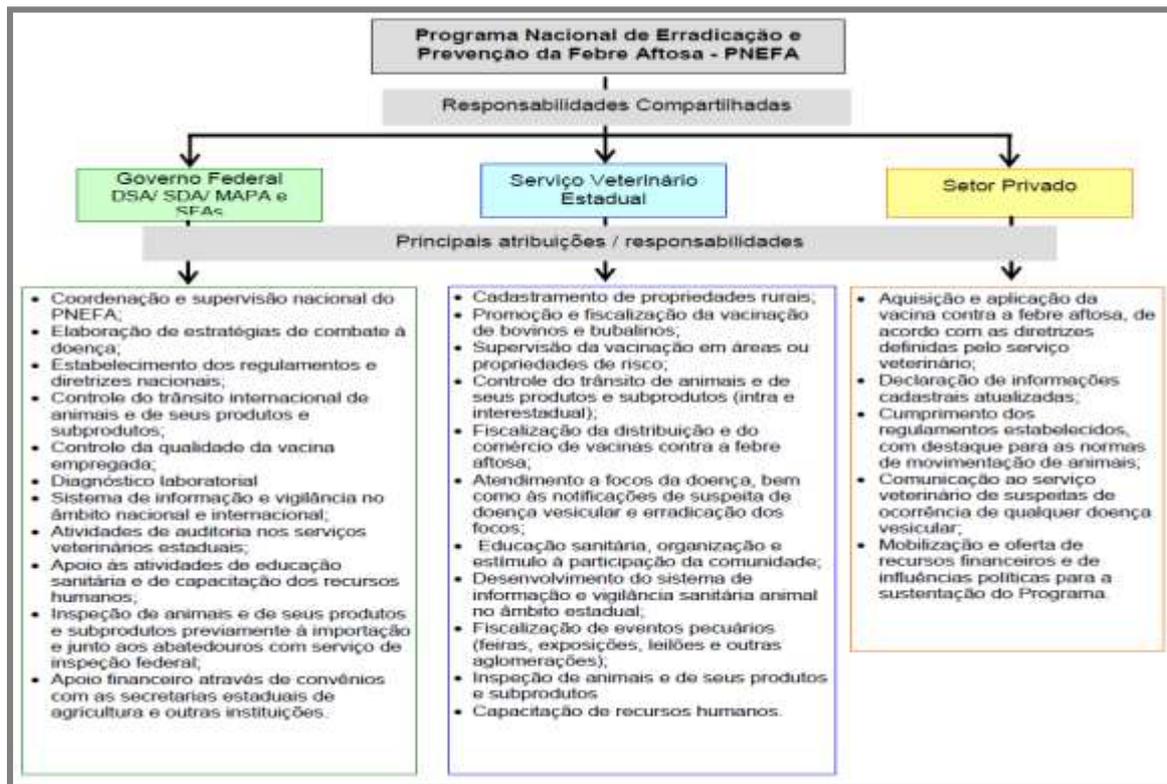


Figura 36: Demonstração das responsabilidades na execução do PNEFA.

Fonte: MAPA, 2013.

O objetivo do PNEFA é manter o rebanho livre de febre aftosa e a vacinação massiva é uma das principais medidas adotadas que compreende a vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos em duas campanhas anuais, nos períodos de 15 de abril a 15 de maio e 15 de outubro a 15 de novembro. Nessas ocasiões o produtor tem o dever de vacinar seu rebanho bovino e bubalino e declarar a vacinação de seus animais na unidade da IDARON no seu município. Na etapa de abril-maio de 2019 vacinou-se animais de todas as idades. Já na etapa de outubro-novembro foram vacinados animais de zero a 24 meses.

Conforme mencionado anteriormente, em 2019 foram realizadas duas etapas de vacinação contra Febre Aftosa - etapas vitoriosas, onde comemoramos o fato de que mais de 99,8% dos produtores atenderam ao chamado da IDARON, declarando seu gado vacinado, bem como, prestando informações sobre sua propriedade. Com todo esse trabalho, podemos afirmar que a IDARON possui, graças a um sistema informatizado robusto, um dos maiores bancos de dados produtivos no Estado de Rondônia.



Na 44ª Campanha, realizada no ano de 2018, no período de 15 de abril a 15 de maio foram vacinados 13.830.333 animais (rebanho bovino e bubalino), cujo percentual total foi de 98,66% dos animais vacinados dentro do período oficial. Já no período de 15 de outubro a 15 de novembro deste mesmo ano, na 45ª etapa, com animais vacinados na idade compreendida entre 0 a 24 meses, foram 6.035.439 animais. Reforçamos nosso compromisso para que possamos, em conjunto com todos os nossos parceiros e, principalmente, com os produtores rurais do Estado de Rondônia, continuar mantendo campanhas de vacinação que continuem primando pela qualidade no processo.

Podemos reafirmar que a cada ano o produtor rondoniense tem demonstrado compromisso com a prevenção da Febre Aftosa, apresentando um diferencial de Rondônia em relação aos outros Estados. Isso ocorre devido a uma sólida parceria com os produtores rurais do Estado de Rondônia e o poder público. Além de realizarem a vacinação e a declaração desta, os produtores atualizam seus dados produtivos, o que nos permite ter um dos maiores bancos de dados produtivos do Estado.

Durante a 46ª etapa de vacinação contra Febre Aftosa (15/04/2019 a 15/05/2019) foram apurados que 180.558 animais não foram vacinados, sendo que alguns destes foram separados para abate. Portanto, não receberam a dose de vacina por terem sido destinados ao abate até 60 dias após o término da campanha, procedimento este previsto na legislação federal, sendo que destes, apenas 4.398 não foram vacinados por inadimplência de seus proprietários, ou seja, apenas 0,03 % do total de não vacinados. Ainda no ano de 2018, na 46ª etapa, foram apurados que 6.300 animais não foram vacinados, pois os mesmos estavam separados para abate, sendo que 1.244 animais não foram vacinados por inadimplência, cerca de 0,004 % do total.

É importante lembrar, que após o término do período oficial da campanha, foi realizada vacinação assistida e/ou compulsória por técnicos da Agência, no sentido de garantir que todos os bovídeos fossem devidamente imunizados contra febre aftosa incorrendo em multa ao seu respectivo proprietário.

A figura 90 demonstra a evolução do rebanho bovino rondoniense entre 1999 a 2019 tendo como base sempre os dados da segunda campanha anual, isto é, a campanha de outubro/novembro. Todos os animais que, por questões de inadimplência, não foram vacinados no período de campanha, foram submetidos a vacinação compulsória e sanções cabíveis.



Os percentuais de declarações de vacina dentro do período oficial por parte dos produtores rurais demonstram claramente que os produtores rurais aderiram e confiaram à Agência IDARON o controle da vacinação de seus rebanhos. O percentual de inadimplentes é muito baixo, quando comparado a outros estados da federação.

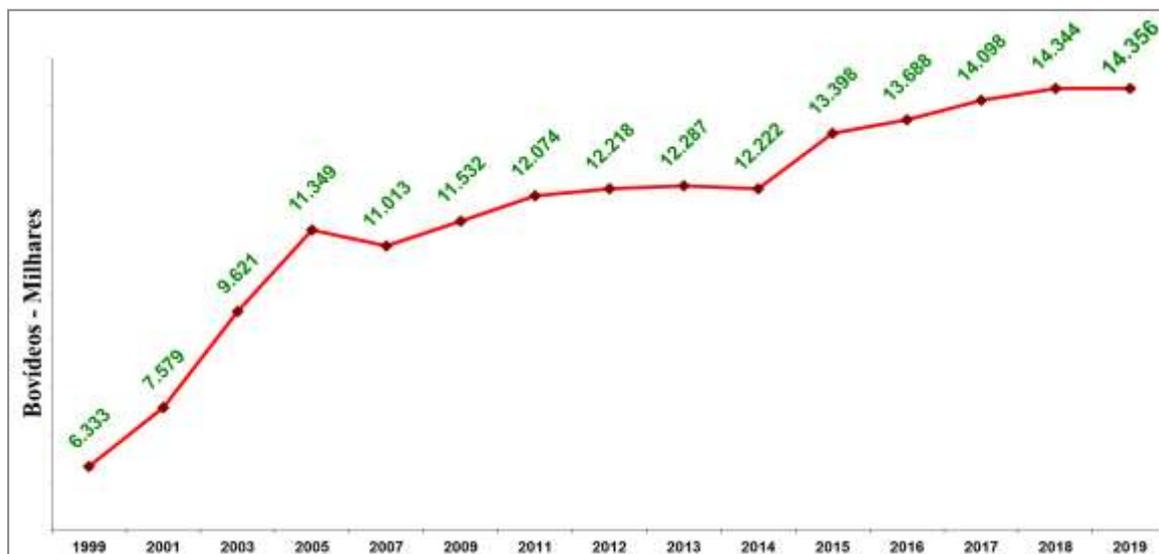


Figura 37: Rebanho Bovídeo declarado nas etapas de vacinação contra a Febre Aftosa no Estado de Rondônia no período de 1999 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Obedecendo a padrão definido pelo MAPA a IDARON classifica as propriedades de acordo com o risco para febre aftosa, observando critérios como propriedade com grande fluxo de animais, propriedade próxima a lixões públicos, propriedade próxima a rodovias e propriedades contíguas a fronteiras com zonas não livres dessa doença, entre outros e, nessas propriedades, faz-se vacinação assistida ou fiscalizada.

A figura 38 demonstra a quantidade de animais que tiveram sua vacinação acompanhada no período de 2003 a 2018, enquanto que a figura 39 expõe o número de propriedades onde se localizavam esses mesmos animais com vacinação assistida e/ou fiscalizada. Observa-se que o número de animais vacinados de forma assistida e/ou fiscalizada cresceu consideravelmente a partir do ano de 2008 até o ano de 2012. Porém ao observarmos os anos posteriores percebemos uma queda acentuada nesses números. Em 2018, apenas 3,21% do rebanho total do Estado teve sua vacinação acompanhada.

Em 2019 a Agência marcou presença em cerca de 7.177 propriedades, foram mais de 400 mil animais com vacinação assistida/ fiscalizada. Apesar da queda na quantidade de animais e no percentual de animais que tiveram a vacinação assistida e fiscalizada, cada vez mais buscamos concentrar nossos esforços nas propriedades consideradas de maior risco de acordo com critérios padronizados pelo MAPA, o que busca uma maior segurança sanitária na prática da vacinação, bem como no processo de vigilância agropecuária. Estratégias adotadas pela Agência IDARON tem buscado melhorar a seleção das propriedades, proporcionando uma vacinação assistida de maior qualidade a partir do momento em que há um constante acompanhamento destas propriedades in loco.

Esse acompanhamento permite garantir, cada vez mais, a eficácia da vacina aplicada e a efetividade do procedimento. Porém vale ressaltar que nosso projeto é implantar nos próximos anos um sistema de vigilância ativa nessas propriedades.

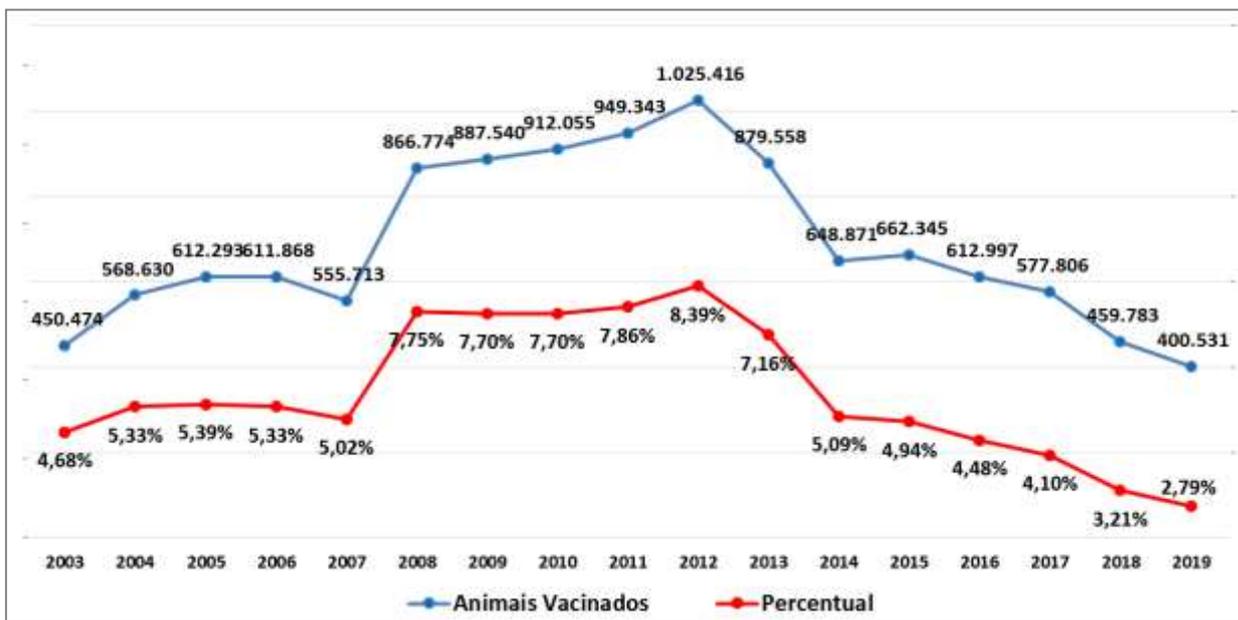


Figura 38: Bovídeos com vacinação assistida ou fiscalizada para febre aftosa no Estado de Rondônia, nos anos de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

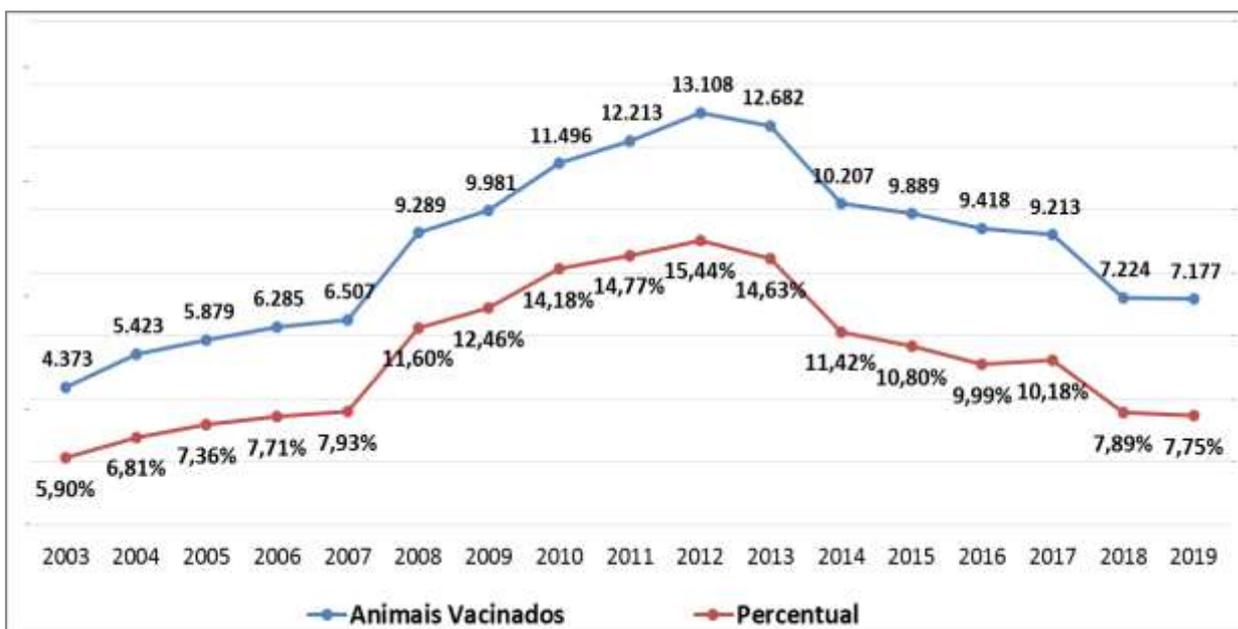


Figura 39: Propriedades que tiveram a vacinação do rebanho assistida ou fiscalizada para a Febre aftosa no Estado de Rondônia, nos anos de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A Agência IDARON sempre trabalhou suas metas na tentativa constante de diminuir ao máximo a quantidade de propriedades que não vacinam dentro do período oficial. Historicamente os índices de cobertura vacinal têm sido muito satisfatórios. Segue



na figura 40 abaixo os índices de cobertura vacinal referente a 47ª etapa de vacinação de febre aftosa por município. Lembrando que todos os produtores que não tiveram a vacinação realizada dentro do período oficial, foram feitas vacinações compulsórias posterior ao dia 22/11/2019, conforme preconizado pela Legislação vigente.

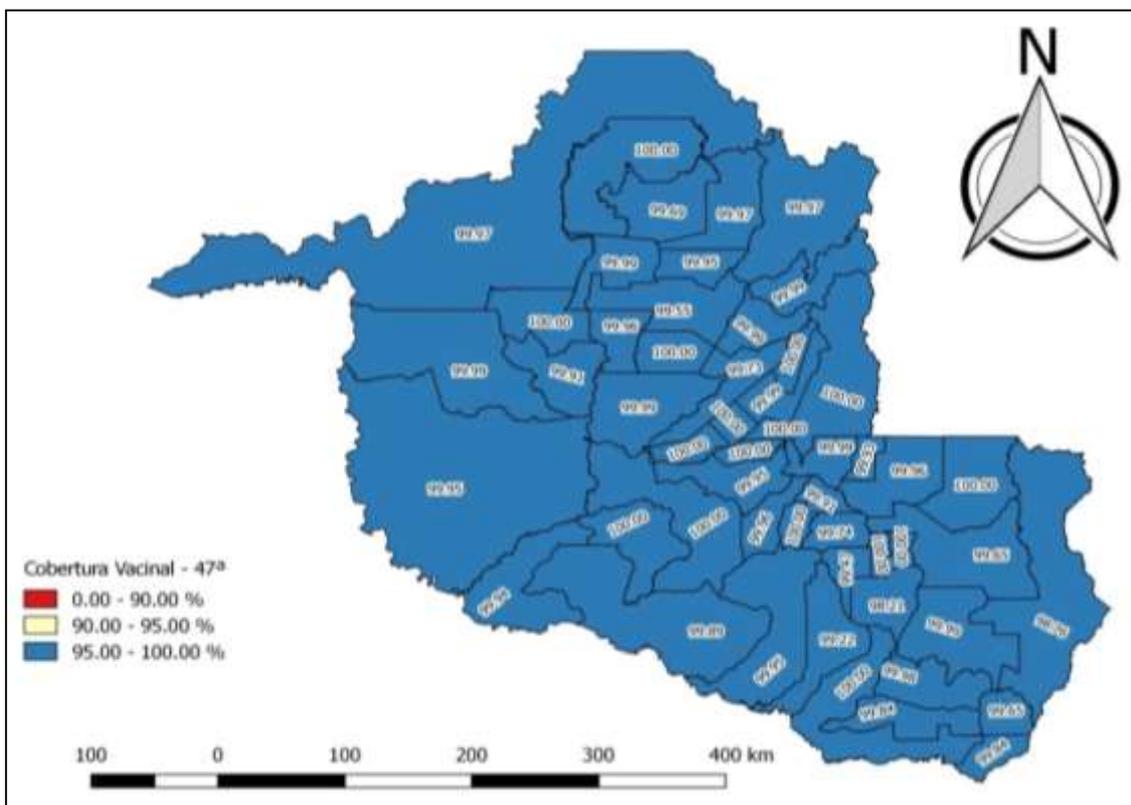


Figura 40: Índice vacinal de propriedades por município - 47ª ETAPA.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Assim como em etapas anteriores, a principal estratégia para início da 47ª ETAPA de vacinação contra febre aftosa em Rondônia é a ampla divulgação dos períodos oficiais de vacinação e declaração dos rebanhos. A parceria com os pecuaristas sempre foi pautada pelo total comprometimento da classe produtora em atender satisfatoriamente todos os calendários divulgados pela Agência IDARON. Para isso é preparado material gráfico de divulgação para cada etapa. Para a vacinação do segundo semestre de 2019 foi preparado a arte conforme figura abaixo, sendo a mesma utilizada para cartazes, banners, panfletos e outdoors.



Figura 41: Arte utilizada em toda a campanha publicitária de divulgação da 47ª etapa de vacinação.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Outro veículo utilizado pelo governo na divulgação das etapas de vacinação é a propaganda paga às principais rádios e televisões de Rondônia. Estas chamadas são supervisionadas pela SECOM (Setor de Comunicação) – Setor Encarregado pelas comunicações oficiais do Estado de Rondônia.

Uma vez que todos os 84 Escritórios de Atendimento à Comunidade (EAC) tenham recebido o material de divulgação (cartazes, panfletos, etc) é dada ampla divulgação através da distribuição, principalmente dos panfletos, junto às revendas agropecuárias, bem como junto às associações de produtores, entre outros.

A vigilância em propriedades rurais durante a etapa de vacinação tem sido uma meta incansavelmente perseguida pela Agência IDARON. Inicialmente a Agência IDARON tem promovidas algumas metas anuais com valores distintos para município de fronteira internacional daqueles municípios que não fazem fronteira internacional.



Segue na figura abaixo o percentual de propriedades com vacinação assistida nos municípios de fronteira internacional com a Bolívia, em decorrência da 47ª etapa.

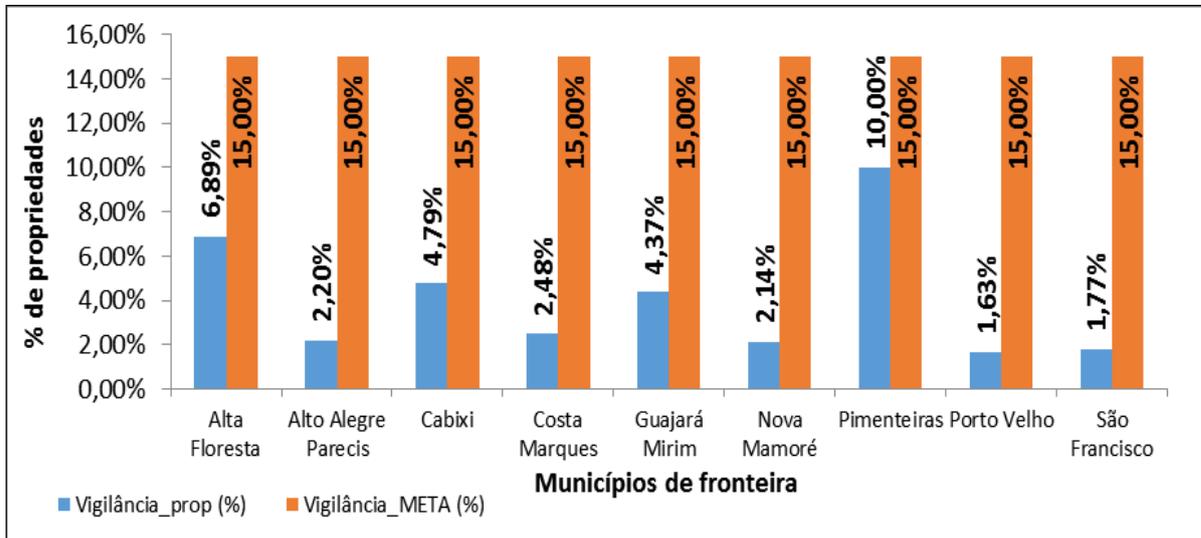


Figura 42: Percentual de propriedades com vacinação assistida e fiscalizada em municípios de fronteira na 47ª etapa de vacinação.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Ainda que a meta estipulada pela Agência IDARON seja uma meta anual, serve de parâmetro para visualização como os municípios estão comportando-se semestralmente, uma vez que na maioria das vezes a vigilância em propriedades para a febre aftosa ocorre por ocasião das etapas de vacinação. Contudo ressalva-se que nenhum município teve percentual de vigilância abaixo de 1% (meta estabelecida pelo MAPA).

Com isso, a figura 43 demonstra o percentual de propriedades pertencentes a municípios de fronteira internacional que tiveram vacinação assistida e fiscalizada no ano de 2019.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

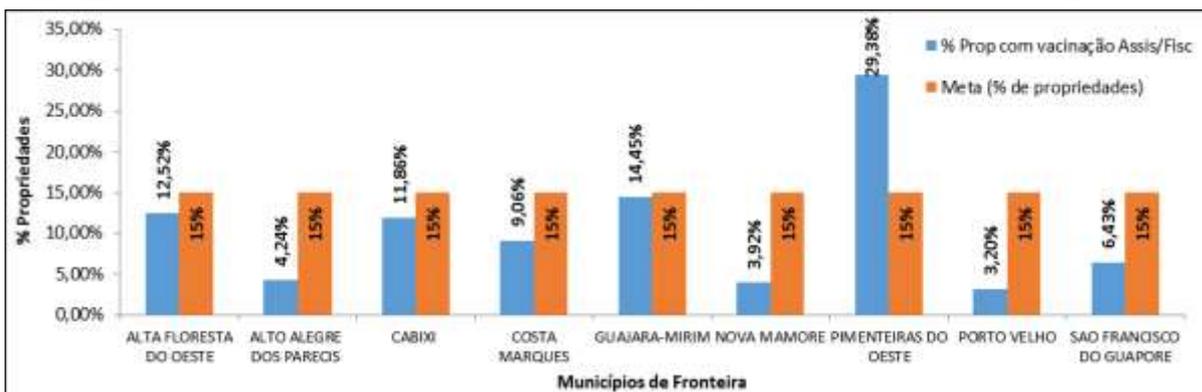


Figura 43: Percentual de propriedades com vacinação assistida e fiscalizada no ano de 2019 nos municípios de fronteira internacional.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Outra forma de analisar a vigilância tem sido as avaliações decorrentes da quantidade de animais que tiveram sua vacinação de forma assistida e fiscalizada pela Agência IDARON por ocasião da 47ª etapa. Para este componente (% de animais) a Agência IDARON colocou como meta anual 7% dos animais para aqueles municípios que possuem fronteira internacional. Mesmo Sabendo que está meta é uma meta anual, serve de parâmetro para que possamos comparar os municípios entre si e com a própria meta.

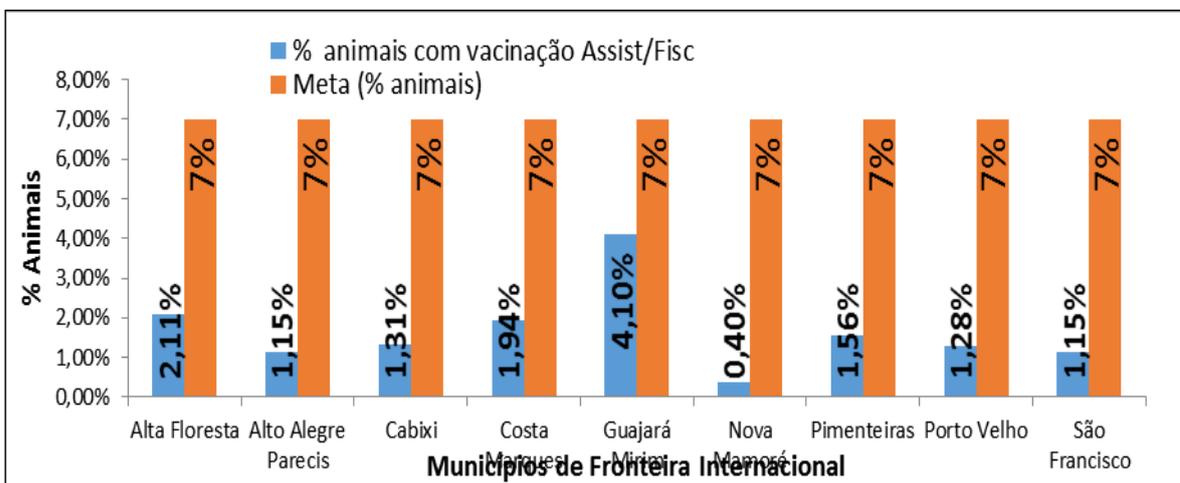


Figura 44: Percentual de animais com vacinação assistida em municípios de fronteira na 47ª etapa de vacinação.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Para compreender como os municípios se comportaram com a meta anual de animais, passamos a relatar o compilado do ano de 2019 (janeiro a dezembro), conforme o gráfico abaixo. Notemos que o município de Guajará-Mirim foi o único a atingir a meta.

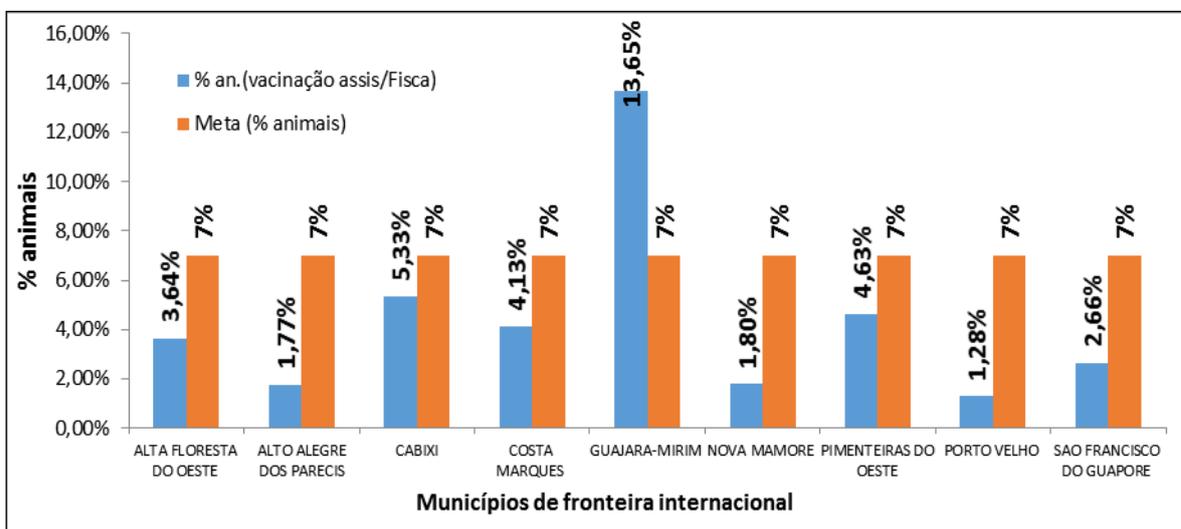


Figura 45: Percentual de animais com vacinação assistida e fiscalizada no ano de 2019 nos municípios de fronteira internacional.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

O mapa abaixo demonstra o índice de vigilância em propriedades tomando como parâmetro a meta pré-estabelecida pelo MAPA de pelo menos 1% das propriedades. Na análise da figura 8, nota-se que dos 52 municípios, todos os municípios atingiram a meta de 1%, variando de 1,01% (Cacaulândia) a 15,26% (Primavera de Rondônia).

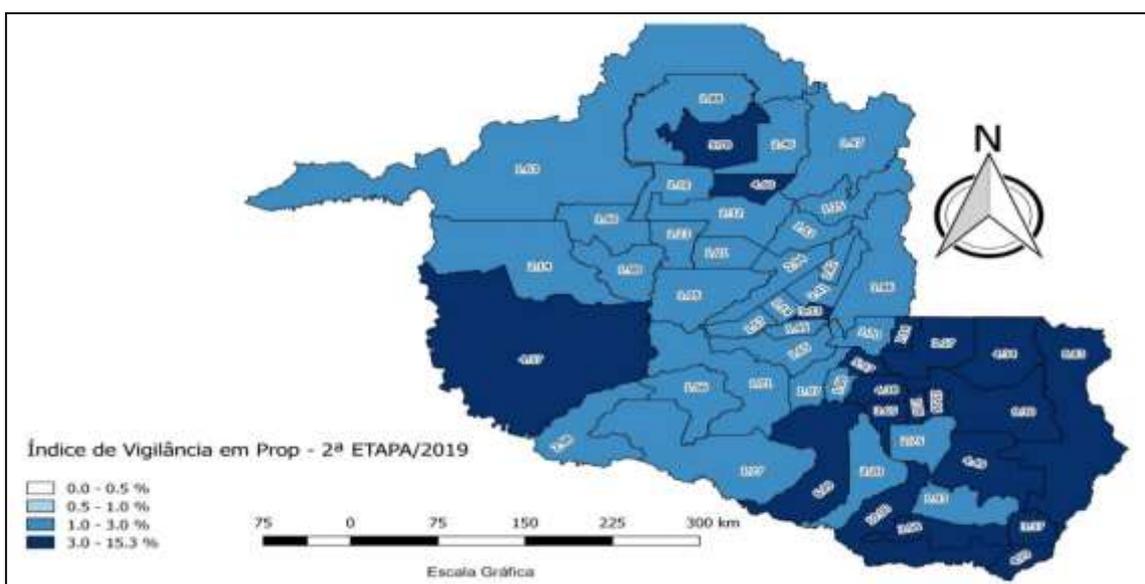




Figura 46: Índice de vigilância em propriedades - 47ª ETAPA.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A vigilância também pode ser analisada sobre os animais. Na figura 47 se demonstra os índices de vigilância em animais por município.

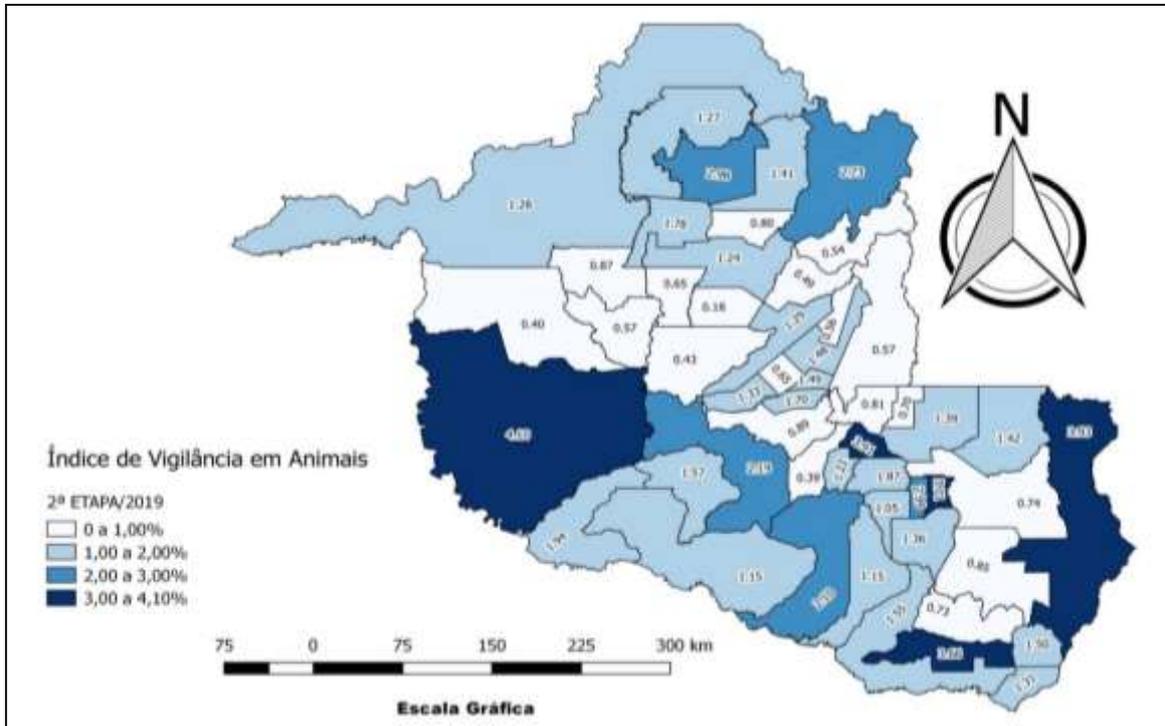


Figura 47: Índice de vigilância em animais - 47ª ETAPA.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

O Programa Estadual de Prevenção de Febre Aftosa de Rondônia adota todas as prerrogativas e procedimentos do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA, incluindo campanhas de divulgação publicitária massiva do período oficial da etapa, bem como todos os resultados alcançados.

É imperioso ressaltar que após o período oficial, cem por cento das propriedades inadimplentes são fiscalizadas e exigidas à vacinação contra febre aftosa. Por isso, a Agência IDARON garante que, após o prazo final, todas as propriedades inadimplentes com este motivo têm suas vacinações assistidas pelo Serviço Veterinário de Rondônia.

Outros dados que demonstram a robustez dos dados de Rondônia é a análise do rebanho de bovídeos, principalmente quando se analise uma série histórica. O gráfico abaixo demonstra isso.



Finalmente a Agência IDARON declara que a vacinação alcançou ótimos resultados, fruto da imprescindível conscientização dos produtores do estado.

Notificação de doenças vesiculares

As notificações de doenças vesiculares no estado de Rondônia registradas no SivCont no período de 2004 a 2012 somam 221 casos, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

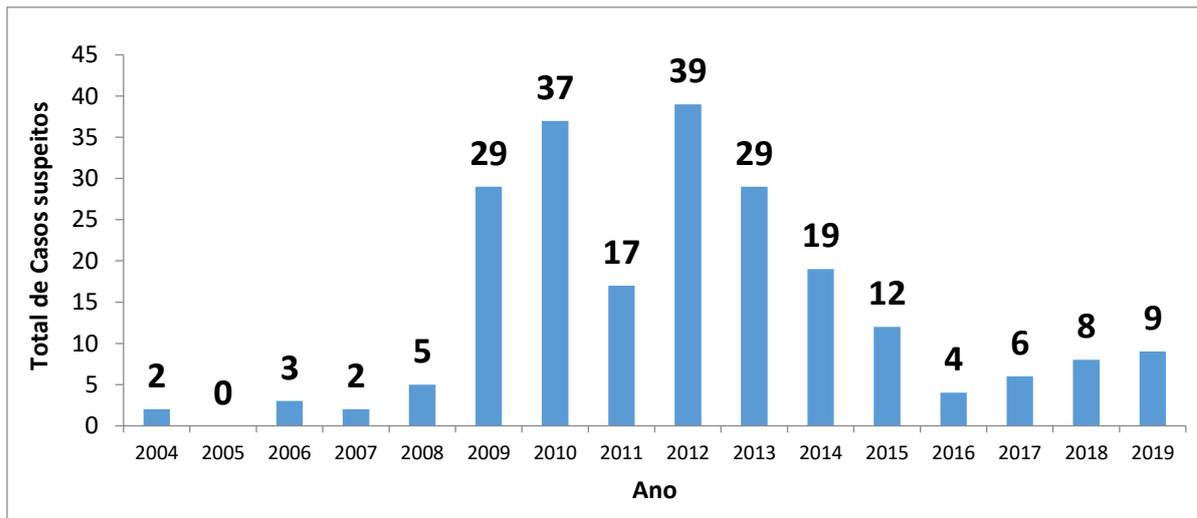


Figura 48: Quantidade de notificações de síndromes vesiculares por ano .
Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Para exemplificar melhor, dos 16 anos analisados apenas 6 tiveram mais de um caso suspeito notificado por um milhão de cabeças de bovinos, conforme demonstrado no gráfico 4 abaixo. Os outros anos ficaram com menos de um caso suspeito por milhão de bovinos. Apesar da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) não divulgar números do que seria ideal, percebe-se que por se tratar apenas de casos suspeitos, aliados ao fato de que os sinais clínicos de “babeira e manqueira” são muito comuns em rebanho bovino, sabe-se que estes números colocam Rondônia como um estado que precisa trabalhar melhor a comunicação social e o envolvimento com setor produtivo e a iniciativa privada como um todo.

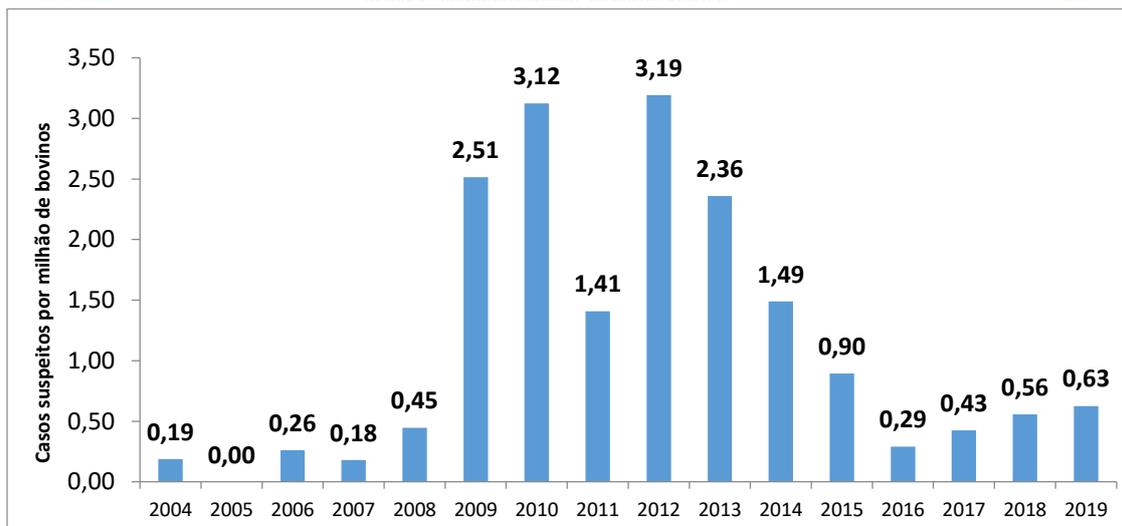


Figura 49: Número de casos suspeitos de enfermidades vesiculares por milhão – Rondônia (2004 a 2019).

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Outra forma de avaliar o sistema de vigilância para síndrome vesicular é examinar como estas notificações estão chegando ao sistema veterinário. O sistema brasileiro de atenção veterinária clássica em 3 tipos: pelo proprietário, por terceiros ou pelo próprio sistema ativo de vigilância. Ao analisar o gráfico abaixo, há uma pequena vantagem numérica ao notificante tipo proprietário, o que reflete num bom grau de conscientização por parte dos produtores. Contudo, há de se ressaltar que os números estão muito baixos.

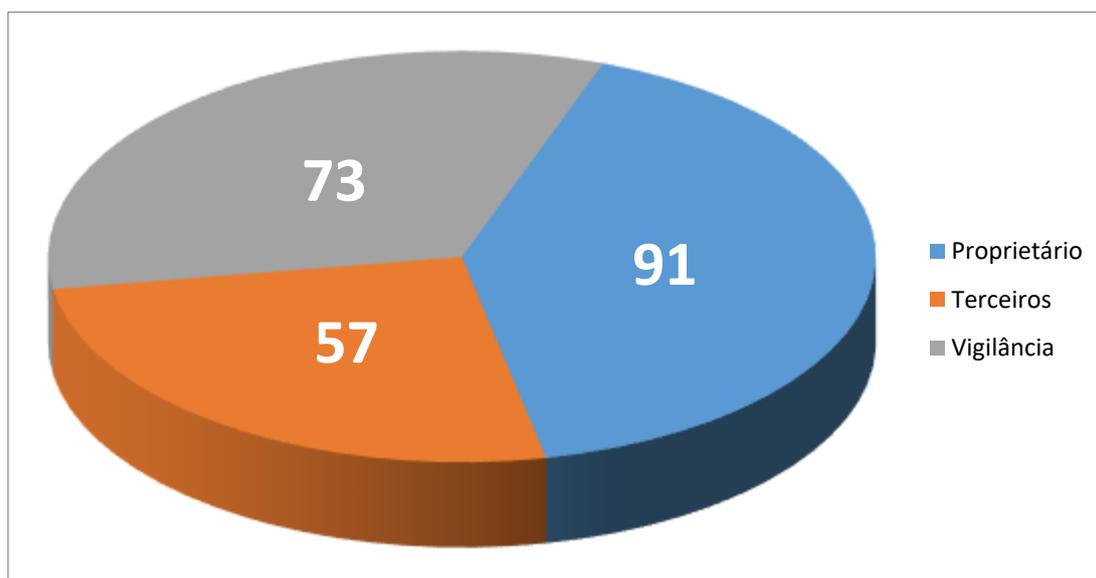


Figura 50: Classificação das notificações de casos suspeitos por tipo de notificador.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020



Outro ponto importante a ser trabalhado com atividades de educação sanitária juntos as fontes notificantes é o tempo de ação. O tempo de ação, que é o intervalo entre o aparecimento das lesões até a notificação ao SV, precisa ser melhorado. A figura 51, demonstra bem isso, onde uma boa parte das notificações ocorre com mais de 15 dias, perfazendo um total de 94 notificações (42,53%).

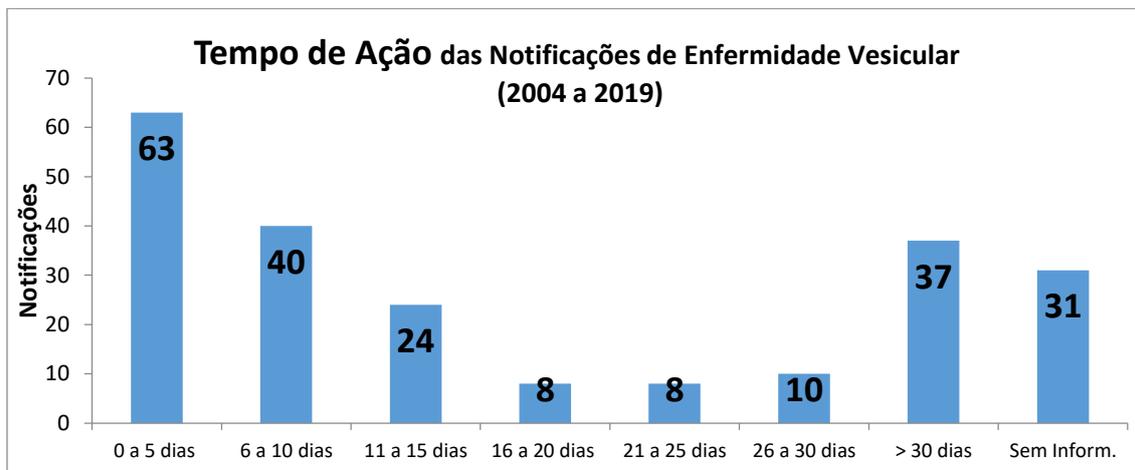


Figura 51: Tempo de Ação Fonte: Análises_SivCont.xls.
Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Já o tempo de reação é medido no prazo que o serviço veterinário leva, após o recebimento da notificação para fazer a primeira investigação a campo. Conforme estabelecido em normas do MAPA, para as doenças incluídas nas categorias 1,2,3, exóticas ou emergentes da IN/MAPA n° 50, o atendimento deve ocorrer em até 12 horas, visando uma resposta rápida. O gráfico abaixo demonstra como estão estes tempos de reação para os casos suspeitos de síndrome vesicular.

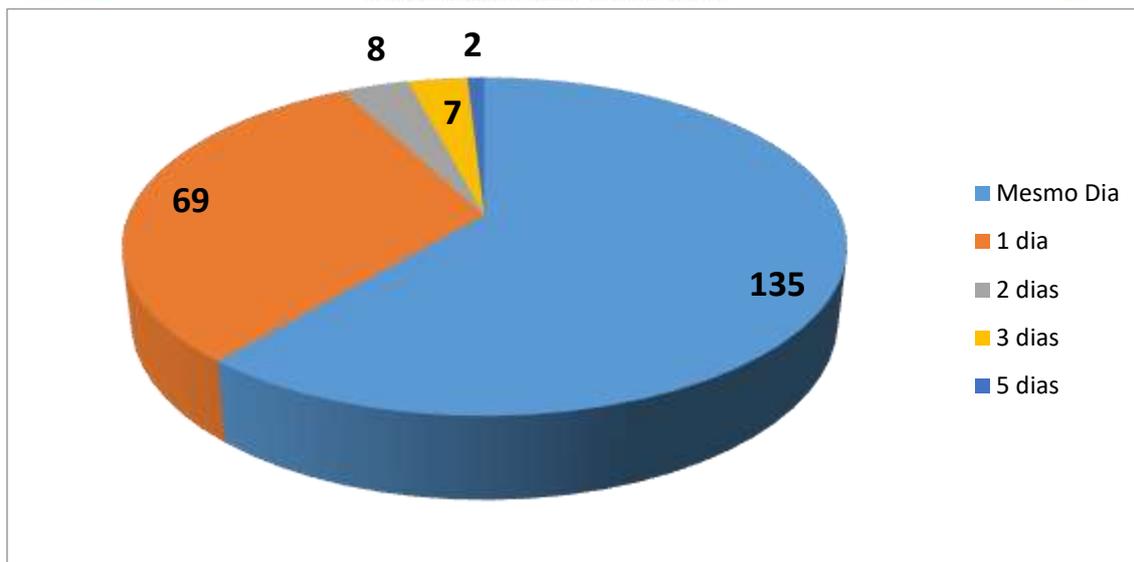


Figura 52: Tempo de Reação Fonte: Análises_SivCont.xls.
Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Com esses dados espera-se ter fornecido meios para que a Agência possa analisar seus dados e assim promover melhorias no modo de atuação tanto na vigilância como na fiscalização de rotina para as doenças que cursam com sintomatologia compatível com enfermidades vesiculares.

Fica evidente que alguns municípios tem prioridade nestas análises principalmente aqueles que nunca tiveram nenhuma notificação de doença vesicular, principalmente para tentar o que precisa ser feito para reverter essa situação.

Ainda com base nos dados analisados a Agência precisará criar mecanismos mais robustos de incentivo à notificação de doenças, criando uma espécie de sensores sanitários em cada produtor rural, tendo como objetivo a detecção precoce de doenças.

Plano Estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa – PNEFA

Nos últimos dez anos, o Brasil vem galgando posições de destaque no mercado mundial de produtos de origem animal devido ao melhoramento progressivo da situação sanitária do seu rebanho animal, além da inegável qualidade dos produtos exportados. Para que novos e valiosos mercados possam ser prospectados, aumentando a participação mundial do agronegócio brasileiro, é necessária uma mudança qualitativa no status sanitário do país para febre aftosa, que poderá ser alcançado com o reconhecimento de país livre sem vacinação.



Para isso, foi preparado o Plano Estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa – PNEFA, previsto para ser executado no Brasil nos próximos 10 anos.

A elaboração deste Plano partiu da necessidade de reformulação do PNEFA, considerando o cenário nacional e regional da febre aftosa e desafios e oportunidades que se apresentam ao setor produtivo brasileiro.

Para realizar a transição de status sanitário, foram considerados critérios técnicos, estratégicos, geográficos e estruturais, que resultaram no agrupamento das unidades da Federação em cinco blocos, ilustrados na Figura 96. Esse agrupamento visa favorecer o processo de transição de zonas livres de febre aftosa com vacinação para livre sem vacinação de forma regionalizada, com início em 2019 e conclusão em 2023, quando todo país alcançaria a condição de livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecida pela OIE.

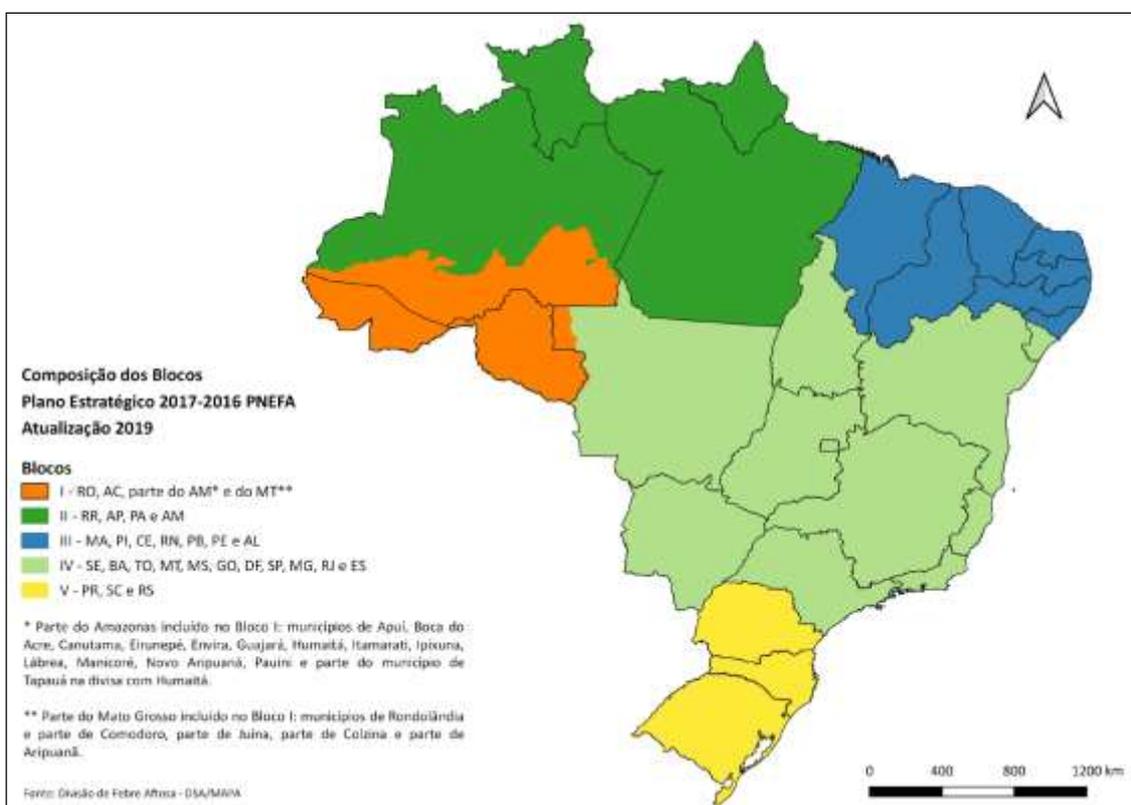


Figura 53: Representação geográfica para a implantação do plano estratégico – Febre Aftosa.

Fonte: MAPA, DSA, 2020.

O Plano prevê várias ações, além da busca das condições basilares para o alcance desse importante objetivo. A sustentação financeira do Plano requer uma remodelagem



do sistema de financiamento atual, contemplando novas alternativas de aportes financeiros públicos e privados, suficientes e tempestivos.

O modelo de gestão proposto prevê o aprimoramento da estrutura do serviço veterinário oficial brasileiro e da atuação compartilhada entre os seus diversos atores, favorecendo o protagonismo de todas as partes interessadas.

A conjugação de esforços públicos e privados, a infraestrutura dos serviços veterinários e os sólidos fundamentos técnicos são a base para o sucesso do Plano Estratégico do Programa Nacional de Febre Aftosa – PNEFA e o estado de Rondônia assumiu papel pioneiro nesse projeto.

Em 2019, foram feitos vários estudos e discussões para apontar as condições mínimas para que em 2020 o Estado de Rondônia pudesse estar pronto para iniciar essa caminhada. A estrutura necessária para atingirmos as condições basilares necessárias à transição para a Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, foi definida em 2018. Além disso, todo o processo de zonificação e inter-relação com os estados vizinhos, também foi definida em 2018. Em 2019 restam avançamos nos desafios para que esse processo pudesse ser concluído em 2020.

5.1.4. PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE ANIMAL – PNCEBT

A obrigatoriedade da vacinação contra a brucelose no Estado de Rondônia iniciou a partir de 01.01.04, através da Portaria nº 286/IDARON, de 17 de novembro de 2003, a qual posteriormente foi revogada, pela Portaria nº 65/IDARON, de 19 de fevereiro de 2010.

Os objetivos específicos do Programa são:

- Baixar a prevalência e a incidência de novos casos de Brucelose e Tuberculose animal;
- Criar um número significativo de propriedades certificadas que ofereçam ao consumidor produtos de baixo risco sanitário.

Para que os objetivos do programa fossem alcançados adotou-se a estratégia da vacinação obrigatória de bezerras da espécie bovina e bubalina de 03 a 08 meses de idade. Considerando-se o gradativo aumento da cobertura vacinal e a progressiva



conscientização dos produtores através de campanhas educativas e fiscalização, o Estado de Rondônia vem sempre atingindo índices bastantes significativos de fêmeas bovinas e bubalinas imunizadas contra brucelose.

Ações Implementadas

Com a finalidade de controle e viabilizar as vacinações contra a brucelose no Estado de Rondônia, todos os Médicos Veterinários e seus Auxiliares são obrigatoriamente cadastrados na Agência IDARON. Legalidade esta, respaldada no âmbito federal pela Instrução Normativa SDA nº 10 de 03 de março de 2017 e no âmbito estadual pela portaria IDARON nº 65 de 19 de fevereiro de 2010.

Nos períodos de 2003 a 2019 foram cadastrados 640 Médicos Veterinários autônomos e descadastrados 114, permanecendo 526 profissionais ativos. Nesses mesmos períodos, foram cadastrados 6.404 auxiliares de vacinação e descadastrados 2.875, permanecendo 3.529 auxiliares ativos, conforme quadro abaixo:

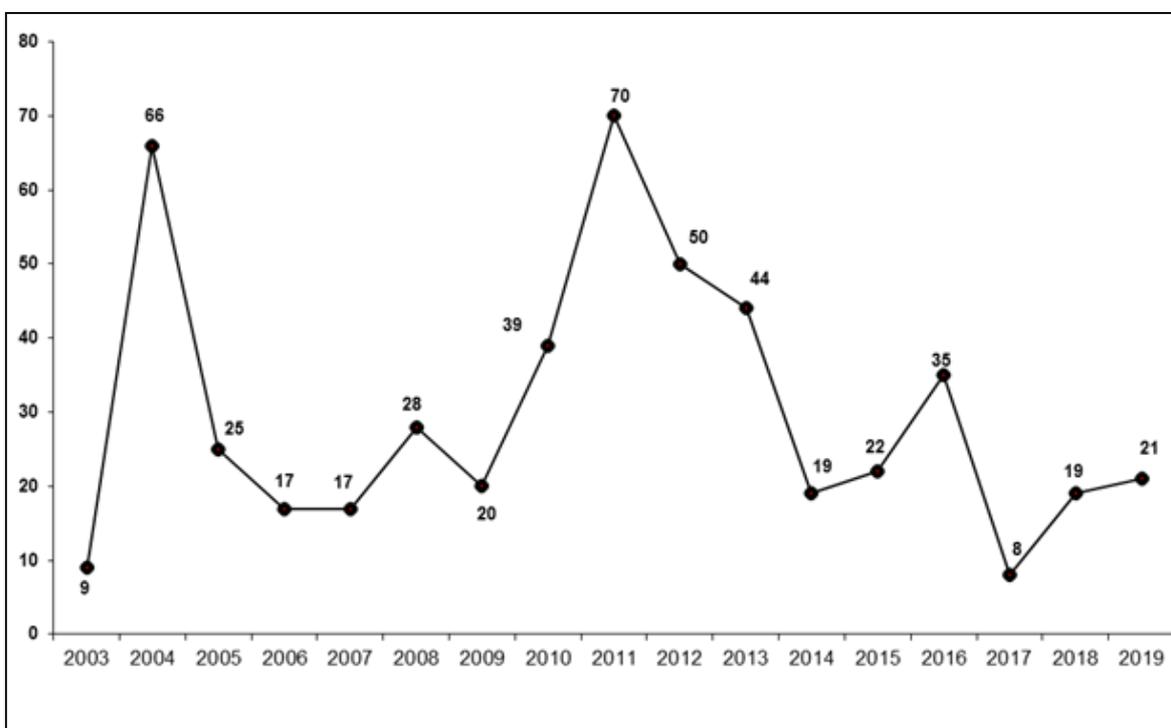


Figura 54: Número de Médicos Veterinários Cadastrados ativos de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

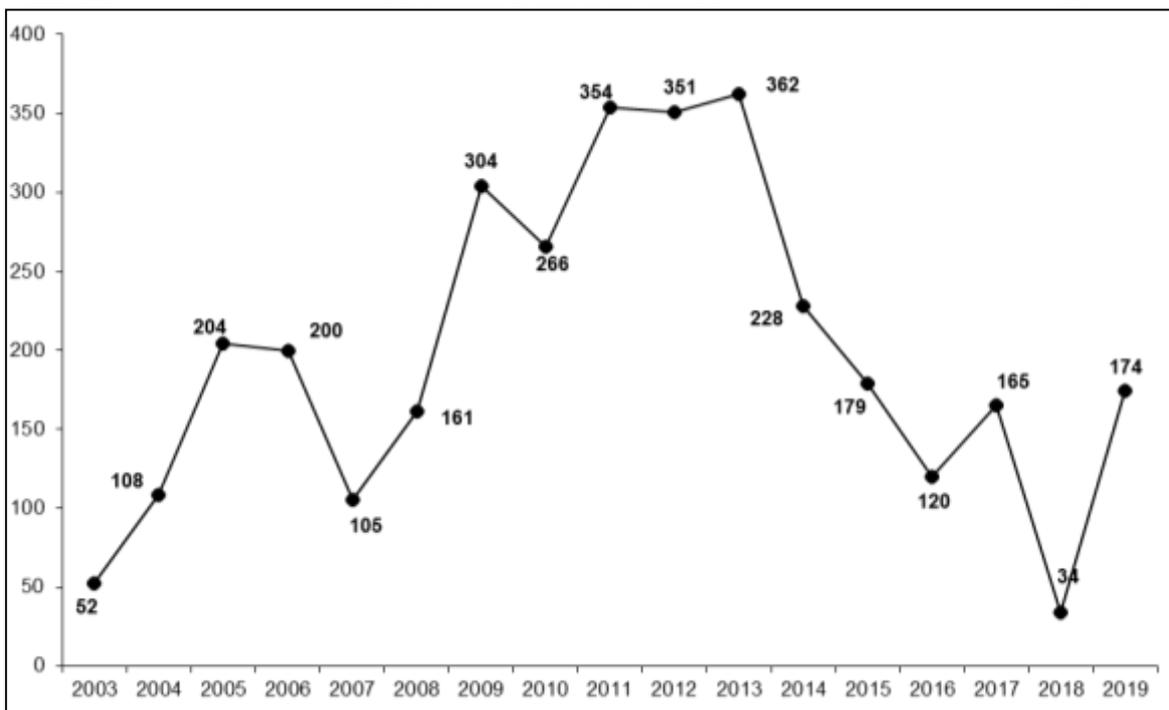


Figura 55: Número de Auxiliares de Médicos Veterinários cadastrados ativos de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Resultados significativos da vacinação contra a brucelose medem o desempenho do Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PECEBT no estado de Rondônia, correspondendo a um aumento bastante significativo da cobertura vacinal de fêmeas entre 3 a 8 meses de idade, conforme abaixo:

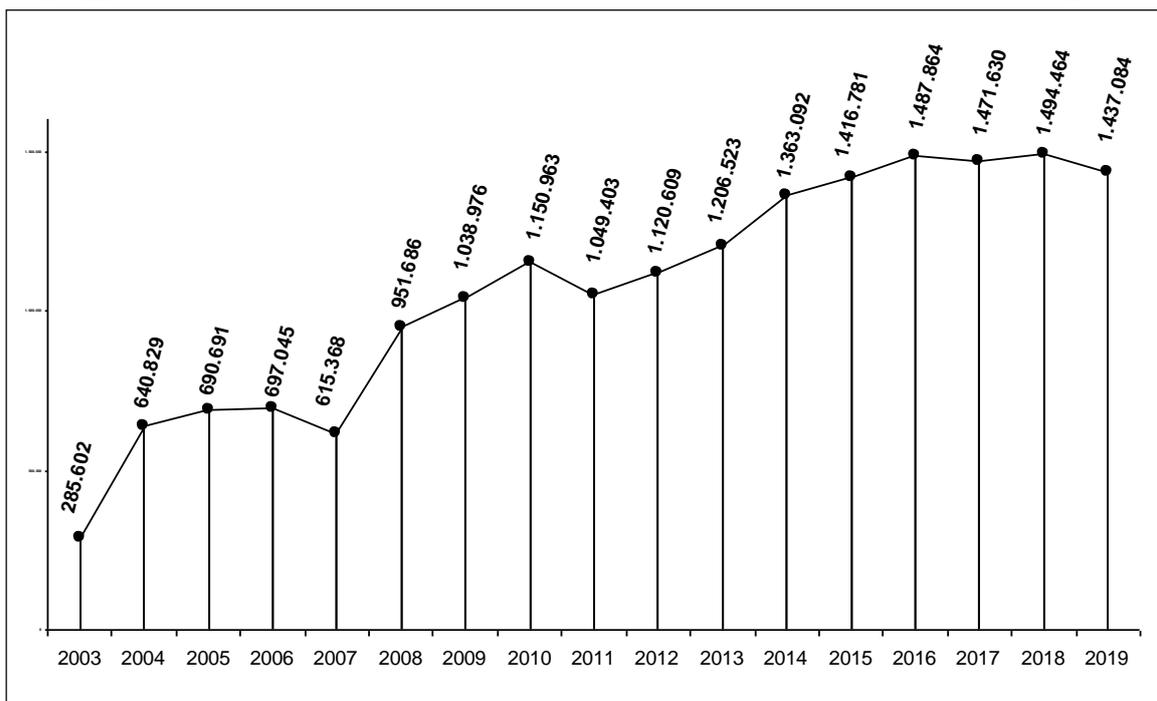


Figura 56: Vacinação contra Brucelose no Estado de Rondônia no período de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

A obrigatoriedade da vacinação contra a brucelose no estado de Rondônia, iniciou-se através da Portaria nº 286/IDARON, de 17 de novembro de 2003, que atualmente foi revogada pela Portaria IDARON nº 65 de 19 de fevereiro de 2010.

Desde então, o Estado de Rondônia sempre tem atingido índices superiores a 80% de vacinação, índice esse, estabelecido como meta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em 2019 o número de fêmeas entre 3 e 8 meses imunizadas, atingiram índices próximos aos 90%.

Com o reconhecimento dos Treinamentos em Métodos de Diagnóstico e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal e de Noções em Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – EET e credenciamento da EMBRAPA/RO junto ao Ministério da Agricultura como entidade ministradora de cursos, O Estado de Rondônia obteve o reconhecimento de seus treinamentos.

No período de 2003 a 2019, foram realizados 26 cursos de treinamentos e capacitados 589 Médicos Veterinários, para realizarem diagnósticos de Brucelose e Tuberculose, conforme quadro abaixo.

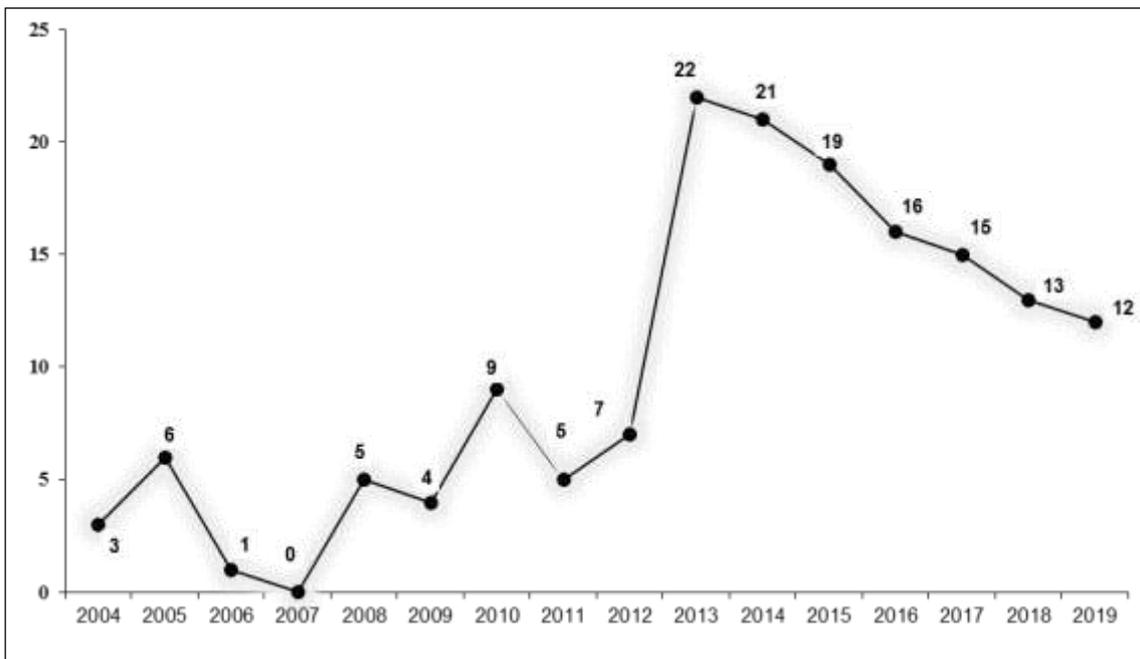


Quadro 43: Quantidade de Cursos realizados e de Médicos Veterinários capacitados no período de 2003 a 2019.

ANO	Qtd de Cursos	Méd. Vet. Oficiais	Méd. Vet. Privados
2003	4	38	46
2004	4	33	66
2005	3	18	43
2006	1	3	22
2007	1	5	21
2008	1	5	14
2009	1	3	17
2010	1	4	15
2011	1	2	22
2012	2	4	43
2013	0	0	0
2014	2	29	21
2015	1	4	20
2016	1	3	23
2017	1	1	22
2018	1	1	21
2019	1	2	21
TOTAL	26	152	437

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Para a realização dos testes de diagnósticos de Brucelose e Tuberculose no estado de Rondônia, além de serem capacitados e aprovados nos cursos, todos os Médicos Veterinários deverão estar habilitados conformidade a IN SDA nº 30 de 07 de junho de 2006. Atualmente, estão habilitados 152 Médicos Veterinários, de acordo com o quadro abaixo.



Quadro 44: Médicos Veterinários habilitados atuantes de 2004 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Nas figuras 57 e 58 apresentam a evolução de exames de brucelose e tuberculose indicando os casos positivos e os rebanhos afetados, aqui denominados de focos.

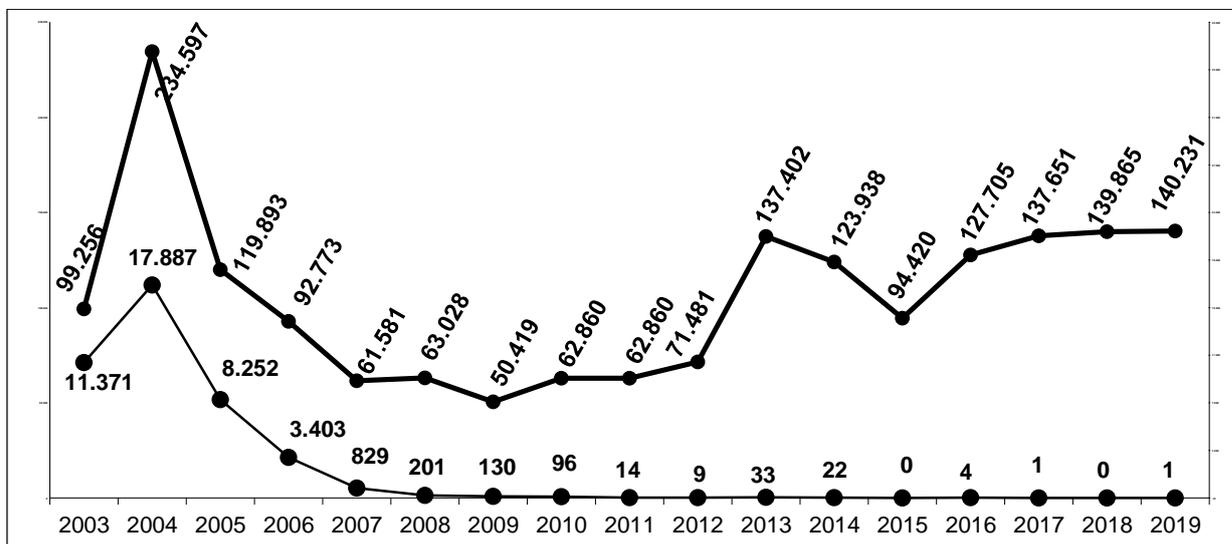


Figura 57: Animais examinados e positivos para brucelose em Rondônia no período de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

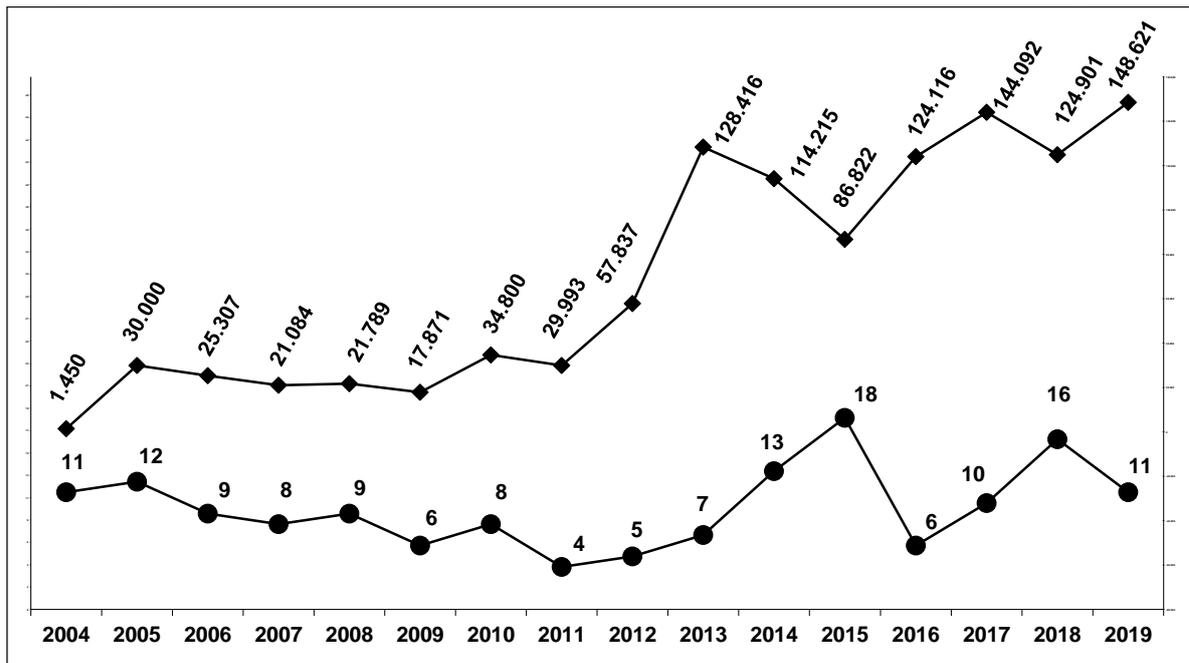


Figura 58: Animais examinados e positivos de tuberculose em Rondônia no período de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

A comercialização de antígenos e alérgenos (produtos biológicos pra diagnósticos de brucelose e tuberculose), iniciou-se no município de Porto Velho, em 2004. Atualmente existem 5 postos de comercialização, sendo eles, nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena, conforme figura abaixo:

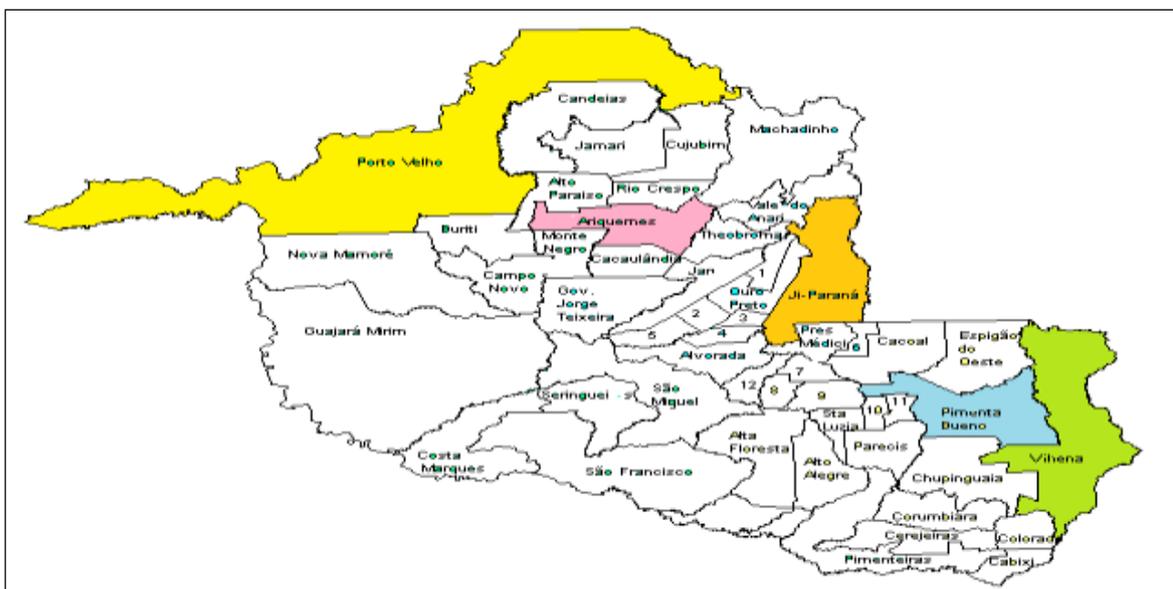


Figura 59: Postos de Comercialização de Antígenos e Alérgenos.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Com a descentralização da comercialização dos antígenos em 2011, houve uma maior agilidade nas ações do programa, permitindo assim, maior acesso dos Médicos Veterinários autônomos aos antígenos e alérgenos. No quadro a seguir demonstramos o histórico de comercialização de antígenos e alérgenos dos últimos anos.

Quadro 45: Doses de Antígenos (brucelose) e Alérgenos (tuberculose) comercializados no Estado, no período de 2004 a 2019.

ANO	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	
	ANTÍGENOS BRUCELOSE	ALÉRGENOS TUBERCULOSE
2004	236.000	14.900
2005	123.400	30.900
2006	94.600	25.800
2007	63.400	21.550
2008	63.028	21.786
2009	52.400	18.350
2010	64.800	35.300
2011	80.400	46.850
2012	112.200	82.400
2013	178.800	159.500
2014	181.400	158.250
2015	186.160	172.600
2016	222.440	217.250
2017	197.800	200.100
2018	133.920	136.550
2019	141.280	139.050

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Considerando os avanços apresentados e a característica epidemiológica dessas enfermidades, bem como o anseio do estado de Rondônia em buscar a erradicação dessas doenças, estabelecemos como meta para 2020 a realização de inquéritos epidemiológicos para essas enfermidades.



5.1.5. PROGRAMA NACIONAL DE EQUÍDEOS – PNSE

Visa promover a sanidade equídea através de medidas profilática, de controle e de erradicação das doenças que afetam o plantel equídeo. As ações visam: Promover educação sanitária, de modo a conscientizar produtores para os sinais clínicos das enfermidades, medidas profiláticas e trânsito legalizado; Manter vigilância epidemiológica para as principais enfermidades equídeas como o Mormo, Influenza Equina e Anemia Infecciosa Equina, através do controle de trânsito de animais, saneamento de focos e perifocos, sacrifício de animais positivos, interdição de propriedades acometidas, fiscalização de aglomerações de animais, atendimento a suspeita de doenças e inspeção nas propriedades; Atualização da legislação relativa às normas e procedimentos técnicos; Realizar estudos soropidemiológicos; Cadastramento e fiscalização das atividades dos médicos veterinários da iniciativa privada, e; Coleta, processamento, análise e interpretação de dados referentes às doenças sob controle do PNSE visando à elaboração de diretrizes que regem o programa.

Rondônia possui uma população de 202.635 equídeos, distribuídos em 64.040 propriedades, conforme informado pelos produtores, durante a atualização cadastral realizada na 47ª etapa de vacinação contra febre aftosa (novembro/2019), distribuídos nas Regionais de acordo com a figura 60.

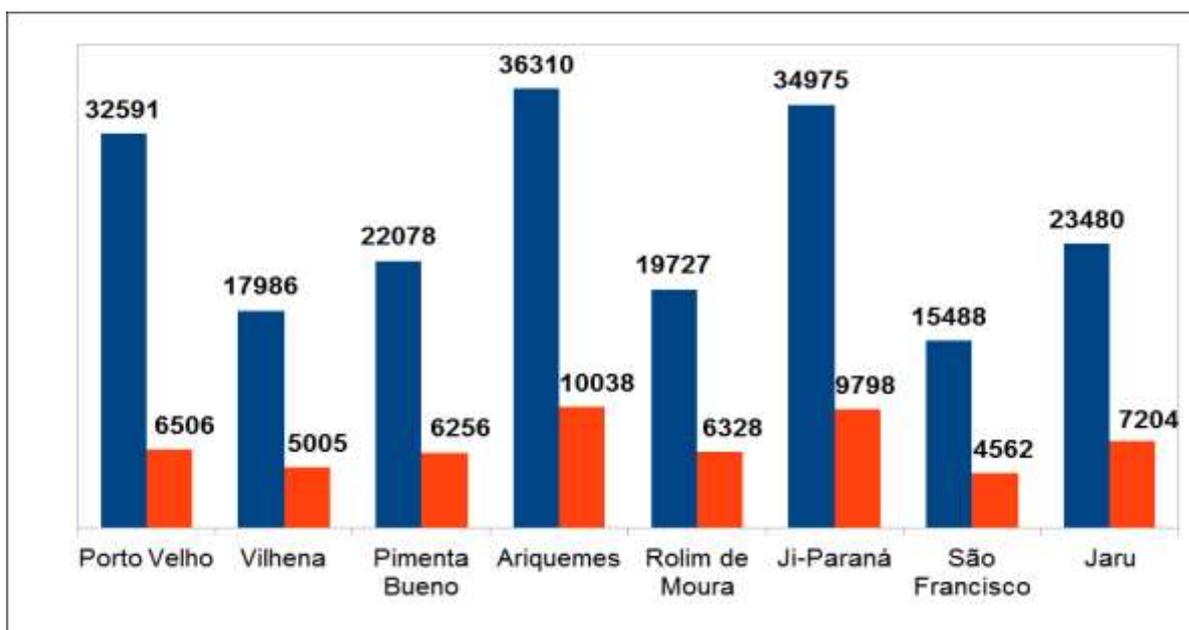


Figura 60: Número de equídeos e propriedade por Regional, no ano de 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Anemia Infecçiosa Equina

Trata se de uma enfermidade infecto-contagiosa que acomete equídeos acarretando prejuízos. O saneamento de foco e perifoco e o controle de trânsito e eventos constituem as principais ações sanitárias adotadas.

Além dos prejuízos diretos ocasionados a equideocultura rondoniense em detrimento do diagnóstico de Mormo no Estado em 2013, tendo dentre as medidas de contenção, a apresentação de exame com resultado negativo para tal enfermidade para emissão da GTA. Ou seja, a emissão da GTA tem como condicionantes a apresentação de resultados negativos para ambas enfermidades. Como consequência, quando comparado a 2010, ano com o maior número de exames na série histórica, quando foram realizados 16.594 exames. Já em 2019 foram testados 8.477 animais para AIE, dos quais 7.113 para fins de trânsito e 1370 animais testados com fim de saneamento de propriedades focos e perifocos. Sabemos que essa queda está associada a obrigatoriedade do exame de mormo para o trânsito. Somente em agosto de 2016 foi habilitado um laboratório para diagnóstico do mormo em RO, além da obrigatoriedade da acreditação pelo INMETRO, que obrigou 4 dos 7 laboratórios existentes, deixar de realizar exames de AIE. A unicidade de laboratório em Rondônia, associado ao alto custo do exame para diagnóstico do mormo foram atribuídas como as causas responsáveis pela queda no número de exames realizados.

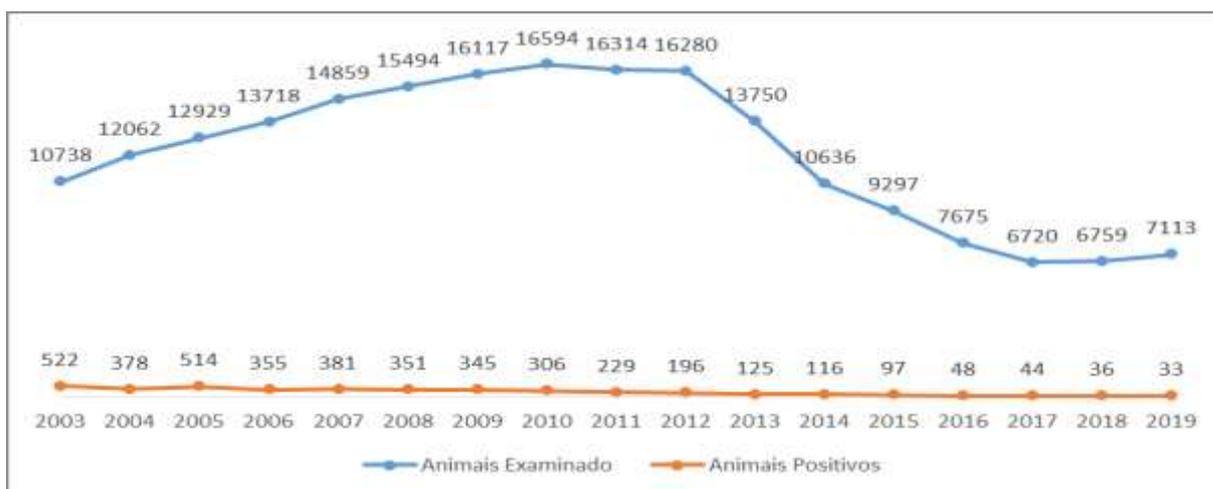


Figura 61: Total de animais examinados/positivos para fins de trânsito no Estado de Rondônia no período de 2003-2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Tabela 15: Total de animais examinados, positivos, propriedades foco e percentual de animais positivos, a partir de exames realizados para fins de trânsito no Estado de Rondônia no período de 2003-2019.

Ano	Animais Examinados+	Animais Positivos	Propriedad Foco	Animais Positivos %
2003	10738	522	337	4,9
2004	12062	378	259	3,1
2005	12929	514	323	4,0
2006	13718	355	257	2,6
2007	14859	381	218	2,6
2008	15494	351	239	2,3
2009	16117	345	226	2,1
2010	16594	306	212	1,8
2011	16314	229	164	1,4
2012	16280	196	156	1,2
2013	13750	125	90	0,9
2014	10636	116	87	1,1
2015	9297	97	70	1,0
2016	7675	48	45	0,6
2017	6720	44	34	0,7
2018	6759	36	36	0,5
2019	7113	33	29	0,5

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Mediante análise dos dados conclui-se que houve uma redução no trânsito de equídeos da ordem de 43%, quando comparados os 7113 animais transportados em 2019 em relação ao ápice de 16.594 transportados em 2010; E apesar da redução dos animais testados, conclui-se que, o percentual de animais positivos apresenta-se em queda ao longo da série histórica, bem como no número de propriedades focos.

O número de animais positivos e de focos no Estado continuam em queda, passando de 381 animais positivos em 2007 para 33 positivos em 2019 e de 218 focos para os atuais 29, o gráfico abaixo demonstra o percentual de animais positivos de acordo com a série histórica 2003 a 2019.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

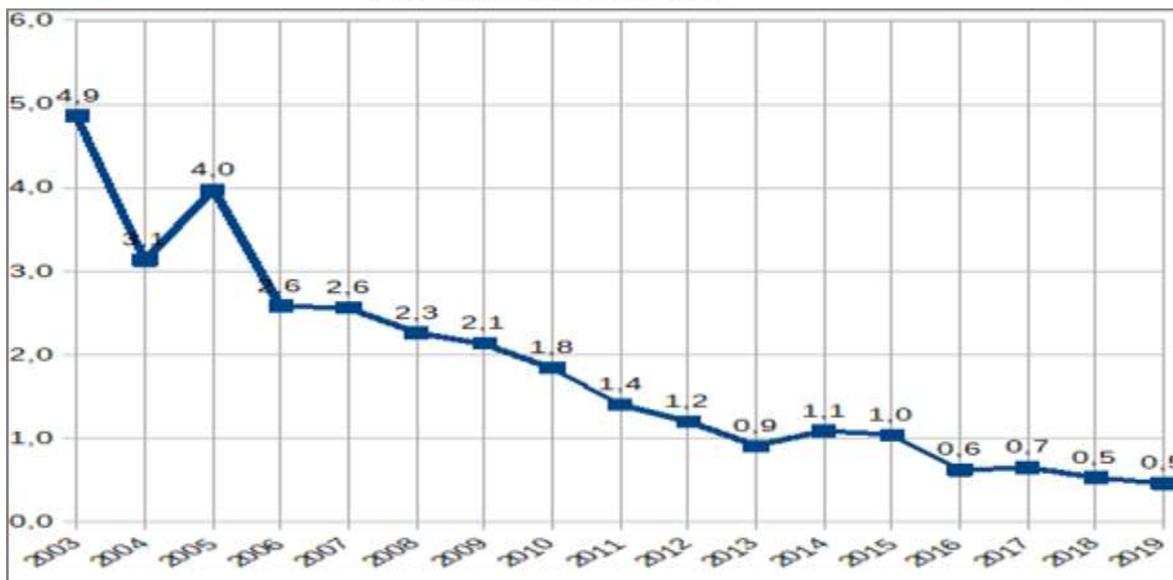


Figura 62: Percentual de animais positivos para AIE no trânsito no período de 2003 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

O gráfico abaixo demonstra os equídeos examinados para fins de trânsito para AIE, bem como seus respectivos positivos, de acordo com as distribuições regionais desta Agência no exercício 2019.

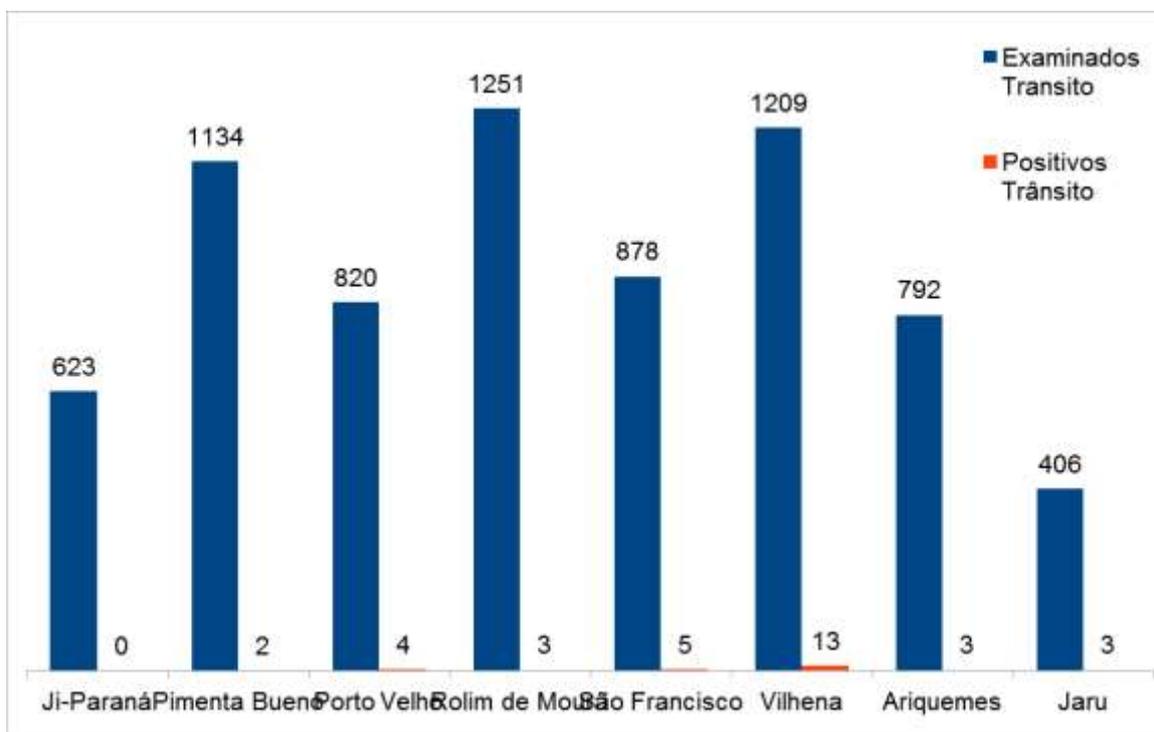




Figura 63: Distribuição dos animais examinados e positivos para AIE no trânsito- por regional da Idaron, no ano de 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

A principal ferramenta para o controle da AIE é o saneamento de propriedades foco e perifoco. Desde 2011 a Agência IDARON realiza, sem custos para o produtor, o saneamento das propriedades focos e perifocos. Essa medida permite a detecção de animais portadores inaparentes da AIE nas propriedades focos e perifocos. Em 2019 foram realizadas ações em 249 propriedades, totalizando 1.452 exames realizados em 637 animais, sendo que destes, 45 resultaram em positivo (Quadro 46).

Quadro 46: Quantitativo das ações realizadas pela IDARON no saneamento de foco e perifoco no estado de Rondônia no ano de 2019.

REGIONAL	PROPRIED. ATENDIDAS	EXAMES REALIZADOS	EQUÍDEOS TESTADOS	EXAMES POSITIVOS	% EQUÍDEOS POSITIVOS
Ariquemes	2	13	9	0	0,0
Jaru	7	83	64	1	1,6
Ji-Paraná	1	3	2	1	50,0
Pimenta Bueno	42	489	284	20	7,0
Porto Velho	3	32	22	2	9,1
Rolim de Moura	3	23	20	4	20,0
São Francisco	6	30	17	0	0,0
Vilhena	22	273	119	12	10,1
TOTAL	86	946	537	40	7,4

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

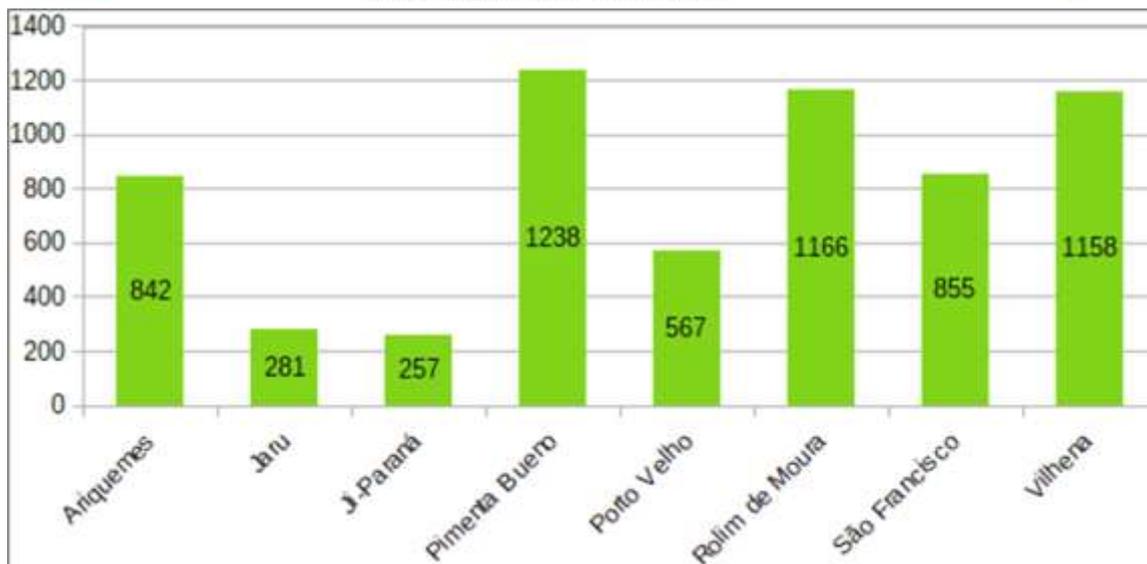


Figura 64: Quantitativo das ações realizadas pela IDARON no saneamento de foco e perifoco no estado de Rondônia entre os anos de 2012 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Pode se afirmar que a eliminação dos animais positivos identificados, sendo potencializada esta ação com o saneamento a partir de 2012, influenciou na queda do percentual de positivos de exames realizados na rede privada, que teve uma redução de 4,9% em 2003, passando de 1,2% em 2012 com o início do saneamento, para os atuais 0,5% em 2019 (figura 62).

A redução dos percentuais de exames positivos ao longo da série histórica 2003 a 2019, ainda não são suficientes para se concluir que houve uma redução na prevalência da enfermidade no estado, visto que tratam se apenas de animais com finalidade de trânsito. Contudo, é um importante indicador que o objetivo desta Agência tem sido alcançado, ou seja, promover sanidade do plantel equídeo do Estado.

Compete a laboratórios privados a execução dos testes de Anemia Infecciosa Equina e Mormo para fins de trânsito, de modo que, o soro sanguíneo deve ser encaminhado a este laboratório, exclusivamente por médico veterinário habilitado junto a IDARON, conforme disposto na Portaria nº 192/GAB/IDARON/2011. Do total de 210 médicos veterinários habilitados em Rondônia, 21 foram habilitados no exercício 2019.

Mormo equino

O Mormo Equino é uma enfermidade infectocontagiosa que acomete equídeos, sendo uma zoonose e ocasionando perdas econômicas e restrições de trânsito de equídeos



nos Estados onde ocorre. Apenas nos Estados de Roraima e Acre ainda não foram diagnosticados casos de Mormo.

Rondônia notificou seu primeiro foco de Mormo em 2013, culminando com a edição da Portaria nº 188/2013/IDARON/PR-GAB, a qual regulamentou o trânsito de equídeos no Estado, tornando obrigatório além da GTA e do exame negativo para AIE, exigidos anteriormente, mas também o teste negativo para o Mormo.

Visando a conscientização da população, bem como ampliar a vigilância passiva, intensificaram-se os trabalhos de educação sanitária, com divulgação dos sinais clínicos, riscos e perdas ocasionadas pela doença em diversos meios de comunicações de massa, inclusive de formulários de notificação disponíveis no endereço eletrônico desta Agência.

Em 2019 foram realizadas investigações para atendimento de vigilância de Mormo em 8 propriedades, ocorrendo coleta de amostras para diagnóstico em uma propriedade apenas, sendo coletadas amostras em 5 equídeos, que obtiveram resultados negativos, ou seja, não houve foco de Mormo em Rondônia no exercício 2019.

Entre procedimentos de atendimento a foco e perifoco iniciados em 2013 já foram realizadas investigação em 223 propriedades, 683 equídeos. Já foram realizados 748 exames de fixação de complemento, 139 maleinizações e 77 exames de Western Blotting, resultando em 20 propriedades foco e 25 animais positivos. No ano de 2019 não foram diagnosticados novos focos de mormo no Estado.

5.1.6. PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA

Os estados com maior produção avícola nacional localizam-se nas regiões sul e sudeste, porém, é possível verificar que outros estados crescem em importância nesse segmento e progressivamente tornam suas aviculturas mais tecnificadas e industrializadas, contexto no qual Rondônia se insere, quer seja pelo grande potencial econômico do agronegócio e pelas características climáticas favoráveis a avicultura, ou ainda pela posição estratégica que ocupa na rota de saída ao Pacífico.

Apesar de ocupar discreta produção de frango de corte, sendo responsável por 0,27% do abate nacional, a avicultura Rondoniense vem crescendo e constitui importante fonte de renda e geração de empregos, dispondo de um sistema de integração.

Nesse contexto, a questão sanitária é fator crucial ao desenvolvimento da avicultura, visto que os investimentos privados são canalizados para regiões onde se tem



status sanitário adequado. Nesse sentido, a ocorrência de certas enfermidades pode ter consequências catastróficas para a economia e a saúde pública,

O Programa Nacional de Sanidade Avícola visa conhecer o setor avícola, sua dinâmica e interação com o agronegócio; Exercer vigilância epidemiológica através de estudo soropidemiológico para Doença de Newcastle e Influenza Aviária, além de contínua atenção veterinária às notificações de doenças infectocontagiosas e do controle de trânsito animal; Monitoramento sorológico dos plantéis avícolas com o acompanhamento da certificação de plantéis livres de determinadas enfermidades como a micoplasma e salmonela aviária.

Dados Populacionais

De acordo com o disposto na Instrução Normativa/MAPA nº 56/2007, são passíveis de registro no serviço veterinário oficial, aviários com fins comerciais, assim sendo esta Agência mantém cadastradas 116 granjas avícolas.

Por outro lado, a IDARON durante as declarações de vacinações contra Febre Aftosa, que ocorrem semestralmente, realiza levantamentos censitários de várias espécies de animais de produção, dentre estas aves de subsistência ou fundo de quintal, ou seja, animais criados sem nenhuma tecnificação, cuja finalidade seja o consumo próprio.

A tabela abaixo concentra estabelecimentos avícolas comerciais cadastradas no serviço oficial, bem como aves de subsistência contabilizadas durante a 4ª etapa de vacinação.

Tabela 16: População avícola comercial e de subsistência do Estado de Rondônia/2019.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

MUNICIPIO	REGIONAL	DADOS SENSITÁRIOS – AVES /2019					
		AVES SUBSISTÊNCIA		COMERCIAIS		TOTAL	
		PROPRIEDADES	AVES	PROP.	AVES	PROP.	AVES
ALTO PARAISO	Ariquemes	849	37.095	0	0	849	37.095
ARIQUEMES	Ariquemes	894	44.248	4	29.250	898	73.498
BURITIS	Ariquemes	916	45.858	0	0	916	45.858
CACAULANDIA	Ariquemes	382	19.083	2	500	384	19.583
CAMPO NOVO DE RONDONIA	Ariquemes	520	26.285	0	0	520	26.285
CUJUBIM	Ariquemes	853	38.978	0	0	853	38.978
MONTE NEGRO	Ariquemes	409	18.333	2	2.200	411	20.533
RIO CRESPO	Ariquemes	136	6.672	0	0	136	6.672
Subtotal		4.959	236.552	8	31.950	4.967	268.502
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	Jaru	932	40.634	0	0	932	40.634
JARU	Jaru	1.318	60.091	0	0	1.318	60.091
MACHADINHO D'OESTE	Jaru	1.304	59.279	0	0	1.304	59.279
THEOBROMA	Jaru	676	27.381	1	1.000	677	28.381
VALE DO ANARI	Jaru	613	28.947	0	0	613	28.947
Subtotal		4.843	216.332	1	1.000	4.844	217.332
ALVORADA DO OESTE	Ji Paraná	456	20.959	0	0	456	20.959
JI-PARANA	Ji Paraná	960	45.521	3	13.000	963	58.521
MIRANTE DA SERRA	Ji Paraná	681	31.442	0	0	681	31.442
NOVA UNIAO	Ji Paraná	150	6.386	0	0	150	6.386
OURO PRETO DO OESTE	Ji Paraná	917	46.667	0	0	917	46.667
PRESIDENTE MEDICI	Ji Paraná	988	48.735	2	73.200	990	121.935
TEIXEIROPOLIS	Ji Paraná	366	15.943	1	450	367	16.393
URUPA	Ji Paraná	1.070	50.661	3	12.450	1.073	63.111
VALE DO PARAISO	Ji Paraná	562	27.072	0	0	562	27.072
Subtotal		6.150	293.386	9	99.100	6.159	392.486
CACOAL	Pimenta Bueno	1.591	254.903	24	1.252.464	1.615	1.507.367
ESPIGAO D'OESTE	Pimenta Bueno	684	91.569	14	662.375	698	753.944
MINISTRO ANDREAZZA	Pimenta Bueno	610	73.021	3	5.200	613	78.221
PARECIS	Pimenta Bueno	445	22.417	0	0	445	22.417
PIMENTA BUENO	Pimenta Bueno	615	34.499	10	304.000	625	338.499
PRIMAVERA DE RONDONIA	Pimenta Bueno	70	3.435	2	33.800	72	37.235
SAO FELIPE DO OESTE	Pimenta Bueno	508	25.373	0	0	508	25.373
Subtotal		4.523	505.217	53	2.257.839	4.576	2.763.056
CANDEIAS DO JAMARI	Porto Velho	385	21.698	0	0	385	21.698
GUAJARA-MIRIM	Porto Velho	188	9.520	0	0	188	9.520
ITAPUA DO OESTE	Porto Velho	247	11.723	0	0	247	11.723
NOVA MAMORE	Porto Velho	780	34.670	3	5.700	783	40.370
PORTO VELHO	Porto Velho	2.223	121.019	8	206.500	2.231	327.519
Subtotal		3.823	198.630	11	212.200	3.834	410.830
ALTA FLORESTA DO OESTE	Rolim de Moura	1.003	57.661	4	1.860	1.007	59.521
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	Rolim de Moura	333	18.010	0	0	333	18.010
CASTANHEIRAS	Rolim de Moura	355	16.848	0	0	355	16.848
NOVA BRASILANDIA D'OESTE	Rolim de Moura	887	34.669	0	0	887	34.669
NOVO HORIZONTE DO OESTE	Rolim de Moura	431	19.123	2	600	433	19.723
ROLIM DE MOURA	Rolim de Moura	811	41.811	14	574.540	825	616.351
SANTA LUZIA D'OESTE	Rolim de Moura	479	23.399	0	0	479	23.399
Subtotal		4.299	211.521	20	577.000	4.319	788.521
COSTA MARQUES	São Francisco	567	26.290	0	0	567	26.290
SAO FRANCISCO DO GUAPORE	São Francisco	1.084	48.315	0	0	1.084	48.315
SAO MIGUEL DO GUAPORE	São Francisco	717	34.421	0	0	717	34.421
SERINGUEIRAS	São Francisco	896	39.833	0	0	896	39.833
Subtotal		3.264	148.859	0	0	3.264	148.859
CABIXI	Vilhena	381	22.993	0	0	381	22.993
CEREJEIRAS	Vilhena	290	18.833	0	0	290	18.833
CHUPINGUAIA	Vilhena	559	26.531	1	120	560	26.651
COLORADO DO OESTE	Vilhena	413	23.356	10	5.615	423	28.971
CORUMBIARA	Vilhena	620	33.741	0	0	620	33.741
PIMENTEIRAS DO OESTE	Vilhena	90	6.124	0	0	90	6.124
VILHENA	Vilhena	529	32.585	2	89.672	531	122.257
Subtotal		2.882	164.163	13	95.407	2.895	259.570
TOTAL		34.939	1.989.532	115	3.274.496	35.054	5.264.028

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

A tabela abaixo demonstra o tipo de exploração dos estabelecimentos avícolas do Estado. Vale lembrar que devido ao curto ciclo de vida de aves de corte, a população é contabilizada considerando a capacidade de alojamento dos galpões de cada granja.



Tabela 17: Dados da exploração avícola rondoniense/2019.

Classificação	Estabelecimentos	Aves
Corte	62	2.502.300
Postura	42	1.122.480
Caipira/Fundo Quintal	9	8.800
Incubatório	2	0
Ornamentai	1	200
Total	116	3.633.780

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A manutenção de status sanitário adequado pressupõe investimentos em infraestrutura, que assegurem imediato atendimento às notificações de alta mortalidade de aves, conforme previsto no PNSA.

Em 2019 foram atendidas 29 notificações de suspeita de enfermidades, que após investigadas constatou se tratarem-se de falhas de manejo dos aviários, conforme disposto abaixo.

Tabela 18: Atendimentos a notificações de suspeita de enfermidades Infectocontagiosas em Aves no Estado de Rondônia /2019.

Nº	MUNICÍPIO	NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES
01	ESPIGÃO D'OESTE	21
02	MINISTRO ANDREAZZA	1
03	PIMENTA BUENO	1
04	PIMENTA BUENO	1
05	CABIXI	1
06	COLORADO D'OESTE	1
07	JI PARANÁ	1
08	MACHADINHO D'OESTE	1
09	ROLIM DE MOURA	1

Fonte: GDSA, 2019

Em 2019 foram emitidos, pela IDARON, 2.787 GTA's de aves, sendo 2.096 para trânsito intraestadual e 691 para trânsito interestadual, num total de 746.728 aves



movimentadas, conforme apresentado no Quadro 47. O destino mais frequente das GTA's interestaduais são os estados do Acre e Amazonas, principalmente, com a finalidade de comercialização de pintinhos de 01 dia.

Quadro 47: Emissão de GTA pela IDARON por espécie e tipo de trânsito no ano de 2019.

Rótulos de Linha	Intraestadual		Interestadual	
	GTAs	AVES	GTAs	AVES
Aves Silvestres / Ornamentais	24	236	59	175
Codorna	5	470	1	11
Frango/ galinha	1823	499.665	599	241.964
Galinha-d'angola	60	2738	6	35
Ganso, Marreco e Pato	155	1160	18	57
Perus	29	125	8	92
Total Geral	2096	504.394	691	242.334

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

5.1.7. PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE SUÍNA – PNSS

Um estudo da ONU revela que a população global atual é de 7,6 bilhões de habitantes e deve subir para 8,6 bilhões em 2030. Alimentar essa população é um desafio constante. Produzir alimentos em quantidade, com qualidade e com sustentabilidade é um dever de todos os países produtores. Nesse contexto, o Brasil ocupa uma posição de destaque indiscutível, sendo líder em vários setores da produção animal e vegetal.

A suinocultura é um exemplo de setor que está em contínuo crescimento, tanto em termos de produção como em índices de produtividade e, essa realidade faz do Brasil, o 4º maior produtor e exportador mundial de produtos de origem suína. Concentrada essencialmente na região centro sul do País, a suinocultura tem crescido acima da média nacional em outras unidades da federação, paralelamente ao ascendente processo de industrialização no setor, e é nesse contexto que se insere Rondônia, com grande potencial a ser explorado em meio a favoráveis condições de produção e mercado.

Por outro lado, a Peste Suína Clássica constitui-se na maior barreira sanitária para o desenvolvimento da suinocultura, uma vez que a sua ocorrência exige sérias medidas de restrição ao trânsito e comercialização da espécie, com relevantes reflexos negativos no que ela representa em termos econômicos.

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Os principais objetivos do Programa Estadual de Sanidade Suína – PESS são:

- Conhecimento do setor suinícola e sua dinâmica em Rondônia;
- Vigilância epidemiológica através da realização de estudos sorológicos (peste suína clássica), vigilância sanitária ativa e atenção veterinária a notificações de doenças infectocontagiosas e do controle de trânsito animal;
- Monitoramento sorológico dos plantéis suídeos.

Dados Populacionais

Por ocasião das campanhas de vacinação contra Febre Aftosa no Estado de Rondônia, nos meses de abril/maio e outubro/novembro, realiza-se o levantamento da população de suídeos de subsistência, nos criatórios de suídeos, que são criações destinadas essencialmente ao consumo próprio dos produtores. As informações relativas a esse plantel de fundo de quintal no ano de 2018 estão consolidadas no Quadro 1 com dados cadastrais atualizados por ocasião da 47ª Etapa de Vacinação contra Febre Aftosa.

Além desses dados populacionais que são atualizados a cada campanha de vacinação contra febre aftosa, a IDARON mantém, desde 2004, trabalho específico de cadastramento e atualização cadastral de estabelecimentos que exploram a suinocultura em escala comercial, denominadas de Granjas de Suínos. No Quadro 1 estão os dados desse trabalho no ano de 2019.

Quadro 48: Dados da suinocultura em Rondônia no ano de 2019.

TIPO DE CRIAÇÃO	Nº DE ANIMAIS				Nº DE PROPRIEDADES
	MATRIZES	CACHAÇOS	LEITÕES	TOTAL	
Criatórios de Suídeos	10.021	4.284	62.054	76.359	26.075
Granja de Suínos	5.588	638	33.493	39.719	312
TOTAL	15.609	4.922	95.547	116.078	26.387

Fonte: GDSA, IDARON, 2020



Inquéritos e Monitoramentos Soro-epidemiológicos para Peste Suína Clássica (PSC)

Com base nas informações populacionais de suínos no Estado de Rondônia, a Agência IDARON realizou, entre os meses de março a abril de 2007, o Inquérito Soroepidemiológico para PSC, cujo objetivo foi obter maiores informações a respeito do vírus causador dessa doença.

A IDARON realizou, conjuntamente com a Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia – SFA/RO e o Departamento de Saúde Animal do MAPA, a avaliação epidemiológica que determinou a coleta de 2.096 amostras em 348 propriedades de 49 municípios do Estado

Como resultado desse trabalho, além das avaliações feitas na estrutura de defesa sanitária no Estado de Rondônia, do incremento na vigilância epidemiológica, da educação sanitária e do treinamento e qualificação do quadro de pessoal técnico da IDARON, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA reconheceu oficialmente Rondônia como um dos Estados Livres de Peste Suína Clássica em fevereiro de 2009, através da Instrução Normativa nº 07, de 27 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de março de 2009.

Rondônia, tornando-se um Estado livre de peste suína clássica, passa então a executar os procedimentos de manutenção da zona livre, conforme a Norma Interna DSA/MAPA nº 05, de 2009.

Sendo assim, como procedimento de manutenção da zona livre, a cada 02 anos a agência IDARON realiza o inquérito soroepidemiológico em criatórios de suídeos, que tem o objetivo de demonstrar e documentar a ausência do vírus da peste suína clássica nas criações de subsistência. Já foram realizados quatro inquéritos, nos anos de 2011, 2012, 2014 e por último em 2016, conforme demonstra o Quadro 3. Em cada inquérito foram amostradas 320 propriedades, sendo colhidas amostras de 2.512 suídeos em 2011, 1.651 suídeos em 2012, 1.098 suídeos em 2014 e 1.291 em 2016. Lembramos que o inquérito executado em 2011 refere-se ao ano de 2010. Em todos os quatro inquéritos, as amostras foram distribuídas pelos 52 Municípios do Estado. A partir de 2016, a frequência dos inquéritos passou a ser trianual. Sendo assim, em 2019 foi realizado um novo inquérito, dessa vez com propriedades que fazem fronteira com a Bolívia e divisa com o



Amazonas, ou seja, limite com a área não livre de PSC. Foram amostradas 32 propriedades, sendo colhidas amostras de 195 suínos.

O material coletado em todos os cinco inquéritos foi enviado ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO, em Minas Gerais, onde foram submetidas a análises que indicaram 25 amostras suspeitas em 2011, 03 amostras suspeitas em 2012, 07 amostras em 2014, 7 amostras em 2016 e 3 amostras em 2019. Estas foram então encaminhadas ao LANAGRO de Pernambuco para realização de testes confirmatórios.

Após os resultados laboratoriais confirmatórios e investigação epidemiológica complementar, nenhuma das amostras suspeitas foi confirmada como positiva, demonstrando a ausência de circulação do vírus causador da Peste Suína Clássica no estado de Rondônia.

Quadro 49: Coletas de amostras dos monitoramentos soroepidemiológicos para PSC em criatórios de suínos no Estado de Rondônia, de 2011, 2012, 2014, 2016 e 2019.

ANO	Nº DE PROPRIEDADES AMOSTRADAS	Nº DE ANIMAIS COLETADOS
2011	320	2.512
2012	320	1.651
2014	320	1.098
2016	320	1.291
2019	32	195
TOTAL	1.312	6.747

Fonte: GDSA, IDARON, 2018

Também como procedimento de manutenção da zona livre, a IDARON está realizando semestralmente o monitoramento sorológico em reprodutores de granjas de suínos, que apresentam sistema de produção de crias. Sendo assim, a cada semestre, nos meses de junho e dezembro, em todas as granjas que possuem sistema de produção de crias, coleta-se amostra de soro de 01 cachão ou matriz, sendo dos mais velhos do rebanho, e encaminhadas a um Laboratório credenciado pelo MAPA para realização de teste para Peste Suína Clássica.

Conforme demonstrado no Quadro 50, essa atividade teve início no segundo semestre de 2011 e, por ser realizado semestralmente, até 2019 já foram realizados dezessete monitoramentos. Nessa atividade já foram coletadas e enviadas ao Laboratório



um total de 4.518 amostras, não detectando circulação do vírus da Peste Suína Clássica em nossas Granjas de Suínos.

Quadro 50: Coletas de amostras dos monitoramentos sorológicos semestral para PSC em granjas de suínos de ciclo completo no Estado de Rondônia (2011 a 2019).

SEMESTRE	Nº DE AMOSTRAS COLETADAS
2011.2	322
2012.1	309
2012.2	289
2013.1	290
2013.2	267
2014.1	306
2014.2	293
2015.1	312
2015.2	259
2016.1	251
2016.2	244
2017.1	234
2017.2	235
2018.1	237
2018.2	224
2019.1	228
2019.2	218
TOTAL	4.518

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Além dos monitoramentos sorológicos como medida de vigilância, a IDARON em 2012, através da Norma Interna DITEC/IDARON nº 06 de 14/11/2011, passou a realizar visitas regulares de vigilância ativa em propriedades que criam suínos, consideradas como de risco para a PSC, conforme demonstra o Quadro 51. Durante essas visitas os técnicos realizam inspeção nos suínos, verificando se há presença de sinais clínicos no rebanho, compatíveis com a PSC e outras de notificação imediata. Em 2016 a Norma Interna DITEC/IDARON nº 01 de 16/03/2016 alterou os formulários e as metas mensais por ULSAV de visitas. No período de 2012 a 2019 foram realizadas 27.286 visitas em propriedades de risco e inspecionados 657.319 suínos.

Quadro 51: Visitas de vigilância ativa em propriedades com suínos no Estado de Rondônia (2012 a 2018).

ANO	Nº DE VISITAS	Nº DE SUÍNOS INSPECIONADOS (VISTORIADOS)
2012	3.609	105.346

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Relatório de Gestão - IDARON 2019

2013	3.330	93.056
2014	3.672	90.604
2015	3.797	85.308
2016	1.836	77.937
2017	3.761	77.008
2018	2.651	44.770
2019	4.630	83.290
TOTAL	27.286	657.319

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Esse reconhecimento garante ao Estado de Rondônia bases sanitárias para o crescimento de um importante segmento mundial de produção de alimentos, a suinocultura.

Programa Estadual de Controle da Raiva dos Herbívoros Domésticos

O Programa tem como objetivo o controle efetivo da raiva dos herbívoros domésticos no estado de Rondônia, através do controle populacional do seu transmissor, o morcego hematófago da espécie *Desmodus rotundus*, da vacinação dos bovídeos, equídeos, ovinos e caprinos, e de outras ações de vigilância, como o atendimento a notificações de herbívoros com sintomatologia nervosa.

A figura seguinte apresenta o histórico das notificações e exames de raiva em herbívoros domésticos no Estado, no período de 2001 a 2018, apresentando os focos de raiva deflagrados.

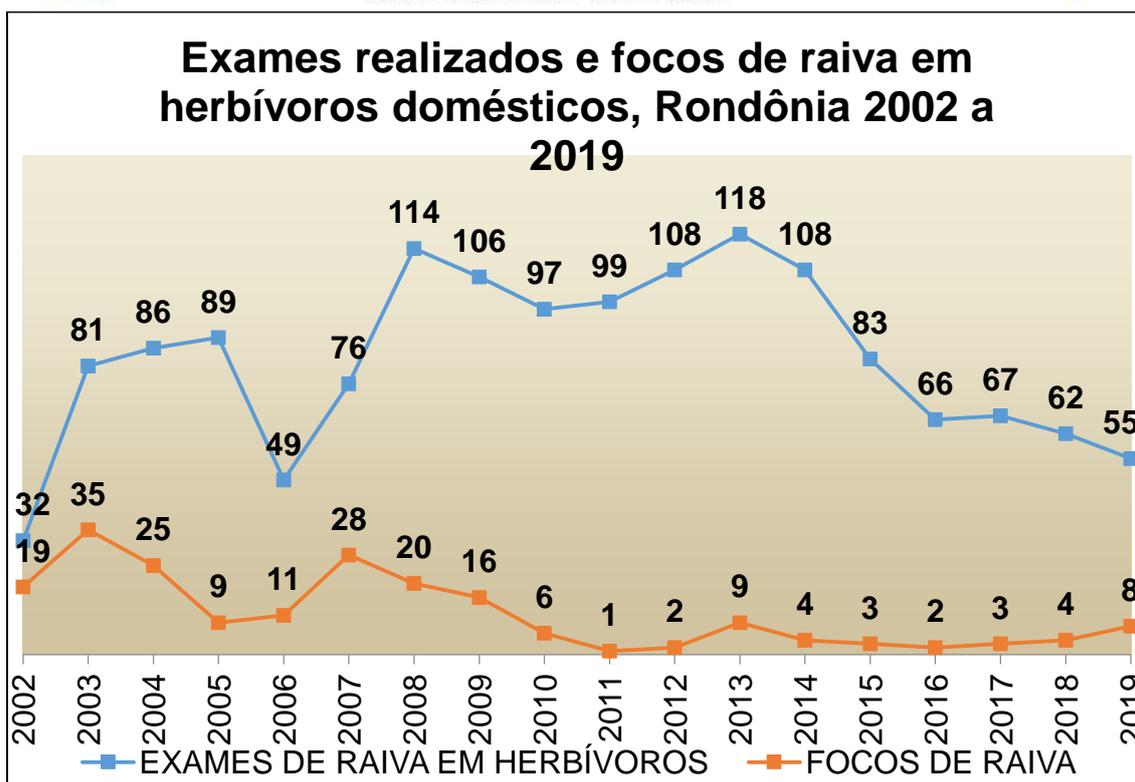


Figura 65: Número de exames de raiva realizados e o número de focos encontrados no período de 2002 a 2019 no Estado de Rondônia.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Considerando o levantamento epidemiológico, a análise de fatores condicionantes, a magnitude, a distribuição e a propagação da raiva, no município de Costa Marques tornou-se obrigatória a vacinação contra raiva nos herbívoros domésticos (bovídeos, equídeos, ovinos e caprinos) desde o ano de 2007. Tal obrigatoriedade foi instituída inicialmente através da Portaria nº 013/GAB/IDARON, de 15 de Fevereiro de 2007, sendo mantida pela Portaria nº 438/GAB/IDARON, de 09 de setembro de 2011 até 2017, quando foi suspensa a partir da 43ª etapa de vacinação contra a febre aftosa, ocorrida entre 15 de outubro e 15 de novembro.

A suspensão da obrigatoriedade da vacinação contra a raiva no município de Costa Marques foi colocada em prática, após verificação da queda no nº de focos da doença no município, indicando que as medidas tomadas a partir de 2007 surtiram o efeito pretendido, haja vista que não houve novos casos de raiva no município a partir de então.

Devido ao intenso trabalho realizado na vigilância e controle da raiva dos herbívoros domésticos no Estado de Rondônia, pela equipe técnica da Agência IDARON, destacamos que no período de 2008 a 2014 manteve-se um aumento constante do número de notificações, atingindo a maior marca histórica de 118 notificações atendidas, e uma



significativa diminuição dos casos positivos até 2012 e com um leve aumento em 2013, diminuição novamente e estabilização a partir de 2014 até 2019 (figura 65), sendo realizados, em 2019, um total de 55 exames para raiva e deflagrados 06 focos.

Ao observar os dados no mapa a seguir é possível verificar a distribuição dos focos de raiva dos herbívoros nos anos de 2019, demonstrados por município.

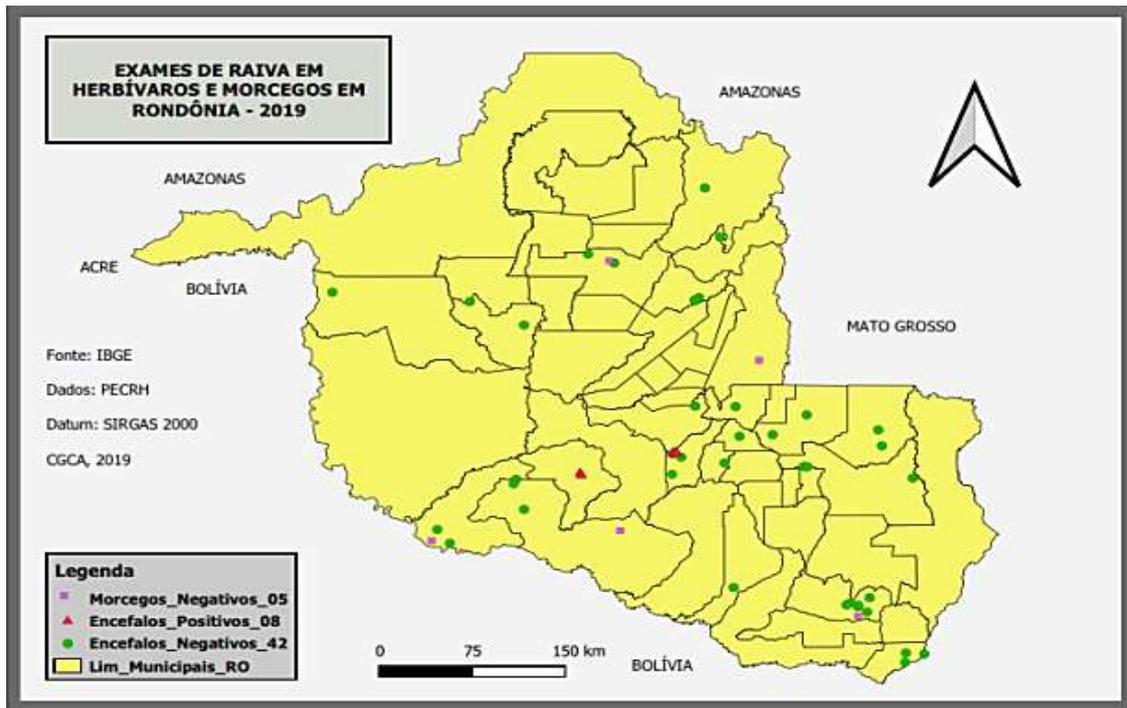


Figura 66: Mapa da Localização dos focos de raiva dos herbívoros do ano de 2019 no Estado de Rondônia. Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Em virtude do aumento do número de casos positivos no período de 2006 a 2007 intensificaram-se as ações de vacinação, captura, cadastro e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos (gráfico 2, quadros 6 e 7), resultando na significativa diminuição dos casos positivos nos últimos anos.

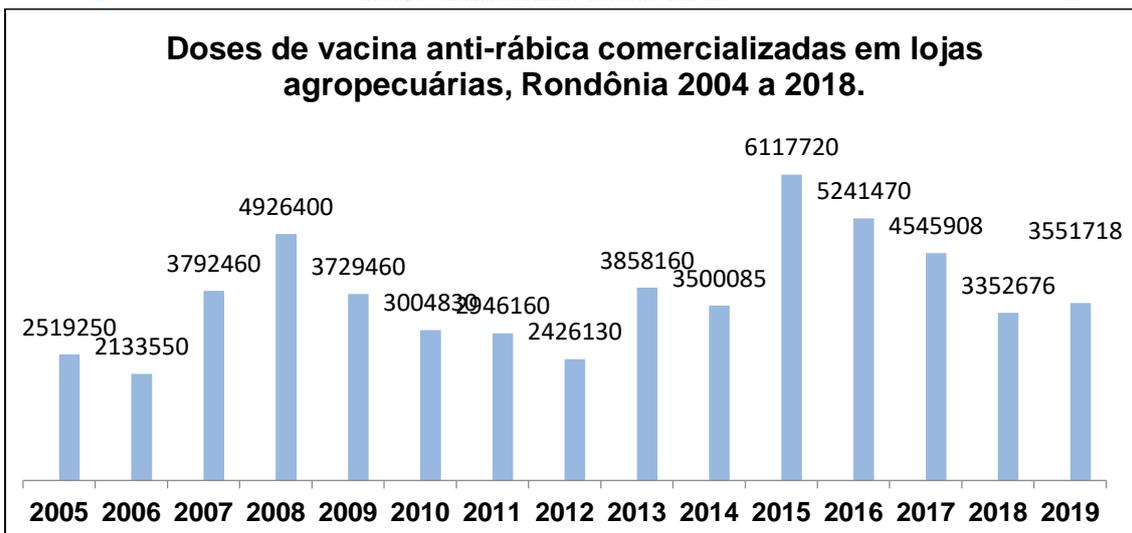


Figura 67: Doses de vacinas antirrábicas comercializadas no Estado de Rondônia no período de 2005 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

No ano de 2015 tivemos o maior número de doses vacinas comercializadas em Rondônia, com um aumento de quase 100% em relação a 2014. Isso deve-se aos trabalhos de educação sanitária realizada pela IDARON, conscientizando o produtores sobre a importância de vacinar voluntariamente o seu rebanho contra a raiva. Já em 2019, tivemos mais de 3,5 milhões de doses comercializadas.

Por ser o morcego hematófago, o responsável por transmitir a raiva para os herbívoros domésticos, e com o objetivo de verificar indícios da circulação do vírus da raiva na região, a IDARON possui equipes técnicas treinadas, as quais realizam atividades de monitoramento de abrigos de morcegos. Essa atividade consiste em verificar se há a presença de morcegos hematófagos da espécie *Desmodus rotundus*, e quando necessário, realizar a colheita de exemplares desses animais para exame laboratorial de raiva, e assim, verificar a possibilidade da circulação do vírus naquela região.

Outra estratégia de controle da raiva, consiste na captura de morcegos hematófagos da espécie *Desmodus rotundus*, que tem como objetivo promover a diminuição da circulação do vírus rábico, como também promover o bloqueio da transmissão da raiva. A captura pode ser realizada em abrigos de morcegos, mas geralmente é realizada em currais, chiqueiros e pocilgas onde os animais estão sendo atacados por morcegos hematófagos. Essa atividade é realizada com redes especiais, onde são capturados morcegos da espécie *Desmodus rotundus*, os quais são tratados com uma pasta contendo substância anticoagulante, em seguida esses animais são souts para



retornarem aos seus abrigos, onde serão eliminados alguns indivíduos na colônia, e assim promover o controle populacional.

Nos quadros a seguir apresentamos as ações em abrigos de morcegos hematófagos, bem como o número de morcegos hematófagos capturados e tratados.

Quadro 52: Demonstrativo do número de monitoramentos de abrigos de morcegos hematófagos realizados nos anos de 2004 a 2019 no Estado de Rondônia.

ANO	ABRIGOS TRABALHADOS
2004	18
2005	09
2006	29
2007	108
2008	44
2009	13
2010	08
2011	61
2012	77
2013	80
2014	18
2015	22
2016	17
2017	06
2018	01
2019	00
TOTAL	511

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Quadro 53: Demonstrativo do número de *Desmodus rotundus* capturados e tratados com pasta vampiricida nos anos de 2004 a 2019 no Estado de Rondônia.

ANO	<i>Desmodus</i> capturados e tratados
2004	27
2005	25
2006	46
2007	58
2008	92
2009	76
2010	119
2011	166
2012	96
2013	98
2014	100
2015	62
2016	48

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar – Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



2017	101
2018	04
2019	10
TOTAL	1.128

Fonte: GDSA, IDARON, 2018

Aliado às ações descritas anteriormente, foi dada ênfase para as atividades educativas, através de palestras, reuniões, divulgações nos meios de comunicação, detrimento das ações de monitoramento de abrigos.

Programa Estadual de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina

A IDARON em conjunto com o MAPA tem intensificado a cada ano a vigilância contra a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB, popularmente conhecida como Doença da Vaca Louca. Também a IDARON vem realizando vigilância para a Paraplexia Enzoótica dos Ovinos – *Scrapie*, sobre a qual já existem notificações em outros estados.

Uma das medidas de vigilância preconizadas na Instrução Normativa SDA/MAPA nº 18, de 15/02/2002, estabelece que todas as amostras de encéfalo de bovídeos a partir de 02 anos, de ovinos e caprinos a partir de 01 ano, que tenham resultado negativo para raiva (amostras de campo), bem como as provenientes de bovinos destinados ao abate de emergência em frigoríficos com inspeção federal e estadual e amostras de bovinos importados que vierem a óbito, são remetidas ao laboratório LANAGRO de Pernambuco para exame laboratorial de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (vaca louca no caso dos bovinos e scrapie no caso dos ovinos), com o objetivo de comprovar a ausência destas enfermidades no Estado. Todas as amostras enviadas tiveram resultado negativo para Encefalopatia Espongiforme Bovina e Scrapie.

Quadro 54: Amostras encaminhadas para diagnóstico de BSE no período de 2003 a 2019, no Estado de Rondônia.

ANO	DIAGNÓSTICO DE BSE		
	FRIGORÍFICO	DE CAMPO	ANIMAIS IMPORTADOS
2003	00	19	00
2004	03	51	05
2005	52	62	03



Relatório de Gestão - IDARON 2019

2006	99	30	16
2007	144	37	00
2008	252	55	06
2009	336	48	02
2010	489	50	03
2011	270	59	01
2012	266	46	03
2013	370	43	02
2014	216	53	00
2015	230	41	01
2016	283	31	01
2017	242	29	00
2018	00	20	00
2019	00	26	00
TOTAL	3.252	700	43

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A principal forma de transmissão da EEB é a ingestão pelos ruminantes de alimentos que contenham em sua composição subprodutos de origem animal, como cama de aviário, resíduos da criação de suínos, farinha de carne e ossos, ou qualquer alimento que contenha em sua composição proteína e gordura de origem animal. Sendo assim, e conforme a Instrução Normativa n° 08 de 25/03/2004 do MAPA, que proíbe o uso desses produtos na alimentação de ruminantes, a IDARON realiza fiscalizações nos alimentos para ruminantes em propriedades rurais, sendo efetuadas no período de 2005 a 2019, 1.761 fiscalizações de alimentos para ruminantes em propriedades rurais.

Quadro 55: Demonstrativo do número de fiscalizações de alimentos de ruminantes realizadas em propriedades rurais de Rondônia de 2005 a 2019.

ANO	QUANTIDADE
2005	58
2006	65
2007	74
2008	70
2009	60
2010	140
2011	64
2012	100
2013	158
2014	132
2015	217
2016	171



Relatório de Gestão - IDARON 2019

2017	112
2018	148
2019	192
TOTAL	1.761

Fonte: GDSA, IDARON, 2018

Considerando a epidemiologia da EEB, principalmente em decorrência do longo período de incubação e da inexistência, até o momento, de um teste para diagnóstico no animal vivo, e conforme a Norma Interna DSA/MAPA nº 01, de março de 2009, o monitoramento periódico nos bovinos importados, em especial daqueles procedentes de países de risco para EEB, tem sido uma das principais ações para a prevenção da doença no País. No período de 2010 a 2019, a IDARON, juntamente com o MAPA, efetuou 83 vistorias técnicas em bovinos importados nas quatro propriedades rurais do Estado de Rondônia que possuem esses animais (quadro 10).

Quadro 56: Demonstrativo do número de vistorias técnicas de bovinos importados realizadas em propriedades rurais de Rondônia de 2010 a 2019.

ANO	QUANTIDADE
2010	10
2011	16
2012	09
2013	11
2014	10
2015	10
2016	04
2017	10
2018	02
2019	01
TOTAL	83

Fonte: GDSA, IDARON, 2018.



Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos – PNSAA

Segundo (SOFIA 2018) a previsão é que até 2030 a região da América e Latina apresente crescimento de 33% no consumo de pescado e alta 49% na produção de aquícola.

O Brasil tem grande potencial para a aquicultura, possuindo 13% da água doce renovável no planeta, mais de 8 mil km de extensão costeira, sendo a zona econômica exclusiva (ZEE) de 3,5 milhões de km² e condições naturais favoráveis.

A aquicultura em Rondônia é baseada no cultivo de peixes nativos, sendo o tambaqui a principal espécie produzida, seguida do pirarucu e pintado. Portanto, a piscicultura tem sido uma importante fonte econômica no Estado. De acordo com o Anuário da PEIXE BR da Piscicultura de 2020, Rondônia produziu 68.800 mil toneladas de pescado no ano 2019, o que manteve o primeiro lugar nacional na produção de peixes nativos.

A Agência IDARON sendo executora do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos no Estado de Rondônia, tem trabalhado com ênfase no desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- Cadastro de estabelecimentos de aquicultura;
- Conhecimento do setor aquícola e sua dinâmica em Rondônia;
- Controle da ocorrência de doenças que causem altas mortalidades na cadeia produtiva do pescado;
- Promover a vigilância da sanidade dos animais aquáticos, com ênfase nas doenças de notificação obrigatória;
- Controle da ocorrência de doenças que causem altas mortalidades na cadeia produtiva do pescado;
- Controle de trânsito de animais aquáticos;
- Ações educativas.

Empreendimentos Aquícolas



Estão cadastrados 26 estabelecimentos produtores de formas jovens de animais aquáticos que juntos conseguem abastecer a aquicultura de Rondônia e alguns produzem alevinos de tambaqui durante o ano todo.

No ano de 2019, durante a 46ª Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa, identificamos 1.410 estabelecimentos comerciais de aquicultura, essas propriedades apresentam variadas áreas totais de ha/lâmina de água que vão desde 0,2 ha até 300 ha.

Em Rondônia se encontram instaladas 04 fábricas de ração, 05 estabelecimentos de beneficiamento de pescado (sendo 03 do SIF e 02 do SIE).

Controle de trânsito

De acordo com Manual de Emissão de GTA de Animais Aquáticos versão 8.0, as exigências para o trânsito de animais aquáticos em Rondônia tem funcionado resumidamente de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela I: Trânsito de animais aquáticos oriundos de estabelecimento aquícola:

Commodity	Exigências para Emissão de GTA	Exigências de Trânsito
Animais aquáticos vivos ou seu material de multiplicação	Cadastro na IDARON	GTA
Animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção	Cadastro na IDARON	GTA

Haja vista a limitada capacidade de industrialização de pescado no estado de Rondônia, mais de 70% da matéria-prima (pescado) é destinada para outros estados, principalmente o Amazonas.

O trânsito de formas jovens de animais aquáticos representa o maior desafio de controle de trânsito, portanto para otimizar esse controle a Agência IDARON desenvolveu a plataforma de GTA Online para as finalidades de engorda e reprodução a ser lançada em 2020.



GTA Online do Pescado (E-GTA)

Em 2018 foram emitidas 723 GTA's Online de Pescado, já em 2019 esse número aumentou para 1.011. Essa ferramenta continua em crescimento, principalmente pela comodidade dos usuários e ser amplamente utilizada pelos médios e grandes aquicultores do Estado.

Informatização do Cadastro dos Estabelecimentos de Aquicultura

A Agência IDARON lançou em setembro de 2019 uma plataforma informatizada para cadastro de estabelecimentos de aquicultura de acordo com os critérios estabelecidos pelo art. 5º da IN MPA nº 04/15. Assim, todo cadastro ou atualização cadastral estão sendo inseridos nessa plataforma.

Essa ferramenta também permite a implantação de variados recursos para auxiliar nas ações sanitárias, como exemplos: identificação das aquiculturas que não realizam limpeza e desinfecção das instalações e avaliação das propriedades de risco.

Epidemiologia e Vigilância Veterinária

Criada em 2011, a coordenação do Programa de Epidemiologia e Vigilância Veterinária visa coordenar assuntos relacionados à emergência veterinária, a análise de risco, processamento, análise e interpretação das informações obtidas nas ações sanitárias da Agência, disponibilizando informações que possam direcionar as ações públicas para a detecção, controle e erradicação de doenças no Estado de Rondônia.

A captação de dados tem origem em relatórios mensais, registro de ocorrências sanitárias no Informe Epidemiológico Semanal, Formulários de Investigação, SisIdaron, Cadastro e Registro de Estabelecimentos Comerciais, entre outros.

Em 2019 foram atendidas 322 ocorrências de investigações de doenças em todo o Estado de Rondônia. Estão distribuídas nas Regionais por síndromes de acordo com o quadro 57.

Quadro 57: Ocorrências sanitárias por síndromes e regional no ano de 2019.

OCORRÊNCIAS EM 2019						
REGIONAL	Hemorrágica dos Suínos	Neurológica	Outras	Vesicular	RNA	Total Geral
Pimenta Bueno	01	12	70	01	03	87
Rolim de Moura	00	13	31	04	02	50
Jaru	00	11	38	01	00	50

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º andar – Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Vilhena	00	10	31	00	00	39
Ji-Paraná	00	06	27	01	00	34
São Francisco	00	08	15	02	00	25
Porto Velho	02	02	14	01	00	19
Ariquemes	01	07	08	00	00	16
Total Geral	04	69	234	10	05	322

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Quando se compara o número de ocorrências da categoria Outras de 2019 com o ano anterior, nota-se que houve um aumento de 100%, ocasionado pela decisão técnica da inclusão do registro, em formulários de investigação, das ocorrências de anemia infecciosa (AIE), brucelose e tuberculose. As demais síndromes mantiveram-se dentro do esperado, conforme tabela 19.

Tabela 19: Ocorrências sanitárias por síndromes no ano de 2019.

SÍNDROME	NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES	
	2018	2019
Outras	117	234
Neurológica	75	69
Vesicular	8	10
Respiratória e Nervosa das Aves (RNA)	2	05
Hemorrágica dos Suínos	1	04
Total Geral	203	322

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

O atendimento de notificações por mortalidade acima de 10% em frangos destinados ao abate (geralmente por refugo de animais abaixo do padrão exigido) gera um grande número de investigações, principalmente no município de Espigão D'Oeste, onde há uma grande população de aves comerciais e está estabelecida a única integradora de aves para o abate. Um maior número de atendimentos a ocorrências também ocorre quando são saneados focos e perifoco de AIE, como foi o caso de Pimenta Bueno em 2019.



Figura 68: Relação das 10 Unidades que realizaram mais investigações de doenças no ano de 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A origem da notificação tem relação com a confiança do produtor com Serviço de Defesa Sanitária Animal. A maioria das notificações foi feita pelo proprietário conforme figura 68 e quadro 58 distribuído por Regional, representada pela parcela em azul do círculo, notoriamente maior que as demais, independente do ano (o círculo interno refere-se ao ano de 2017, o círculo do meio ao ano de 2018 e o círculo externo ao ano de 2019).

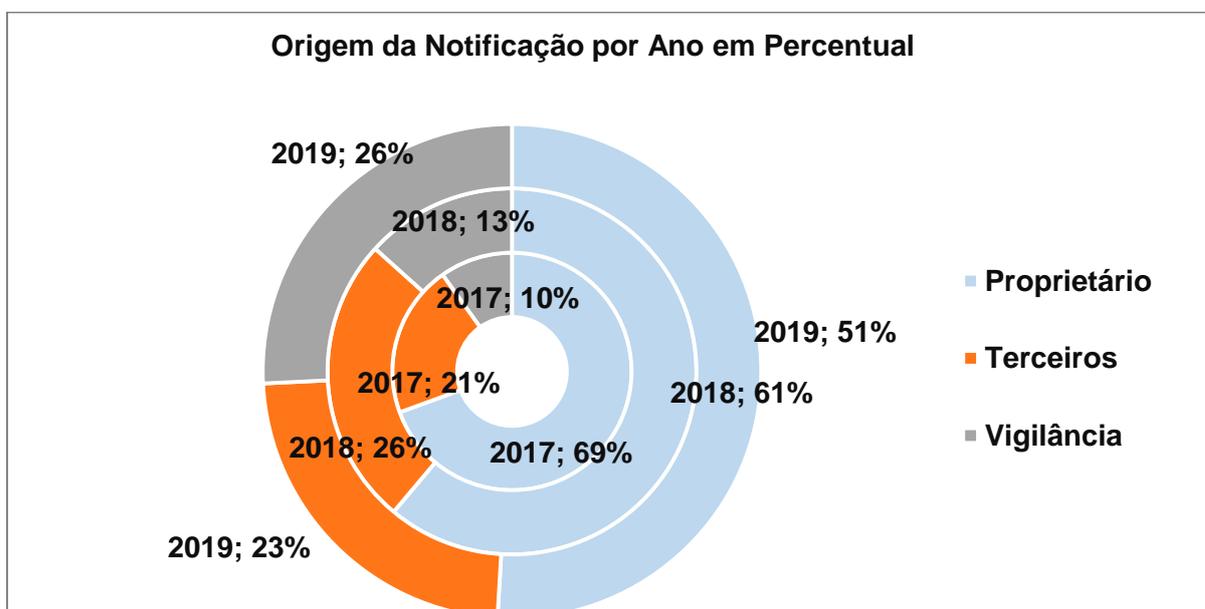


Figura 69: Percentual de origem da investigação de 2017 a 2019, demonstrando o comprometimento e parceria do produtor como grande responsável pelas notificações de suspeita de doenças, responsável pela grande maioria, acima de 50%, das notificações em todos os anos.



Fonte: GDSA, 2019

A discrepância da Regional de Pimenta Bueno em relação as demais regionais quando da origem da notificação ser o Proprietário, deve-se a forma de registro de notificações por mortalidade acima de 10% em frangos destinados ao abate, que em sua maioria é feita pelo Responsável Técnico da granja e havia um entendimento de que trava-se de terceiros. Porém há novo entendimento de que por ser funcionário da granja, representa o proprietário e essa informação será registrada de forma diferente nos próximos anos.

Quadro 58: Registro de Notificações por origem e regional, em 2019.

Regional	Proprietário	Terceiros	Vigilância	Total Geral
Ariquemes	87.50%	12.50%	0.00%	100.00%
Jaru	80.00%	10.00%	10.00%	100.00%
Ji-Paraná	58.82%	26.47%	14.71%	100.00%
Pimenta Bueno	21.84%	39.08%	39.08%	100.00%
Porto Velho	57.89%	15.79%	26.32%	100.00%
Rolim de Moura	46.00%	20.00%	34.00%	100.00%
São Francisco	52.00%	12.00%	36.00%	100.00%
Vilhena	58.54%	21.95%	19.51%	100.00%
Total Geral	50.93%	23.29%	25.78%	100.00%

Fonte: GDSA, 2019

Em 2013 o número de ocorrências atendidas quase dobrou em relação ao ano anterior, principalmente devido ao correto registro das ocorrências de doenças distintas as síndromes sob controle oficial, tornando mais auditável o registro e mais completas as informações do serviço realizado e também pelas investigações destinadas ao controle do mormo equídeo, ano em que o estado declarou seu primeiro foco.

Foram atendidas e registradas 2.846 ocorrências de suspeita de doenças desde 2006 até 2019.

O aumento do número de ocorrências atendidas em 2013 é atribuído ao correto registro das ocorrências de doenças distintas as síndromes sob controle oficial, tornando mais auditável o registro e mais completas as informações do serviço realizado e também



pelas investigações destinadas ao controle do mormo equídeo, ano em que o estado declarou seu primeiro foco.

Em 2019 houve um aumento do número de ocorrências em consequência da inclusão do registro, em formulários de investigação, das ocorrências de AIE, brucelose e tuberculose, conforme quadro 59.

Quadro 59: Ocorrências sanitárias por Síndromes nos anos de 2005 a 2019.

Ano	Hemorrágica Dos Suínos	Neurológica	Outras	Respiratória e Nervosa das Aves	Vesicular	Total Geral
2006	00	44	00	00	03	47
2007	02	74	00	00	02	78
2008	00	115	00	00	05	120
2009	00	102	00	01	29	132
2010	05	96	00	00	37	138
2011	05	99	00	00	17	121
2012	08	167	38	14	40	267
2013	07	183	222	16	33	461
2014	06	127	139	24	23	319
2015	07	111	105	11	13	247
2016	10	90	70	10	04	184
2017	09	84	82	02	06	183
2018	02	75	117	01	08	203
2019	04	69	234	05	10	322
Total Geral	65	1.436	1.007	84	230	2.822

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

A figura abaixo faz um comparativo entre os tipos de síndromes investigadas e o número de investigações desde 2015. Notadamente o número de investigações da síndrome neurológica e de outras doenças que não fazem parte de um programa oficial de controle, possuem um maior número de ocorrências, o que é justificável pelo fato das outras síndromes tratarem de doenças exóticas ou erradicadas no Brasil.

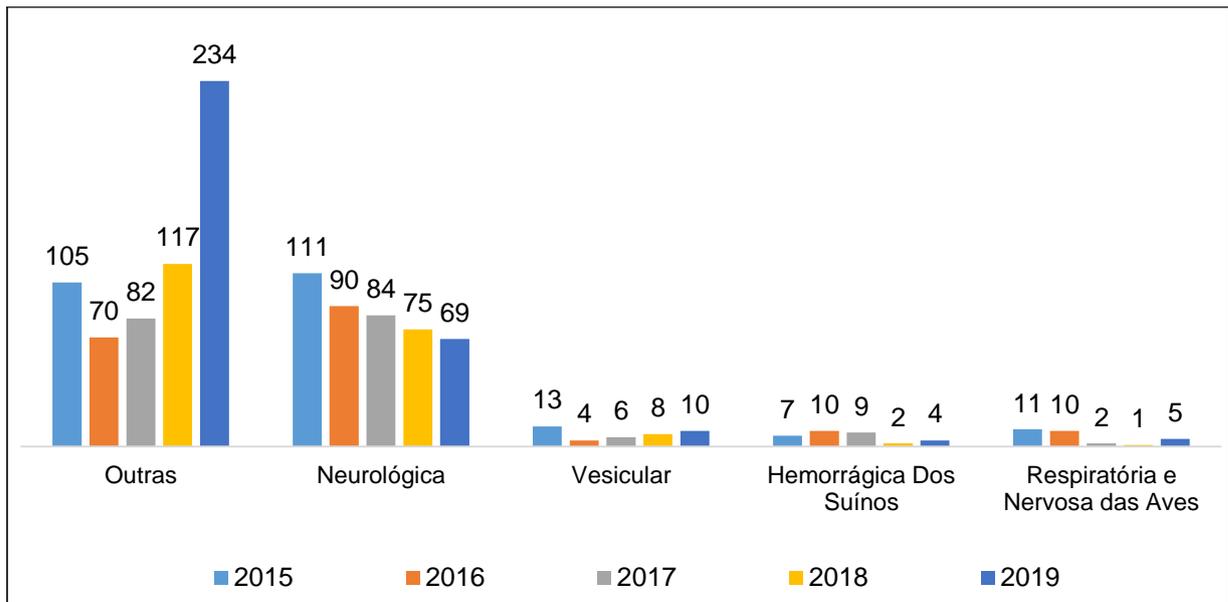


Figura 70: Comparativo do nº de ocorrências por síndrome nos anos de 2015 a 2019.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020

Na figura 70, está demonstrado o tempo de reação para atendimento das notificações de suspeita de doença vesicular. Se levarmos em consideração que muitas suspeitas são notificadas no período vespertino, não viabilizando o atendimento no mesmo dia, 89% das notificações de suspeita de doença vesicular são atendidas em até 24h.

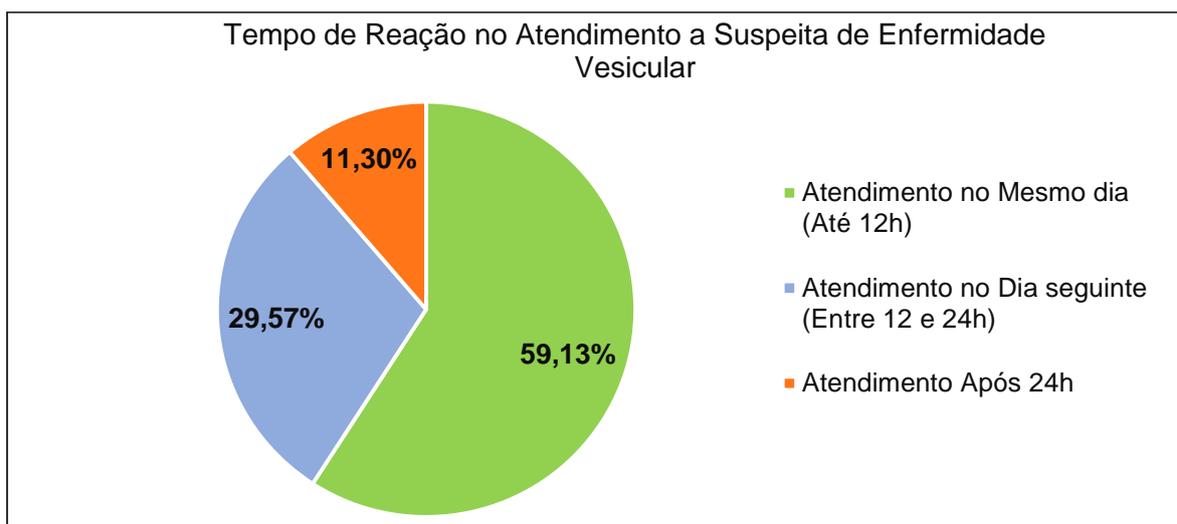


Figura 71: Demonstração do tempo de reação para atendimento das notificações de suspeitas de doença vesicular.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020



Pensando em todas as doenças de controle oficial, podemos observar, no gráfico abaixo, que mais de 80% das notificações de suspeita de doenças de controle oficial são atendidas em até 24h, permitindo a detecção precoce de possíveis focos e intervenção dos mesmos com o controle da disseminação da doença.

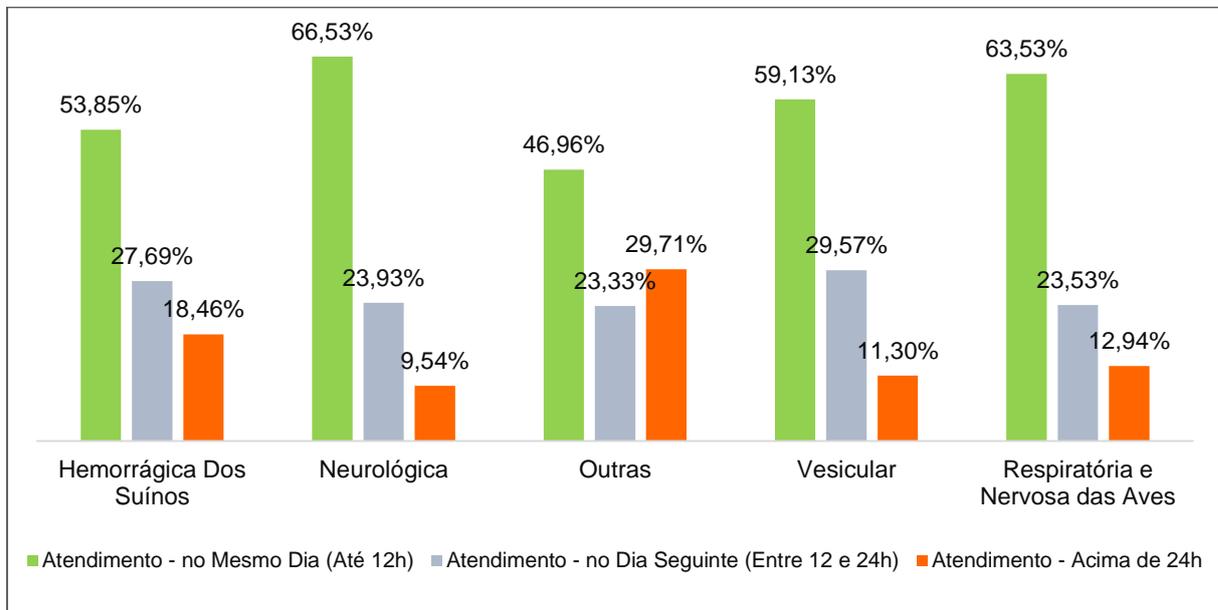


Figura 72: Demonstração do tempo de reação, em percentual, para atendimento das notificações de doenças.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Em resposta às ações realizadas pelas Unidades da Idaron, está disponível para consulta interativa pelos servidores da Agência, o **Relatório Geográfico do Informe Epidemiológico Semanal** (figura 72), sistema que gera, automaticamente, um mapa com a distribuição geográfica das ocorrências, acessível a todos servidores da agência, podendo utilizar diversos filtros de busca, desde síndromes, regiões, períodos, entre outros, além de apresentar um quadro com informações pertinentes a cada ocorrência que detalha sinais, investigações, datas, diagnósticos, sendo atualizados a medida que novos formulários de investigação de ocorrências forem inseridos.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

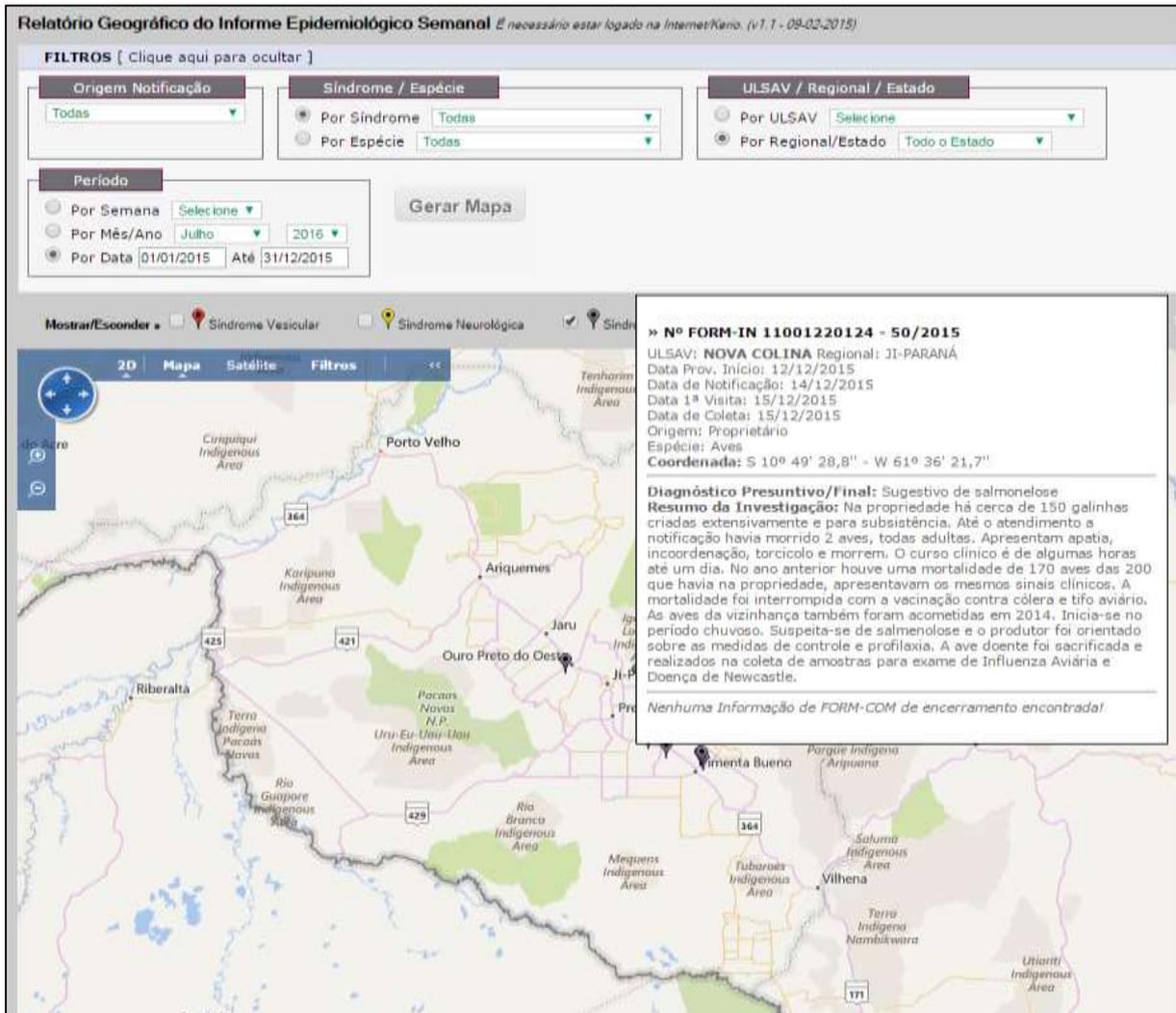


Figura 73: Relatório Geográfico do Informe Epidemiológico Semanal – filtros e quadro informativo.

Fonte: GDSA, IDARON, 2020.

Com o Relatório Geográfico do Informe Epidemiológico Semanal há a divulgação semanal das informações de forma clara e simples de todas as investigações de doenças realizadas em todo o estado.

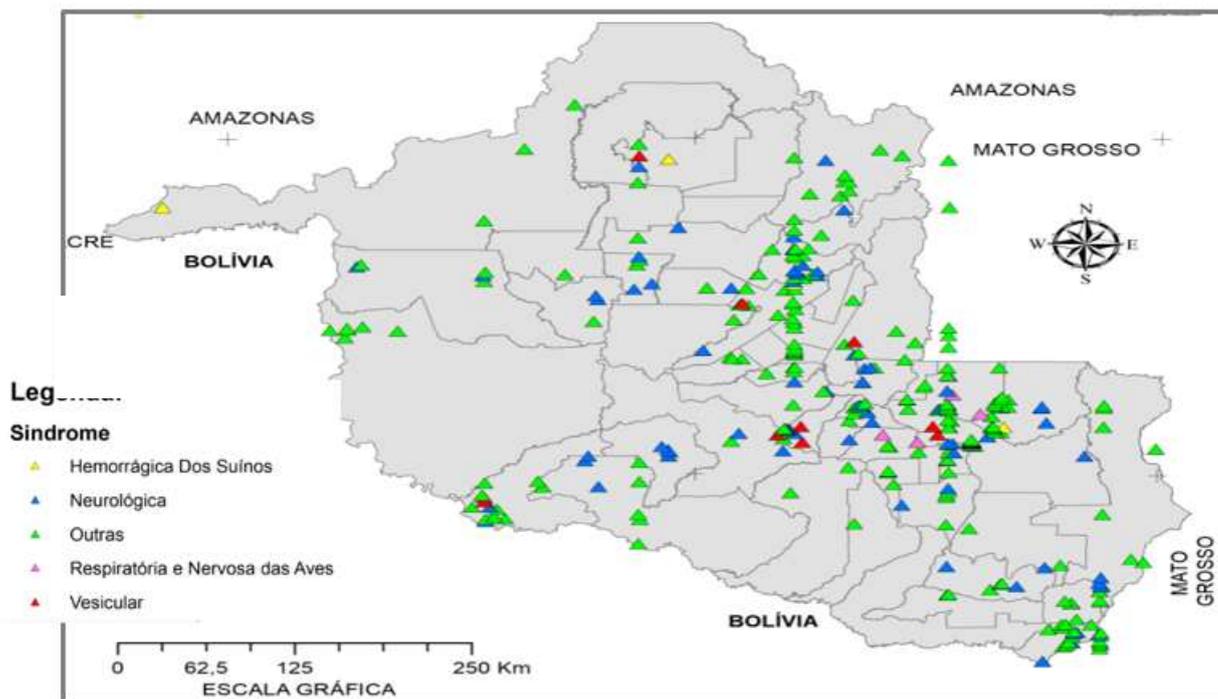


Figura 74: Distribuição geográfica das ocorrências por síndrome no ano de 2019.
Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Figura 75: Distribuição geográfica das investigações de doenças em 2019.
Fonte: GDSA, IDARON, 2020.



Também está disponível, desde 2018, para consulta e gerenciamento de dados obtidos através do registro nos Formulários de Investigação Oficial de Doenças pelas Unidades de Atendimento da agência, pelos servidores e pela comunidade, a Ferramenta Interativa Demonstrativa e Investigação de Doenças.

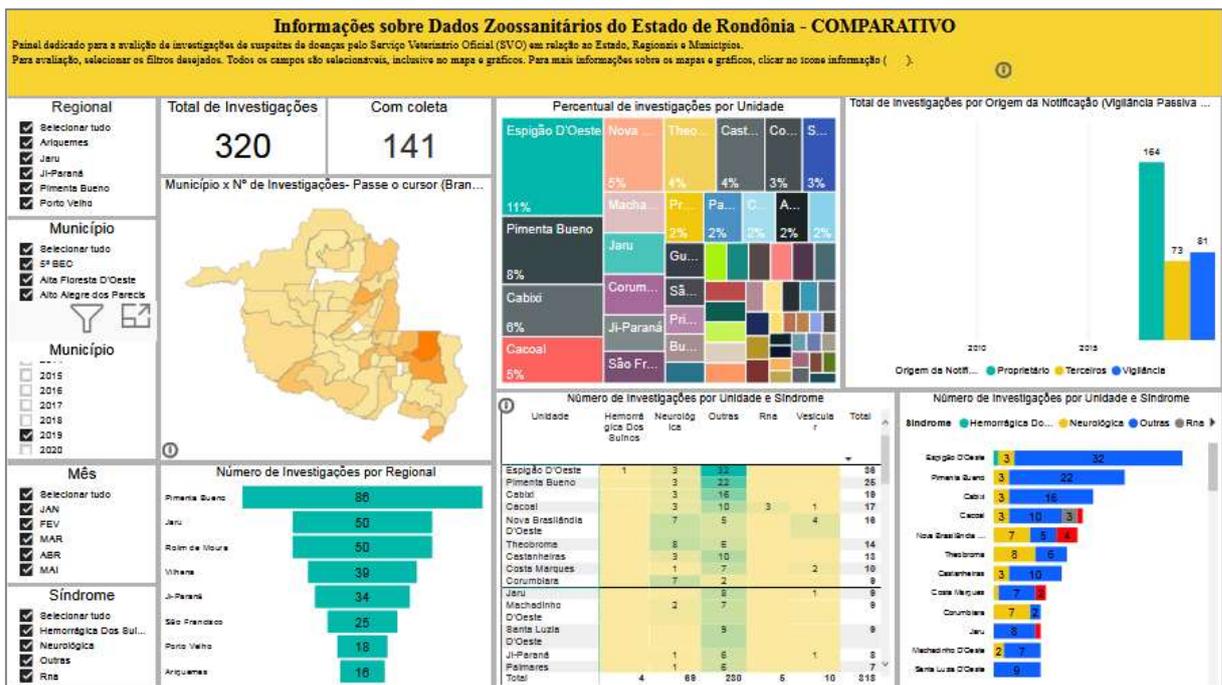
Essa ferramenta pode ser usada para demonstrar a ocorrência de doenças em Rondônia, notificadas e investigadas pela Idaron, bem como poderá ser usada como ferramenta de gestão pelo próprio Serviço Veterinário.

É possível que sejam feitas avaliações temporais, entre regionais e/ou unidades, em relação ao número de investigações de doenças, tempo de ação e reação, geolocalização das investigações por síndrome e doenças, entre outras.

São 5 abas interativas e sua atualização é feita semanalmente pela Coordenação de Epidemiologia.

Essa ferramenta é uma forma transparente de demonstrar as suspeitas e casos confirmados de doenças, assim como sua localização geográfica. Permite que a comunidade (produtores, médicos veterinários privados, entre outros) possa a qualquer tempo atualizar-se sobre a ocorrência de doenças no Estado e, quando julgar necessário, aplicar estratégias para coibir a introdução ou realizar o controle e a prevenção de doenças.

Ex) Aba para comparativo do total de investigações. É possível fazer a gestão comparando as Regionais, Municípios, anos, entre outras.



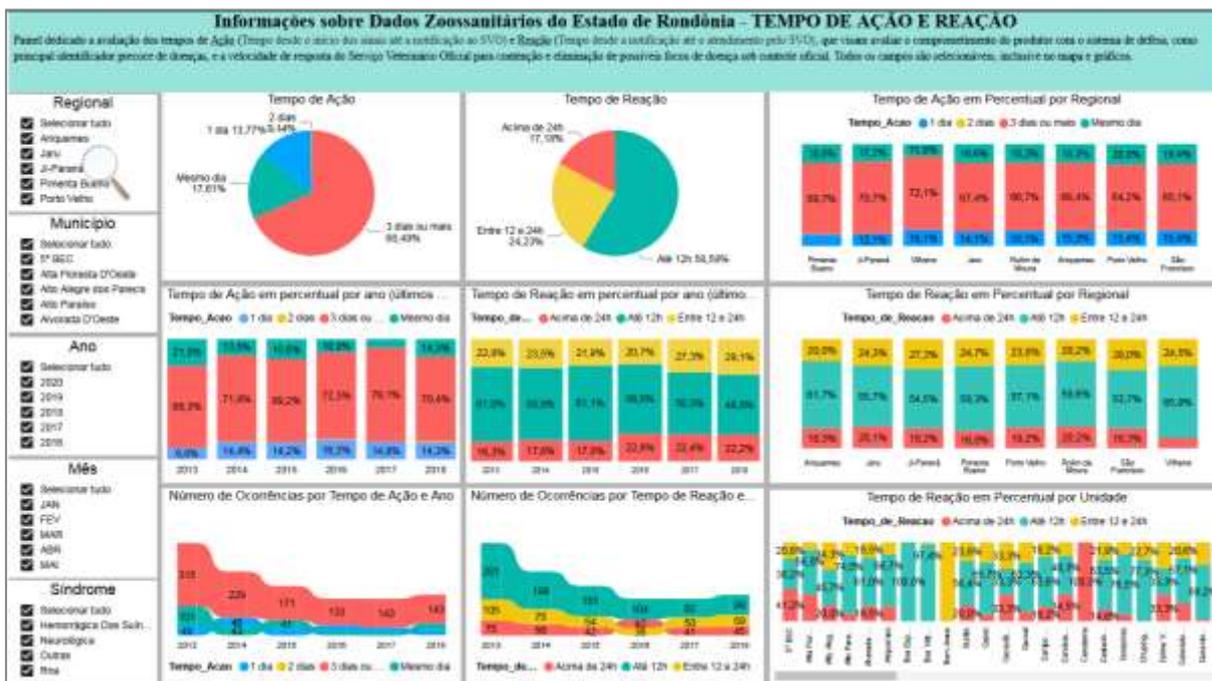


Figura 76: Dados zoossanitários – comparativo.

Em complemento a Ferramenta Interativa, buscando propiciar a divulgação ativa da informação e transparência, foram publicadas quatro notas técnicas elaboradas pela Coordenação do Programa Estadual de Epidemiologia e Vigilância Veterinária em conjunto com os Programas Sanitários destinadas aos servidores da Idaron e a comunidade em 2019.

Diante do exposto, a Coordenação do Programa Estadual de Epidemiologia e Vigilância Veterinária em 2019 atuou coordenando assuntos relacionados à emergência veterinária, a análise de risco, processamento, análise e interpretação das informações obtidas nas ações sanitárias da Agência e disponibilizou informações sobre ocorrências sanitárias de forma que possam subsidiar decisões e direcionar as ações públicas para a detecção, controle e erradicação de doenças no Estado de Rondônia.

5.1.8. Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - GIPOA

A Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal no Estado de Rondônia está solidificada em aspectos econômicos, sociais e sanitários. Com o aumento



de investimentos e incentivos públicos, abriram-se novos mercados no setor agropecuário, tornando a inspeção ainda mais discutida e relevante para a sociedade Rondoniense e as relações comerciais. A fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal é a somatória de normas e procedimentos que buscam obter produtos (carne, leite, ovos, mel e pescado) isentos de qualquer risco e/ou perigo higiênico-sanitário e com alta qualidade comercial e tecnológica, sem afetar ou prejudicar o consumidor e o meio ambiente.

É importante esclarecer o papel que a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON exerce nas relações e forças sociais e econômicas, através da implantação, organização e manutenção de um serviço oficial de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal em Rondônia. Em especial, destaca-se a participação ativa e positiva dos servidores da Agência IDARON na transformação e modernização do parque industrial dos produtos de origem animal, em especial de carne e leite. Fato este demonstrado e executado por meio de vistorias, inspeções, fiscalizações, supervisões e auditorias que tem por intuito fundamental o aprimoramento da qualidade e inocuidade dos produtos que chegam à mesa de cada cidadão.

Face ao exposto anteriormente, é obrigação primeira do Estado informar e orientar a população sobre a dimensão e a extensão da contribuição feita pelo Serviço de Inspeção Estadual - SIE. Quaisquer estabelecimentos industriais, independente do seu porte, ao obter o registro junto a um Serviço de Inspeção oficial, vê chegar aos seus produtos a agregação de valores econômicos, qualitativos e quantitativos. Também nos é dever ressaltar o muito que se tem por fazer, a fim de proporcionar ao homem, produtos de origem animal de alto valor nutritivo e isentos de qualquer risco e/ou perigo higiênico-sanitário.

Nos últimos anos, o Estado de Rondônia viu seu parque industrial e agroindustrial crescer vertiginosamente no ramo de processamento de produtos de origem animal. Seja por meio de incentivos fiscais, seja por fomento direto da verticalização da produção e industrialização rural familiar. Tal fato influenciou diretamente no trabalho executado pela IDARON na área de inspeção, o que motivou a transformação da Coordenação Estadual do Serviço de Inspeção em uma Gerência de Inspeção de produtos e subprodutos de Origem Animal – GIPOA.



5.1.9. Criação da Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal

Criada pela Lei Complementar nº 948 de 04 de julho de 2017, a Gerência de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal – GIPOA, funciona no âmbito da IDARON, e subordinada diretamente à Diretoria Técnica da Autarquia, tem por finalidade a coordenação e gestão do Serviço de Inspeção Estadual – SIE/RO dos produtos e subprodutos de origem animal, a fim de assegurar o planejamento, a supervisão, a auditoria e a execução das atividades referentes à inspeção e fiscalização de produtos e subprodutos de origem animal, industrial e agroindustrial.

Dentre suas diversas atividades, destaca-se:

1. Relacionar e registrar estabelecimentos de produtos e subprodutos de origem animal;
2. Registrar produtos e subprodutos de origem animal e aprovar suas rotulagens conforme os seus respectivos regulamentos técnicos de identidade e qualidade;
3. Indicar e determinar penalidades administrativas ou pecuniárias previstas na legislação específica;
4. Realizar auditorias e vistorias com elaboração de laudo e emitir parecer técnico das vistorias, inspeções, fiscalizações, supervisões e auditorias;
5. Manter sistema de informação que permita o monitoramento qualitativo e quantitativo das ações do serviço de inspeção, realizado nas unidades de processamento de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - POA, registradas na Agência IDARON;
6. Elaborar normativas e demais documentos necessários para a condução dos procedimentos de análises laboratoriais, bem como a gestão dos atos operacionais pertinentes;
7. Formular, manter atualizadas e disponibilizar instruções técnico-normativas sobre a inspeção, fiscalização e auditoria de POA;
8. Definir e implementar mecanismos para auditoria, controle e avaliação das ações na sua área de atuação;
9. Prestar suporte técnico, operacional e logístico aos Fiscais Estaduais Agropecuários a serviço do SIE-RO;



10. Promover ou participar de programas integrados com órgãos e entidades ligados à defesa do consumidor, à saúde, ao abastecimento e ao meio ambiente;
11. Propor e realizar estudos e pesquisas em parceria com universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e fomento, em sua área de atuação;
12. Subsidiar as Diretorias e demais Unidades Administrativas da IDARON, informando e propondo diretrizes e estratégias em relação ao SIE-RO; e
13. Promover a manutenção e a preservação da qualidade higiênico-sanitária e tecnológica na obtenção, elaboração, manipulação, envase, transporte e conservação dos POA.

Com a Criação da Gerência, não apenas atribuições lhes foram conferida, mas também uma nova estrutura administrativa. A GIPOA subdivide-se em:

I - Gerente de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal; e

II - Coordenadores.

Ainda com relação à estrutura administrativa, a Lei Complementar 948/2017, que se preocupava com as funções criadas e, em especial, com seus ocupantes. A GIPOA com a nova alteração da Lei Complementar nº 1.045 de 18 de novembro de 2019, será chefiada pelo Gerente de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal, que será designado independente de o vínculo ser efetivo ou precário, não sendo mais necessário ser somente servidores do Quadro funcional de Médicos Veterinários do serviço oficial da IDARON, previsto na Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012, e que as coordenações ficarão diretamente ligadas à GIPOA e serão chefiadas pelos Coordenadores de Inspeção e Fiscalização de Produtos e Subprodutos de Origem Animal, designados independente de o vínculo ser efetivo ou precário, não sendo mais necessário ser somente servidores do Quadro de Médicos Veterinários do serviço oficial da Agência IDARON. Com isso nem todos os envolvidos neste setor deverão ser Fiscais Estaduais Agropecuários, com poder de polícia administrativa.

A equipe da GIPOA conta atualmente com o trabalho exclusivo de 08(oitos) servidores, sendo 04(quatro) Fiscais Estaduais Agropecuários, especialidade Medicina Veterinária, sendo um com pós-graduação em Defesa Sanitária Animal, três com pós-graduação em Inspeção e Tecnologia de produtos de origem animal, 01 (uma) Médica Veterinária com Cargo de Divisão Superior (CDS), 01(uma) Médica Veterinária contratada no edital de Dezembro de 2019 e 02(dois) Assistentes Administrativos, sendo



um deles Bacharel em Nutrição e pós graduada também em Inspeção e Tecnologia de produtos de origem animal.

Para melhor esclarecer as atribuições e atividades desenvolvidas pela IDARON em 2019 na área de Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, serão descritas a seguir separadamente.

5.1.10. Atualização da Legislação Estadual de Inspeção

Em 2000, após a criação da Agência IDARON, foi sancionada a primeira Legislação de Inspeção Industrial de produtos de origem animal e Rondônia, a Lei nº 888 de 21 de março de 2000. Esta foi a pedra basilar dos trabalhos executados pelos Fiscais por mais de 17 anos e a principal ferramenta de aprimoramento dos serviços de inspeção.

Muito mudou no cenário nacional. Novas tecnologias, novos produtos, novos consumidores e principalmente, novas influências culturais e legais. Além disso, o desenvolvimento da produção agropecuária em Rondônia foi favorecido pelas características naturais, pela influência do mercado financeiros através de linhas de crédito e pelo estabelecimento de normativas estaduais que fomentaram a produção, industrialização e o comércio local. Várias normas foram estabelecidas para atender a essas demandas, favorecendo e moldando o atual Serviço de Inspeção Estadual/SIE. Ressalta-se aqui a produção de carne bovina e leite como os propulsores para essa transformação, devido aos seus aspectos econômicos, sociais, zootécnicos, sanitários e políticos.

Atento a esta realidade, em 05 de agosto de 2015, através do Ofício n 1316/GAB/IDARON, a Agência IDARON, protocolou a intenção em integrar ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI/POA. Em 2016, nos dias 01 a 05 de agosto de 2016, houve auditoria prévia do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para auxiliar o Serviço de Inspeção Estadual- SIE/RO, na construção de plano de trabalho, reunir documentação necessárias e adequar seus procedimentos de inspeção. Neste mesmo período de auditoria, também foram auditados dois estabelecimentos um matadouro frigorífico de bovinos do município de Cacoal, e uma fábrica de laticínios localizada no distrito de Nova Dimensão, município de Nova Mamoré. Para construção do plano de trabalho a Agência IDARON, criou um grupo que



estudou, elaborou e apresentou uma minuta de Lei que viesse em consonância com esta nova realidade rondoniense. Assim surgiu a Lei nº 4.130 de 04 de setembro de 2017, que institui a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal produzidos no Estado de Rondônia e destinados ao consumo. Ela também cria o Serviço de Inspeção Estadual – SIE/RO e institui as taxas de serviços referentes à inspeção e fiscalização de produtos e subprodutos de origem animal, industriais e agroindustriais.

Amplamente fundamentada no artigo 23, inciso II, combinado com o artigo 24, incisos V, VIII e XII da Constituição Federal, e em consonância com o disposto nas Leis Federais nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, a inspeção e fiscalização de que trata esta Lei abrange os aspectos industrial e sanitário dos produtos de origem animal, comestíveis ou não, por meio da inspeção ante e post mortem dos animais destinados ao abate, bem como o recebimento, manipulação, fracionamento, transformação, elaboração, conservação, acondicionamento, armazenamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito de produtos de origem animal no âmbito do Estado de Rondônia.

Dada a abrangência dessa Lei ser de direto interesse para a industrialização rondoniense, e intimamente ligada à saúde pública e ao direito do consumidor, foram descritas e previstas neste instrumento jurídico, uma gama de itens, quais sejam:

- Os estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal e que realizem comércio intermunicipal e interestadual, passam a estar sujeitos à inspeção, reinspeção, fiscalização e auditoria;
- Conceitos de Inspeção, Reinspeção, Fiscalização, e Auditoria, com o intuito de dar transparência a cada uma das ações praticadas pelos servidores;
- Normatização das competências, do registro junto ao SIE/RO, bem como no formato do exercício da inspeção em caráter permanente e em caráter periódico;
- Criação e normatização das taxas conforme os serviços prestados aos usuários e beneficiários do SIE/RO;
- As penalidades e sanções administrativas estão elencadas e descritas conforme as irregularidades encontradas, em total sintonia com a nova realidade;



- Os procedimentos administrativos estão dispostos primando pelo direito coletivo e difuso, resguardando sempre a ampla defesa e o contraditório;
- Fortalecimento da promoção das políticas de saúde pública, por intermédio da coibição da produção irregular de produtos e subprodutos de origem animal no Estado de Rondônia, demonstrando que tal temática constitui incumbência primordial de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.

Em 2018, foi criado o DECRETO N. 22.991, DE 3 DE JULHO DE 2018 que Regulamenta a Lei nº 4.130, de 4 de setembro de 2017, que “Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos e subprodutos de origem animal no Estado de Rondônia, e dá outras providências.”.

Em 10 de outubro de 2018, foi criada a **Instrução Normativa nº 01/2018/IDARON-GIPOA**, que Estabelece os procedimentos de coleta e o envio de amostras de água de abastecimento, gelo e de produtos de origem animal para análise laboratorial

fiscal no âmbito do Serviço Estadual de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal do Estado de Rondônia – SIE/RO e dá outras providências.

Em 09 de abril de 2019, foi criada a **Instrução Normativa nº N. 002.GABINETE.IDARON/2019/IDARON-GAB**, que Estabelece normas de controle e fiscalização de produtos e subprodutos comestíveis de origem animal da agroindústria de pequeno porte no Estado de Rondônia

5.3.3. RENOVAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS

Tendo em vista que o contrato dos Médicos Veterinários emergenciais encerraria no final do ano de 2019 e não havia previsão de abertura de concurso para suprir as referidas vagas e que as atividades de inspeção nas empresas frigoríficas não podem ser interrompidas o que causaria grande impacto econômico na economia do Estado, foi realizado um novo processo seletivo para contratar Médicos Veterinários que desempenharão atividades de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Defesa Sanitária Animal .



Quadro 60: Relação Localidade/Número de vagas para Médicos Veterinários do processo seletivo 2019.

CARGO	CARGA HORÁRIA	SUPERVISÃO	MUNICÍPIO/DISTRITO	VAGAS
Médico Veterinário	40 horas semanais	PORTO VELHO	PORTO VELHO	03
			EXTREMA DE RONDÔNIA	01
			JACI-PARANÁ	01
			CANDEIAS DO JAMARI	01
			ITAPUÃ DO OESTE	01
			RIO PARDO	01
			NOVA DIMENSÃO	01
			UNIÃO BANDEIRANTES	01
TOTAL			-	11
Médico Veterinário	40 horas semanais	ARIQUEMES	ARIQUEMES	02
			CUJUBIM	01
			JACYNÓPOLIS	01
TOTAL			-	04
Médico Veterinário	40 horas semanais	JARU	MACHADINHO DO OESTE	02
			TARILÂNDIA	01
			GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	01
TOTAL			-	04
Médico Veterinário	40 horas semanais	SÃO FRANCISCO	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	01
			COSTA MARQUES	01
			SERINGUEIRAS	01
TOTAL			-	03
Médico Veterinário	40 horas semanais	JI-PARANÁ	URUPÁ	01
			ALVORADA DO OESTE	01
			PRESIDENTE MÉDICI	01
			OURO PRETO DO OESTE	01
TOTAL			-	04
Médico Veterinário	40 horas semanais	PIMENTA BUENO	CACOAL	01
			BOA VISTA DO PACARANA	01
TOTAL			-	02
Médico Veterinário	40 horas semanais	ROLIM DE MOURA	ROLIM DE MOURA	02
			SANTA LUZIA DO OESTE	01
			ALTA FLORESTA DO OESTE	02
TOTAL			-	05
Médico Veterinário	40 horas semanais	VILHENA	CORUMBIARA	01
			CEREJEIRAS	01
TOTAL			-	02
TOTAL GERAL			-	35



5.3.4. Auditorias e Vitorias no Serviço de Inspeção Estadual

A GIPOA iniciou em 2019 a rotina de auditorias nos estabelecimentos registrados no SIE/RO. Com o objetivo de aprimorar e padronizar o formato de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal executada pela IDARON para atender às demandas do comércio intermunicipal, bem como para ampliar o controle sanitário com a redução dos perigos biológicos, físicos e químicos.

Os instrumentos consenso foram os Programas de Autocontrole, que possibilitam a verificação das ações e medidas de controle estabelecido pelas indústrias e fiscalizados pela IDARON durante as atividades rotineiras de inspeção. Esse modelo de inspeção sistematizada tem sido recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1985, tornando-se realidade no Brasil anos depois.

Para tanto, foram elaborados modelos de relatórios organizados conforme a classificação do estabelecimento, os setores da indústria, os procedimentos adotados, os equipamentos necessários, as irregularidades encontradas e a situação geral. Foram criados e implantados relatórios para supervisão e auditoria para os seguintes estabelecimentos:

- Abatedouro Frigorífico de Aves e Coelhoos;
- Abatedouro Frigorífico de Bovinos, Suínos, Ovinos e Caprinos;
- Fábrica de Conservas e Entrepasto de Carnes e Derivados;
- Estabelecimento Industrial de Leite e Derivados;
- Estabelecimento Industrial de Mel e Derivados;
- Estabelecimento Industrial de Ovos e Derivados;
- Estabelecimento Industrial de Pescado e Produtos da Pesca.

Com o início da adoção de fichas padronizadas para auditoria interna, foi possível identificar pontos de melhoria no serviço prestado, bem como adotar medidas de padronização das atividades de inspeção. Nesse novo contexto, a inspeção atua por meio de instrumentos de gerenciamento voltados para a maior qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal. Utiliza, portanto, um modelo de macroprocesso, o qual agrupa os vários processos envolvidos na produção de produtos de origem animal, dividindo-os em quatro grandes categorias: matéria-prima, instalações e equipamentos, pessoal e metodologia de produção. Para verificar o macroprocesso, a



Inspeção Oficial estabelece os Elementos de Inspeção, que direcionam a verificação do processo e a revisão dos registros de monitoramento dos Programas de Autocontrole da indústria.

Em 2018 foram realizadas diversas auditorias de supervisão e vistorias nos mais diferentes tipos de estabelecimento, levando em consideração diversos fatores de risco na escolha e ordenamento das auditorias de supervisão. Os trabalhos foram todos executados por Fiscais Estaduais Agropecuários, especialidade Medicina Veterinária com notória experiência em inspeção e tecnologia de produtos de origem animal. Ora pelos lotados na GIPOA, ora por Fiscais designados pelo Gerente.

Os resultados já obtidos pela ação demonstram uma realidade de atividades extensas, executadas com comprometimento, e com crescente dedicação dos colaboradores públicos e privados. Entretanto, clarificou a preocupação com o fato da jornada de trabalho ser exaustiva e incompatível com a natureza das ações de inspeção sanitária animal, e a falta de padrão nas ações adotadas pelos diferentes Fiscais nos mais diversos tipos de indústrias. Corroborar-se então com a importância inicialmente dada à necessidade de realizar auditorias de supervisões constantes e regulares. No gráfico abaixo estão representadas as auditorias de supervisão ou vistorias de registro de estabelecimentos, no período de 2004 à 2019.

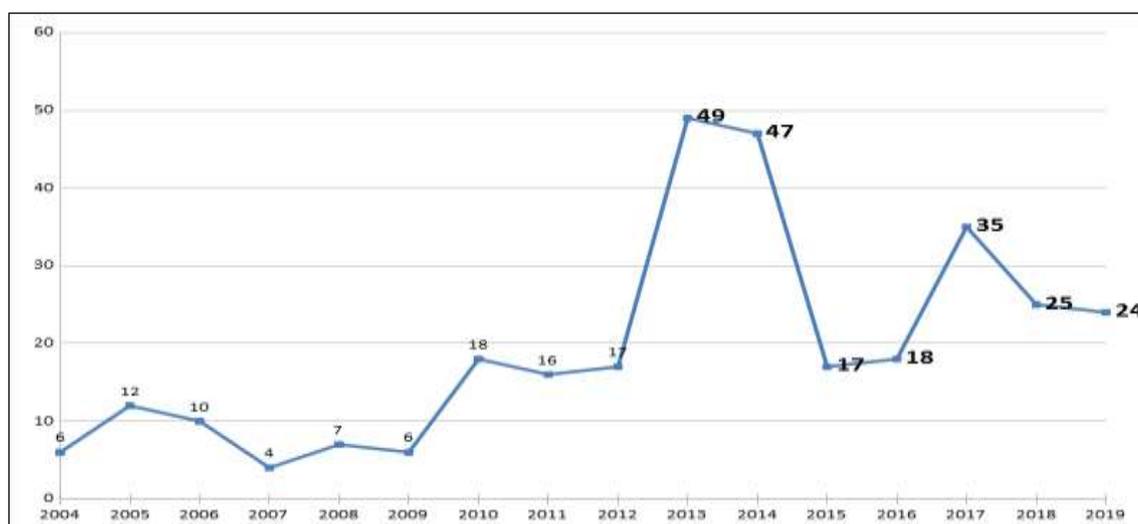


Figura 77: Levantamento dos Laudos de Vistoria Técnica e Auditorias emitidos pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) no período de 2004 a 2019.



5.3.5. Estabelecimentos registrados no SIE/RO

Atribuição primeira do SIE/RO é a concessão do registro de estabelecimentos industriais de produtos e subprodutos de origem animal. A obrigatoriedade do registro junto a quaisquer serviços oficiais é a garantia de melhoria da qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal (POA) em toda a cadeia produtiva, desde o produtor rural até os pontos de comercialização. Como já elucidado anteriormente, a busca pelo SIE/RO cresceu espantosamente nos últimos anos, finalizando o ano de 2019 com cinquenta e nove estabelecimentos registrados, conforme consta no Mapa 01, abaixo:

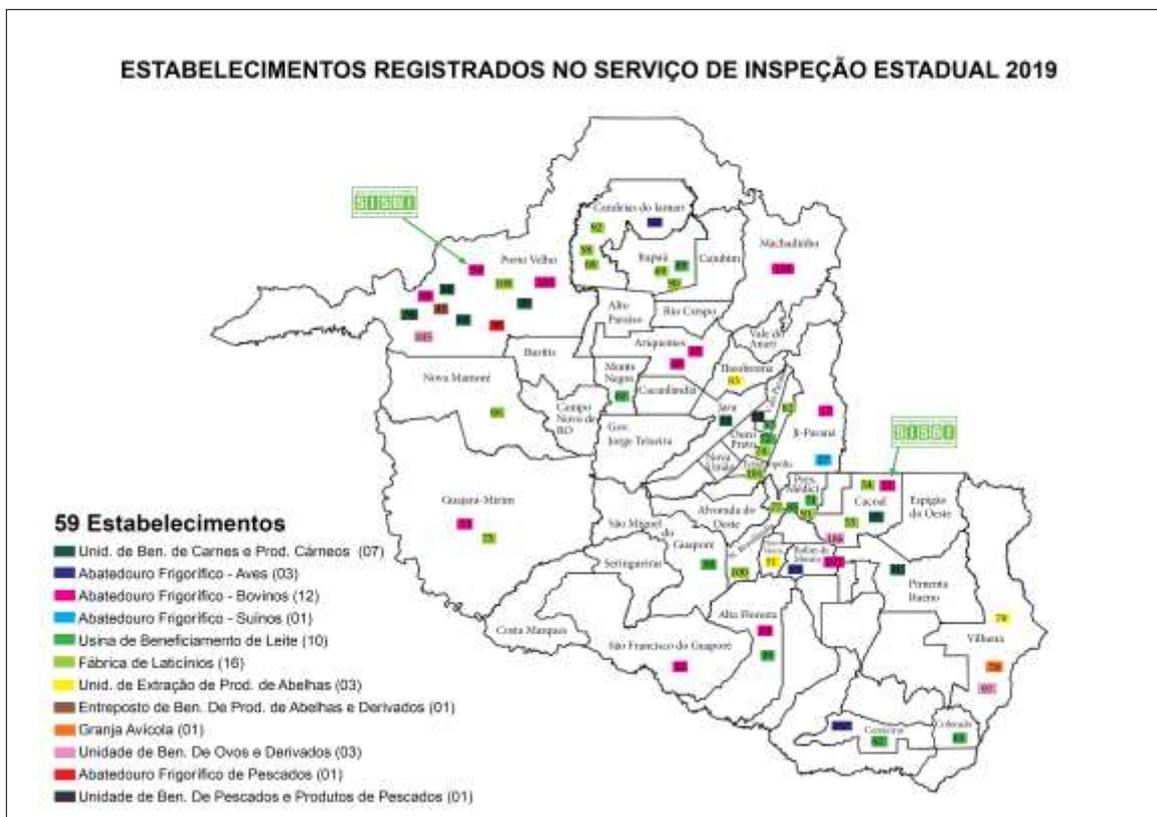


Figura 78: Localização dos estabelecimentos registrados e fiscalizados pelo SIE/RO em 2019.

Com o intuito de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade, é que a Agência exige para registro e manutenção do funcionamento sob a égide do SIE/RO, que os estabelecimentos possuam e mantenham suas documentações e licenças diversas atualizadas e apropriadas para o que foi requerido.



De acordo com o Quadro 02, o SIE/RO fiscaliza atualmente 59 estabelecimentos.

Quadro 61: Relação de estabelecimentos registrados no SIE/RO.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS	INDÚSTRIA	AGROINDÚSTRIA	TOTAL
Abatedouro Frigorífico de Bovino	12	0	12
Abatedouro Frigorífico de Suíno	1	0	1
Abatedouro Frigorífico de Aves	0	3	3
Frigorífico de Pescados	0	1	1
Unidade de Ben. De Pescados	0	1	1
Unidade de Ben. De Carnes e Derivados	7	0	7
Unidade de Ben. De Ovos e Derivados	2	1	3
Granja Avícola	1	0	1
Usina de Beneficiamento de Leite	0	10	10
Fábrica de Laticínios	7	9	16
Unidade de Extração de Produtos de Abelha	0	3	3
Entrepasto de Ben. De Produtos de Abelha	1	0	1
TOTAL	31	28	59

5.3.6. PRODUTOS INSPECIONADOS PELO SIE/RO

Os quadros abaixo mostram o volume de produtos inspecionados nos estabelecimentos industriais fiscalizados pelo SIE/RO nos anos de 2004 a 2019.

Quadro 62: Produtos inspecionados pelo SIE no período de 2004 a 2019.

ANO	LATICÍNIO				FRIGORÍFICO			ENTREPOSTO	
	Leite (mil l)	Crema/manteiga(t)	logurte (mil l)	Queijo (t)	Bovinos abatidos	Suínos abatidos	Aves Abatidas	Mel (kg)	Ovos (Cx 360)
2004	5.087,93	26,20	160,24	449,75	20.973	1.851	-	-	-
2005	7.558,21	38,44	256,43	626,74	56.378	2.742	-	-	-
2006	9.645,61	46,70	305,38	969,17	98.529	6.358	-	-	-
2007	13.500,32	49,34	293,06	1.360,65	107.718	11.238	-	-	-



Relatório de Gestão - IDARON 2019

2008	20.182,01	120,20	357,69	2.215,26	82.263	9.167	-	-	-
2009	30.232,46	170,17	367,19	2.936,05	56.532	10.450	-	2.900	-
2010	27.058,41	150,49	481,48	2.617,73	56.232	8.814	-	8.350	-
2011	15.923,69	31,34	17,89	1.517,07	65.889	11.162	-	-	-
2012	12.340,25	32,77	00,00	1.259,79	79.141	13.259	-	-	-
2013	13.421,83	7,391	113,588	1.303,98	57.808	14.290	-	832,92	-
2014	13.629,58	3,01	257,995	1.462,51	67.765	12.330	5.866	2.458,15	-
2015	17.721,33	-	286,134	1.567,118	63.743	3.182	6.279	671	26.286
2016	15.580,6	28,11	232,01	1.265,91	83.966	7.764	6.922	2.408,67	39.215
2017	16.837,28	40,33	143,72	1.416,84	94.693	2.455	9.850	4.539,14	36.534
2018	17.352,54	31,48	255,76	1.172,19	133.849	10.430	9.754	6.639,7	25.488
2019	16.776,64	16,25	307,61	1.587,02	127.002	7.130	15.578	10.355,3	198.779
TOTAL	252.848,69	792,221	3.836,18	23.727,78	1.252.481	132.622	54.249	39.154,88	326.302

Quadro 63: Produção Cárneos Inspeccionados em Fábricas de Produtores Cárneos no período de 2005 a 2019.

ANO	Produtos (ton)						
	Charque prod.	Linguíça cambuí	Linguíça toscana	Linguíça calabresa	Linguíça de porco	Mortadela	Salsichão
2005	88,897	25,02	5,23	-	1,947	16,825	9,595
2006	94,955	10,45	14,085	2,375	3,25	4,905	10,22
2007	135,721	23,919	34,278	6,67	9,499	10,565	6,67
2008	89,088	16,404	9,92	-	1,84	2,05	2,95
2009	100,44	93,09	4,1	-	1,11	24,46	1,83
2010	214,63	56,45	5,55	-	1,06	26,62	-
2011	165,8	76,65	7,75	-	2,2	50,38	-
2012	219,633	-	48,199	-	3,1	38,68	-
2013	214,299	-	115,727	-	6,195	51,72	-
2014	222,452	45,4	94,74	-	-	73,10	-
2015	220,243	39,3	122,85	-	-	97,6	-
2016	150,017	58,7	51,1	-	-	86,6	-
2017	135,808	14,4	-	-	-	29,2	-
2018	146,857	21,1	9,9	-	-	37,7	-
TOTAL	2.051,983	459,783	513,529	9,045	30,201	512,705	31,265

Quadro 64: Produtos Cárneos Inspeccionados no período 2019 (Nova Classificação).

ANO	Produtos (ton)					
	Cortes	Embutidos	Moídos	Salgados	Defumados	Frituras
2019	6.981,68	541,70	60,481	133,31	5,68	9,02
TOTAL	6.981,68	541,70	60,481	133,31	5,68	9,02



Quadro 65: Produtos Fatiados Inspecionados pelo SIE no período de 2017.

ANO	FATIADOS (t)
2017	1.597,405

5.3.7. CURSOS E TREINAMENTOS

No ano de 2019 foram realizados 10 eventos com o objetivo de capacitar os servidores na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, sendo: 1 congresso, 1 workshop, 4 capacitações, 2 treinamentos, 1 curso e 1 lean inception, conforme tabela abaixo:

CURSOS/TREINAMENTOS - GIPOA 2019				
1º QUADRIMESTRE JANEIRO A ABRIL				
NOME	LOCAL	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	Nº PARTICIPANTES
Congresso Latino-Americano, XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos e VII Encontro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal	MACEIÓ (ALAGOAS)	28 horas	30/04 a 03/05	4
2º QUADRIMESTRE MAIO A AGOSTO				
Workshop em rotulagem de alimentos	JI-PARANÁ	20 horas	16/05 e 17/05	15
Capacitação em programas de auto controle bpf/ppho/haccp (mapa)	PORTO VELHO	28 horas	04/06 a 07/06	24
Treinamento em inspeção, fiscalização e planos de autocontrole em estabelecimento de abatedouro frigorífico de bovinos (Frigorífico JBS SIF 4149)	PORTO VELHO	30 horas	24/06 a 28/06	2
Capacitação em higiene, inspeção e tecnologia do leite e produtos lácteos	OURO PRETO DO OESTE	40 horas	12/08 a 16/08	30
Capacitação em higiene, inspeção e tecnologia do abate de Suínos	MEDIANEIRAS, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU E ITAIPULÂNDIA (PARANÁ)	44 horas	26/08 a 31/08	2
Treinamento para o nivelamento da Instrução Normativa Nº 76, de 26 de Novembro de 2018 e Instrução Normativa Nº 77	JI-PARANÁ	4 horas	28/ago	9
3º QUADRIMESTRE SETEMBRO A DEZEMBRO				
Curso de Responsabilidade Técnica - CRMV	OURO PRETO DO OESTE	16 horas	04 e 05/09	12
Capacitação em higiene, inspeção e tecnologia do abate de Aves (0015.282460/2019-03)	ESPIGÃO DO OESTE	aguardando lista de presença	23 e 27/09	3
Lean Inception – Desenvolvimento do SUSIE (Sistema Unificado do Serviço de Inspeção Estadual)	PORTO VELHO	20 horas	29/10 a 01/11	16

Figura 79: Cursos e Treinamentos - GIPOA.

5.3.8. SISTEMA UNIFICADO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL – SUSIE

Foi dado início ao Sistema Unificado do Serviço de Inspeção Estadual – SUSIE, onde as atividades da GIPOA passarão a ser informatizadas. O sistema está sendo



desenvolvido para registrar e certificar estabelecimentos, além de registrar rótulos. Inovando esse trabalho é possível definir fluxo, trazer mais transparência, ter menos gasto com uso de papel, melhorar o acompanhamento dos processos, obter menor tempo entre entrega e análise e oferecer maior celeridade aos processos. Com o sistema, melhora a organização, novo meio de gerenciar os arquivos e geração de documentos. Esse sistema vai ajudar o trabalho da GIPOA, que vai poder emitir e controlar Dare, consultar dados, emitir relatórios de vistoria, inserir documentos, aplicar check-list (indústria, agroindústria, vistoria), designar fiscais, notificar alertas de prazos, agendar vistorias, registrar rótulos e trabalhar com formulário de inspeção offline.

5.3.9. ANÁLISES LABORATORIAIS

Com o objetivo de promover e preservar a segurança e qualidade dos alimentos e, ainda para atendimento ao preconizado na *Lei N° 4.130 de 04 de setembro de 2017*, regulamentada pelo *Decreto N° 22.991 de 03 de julho de 2018*, no ano de 2019 o foi realizado o processo de renovação do credenciamento com Laboratório Qualittá, para a realização dos ensaios laboratoriais referentes aos Cronogramas Oficiais de Análises Laboratoriais de Produtos de Origem Animal e Gelo/Água.

Foram realizadas 60 análises laboratoriais de Produtos de Origem Animal e Água, com a finalidade de avaliar parâmetros microbiológicos e físico-químicos para garantir a inocuidade dos alimentos e a padrões de potabilidade para água utilizada.



RELATÓRIO DE ENSAIOS LABORATORIAIS			
SIE Nº	INDÚSTRIA / AGROINDÚSTRIA	PRODUTO	DATA DA COLETA
27	MAGNATA ALIMENTOS	ÁGUA TRATADA - ÁREA SUJA	8/1/2019
		ÁGUA TRATADA - SALA DE PRODUÇÃO DE LINGUIÇA	24/1/2019
		LINGUIÇA MISTA APIMENTADA	18/1/2019
		PANCETA	14/1/2019
		CARNE INDUSTRIAL JBS	4/4/2019
		PERNIL	24/1/2019
		PÉ DEFUMADO	24/1/2019
17	FRIGORÍFICO RONDÔNIA	CARCAÇA SUÍNA QUENTE Nº 46	25/1/2019
		CARCAÇA BOVINA QUENTE	11/1/2019
		CHARQUE	11/1/2019
		CORTE CONGELADO - FILÉ MIGNON	11/1/2019
		CARNE INDUSTRIAL	11/1/2019
		MIÚDO - CORAÇÃO	11/1/2019
		ÁGUA TRATADA DE ABASTECIMENTO - INDÚSTRIA	14/1/2019
101	AGROINDÚSTRIA MERCANDELI	QUEIJO COALHO CONDIMENTADO	11/2/2019
		QUEIJO COALHO TRADICIONAL	11/2/2019
		QUEIJO MUSSARELA BARRA	11/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 122086	26/1/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 122087	5/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 122088	5/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 122089	5/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 122090	5/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 123702	26/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 123703	26/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 123704	26/2/2019
68	AGROINDÚSTRIA LACKLEIN	IOGURTE INTEGRAL Nº 123705	26/2/2019
		IOGURTE INTEGRAL Nº 123706	26/2/2019
31	M.C.G DA SILVA	QUEIJO MINAS FRESCAL	25/4/2019
88	CHARQUE BRASIL	ÁGUA TRATADA - FILTRO	20/3/2019
		CARNE BOV. SALGADA E DESSECADA LACRE Nº 0001761	2/4/2019
		CARNE BOV. SALGADA E DESSECADA LACRE Nº 0001762	2/4/2019
		CARNE BOV. SALGADA E DESSECADA LACRE Nº 0001763	2/4/2019
		CARNE BOV. SALGADA E DESSECADA LACRE Nº 0001764	2/4/2019
105	SABOR DO SÍTIO	CARNE BOV. SALGADA E DESSECADA LACRE Nº 0001765	2/4/2019
		OVOS DE CODORNA Nº 01	15/5/2019
62	LEITE ALEGRIA	LEITE PASTEURIZADO	24/7/2019
107	ABATEDOURO DOIS DE OURO	FRANGO CONGELADO	25/7/2019
79	COOAPA	MEL	30/7/2019
65	TOMY LEITE	IOGURTE	2/9/2019
		QUEIJO MINAS PADRÃO	2/9/2019

Figura 80: Relatório de ensaios laboratoriais.



5.2. GERÊNCIA DE INSPEÇÃO E DEFESA SANITÁRIA VEGETAL – GIDSV



Missão da GIDSV: Garantir a preservação do patrimônio vegetal do Estado através da proteção da sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, contribuindo para o incremento sustentável da produção rondoniense.

PORTO VELHO – RONDÔNIA

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



5.2.1. Introdução

A sanidade vegetal é fundamental para manutenção da viabilidade dos produtos vegetais, assim como para promover o acesso a novos mercados, com processos de controles fitossanitários transparentes e cada vez mais eficientes, sobretudo no que diz respeito à sanidade e inocuidade dos produtos vegetais, sem perder de vista a preocupação com os impactos ambientais causados pela atividade.

Essa é uma atividade considerada típica de Estado coordenada em nível central pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), através do seu Departamento de Sanidade Vegetal (DSV), tendo como normas regulatórias a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais e o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal de 12/04/1934.

Defesa Sanitária Vegetal em Rondônia:

Atualmente Rondônia ocupa uma posição de destaque na produção agrícola da região norte destacando-se na produção de café, cacau, arroz, feijão, milho, soja e mandioca, entre outros. A composição fundiária de pequenas e médias propriedades, em sua maioria, proporciona característica predominantemente familiar à agricultura Rondoniense o que, por consequência, diversifica a produção, fortalecendo a base econômica.

A Defesa Sanitária Vegetal é um dos pilares de sustentabilidade econômica das atividades agropecuárias, pois defende as principais culturas de interesse econômico do Estado do ataque de Pragas Ausentes e o controle de Pragas Presentes, garantindo mercado de comercialização, minimização de custos de produção com o combate às pragas e garantindo sustentabilidade com a produção em longo prazo.

Em Rondônia a Defesa Sanitária Vegetal é competência da Agência IDARON que também possui a responsabilidade de garantir a identidade e a conformidade dos insumos e matérias-primas agropecuárias, além da certificação da qualidade dos produtos agropecuários destinados aos consumidores.

Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal – GIDSV/IDARON:

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



No âmbito da Idaron, a Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal, executa a Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal baseada em 6 pilares:

- Manter o Estado livre das Pragas Agrícolas REGULAMENTADAS AUSENTES de interesse do Estado, estabelecidas nos programas de Defesa Fitossanitária Estadual ou Federal vigentes;

- Programas:

- Programa de Prevenção da Monilíase do Cacaueiro
- Programa de Prevenção da Mosca da Carambola (Mosca das Frutas)
- Programa de Prevenção do Ácaro Hindú dos Citrus
- Programa de Prevenção do HLB-Greening dos Citrus
- Programa de Prevenção do Amaranthus Palmeri da Soja, Algodão e Milho

- Controlar as Pragas Agrícolas REGULAMENTADAS PRESENTES de interesse do Estado, estabelecidas nos programas Defesa Fitossanitária Estadual ou Federal vigentes;

- Programa de Controle da Ferrugem Asiática da Soja
- Programa de Controle do Cancro Cítrico
- Programa de Controle do Bicudo do Algodoeiro
- Programa de Identificação de Pragas de Interesse

- Atividades de Processo:

Para cada programa, executamos as seguintes atividades de processo:

- Detecção, Levantamento e monitoramento de Pragas
- Fiscalizações de Propriedades
- Educação Sanitária de Produtores e Técnicos
- Qualificação e Capacitação técnica de pessoal do Quadro
- Planejamento, Auditoria, Coordenação e Supervisão das Atividades

- Assegurar a conformidade do processo produtivo de produtos e dos produtos, sub produtos de origem vegetal e resíduos de valor econômico, de interesse do Estado, estabelecidas nos programas Estaduais ou Federais vigentes.

- Classificação de grãos e café;

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º andar – Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



- Educação Sanitária;
- Qualificação e Capacitação técnica;
- Planejamento, Auditoria e Supervisão das Atividades;
- Assegurar a conformidade e uso com segurança de insumos agropecuários de interesse do Estado, estabelecidos nos programas Estaduais ou Federais vigentes.
 - Fiscalização de Agrotóxicos e suas embalagens
 - Atividades de Educação Sanitária em Agrotóxicos
 - Qualificação e Capacitação técnica em Agrotóxicos
 - Planejamento, Auditoria e Supervisão das Atividades do Programa - Agrotóxicos
- Assegurar a conformidade de matérias primas agropecuários de interesse do Estado, estabelecidos nos programas Estaduais ou Federais vigentes.
 - Certificação de Mudanças
 - Fiscalizações da produção e comércio de Sementes e mudas
 - Educação Sanitária
 - Qualificação e Capacitação técnica
 - Planejamento, Auditoria e Supervisão das Atividades
- Controlar o Transito de Produtos e Sub Produtos de Origem Vegetal
 - FISCALIZAÇÃO EM POSTOS FIXOS
 - FISCALIZAÇÃO VOLANTE
 - EDUCAÇÃO SANITÁRIA
 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
 - Planejamento, Auditoria e Supervisão das Atividades

Essas atividades estão baseadas em:

- Legislação sobre comércio e uso de agrotóxicos;
- Legislação de Defesa Sanitária Vegetal;
- Legislação sobre Comércio de Sementes e Mudanças;
- Legislação sobre Certificação e Rastreabilidade Vegetal;
- Legislação para Sanidade das Grandes Culturas;
- Legislação sobre o Programa de Vigilância e Prevenção de Pragas da Fruticultura;
- Legislação sobre Sanidade da Citricultura.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

- Lei Estadual nº 2.116, de 07 de julho de 2009: Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia;
- Decreto Estadual nº 14.653, de 27 de outubro de 2009: Regulamenta a Lei de Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia;
- Lei Estadual nº 1841, de 28 de dezembro de 2007: Dispõe sobre produção, comercialização, transporte, armazenamento e uso de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia;
- Decreto Estadual nº 13563, de 14 de abril de 2008: Regulamenta a Lei de Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia;

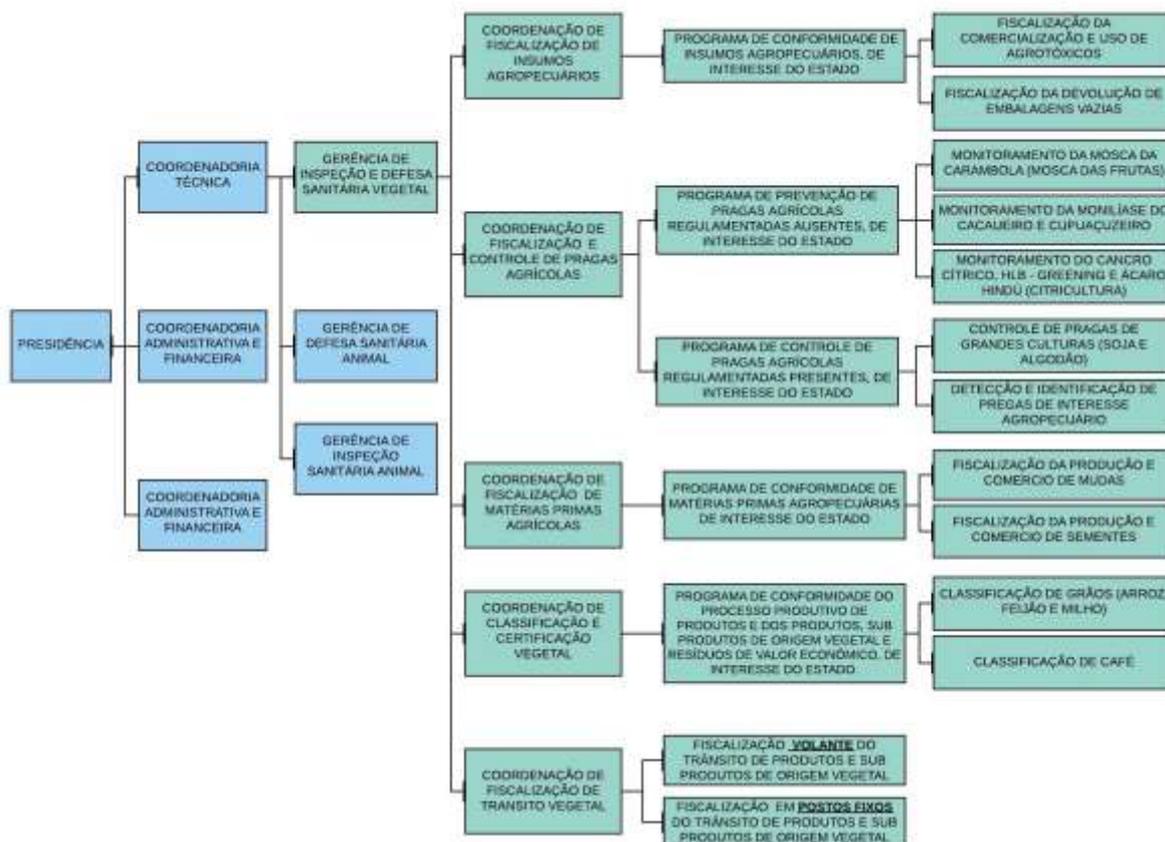


Figura 81: Estruturação GIDSV (A).

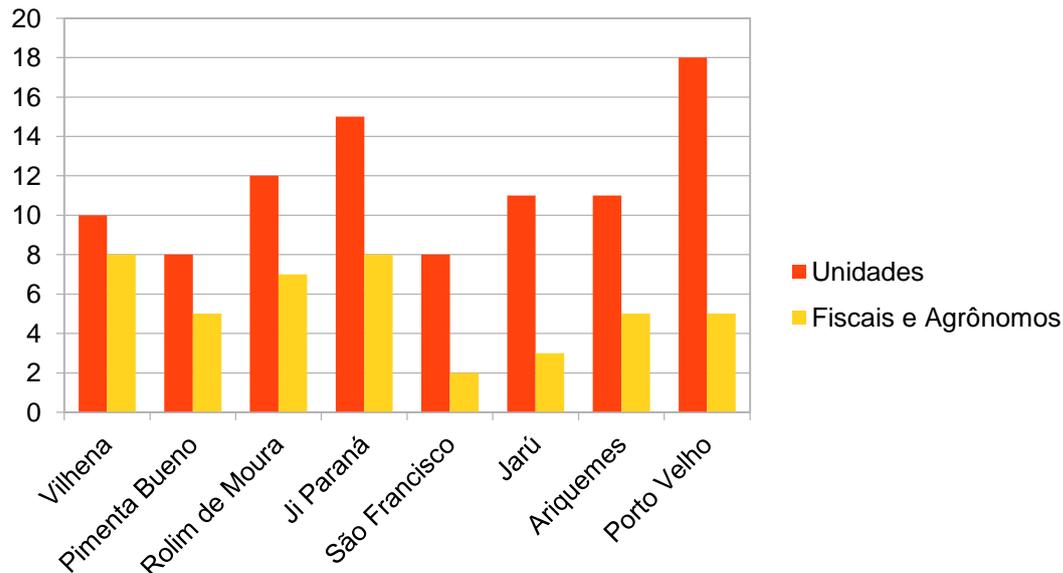


Figura 82: Relação de Fiscais Espacialmente (B).

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

A Gerência de Defesa Sanitária Vegetal utiliza alguns sistemas eletrônicos desenvolvidos pela própria Agência, utilizados pelos servidores ou aplicados para atender demandas do público externo.

Os sistemas consolidam as informações, apresentam relatórios de resultados e possibilitam expor gráficos e mapas demonstrativos que expressam os dados de levantamentos. Os dados sistematizados permitem a verificação da qualidade e eficiência dos trabalhos executados para orientar a tomada de decisões da Gerência, além de disponibilizar informações gerenciadas e convertê-las em conhecimento.

Programas desenvolvidos e em funcionamento:

A primeira ferramenta foi implantado em 2012, a plataforma eletrônica SisVegetal. Hoje agrega uma série de informações e interações como serviços de monitoramento de agrotóxicos e a devolução de embalagens vazias, emissão de guias de importação, relação dos estabelecimentos cadastrados e muitos outros. Compreendeu as seguintes etapas:

- Iniciou a operação em Junho/2012 tendo como primeiro módulo o *Levantamento de Detecção da Mosca Negra dos Citrus*;
- Implementou o conceito de FICHA VEGETAL;

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Relatório de Gestão - IDARON 2019

- Resultou no primeiro relatório geográfico gerado de forma sistematizada na IDARON;
- Integrou com o Módulo SIAFRO, que funcionava desde 2011;
- O SIAFRO é o programa eletrônico desenvolvido pela IDARON, instalado nas revendas de agrotóxicos, órgãos e empresas de assistência técnica com o objetivo de controle de agrotóxicos comercializadas e a fiscalização mais ágil e efetiva.
 - Através do SIAFRO, as revendas enviam mensalmente relatório eletrônico (formato digital) contendo todas as informações das receitas emitidas e embalagens comercializadas que servem para alimentar a base de dados da IDARON. **Seu funcionamento é insipiente e com tecnologia ultrapassada, tornando o controle de revenda de agrotóxicos ineficiente. Uma nova versão foi desenvolvida em 2019 e está em fase de testes, corrigindo os problemas da primeira versão.**





Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Contudo, os sistemas não satisfazem a necessidade da GIDSV estão ficando ultrapassados, carecendo de atualização para o desenvolvimento e avanço das ações de defesa vegetal. Neste cenário, é importante destacar que a defesa vegetal é muito dinâmica e está em constante evolução.

Considerou-se deste modo, que novos sistemas e plataformas disponibilizem informações e ferramentas que ajudam a conectar com o público externo promovendo comodidade, agilidade e facilidades ao produtor rural do serviço oficial no Estado priorizando e aperfeiçoando processos.

Em 2018, foi disponibilizada sistema para solicitação da permissão de trânsito vegetal (PTV), controle de produção de mudas de café, relatório semestral e rastreabilidade do trânsito. Assim como o Sistema para cadastro de produtor de mudas para uso próprio e para o produtor de soja.

IDARON^{On-Line}



Consulta PTV



UF	UF	UF	UF
Roraima	RR	40404	Consulta PTV
Paraná	PR	40404	Consulta PTV
Paraná Santa	PR	34F	Consulta PTV
Paraná	PR	40300EPE04	Consulta PTV
Paraná Santa	PR	404	Consulta PTV
Paraná Santa	PR	404000	Consulta PTV
Paraná Santa de Sul	PR	35400	Consulta PTV
Paraná	PR	40300	Consulta PTV
Paraná Santa	PR	33400	Consulta PTV
Paraná Santa	PR	334	Consulta PTV

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

O objetivo é utilizar de fato, as potencialidades da Internet, constituindo em verdadeiros sistemas de informação/comunicação, viabilizando a execução de serviços interativos, promovendo a troca e o compartilhamento de informações. Estão estruturados no portal institucional para prestação de serviços públicos e disseminação de informações na Web.





Cadastro de Propriedades Produtoras de Soja

O cadastro das propriedades produtoras de soja deve ser realizado até o dia 30 de Dezembro.

SAFRA 2017/2018

As iniciar o cadastro tenha em mãos as informações completas:

- Do produtor
- Da propriedade
- Do(A) Cultivar(es)
- Caso seja arrendatário, será necessário fornecer CPF do proprietário da terra.

Iniciar cadastro...

[Como fazer o cadastro \(PDF\) \(20086\)](#)

Buscar cadastro de propriedade:

Digite abaixo o número do documento para recuperar o comprovante de cadastro

Consultar

Cadastro de Produtores de Mudas para Uso Próprio

O cadastro dos produtores de mudas deve ser realizado até o dia 30 de Dezembro.

Safra 2018/2019

As iniciar o cadastro tenha em mãos as informações completas:

- Do produtor
- Da propriedade
- Da produção de mudas (espécie/cultivar, área, número de plantas, etc)
- Caso seja arrendatário, será necessário fornecer CPF do proprietário da terra.

Iniciar cadastro...

[Como fazer o cadastro \(PDF\) \(20086\)](#)

Buscar Comprovante de Cadastro de propriedade:

Digite abaixo o número do documento para recuperar o comprovante de cadastro

Consultar

Declaro que as informações prestadas neste cadastro estão corretas e que tenho ciência das responsabilidades como produtor de mudas para uso próprio, conforme estabelece a Lei Nº 2116 de 07/07/2009 que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia, o seu Decreto Regulamentador Nº 14653 de 27/10/2009 e a Portaria Nº 558 de 08/01/2016.

Estou ciente e CONCORDO com os termos acima.

Digite CPF OU Digite CNPJ

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Atualmente a GIDSV conta com os seguintes Sistemas:

- Sistema de Defesa Sanitária Vegetal – SISVEGETAL;
- Sistema de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos – SIAFRO;
- Guia de importação de agrotóxicos;
- Permissão de Trânsito de Vegetais - e-PTV;
- Sistema para cadastro de produtor de mudas para uso próprio,
- Sistema para cadastro de produtor de soja.

Considerando a característica do serviço público, extremamente burocrático, as regra de negócio, condições, exigências ou requisito para o direcionamento dos processo de Defesa Vegetal, estão tardando a tomada de decisão rumo a um Sistema mais integrado. A estratégia em relação atualização dos sistemas, demanda:

- Implementar um sistema integrador escalável (capaz de crescer sob demanda) utilizando a Web e integrado com o sisIDARON;



- Descontinuar lentamente todos os outros sistemas na medida em que são implementados no sistema integrador na forma de *Módulos*.
- Integrar os vários sistemas existentes;
- Aumentar o auxílio ao profissional da área fim;
- Auxiliar gestor/gerentes na tomada de decisões;
- Produção de informação encadeada (continuidade de ações);
- Unificar interfaces, modos de acesso, estrutura de dados e usuário/senha.
- Associar os bancos de dados da GIDSV com a GIDSA.

5.2.2. Controle e Fiscalização da Comercialização, Uso, Transporte de Agrotóxicos e Destino Final das Embalagens Vazias

Atendendo o disposto na Lei 1841 de 28/12/2007 e Decreto 13.563 de 14/08/2008, a Agência Idaron é responsável pela fiscalização de agrotóxicos no Estado de Rondônia. Essa atividade desenvolve um conjunto de ações com o objetivo de assegurar o uso racional de agrotóxicos e os cuidados com a saúde, o meio ambiente e a segurança alimentar ofertando produtos mais saudáveis na mesa do consumidor rondoniense.

Cadastro de produto agrotóxico e afins

A comercialização de agrotóxicos em Rondônia está condicionada ao cadastramento na Idaron, dos produtos (marcas comerciais). Sendo renovados anualmente, com comprovada eficácia agrônômica e recomendações seguras para sua aplicação, evitando-se a entrada e comercialização de produtos contrabandeados e falsificados no Estado.

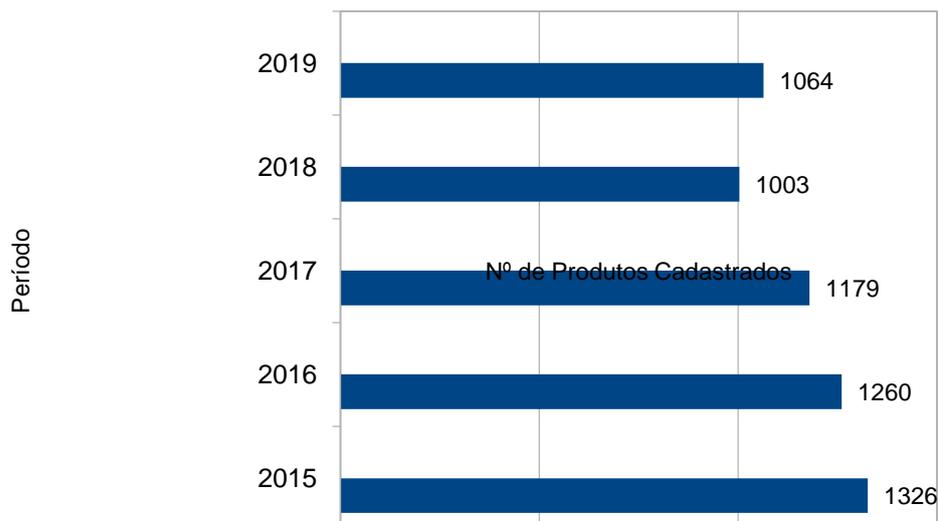


Figura 83: Número total de produtos agrotóxicos cadastrados (aptos) 2015-2019..
Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

A figura 80, mostra a série histórica de cadastros de produtos nos últimos cinco anos. Em 2019 observamos um aumento do número de produtos aptos cadastrados no estado em relação ao ano anterior. Em comparação aos anos de 2015, 2016 e 2017 houve uma diminuição de produtos, esse fato se deve a retirada de produtos do estado pela falta de interesse dos produtores.

Distribuição por classe de uso

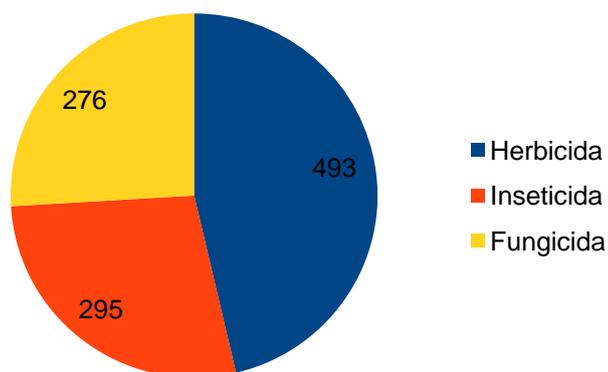


Figura 84: Número de produtos cadastrados por classe de uso – 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.



Cadastramento de empresas revendedoras de agrotóxicos

As empresas que comercializem, produzam, importem, exportem, manipulem agrotóxicos e afins ou que sejam prestadoras de serviços (aplicação aérea ou terrestre, tratamento de sementes e expurgo, armazenamento de produtos, recebimento de embalagens vazias), são obrigadas a promover anualmente o seu registro junto ao Idaron.

Em 2019 tivemos 172 cadastradas na Agência Idaron. Desde 2018 o processo de cadastro passou a ser informatizado no Sistema SEI o que dá maior celeridade e transparência nos cadastramentos e envio de certificados as empresas cadastrantes.

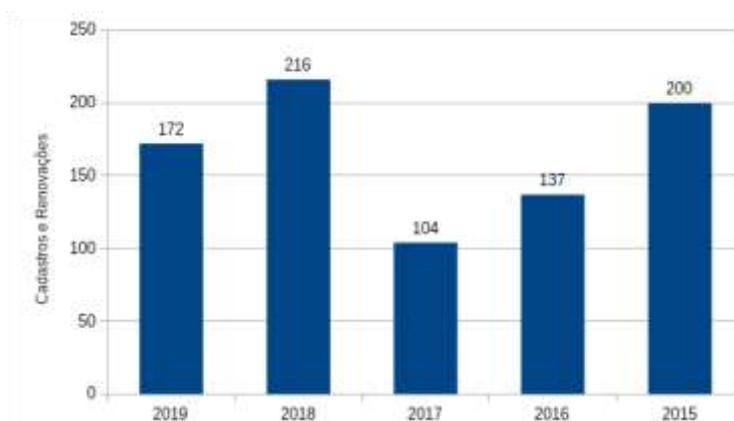


Figura 85: Número de vendas de agrotóxicos -2015 -2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Cadastramento de prestadores de serviços na aplicação de agrotóxicos

As pessoas físicas e jurídicas que atuem como prestadores de serviços na aplicação de agrotóxicos, são obrigadas a realizarem registro anual junto a Idaron.

Fiscalização do comércio de agrotóxicos

A fiscalização do comércio de agrotóxicos é uma ação de rotina realizada por fiscais e assistentes fiscais em todas as vendas cadastradas no Estado de Rondônia.

Essa atividade verifica a situação cadastral dos produtos comercializados a emissão da receita agrônômica, validade e armazenamento do produto como forma de atender as disposições da legislação estadual de agrotóxicos. Analisando o Gráfico, verificamos um crescimento no número de fiscalizações, de 2.149 em 2018 para 2.462 em 2019.

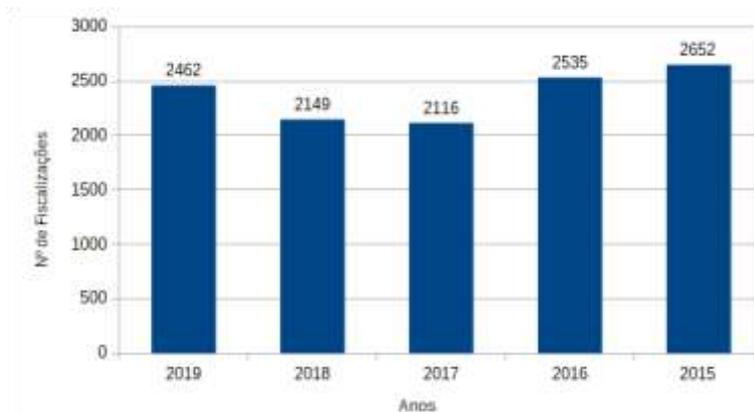


Figura 86: Fiscalização em vendas de agrotóxicos de 2015-2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Fiscalização de propriedades rurais

Em 2019 foram fiscalizadas 2172 propriedades rurais em fiscalização reversa, distribuídas em todas as regionais do estado.

Fiscalização do Receituário Agrônomo

As Receitas agrônomicas são controladas eletronicamente via o Sistema de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos do Estado de Rondônia – SIAFRO. O sistema foi instituído pela Portaria número 284/GAB/IDARON de 08/06/2011, desenvolvido pela Agência, disponível gratuitamente aos comerciantes registrados na IDARON e acessível pela rede mundial de computadores, compondo banco de dados associado ao cadastro estadual de agrotóxicos e afins.

Esse programa permite a emissão atualmente mais de 90% das vendas do Estado usam o sistema para emissão de receitas e envio de relatórios. Os demais usam apenas para envio dos relatórios mensais, obrigatório, por meio eletrônico para a IDARON.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

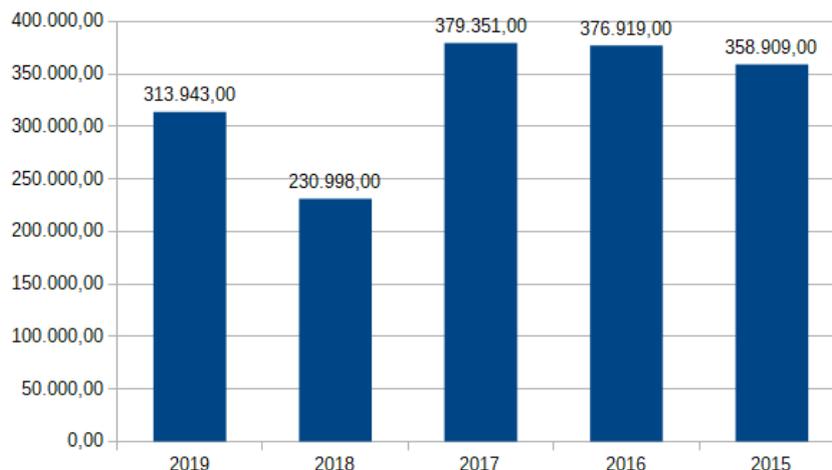


Figura 87: Número de Receituários Agronômicos emitidos de 2015 a 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON-SIAFRO, 2019.

A figura acima apresenta a evolução da emissão de receituários agronômicos de 2015 a 2019, tendo sido emitidos em 2019 313.943,00 receitas pelo sistema SIAFRO.

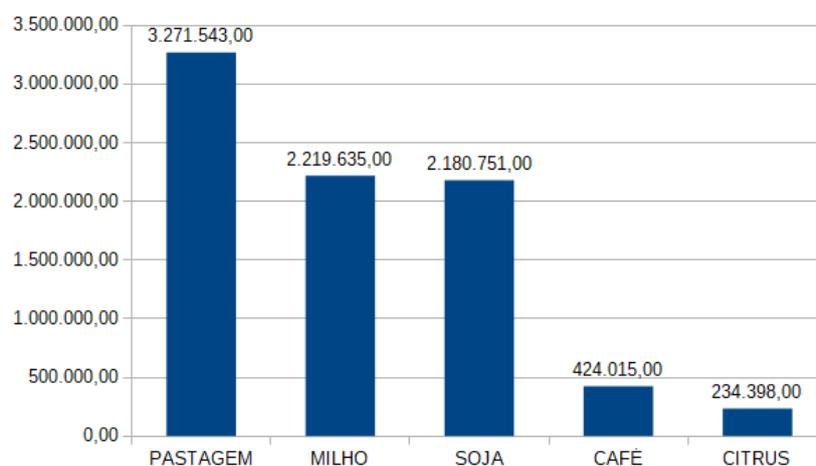


Figura 88: Quantidade comercializada por cultura em litros/2019.

Fonte: GIDSV, IDARON-SIAFRO, 2019.

A pastagem foi a maior consumidora de agrotóxicos em 2019 com 3.271.543,00 milhões de litros, seguida do milho (2.219.635,00) e soja (2.180.751,00).



Relatório de Gestão - IDARON 2019

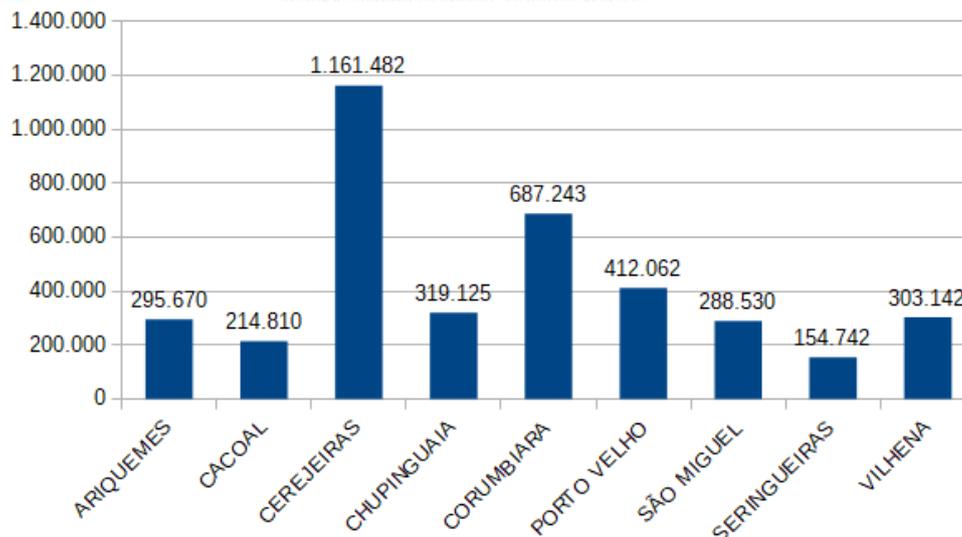


Figura 89: Municípios que mais utilizaram agrotóxicos em 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON-SIAFRO, 2019.

Analisando o gráfico acima, observamos que os municípios de mais utilizam agrotóxicos foram os de Cerejeiras (com 1.161.482 litros), Corumbiara (687.243 litros), Porto Velho (412.062 litros) e Chupinguaia (319.125 litros).

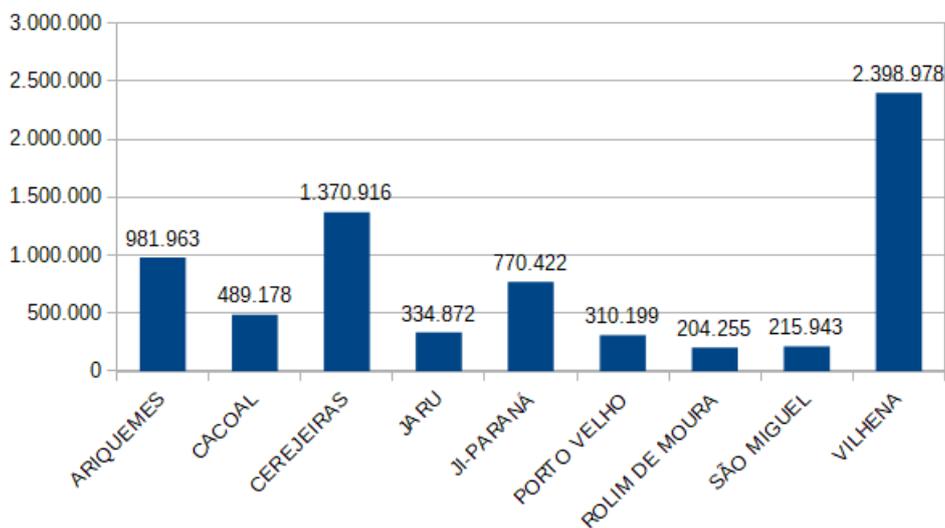


Figura 90: Municípios que mais comercializaram agrotóxicos em 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON-SIAFRO, 2019.



Segundo o gráfico acima, os municípios que mais comercializaram agrotóxicos foram respectivamente: Vilhena (2.398.978), cerejeiras (1.370.916), Ariquemes (981.963) e Ji-Paraná com (770.422) litros.

Documentos emitidos na Fiscalização de Agrotóxico

No gráfico abaixo estão relacionados os principais documentos emitidos na fiscalização de agrotóxicos.

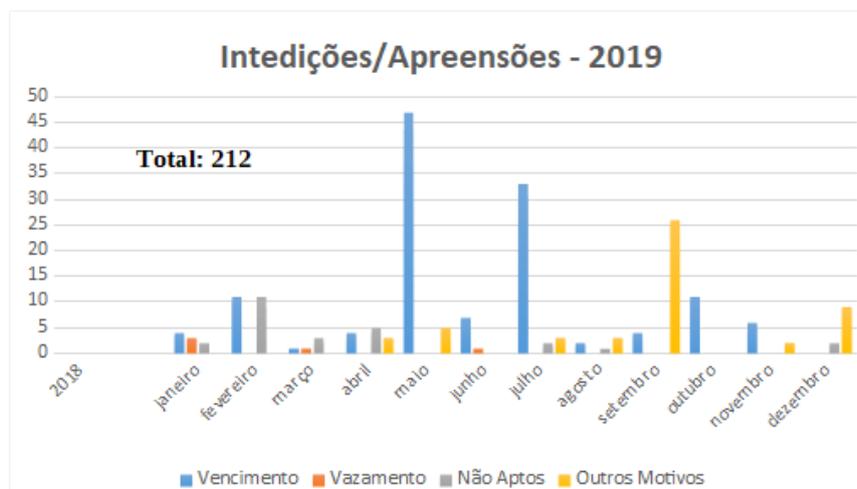


Figura 91: Documentos emitidos em fiscalização 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

No período foram emitidos 212 documentos (interdições e apreensões) ocorridas durante os meses de janeiro a dezembro de 2019.

Fiscalização da devolução de embalagens vazias de agrotóxicos

A Idaron fiscaliza a devolução de embalagens vazias de agrotóxicos aos Postos e à Central, criados e mantidos pelas associações de revendas em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – INPEV, responsáveis pelo processamento e recolhimento das embalagens, conforme determina a legislação federal e estadual de agrotóxicos.

Atualmente existem 12 postos e uma central em Cacoal de recolhimento de embalagens vazias. O SIAFRO, também possui um módulo para o registro das



devoluções de embalagens vazias pelos produtores rurais e permite a notificação dos mesmos para a devolução após o prazo de um (01) ano da compra.

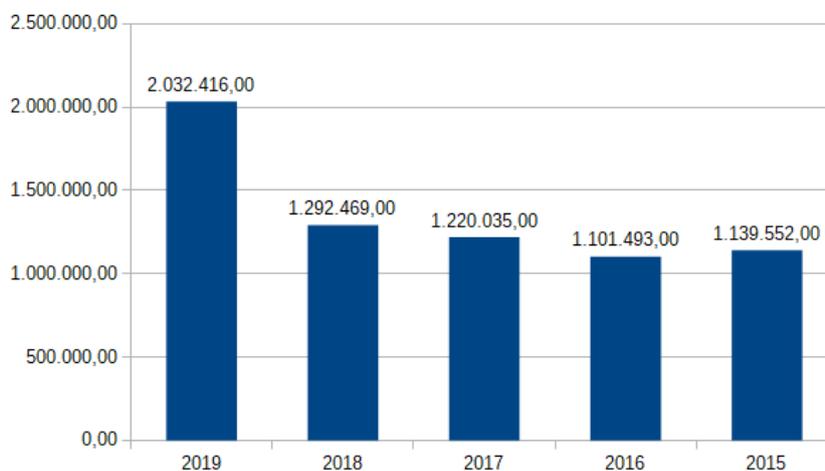


Figura 92: Quantitativo de embalagens vazias de agrotóxicos comercializadas de 2015 a 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Observamos no gráfico acima, que houve um aumento de embalagens de agrotóxicos comercializadas no estado no ano de 2019 comparado com os anos anteriores.

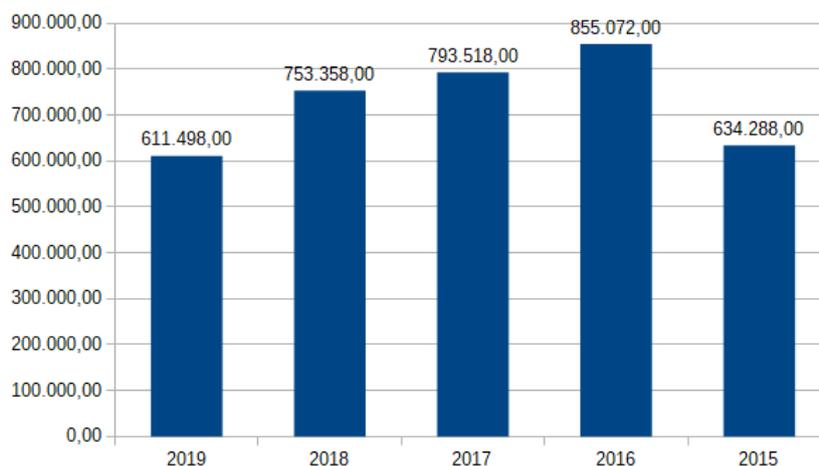


Figura 93: Quantitativo de embalagem devolvida nos postos – 2015-2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

Em 2019 foram devolvidas 611.498 mil embalagens vazias de agrotóxicos no estado de Rondônia. O gráfico acima apresenta a distribuição dessa devolução ao longo dos anos de 2015 a 2019.

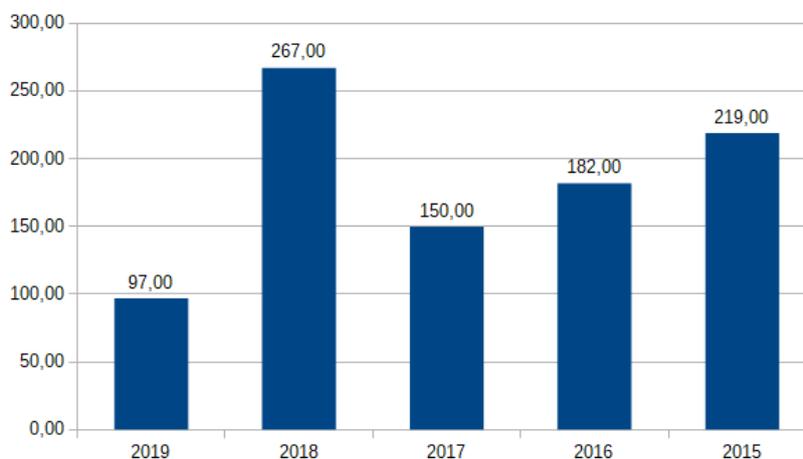


Figura 94: Evolução da fiscalização nos postos/central de recolhimento de Embalagens de 2015 a 2019.

Fonte: GIDSV, IDARON, 2019.

As fiscalizações são realizadas em postos e centrais para disciplinar a segregação, emissão de recibos, disposição das embalagens e envio de cargas para a central de recebimento. Em 2019 houve uma redução drástica nas fiscalizações nos postos em relação aos anos anteriores.

Atualização da legislação de agrotóxicos

Durante o ano de 2019, foram realizadas duas reuniões com Fiscais de várias regionais do Estado, para discutir a minuta da legislação. Em Novembro de 2019 esse trabalho foi concluído e encaminhado para a Casa Civil.

Encontra-se atualmente tramitando dentro do executivo, com previsão de ser encaminhado para assembleia legislativa no primeiro semestre de 2020.

5.2.3. Fiscalização do Comércio de Mudanças

A alta qualidade das mudas está relacionada aos seus atributos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários, os quais expressam a capacidade da muda ter maior chance de superar as condições edafoclimáticas adversas e tornarem-se plantas adultas, culminando no estabelecimento adequado e uniforme da lavoura e, ainda, não introduzir pragas e



doenças na área de cultivo. Portanto, o sucesso de uma atividade agrícola, principalmente em culturas perenes, está diretamente relacionado à qualidade deste material utilizado no início da lavoura.

Os materiais de propagação estão entre os principais meios de disseminação de pragas para as lavouras, podendo estes percorrer distâncias muito grande em curto intervalo de tempo por meio da ação do homem.

Dessa forma, as etapas do processo de produção de mudas já se encontram regulamentadas em todas as suas etapas, inclusive com normas e padrões específicos para a produção e comercialização de mudas de diversas espécies.

A Lei 10.711, de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº5.153, de 23 de julho de 2004, institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, com o objetivo de garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional.

A Lei nº 2.116, de 7 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 14.653, de 27 de outubro de 2009, dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Rondônia.

A Instrução Normativa nº 22, do MAPA, de 27 de agosto de 2012, estabelece as normas para a produção e a comercialização de mudas e de outras estruturas de propagação obtidas por meio de cultura de tecidos de plantas.

A Instrução Normativa nº 35, do MAPA, de 29 de novembro de 2012, estabelece as normas para a produção e comercialização de material de propagação de cafeeiro (*Coffea arabica* L. e *Coffea canephora* Pierre ex A. Froehner) e os seus padrões, com validade em todo o território nacional, visando à garantia de sua identidade e qualidade.

Com o incentivo do Estado ao cultivo de culturas perenes, como o café, e a aceitação dos produtores na adoção de novas tecnologias e técnicas de produção deve aumentar a demanda de materiais de propagação de alta qualidade na implantação de novas lavouras. Logo, é de grande importância assegurar aos produtores rurais de Rondônia a disponibilidade de mudas de elevada qualidade, pois a introdução de materiais de baixa qualidade nas propriedades rurais pode ser um elo fraco para o fortalecimento da agricultura rondoniense e causar prejuízos aos agricultores.

Contudo, nas fiscalizações do comércio de mudas tem-se verificado a oferta de materiais de baixa qualidade, produzidos sem o devido acompanhamento dos Responsáveis Técnicos, sem o uso das técnicas de manejo adequadas, sem origem



comprovada dos materiais de propagação, dentre outros fatores. Este panorama gera insegurança aos agricultores na implantação de novas tecnologias em suas lavouras.

Para assegurar a origem e a elevada qualidade destes produtos se faz necessário a fiscalização eficiente com a verificação da documentação obrigatória, que certificam a ausência de pragas regulamentadas, e também da aferição dos padrões mínimos exigidos por Lei.

Em conjunto com as coordenações de trânsito estadual e de monitoramento de pragas foi iniciada a discussão para aprimoramento da fiscalização de mudas de café no Estado, sendo elaborada a Portaria 558/GAB/IDARON, com base nas Legislações Federais e Estaduais, a qual aprova os requisitos fitossanitários para a produção, o comércio, a entrada, o trânsito, o armazenamento e a utilização de mudas de café no Estado de Rondônia, auxiliando nas ações de fiscalização.

Dessa forma, o programa de fiscalização de mudas da IDARON tem por objetivo assegurar a disponibilidade de materiais de qualidade sanitária elevada no comércio para os agricultores e pecuaristas do Estado de Rondônia, conforme os padrões mínimos definidos pela legislação vigente, evitando prejuízos aos produtores rurais do Estado.

Fiscalização de Mudas

De modo similar à fiscalização do comércio de sementes, na fiscalização de mudas os Fiscais, Engenheiros Agrônomos, desta Agência realizam o controle da entrada, do trânsito e do comércio por meio de fiscalizações de rotina, conferência da documentação emitida pelo produtor da muda que atestem a sua origem, qualidade e verificação das condições de armazenamento e integridade. Este controle ocorre com o auxílio do cadastro dos estabelecimentos que exercem atividades relacionadas às ações executadas pela IDARON, renovados anualmente.

Tabela 20: Ações de cadastramento e fiscalização em estabelecimentos produtores e comerciantes de mudas realizados em 2017, 2018 e 2019.

CADASTROS	2017	2018	2019
Revendas de Mudas	53	56	78
Produtor de Mudas	137	145	144
Nº de fiscalização viveiros	733	1056	2166



Das mudas de café, fiscalização e certificação Do *Meloidogyne* spp.

Nematoides são vermes microscópios, alguns se alimentam de plantas e podem causar grande prejuízo, eles vivem principalmente no solo como é o caso dos que atacam o cafeeiro e se alimentam das raízes das plantas, destruindo o sistema radicular que não consegue mais absorver água e nutrientes normalmente.

Os nematoides do gênero *Meloidogyne* spp. ou nematoides de galhas são os maiores causadores de prejuízos à cultura do cafeeiro, possuem esse nome porque no local onde penetra nas raízes e começa a se alimentar ocorre a formação de células gigantes, como nódulos, chamadas de galhas Figura 1 (B e C).

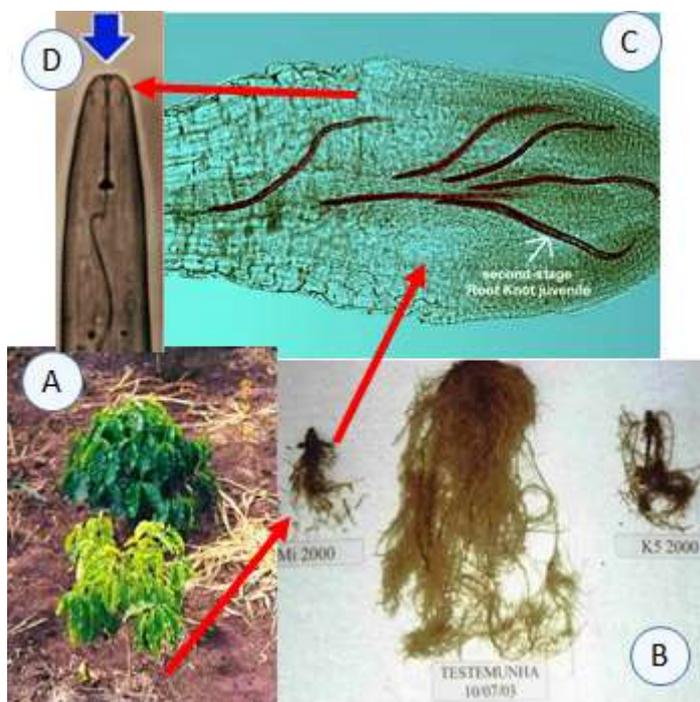


Figura 95: Nematoides do gênero *Meloidogyne* spp.



Obs. Nematoides do gênero *Meloidogyne* spp e os danos potenciais causados pela sua presença nas raízes das plantas cultivadas. Em A: plantas atacadas que apresentam crescimento reduzido, amarelecimento e redução do número de folhas (foto: Roberto Kazuhiro Kubo); em B: raiz do centro esta sadia, raiz da esquerda infectada com nematoide *Meloidogyne incognita* e da direita com *Pratylenchus coffeae* (foto: Roberto Kazuhiro Kubo); em C: nematoides no interior da raiz (foto: Jonathan D. Eisenbeck); em D: estrutura morfológica que permite perfurar parede celular vegetal das raízes (foto: Jonathan D. Eisenbeck).

Os nematoides são considerados pragas invisíveis e, muitas vezes, são confundidos em campo com outros problemas comuns, como deficiência de adubação e pião torto.

As plantas atacadas apresentam crescimento reduzido, amarelecimento e redução no número de folhas, aquelas muito atacadas não sobrevivem ao período seco sem irrigação. A disseminação dos nematoides dentro da lavoura aumenta ano após ano, normalmente em formato de reboleira.

Os danos causados pelos nematoides variam de 10 a 25% de perda de produtividade, mas pode ser maior com a ocorrência de espécies mais agressivas de *Meloidogyne* e em condições ambientais favoráveis ao ataque da praga, como linhagens de café mais suscetível, nestas condições os danos podem ocasionar o abandono da atividade (Figura 95)



Figura 96: Lavoura de café afetada por nematoide, em formato de reboleira (foto: José Roberto Vieira Júnior).

O *Meloidogyne* spp. é uma praga que não possui controle eficaz e desta forma a prevenção é a medida que deve ser adotada, através de tratamentos culturais seguindo os requisitos fitossanitários, além do monitoramento das mudas na origem da produção,



realizando a coleta e envio de amostras de raízes para o laboratório e fiscalização constante dos viveiros.

A Portaria IDARON N° 558 aprova os requisitos fitossanitários para a produção, o comércio, a entrada, o trânsito, armazenamento e utilização de mudas de café no Estado de Rondônia em relação à garantia da ausência de nematoides do gênero *Meloidogyne* spp. que causam reais prejuízos à cafeicultura de Rondônia. Mudanças que forem comprovadamente contaminadas através de laudos emitidos por laboratórios credenciados, são destruídas, e com isso, impedidas de alcançar o comércio e de contaminar as áreas de produção.

Os requisitos fitossanitários proporcionam segurança ao produtor rural que adquirir as mudas para implantação ou renovação de sua lavoura, visto que a produção precisa atender os requisitos fitossanitários técnicos previstos na legislação vigente.

Do programa e do reconhecimento nacional

O Programa Estadual de Prevenção e Controle do nematóide do gênero *Meloidogyne* spp. em mudas de café no Estado de Rondônia, com Certificação Fitossanitária de Origem, foi criado por meio da Portaria n° 269/2018/IDARON-PJ, de 04 de maio de 2018, em atendimento à exigências do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Dessa forma, o reconhecimento em nível nacional dos trabalhos realizados pela Agência IDARON no “Programa Oficial de Prevenção e Controle do *Meloidogyne* spp. em mudas de café” foi publicado pelo MAPA no diário oficial da união, por meio da RESOLUÇÃO N° 1, DE 9 DE MAIO DE 2018.

Apesar da recente o “Programa Oficial de Prevenção e Controle do *Meloidogyne* spp. em mudas de café”, já se observa efeito positivo na melhoria do sistema de produção de mudas, com os viveiristas aperfeiçoando a estrutura física e tratamentos culturais adotados na produção das mudas, com a preocupação de seus produtos estarem livres de nematoides e outras pragas, o que irá refletir na qualidade sanitária das mudas de café.

Do sistema de informação

Com a implementação da portaria e atendimento aos requisitos fitossanitários para a produção de mudas de café, passou a ser exigido dos viveiristas, dentre outros procedimentos, a coleta de mudas, análise laboratorial e destruição, quando resultado

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



positivo, ou emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV) junto à IDARON. Para assegurar a qualidade das mudas estes procedimentos geram um grande volume de ações de fiscalização para as unidades da IDARON como controle e contagem de estoque de mudas, acompanhamento de coleta e destruição de mudas contaminadas, fiscalização de trânsito, cadastramento e renovação de cadastro e emissão de documentos para comercialização. Além de gerar a obrigatoriedade de os produtores comparecerem à ULSAV para atendimento das exigências.

Visando a eficácia destas ações, foi implementado no ano de 2017 o sistema eletrônico, e-PTV como ferramenta de controle e suporte aos servidores que atuam à frente da fiscalização, pois as janelas de tempo do início de produção e da comercialização são muito pequenas e, usualmente, todos os viveiros utilizam o mesmo período. Em Dezembro de 2017 o sistema eletrônico foi implantado e nessa mesma época passou a ser utilizado pelo público privado - produtores de mudas de café e os Responsáveis Técnicos dos Viveiros comerciais de mudas café - e pela fiscalização de produtos e subprodutos de origem vegetal realizada pela Agência IDARON que inclui fiscais e assistentes fiscais das Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's); a Coordenação de Fiscalização de Sementes e Mudanças e a Gerência de Inspeção e Defesa Sanitária Vegetal. O sistema permaneceu em pleno funcionamento no decorrer do ano de 2018 e houveram atualizações a fim de melhorar o seu manuseio e torná-lo cada vez mais eficiente. Em 2019 o sistema permaneceu em funcionamento sem atualizações, sendo feito apenas correções de erros detectados.

No final do ano de 2018, iniciou-se a discussão sobre a implementação de um sistema informatizado para atender a demanda de mudas produzidas para uso próprio. Atualmente, os produtores de mudas para uso próprio realizam uma Declaração Comprobatória de Uso Próprio de forma manual, conforme modelo de declaração anexa na Portaria Nº 558 de 08 de janeiro de 2016. Logo, com o sistema informatizado em questão será possível a emissão on-line da Declaração Comprobatória de Uso Próprio pelo produtor das mudas.

Dos viveiros cadastrados e responsáveis técnicos habilitados

Em 2016, ano que a Portaria Nº 558/IDARON entrou em vigência, havia 42 viveiros cadastrados como produtores de mudas de café para comercialização junto a



agência IDARON, no final do ano de 2017 esse número saltou para 80 os cadastros viveiros produtores de mudas de café para comercialização, atualmente, são 103.

Todos estes viveiros produtores de mudas de café possuem responsável técnico (RT) habilitado para o processo de Certificação Fitossanitária de Origem com formação em Engenharia Agrônômica. O profissional é responsável pela produção de mudas de qualidade e livres de nematóides. Atualmente são 86 RT's habilitados no Estado de Rondônia, número que tem atendido as demandas atuais, conforme Figura 96.



Figura 97: Evolução da quantidade de produtores de mudas de café com Certificação Fitossanitária de Origem e de Engenheiros Agrônomos habilitados para a certificação o Estado de Rondônia, desde junho de 2016, início da vigência da Portaria IDARON N° 558/2016 até 2019.

Tem-se verificado a cada ano a melhoria nas condições fitossanitárias e de controle da qualidade de mudas de café produzidas em estabelecimentos cadastrados e inseridos dentro do processo de certificação fitossanitária de origem.



Figura 98: Estrutura de estabelecimentos produtores de mudas de café com Certificação Fitossanitária de Origem.

Da produção de mudas certificadas

A produção de mudas certificadas tem sido incrementada a cada ano, desde a vigência da legislação, aumentando cerca de 30% após o primeiro ano e em cerca de 50% no segundo ano, com mais de 21 milhões de mudas de café declaradas no processo de Certificação Fitossanitária de Origem em 2018, já em 2019 esse valor teve uma redução de quase 40% conforme Figura 98.

Por outro lado, verifica-se que o total de mudas contaminadas por nematoides que foi de aproximadamente 5% na safra de 2017, passou para apenas 1%, aproximadamente, em 2018, e de menos de 3% em 2019 demonstrando a evolução nos sistemas de produção no controle da disseminação de nematoides nas mudas de café que passam pelo processo de certificação fitossanitária de origem.

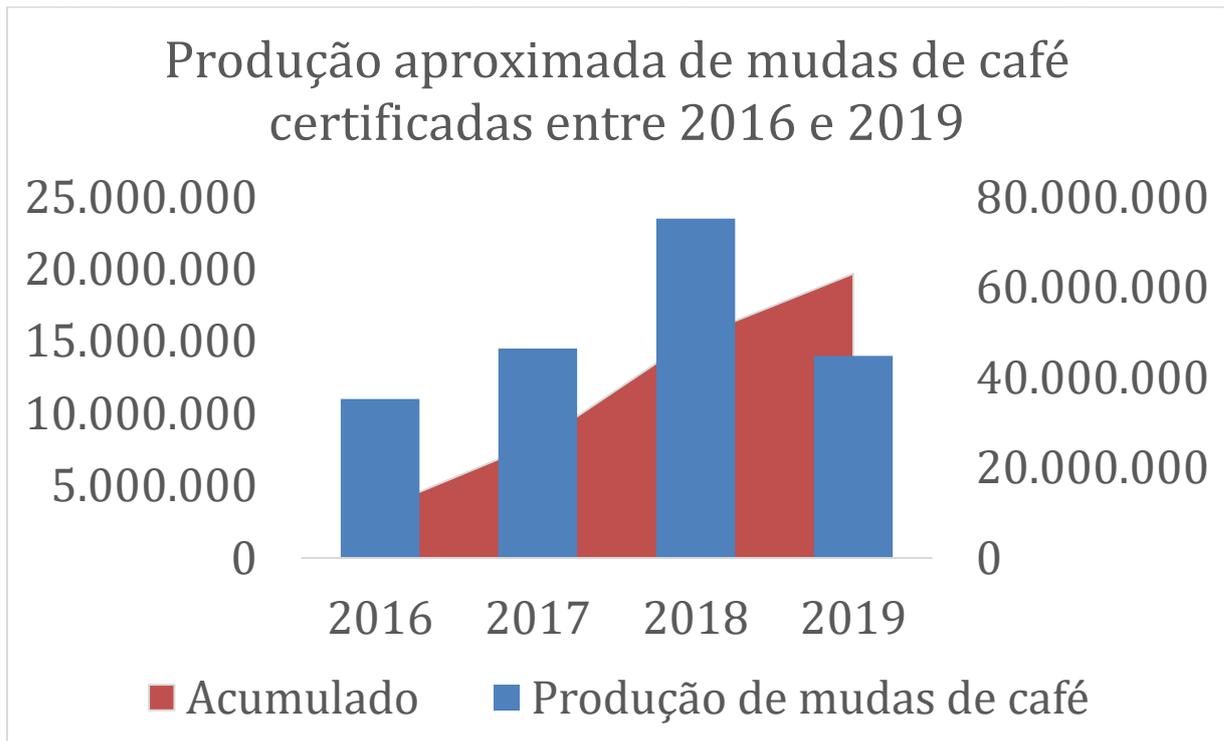


Figura 99: Evolução da quantidade de mudas de café declaradas por produtores.

Obs. Evolução da quantidade de mudas de café declaradas por produtores inseridos no processo de Certificação Fitossanitária de Origem no Estado de Rondônia, desde junho de 2016, início da vigência da Portaria IDARON 558/2016, até o final de 2019, e quantidade de mudas destruídas por contaminação com nematoides do gênero *Meloidogyne* spp.

Os municípios das regionais de Rolim de Moura continuam figurando como os maiores produtores de mudas de café certificada do Estado de Rondônia, representando cerca de 70% da produção estadual, seguido dos municípios das regionais de São Francisco do Guaporé (cerca de 8%) e de Pimenta Bueno (cerca de 8%), conforme figura 6, totalizando mais de 14 milhões de mudas de café produzidas certificadas em 2019.

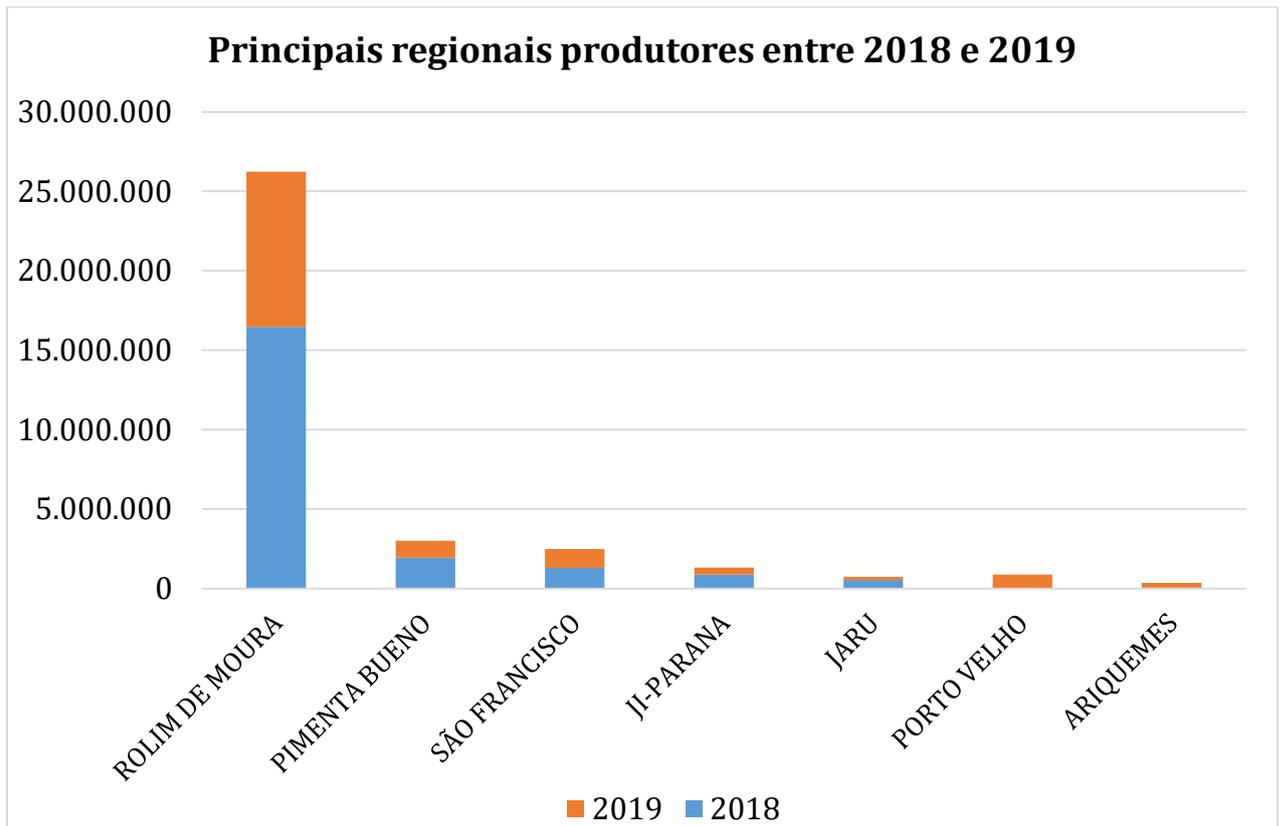


Figura 100: Quantitativo de mudas de café declaradas por produtores inseridos no processo de Certificação Fitossanitária de Origem para *Meloidogyne* spp. no Estado de Rondônia, em 2019, divididos por Regional.

Da rastreabilidade

O Sistema de Emissão e Controle de Trânsito de Vegetais (e-PTV) torna mais eficiente o monitoramento da produção e comercialização dos produtos produzidos dentro do sistema de certificação e, portanto, permite a melhoria da rastreabilidade destes produtos.

Com os relatórios extraídos dos dados inseridos no sistema, verificamos que o principal destino das mudas de café certificada foi Nova Brasilândia do Oeste, com mais de 1,6 milhões de mudas, seguida por Cacoal, com pouco mais de 1 milhão (Figura 100).



Figura 101: Principais destinos das mudas de café certificadas produzidas no Estado de Rondônia em 2018 a 2020.

A análise dos dados da rastreabilidade evidencia que, apesar de o consumo interno de mudas de café certificada deter a maior fatia do mercado, as exportações para as demais Unidades da Federação estão crescendo a cada ano, mais de 36% no último ano, sendo que Mato Grosso continua figurando como principal destino, conforme Figura 101.

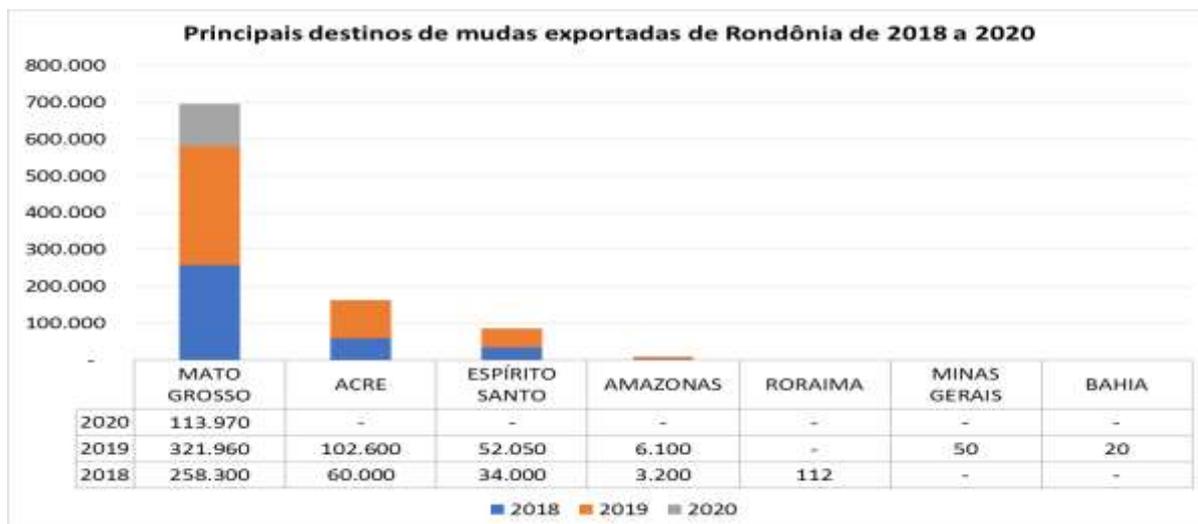


Figura 102: Os destinos das exportações de mudas de café certificadas produzidas no Estado de Rondônia em 2019 para outras Unidades da Federação.

Das fiscalização da certificação

No processo de certificação os produtores de mudas de café realizam a declaração de sua produção à cada lote de mudas produzidas. Atualmente, com a utilização do sistema de Emissão e Controle de Permissão de Trânsito de Vegetais (e-PTV) não se faz



necessário o deslocamento do produtor até a unidade da Agência IDARON mais próxima, essa operação é realizada por sítio eletrônico na internet.

Assim, com os dados inseridos no sistema a fiscalização se torna mais eficiente e é realizada em cada uma das fases da produção com ações periódicas dentro do viveiro, em especial no início da produção, no acompanhamento da coleta de amostras para análise laboratorial e, no caso de resultado positivo, no ato de descarte das mudas contaminadas.

As ações de fiscalização de mudas têm acompanhado o crescimento da produção e do número de viveiros cadastrados e inseridos no processo de certificação de forma proporcional, tendo aumentado em cerca de 200% de ações em relação à 2018, em nível estadual (Figura 103), provavelmente em função do monitoramento e cobranças de envio e correções de relatórios.

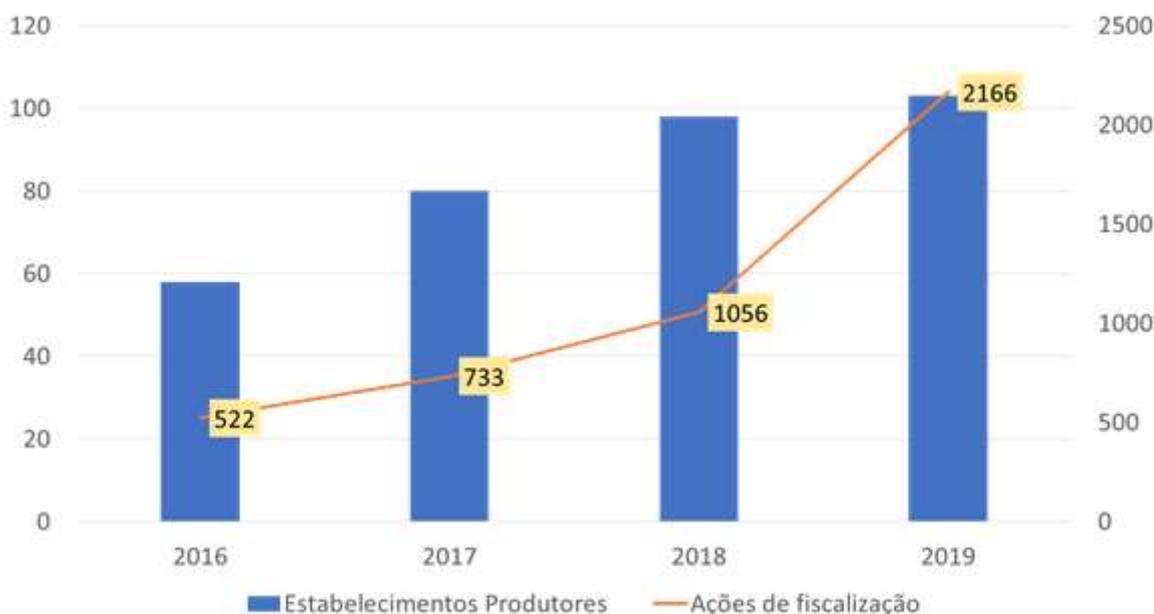


Figura 103: Evolução do quantitativo de ações de fiscalização em viveiros realizadas pela Agência IDARON no Estado de Rondônia do ano de 2016 a 2019.

Das demais mudas, frutíferas, ornamentais e florestais

As ações de fiscalização de mudas não se restringem às mudas de café, ocorrendo também em viveiros produtores de demais mudas, em especial às de espécies frutíferas,



ornamentais e florestais, com o cadastro dos viveiros produtores e comerciantes de mudas e acompanhamento das exigências estabelecidas pelas legislações específicas.

A fiscalização também ocorre nos postos fixos nas vias de acesso ao Estado de Rondônia, visando coibir a entrada de produtos em desacordo com a legislação e evitar a introdução e estabelecimento de novas pragas nas lavouras estaduais, monitoradas pela coordenação da fiscalização de trânsito.

Em virtude do reconhecimento do Estado de Rondônia como área com pragas de citros ausente, como publicado pelo MAPA por meio da Resolução nº02/2018, tem se realizado direcionamento de algumas ações voltadas para mudas de espécies cítricas e acompanhamento dos sistemas de produção e comercialização, que ocorre em 58 viveiros cadastrados junto à Agência IDARON.

No período de 12 a 16/08/2019 os Fiscais Estaduais Agropecuários Renê Suaiden Parmejiani e João Paulo Quaresma viajaram a Campinas para atualizar conhecimentos e procedimentos, promover a interação e a troca de conhecimentos entre os Fiscais Estaduais Agropecuários da Agência IDARON com os de outros Estados, assim como possibilitar intercâmbios e parcerias entre os OEDSV para promover uma melhor Defesa Agropecuária para o Estado de Rondônia. No decorrer da viagem, os fiscais participaram de reunião técnica na Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA-SP); Visitaram o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) e Laboratório Central de Sementes e Mudanças da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS); Fizeram uma visita técnica a uma propriedade rural citrícola localizada em Catanduva-SP com a finalidade de conhecer os processos adotados pelo produtor e responsável técnico para a certificação fitossanitária de origem inserida no sistema de mitigação de riscos; e realizaram visita técnica a Central de Abastecimento de Campinas (CEASA) para conhecer o sistema de monitoramento de mosca da carambola realizado pela CDA-SP na CEASA e os procedimentos adotados no processo de certificação fitossanitário de origem consolidada pelos responsáveis técnicos das unidades de certificação e pelos agentes de fiscalização responsáveis pela emissão das Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV).



Reunião na sede do
Fundecitrus



Laboratório de diagnóstico,
pesquisa e desenvolvimento
do Fundecitrus



Laboratório de controle
biológico do Fundecitrus



Figura 104: Registros Fotográficos da viagem a CDA e ao Fundecitrus.

Treinamentos e capacitações de servidores e de público externo

No período de 27/05/2019 a 31/05/2019 realizou-se um treinamento em vigilância sanitária do trânsito de produtos, subprodutos de origem animal e vegetal aos servidores que atuam na escala de plantão em Posto Fixo. O público que participou do treinamento foi a equipe atuante no Posto Fixo de Tucandeira no distrito de Extrema e objetivou-se estimular a vigilância sanitária no trânsito e padronizar os procedimentos relacionados aos métodos adotados durante as abordagens nos postos, conforme Figura 104.

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar – Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Figura 105: Registro fotográfico do treinamento em vigilância sanitária realizado para equipe atuante do Posto Fixo de Tucandeira.

Também foi realizado treinamento em vigilância sanitária do trânsito de produtos, subprodutos de origem animal e vegetal aos servidores que atuam na escala de plantão em Posto Fixo 130, na fronteira entre Rondônia e Amazonas.

Foram realizadas reuniões técnicas no período de 12/06/2019 a 14/06/2019 nas unidades de Rio Pardo, Buritis, Cujubim e Alto Paraíso da Regional de Ariquemes para harmonização de procedimentos acerca do trânsito de sementes e mudas nesta localidade. Nas unidades de Buritis e Rio Pardo foram discutidas com as equipes as demandas e o estabelecimento de planejamento para execução das metas do PPA. Posteriormente, realizou-se uma reunião técnica com a equipe da EMATER de Rio Pardo para discutir



sobre os procedimentos, regularidade e qualidade das mudas de café provenientes de viveiros inseridos no processo de Certificação Fitossanitária de Origem entregues aos cafeicultores da região pelo poder público estadual.

Participou-se do dia Campo do Abacaxi que ocorreu em uma propriedade rural localizada em Cujubim, onde foram realizadas palestras e práticas sobre todo o processo da cultura do abacaxi pelas equipes de pesquisadores da EMBRAPA, extensionistas rurais da EMATER e Fiscais Agropecuários da Agência IDARON para os produtores locais, conforme Figura 105.



Figura 106: Reuniões Técnicas as unidades da Regional de Ariquemes e Dia de Campo do Abacaxi.

Em setembro de 2019 foi realizado o “Aperfeiçoamento em levantamento e erradicação de pragas agrícolas” ministrado pela equipe técnica do Agrônomo - Laboratório de Diagnóstico Fitossanitário e Consultoria, sendo abordado sobre as pragas das culturas de maior importância econômica para o Estado de Rondônia e as metodologias de coletas de amostras, com foco especial em citricultura, cafeicultura, sojicultura e cacauicultura.

A Coordenação participou do “I AGROFOLORO - Primeiro encontro da cadeia produtiva de florestas plantadas de Rondônia”, realizada em novembro de 2019 em Cacoal, onde foram realizadas palestras e discussões envolvendo as entidades atuantes no setor.



Figura 107: Registro fotográfico do “Primeiro encontro da cadeia produtiva de florestas plantadas de Rondônia.

Com vista em estabelecer uma legislação estadual de sementes e de mudas para estabelecer legalidade a nível estadual para as ações de fiscalização de sementes exercida pela IDARON em Rondônia, possibilitando a fiscalização de sementes oriundas de outras unidades da federação e demais regulamentações, a discussão da legislação foi iniciada, sendo estudado legislações de Estados que atuam na fiscalização do comércio de sementes.

O Coordenador participou da discussão sobre a atualização do Decreto Federal 5153/2004 em Brasília, Agência IDARON foi uma das Agência estaduais de Defesa Agropecuária indicadas à apresentar e defender suas propostas na reunião, considerando-se as experiências anteriores e os trabalhos realizados pela Defesa Vegetal em Rondônia. Propostas à legislação estadual tem sido debatidas internamente, com elaboração de minutas para regulamentação para adequação das ações e resolução dos gargalos existentes para a fiscalização, contudo, até a presente data não foram publicadas.

Considerações

Há necessidade de atuação conjunta e em mesma intensidade de todos os entes envolvidos e sobre todos os atributos das mudas, sendo eles fiscalizados pela IDARON ou pelo MAPA/SFA/RO.



Se faz necessário a atualização do sistema de emissão e controle de Permissão de Trânsito de Vegetais com ajustes para auxiliar no controle e fiscalização da produção de mudas no processo de Certificação Fitossanitária de Origem.

É importante que também que se estabeleça normas para certificação da produção de mudas de outras culturas de importância econômica para o Estado, a exemplo das espécies ou híbridos dos gêneros *Citrus*, *Fortunella* ou *Poncirus*.

5.2.4. Fiscalização do Comércio de Sementes

O uso de sementes na implantação das pastagens ocorre em maior escala, em relação ao uso de propagação vegetativa, por ser uma operação menos onerosa para o produtor. A alta qualidade das sementes está relacionada aos seus atributos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários, os quais expressam a capacidade da semente gerar plântulas com maior chance de superar as condições edafoclimáticas adversas e tornarem-se plantas adultas, culminando no estabelecimento adequado e uniforme da lavoura e, ainda, não introduzir pragas e doenças (França-Neto; Krzyzanowski; Henning, 2010).

Com a introdução de novas tecnologias nas propriedades agropecuárias do Estado, é de grande importância assegurar aos produtores rurais de Rondônia a disponibilidade de sementes de elevada qualidade, pois a introdução de sementes com baixa qualidade nas propriedades rurais pode ser um elo fraco para o fortalecimento da pecuária rondoniense e causar prejuízos aos agricultores e pecuaristas.

Grande percentual das sementes de forrageiras tropicais, de soja e de milho utilizadas pelos agricultores de Rondônia são provenientes de produtores estabelecidos em outras Unidades da Federação, portanto, para assegurar a origem e a elevada qualidade destes produtos se faz necessário a fiscalização eficiente com a verificação da documentação obrigatória e, também, da aferição dos padrões mínimos exigidos por Lei.

Dessa forma, o programa de fiscalização de sementes da IDARON tem por objetivo assegurar a identidade e a qualidade física, fisiológica e genética das sementes disponíveis no comércio para os agricultores e pecuaristas do Estado de Rondônia, conforme os padrões mínimos definidos pela legislação vigente.

A continuação da execução deste projeto irá assegurar a disponibilidade de sementes de alta qualidade, dentro dos padrões estabelecidos pela Legislação, no comércio estadual, evitando prejuízos aos produtores rurais do Estado.



Fiscalização de Sementes

Como método de fiscalização de sementes de forrageiras e de grandes culturas os Fiscais, Engenheiros Agrônomos, desta Agência realizam o controle da entrada, do trânsito e do comércio por meio de fiscalizações de rotina, conferência da documentação emitida pelo produtor da semente que atestem a sua origem e qualidade. Os fiscais também verificam a adequação das condições de armazenamento e integridade das embalagens de sementes, garantindo que os índices de germinação sejam adequadamente mantidos até a semeadura. Este controle ocorre com o auxílio do cadastro dos estabelecimentos que exercem atividades relacionadas às ações executadas pela IDARON, renovados anualmente.

Em 2019 os cadastros de revendas de sementes no Estado tem se mantido, no entanto, ainda há cadastros considerados irregulares, que podem ser referentes à revendas que não estão mais atuando na atividade de comércio de sementes e não requereram o encerramento junto à IDARON ou aquelas que ainda estão em processo de renovação, o que é um primeiro ponto a ser avaliado.

Tabela 21: Ações de cadastramento e fiscalização em estabelecimentos comerciantes de sementes realizados em 2019.

AÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
Cadastro de Revendas de Sementes Regulares	296	303	298	295	375
Fiscalização em N° de fiscalização estabelecimentos	555	777	795	850	1490

Para o ano de 2019 foram estabelecidas metas de fiscalização periódicas nos estabelecimentos atuantes com sementes, para o atendimento ao Plano Plurianual 2016-2019, com uma fiscalização nos estabelecimentos para a verificação do atendimento ao estabelecido pela legislação vigente, principalmente, quanto ao cadastro do estabelecimento, documentação pendentes, condições de armazenamento e



inviolabilidade das embalagens de sementes. Na oportunidade também foi solicitado a regularização da situação cadastral dos estabelecimentos.

Quanto aos cadastros de estabelecimentos, tem-se observado o aumento anual constante de novos estabelecimentos. No entanto, ao consultar o SIS-Vegetal, verifica-se ainda o elevado número de estabelecimentos constando como com cadastro irregular, que podem ser referentes à revendas que não estão mais atuando na atividade de comércio de sementes e não requereram o encerramento junto à IDARON ou aquelas que ainda estão em processo de renovação, o que é necessário ser reavaliado.

Neste sentido, foi observado a manutenção na realização de ações de fiscalização de sementes executadas por ano, com emissão de documento como ficha de atendimento individual, termo de fiscalização, de interdição, de apreensão, de suspensão da comercialização ou notificação, com um grande aumento em comparação ao ano anterior.

Apuração de denúncias

A IDARON recebe denúncias por diversos meios como telefonema anônimo ou identificado, diretamente aos servidores ou oficialmente, sendo que neste período não foram recebidas denúncias por esta coordenação.

Foi encaminhado ao MAPA, em 27/11/2018, denúncia para apuração de ocorrências identificadas em estabelecimento comerciante e reembalador de sementes em Jí-Paraná, a qual foi parcialmente respondida em 07/06/2019

Alternativas para novos avanços

Visando reverter o panorama da qualidade das sementes, esta coordenação tem proposto alternativas que possam ser eficientes para coibir as ilegalidades realizadas no comércio de sementes estadual, possibilitando o acesso a produtos de boa qualidade ao produtor rural.

Da competência da fiscalização

A fiscalização do comércio interestadual constitui competência privativa do MAPA e a fiscalização do comércio estadual dos Estados, conforme o decreto n° 5.153, de 23 de julho de 2004, que aprova o Regulamento da Lei n° 10.711, de 5 de agosto de

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM), e dá outras providências.

Quando o Decreto nº 5153 dispõe sobre o comércio interno de sementes e mudas, enquanto em trânsito interestadual e ao entrar na área de jurisdição da unidade federativa destinatária, a competência sobre a fiscalização das sementes comercializadas é do órgão de fiscalização desta unidade.

No entendimento atual, esta Agência fica responsável pela simples ação de comunicar ao MAPA a respeito das irregularidades verificadas nas sementes provenientes de outras Unidades da Federação ou da produção de mudas e aguardar que este adote as medidas cabíveis.

O quadro atual de servidores Fiscais, Engenheiros Agrônomos, do MAPA nesta Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia (SFA/RO) encontra-se muito reduzido e, por maior que sejam seus esforços, a execução das ações de fiscalização no âmbito da produção de sementes e mudas em todo o território estadual será pouco efetiva. Nesta perspectiva, a Lei nº 10.711 permite que o MAPA descentralize, por convênio ou acordo com entes públicos, a execução do serviço de fiscalização, ficando sujeita a auditorias regulares executadas pelo MAPA, sendo estas ações regulamentadas pelo Decreto 5153. Por outro lado, a Lei nº 2116, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no estado de Rondônia, determina que, dentro dos limites permitidos pela Legislação Federal, a IDARON exerça a defesa sanitária Vegetal em Rondônia, e prevê, inclusive, o estabelecimento da fiscalização da produção de sementes e mudas pela Agência.

Buscando permitir que as sementes comercializadas em Rondônia sejam fiscalizadas e as sementeiras que comercializarem sementes ilegais sejam penalizadas com mais agilidade e eficiência, esta Agência solicitou a descentralização por convênio, acordo ou Termo de Cooperação, das ações de fiscalização do comércio e da produção de sementes e mudas executada pelo MAPA para que estas sejam executadas por esta Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), nos termos a serem definidos.

No entanto foi encontrado grande resistência para o entendimento dos termos do acordo de cooperação técnica a ser firmado com o MAPA, sendo este tendo que ser tratado diretamente com o MAPA em Brasília.



Foi encaminhado ao MAPA, minuta com as adequações sugeridas em parecer pela CONJUR/MAPA/CGU/AGU e outros ajustes dos termos do acordo de cooperação técnica para avaliação, solicitando a apresentação de propostas e sugestões para tal formalização, que permitissem assegurar a disponibilidade de sementes e de mudas de alta qualidade aos agricultores e pecuaristas de Rondônia, em especial ao que diz respeito à qualidade e identidade das sementes de forrageiras tropicais e das mudas de café, que são de grande importância econômica ao Estado e se encontram deficitárias. Estas ações ainda estão em andamento e até a presente data não foram firmados acordos.

DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE SEMENTES E DE MUDAS

Outra alternativa proposta, foi a de estabelecer uma legislação estadual de sementes e de mudas para estabelecer legalidade a nível estadual para as ações de fiscalização de sementes exercida pela IDARON em Rondônia, possibilitando a fiscalização de sementes oriundas de outras unidades da federação e demais regulamentações.

A discussão da legislação foi iniciada, sendo estudado legislações de Estados que atuam na fiscalização do comércio de sementes. Para trazer amplitude à discussão o coordenador da fiscalização de sementes participou do XX Congresso Brasileiro de Sementes, no qual foi realizado o III Simpósio Brasileiro de Sementes de Espécies de Forrageiras. Nestes eventos foram debatidos sobre a qualidade das sementes, aspectos legais da produção e fiscalização, dentre outros assuntos pertinentes.

Também o Coordenador participou da discussão sobre a atualização do Decreto Federal 5153/2004 em Brasília, Agência IDARON foi uma das Agência estaduais de Defesa Agropecuária indicadas à apresentar e defender suas propostas na reunião, considerando-se as experiências anteriores e os trabalhos realizados pela Defesa Vegetal em Rondônia.

Propostas à legislação estadual tem sido debatidas internamente, com elaboração de minutas para regulamentação para adequação das ações e resolução dos gargalos existentes para a fiscalização, contudo, até a presente data não foram publicadas.

DOS PROCESSOS

Para o julgamento dos processos referentes às ações de fiscalização da defesa vegetal foi designado servidores da agência IDARON, para que exerçam
Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.



cumulativamente às suas funções. Desta forma, torna-se ineficiente a execução das ações destes servidores e, por maior que sejam seus esforços, a execução das ações de coordenação e julgamento de processos no âmbito da Defesa Sanitária Vegetal, assim como na fiscalização de sementes e da fiscalização de mudas, será pouco efetiva. Assim, foi designado um servidor específico para realizar o julgamento dos processos da Defesa Vegetal dentro da estrutura da julgadoria da Agência IDARON, se fazendo necessário a estruturação oficial desta.

5.2.5. TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES DE SERVIDORES

Em agosto de 2019, foram realizados treinamentos sobre a vigilância do trânsito em defesa agropecuária para os servidores dos Postos Fixo Interestadual de Tucandeira, em Nova Califórnia na divisa entre os Estados de Rondônia e Acre, e 130, na divisa entre os Estados de Rondônia e Amazonas.

Quanto à área vegetal o treinamento abrangeu a Defesa Sanitária Vegetal, a fiscalização de sementes, de mudas e de agrotóxicos, com teoria e exercício simulados de casos práticos aos servidores para que fossem apresentado soluções e medidas a serem adotadas, exigindo o uso e consulta às ferramentas eletrônicas e aos sistemas CEFiTI, pVia, e-PTV, SISVegetal e RENASEM.



Figura 108: Fotos de treinamento realizado sobre a fiscalização e vigilância do trânsito em defesa agropecuária para os servidores dos Postos Fixos Interestaduais abrangendo a Defesa Sanitária Vegetal, a fiscalização de sementes, de mudas e de agrotóxicos.

No período de 12 a 16/08/2019 os Fiscais Estaduais Agropecuários Renê Suaiden Parmejiani e João Paulo Quaresma viajaram a Campinas para atualizar conhecimentos e procedimentos, promover a interação e a troca de conhecimentos entre os Fiscais Estaduais Agropecuários da Agência IDARON com os de outros Estados, assim como possibilitar intercâmbios e parcerias entre os OEDSV para promover uma melhor Defesa Agropecuária para o Estado de Rondônia.

No decorrer da viagem, os fiscais participaram de reunião técnica na Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA-SP) e além do sistema de Certificação Fitossanitária de Origem, da cadeia de produção citrícola visitaram o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) e Laboratório Central de Sementes e Mudanças da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS).



CONSIDERAÇÕES

Conforme relatado, as sementes de forrageiras disponíveis no comércio do Estado de Rondônia são de péssima qualidade, sendo indiferente a sua procedência quanto aos parâmetros averiguados.

Esta situação configura-se em um fator de potencial enfraquecedor para a agropecuária no Estado, visto que sementes de baixa qualidade podem comprometer o estabelecimento das lavouras, ocasionando prejuízos ao pecuarista, ao agricultor e, conseqüentemente, a economia.

Se faz necessário a adoção imediata de ações que visem reverter este panorama dentre elas podem ser incluídas:

1. O avanço das discussões para encontrar uma resolução junto ao MAPA/SFA/RO para que ambos corroborem para assegurar a disponibilidade de sementes de alta qualidade no comércio de Rondônia, por meio de um termo oficial e reestruturação do programa;
2. Estabelecer legislação estadual de sementes e de mudas;
3. Estabelecer estrutura organizacional e protocolo de procedimentos para julgamento das infrações cometidas no âmbito da Defesa Sanitária Agrosilvopastoril.
4. Promoção da conscientização de produtores rurais quanto aos benefícios do uso de sementes de alta qualidade na implantação da lavoura visando coibir o uso de sementes de baixa qualidade, concomitante à ações de fiscalização.

5.2.6. Programa de Controle da Ferrugem Asiática da Soja-PROCFAS

O cadastro anual das áreas produtoras de soja tornou-se obrigatório através da Instrução Normativa n° 001/2013-IDARON/GAB-PR, os produtores de soja do Estado de Rondônia cadastram suas lavouras pelo portal da IDARON ou pessoalmente nas unidades de atendimento (ULSAV's) no período de 15 de setembro a 30 de dezembro. Na figura 01, encontram-se os dados de área cultivo de soja por município no estado de Rondônia na safra 2018/2019.

Os seis municípios com as maiores áreas destinadas à produção de soja estão localizados no Sul do Estado, sendo Vilhena (40.552,88ha), Corumbiara (35.402,22ha),
Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar- Bairro Pedrinhas.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Pimenteiras do Oeste (33.175,31ha), Cerejeiras (28.889,63ha), Chupinguaia (24.877,00ha) e Cabixi (24.595,31ha). O Sul rondoniense também tem os seis municípios com mais propriedades rurais produtoras de soja: Cerejeiras (348), Corumbiara (167), Pimenteiras do Oeste (151), Cabixi (145), São Miguel do Guaporé (95) e Vilhena (85). Área cultivada em período de safrinha foram 34.611,690 ha.

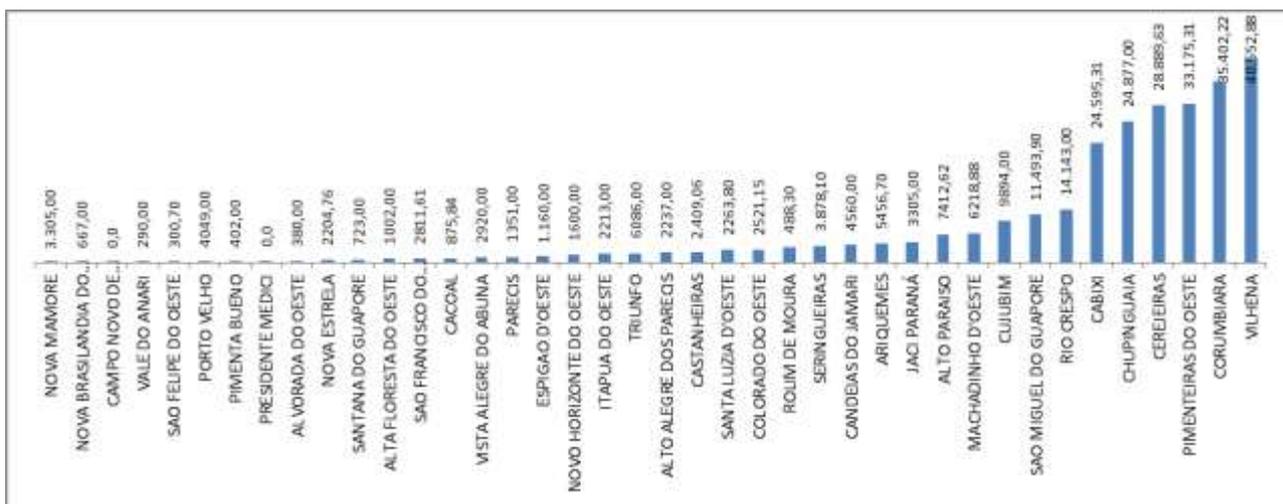


Figura 109: Área de cultivo de soja (ha) por município no Estado de Rondônia, safra 2018/2019.

Conforme os dados da Figura 108, o número de áreas com cultivo de soja safra 2018/2019 houve aumento, principalmente em novas regiões onde esta em franca expansão, já em regiões com áreas consolidadas houve decréscimos de área, por propriedades que não foram cadastradas, por falta de cadastro na IDARON, tais produtores foram notificados para regularizarem suas situações para terem acesso ao cadastro safra 2019/2020, mas no total geral tivemos um acréscimo conforme demonstrado na Figura 109.



Número de propriedades com a cultura da soja

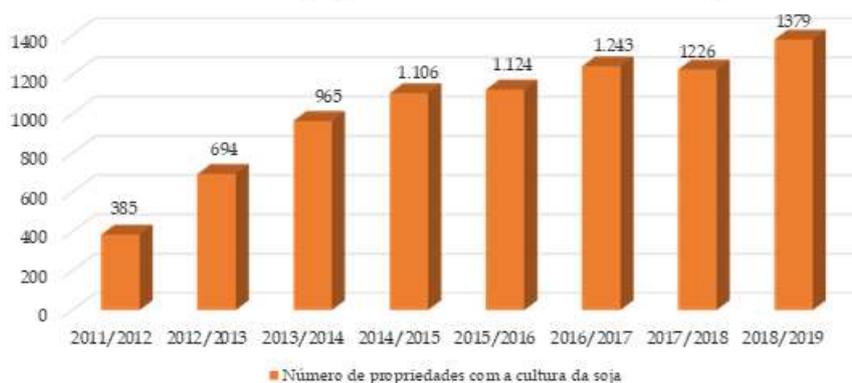


Figura 110: Evolução do número de propriedades que cultivam a cultura da soja em Rondônia nas safras 2011/2012 a 2018/2019.

O cadastramento possui o intuito de fornecer informações sobre a cultura da soja no estado e possibilitar o monitoramento das propriedades, principalmente o cumprimento das medidas de controle da ferrugem asiática da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, a praga possui o potencial de destruir totalmente uma lavoura e aumentar os custos de produção devido ao aumento no número de aplicações de fungicidas no controle da praga.

Área total (ha) com a cultura da soja em Rondônia

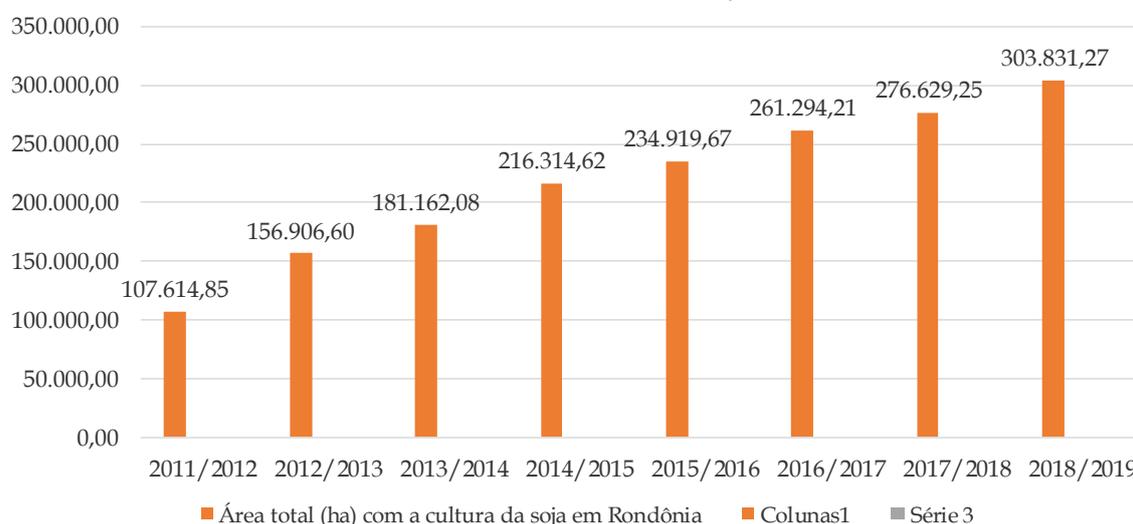




Figura 111: Evolução da área cultivada com a cultura da soja (ha) em Rondônia, safras 2011/2012 a 2018/2019.

No Estado de Rondônia, além do cultivo da soja no período de safra, é realizado o cultivo da cultura em “safrinha“, esta prática de cultivo tem ocasionado uma grande discussão por parte de produtores de soja e entidades da cadeia produtiva da soja.

Como o cultivo da soja safrinha é realizado imediatamente após a colheita da soja principal, em um ambiente com grande volume de esporos da praga, favorece a seleção de resistência e perda de eficácia de agrotóxicos para o seu controle de forma muito rápida. Conforme a EMBRAPA-Soja foi registrada a perda de eficácia de alguns produtos de uma safra para outra.

Considerando a preocupação no setor, a Agência IDARON realiza monitoramento das lavouras de soja safrinha, com o objetivo de acompanhar a incidência de *Phakopsora pachyrhizi* nas lavouras.

Em 2019 foram coletadas amostras de soja durante o período de cultivo em Safrinha. As amostras foram encaminhadas para laboratório credenciado no Ministério da Agricultura-MAPA.

Das 196 propriedades cadastradas na IDARON com soja/safrinha, foram coletadas 99 amostras em 90 propriedades, com confirmação de presença da praga em 37 propriedades entre os municípios de Rolim de Moura, Colorado do Oeste (área abandonada), São Francisco do Guaporé, Alto Paraíso, Ariquemes, Cujubim, Rio Crespo, Chupinguaia, Corumbiara, Vilhena, Candeias do Jamari, Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras e Seringueiras (soja tiguera).

O número de casos detectados representam um grande salto em relação aos dados obtidos em 2018 onde foi encontrado 1 (um) caso positivo de 66 (sessenta e seis) amostras coletadas.

Tabela 22: Propriedades produtoras de soja safrinha, nº de amostras coletadas e resultado de levantamento de presença da ferrugem asiática da soja.

Município	Propriedades cadastradas para cultivo de safrinha	Nº DE AMOSTRAS A SEREM COLETADAS (PROPRIEDADE)	PROPRIEDADES REALIZADAS	RESULTADO
Alto Paraíso	43	15	16	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Ariquemes	21	10	10	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Rio Crespo	36	15	16	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Cujubim	16	7	7	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Campo Novo	1	1	1	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Machadinho	37	15	15	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Candeias	1	1	1	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Porto Velho	9	5	5	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Vista Alegre	2	2	0	-
Boa Esperança	2	2	2	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Cabixi	1	1	1*	-
Cerejeiras	4	4	3	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Chupinguaia	2	2	2	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Colorado	0	1	1**	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Corumbiara	8	4	4	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Pimenteiras	5	2	2	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Vilhena	2	2	1	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Rolim de Moura	1	1	1	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Nova Estrela	3	3	2	Presença de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Castanheiras	1	1	1	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
São Francisco	1	1	1	Livre de <i>Phakopsora pachyrhizi</i>
Seringueiras	0	0	1***	0
TOTAL GERAL:	196	94	90	-

*No momento da fiscalização não foi possível coletar amostras pois o produtor já havia realizado pulverização com desse

** Propriedade com
presença de soja
tiguera, área
abandonada

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar- Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 - Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



*** Área com soja
tiguera no período
do vazio sanitário

O vazio sanitário da soja, realizado entre 15 de junho a 15 de setembro, período que não pode existir plantas vivas de soja no campo, é a prática mais importante para o controle da ferrugem asiática, pois retarda a ocorrência da soja na lavoura, possibilitando que outras medidas de controle possam ser aplicadas de forma eficiente no campo.

Durante o período do vazio sanitário da soja são realizadas vistorias nas áreas de cultivo e caso sejam encontradas plantas de soja vivas o produtor é notificado a realizar a eliminação das plantas e pode ser autuado caso seja uma reincidência. A área é posteriormente revisitada para observar se o controle foi realizado.

A agência IDARON realizou o trabalho da fiscalização do cumprimento do vazio sanitário da soja, no ano de 2019 onde foram realizadas 1336 fiscalizações, que abrangeram a área de 288.159,23ha.

Durante as fiscalizações foram encontradas presença de plantas vivas de soja em 50 propriedades com emissão de 14 autos de infração.

Nesta safra implantamos um novo sistema de fiscalização, foram estipuladas metas com um número de propriedades com a fiscalização padrão com emissão de FAI, e o restante das propriedades fiscalização com emissão de formulário de patrulhamento, abrangendo 100% das áreas produtoras de soja sendo fiscalizadas.

A fiscalização convencional foi realizada nas áreas de cultivo classificadas como de maior risco fitossanitário, atendendo a meta mínima estabelecida para o município.

Parâmetros utilizados para definição das áreas de risco:

- Áreas localizadas com maior fluxo de veículos;
- Produtor reincidente, que tenha histórico de presença de plantas vivas de soja durante o vazio;
- Áreas com cultivo de soja em período de Safrinha;
- Propriedades com cultivo de dicotiledôneas (ex. feijão, girassol etc.);
- Área sem cultivo de gramíneas (ex. milho, sorgo, milheto, braquiária), após a colheita de soja, risco de tiguera;
- Áreas com histórico de má condução durante safra/safrinha;



- Presença de chuvas durante o vazio;
- Colheitas mal realizadas (altas perdas durante o processo de colheita).

A Fiscalização através de patrulhamento em áreas de cultivo, as demais áreas onde não foram realizadas a fiscalização convencional, a ação de vigilância e fiscalização do cumprimento do vazio sanitário foi realizada através do patrulhamento, com emissão de formulário próprio.

Tabela 23: Número de propriedades cadastradas, área de cultivo, fiscalizações realizadas, notificações e autuações realizadas pela Agência IDARON por regional.

Município	Prop. Cadastradas	Area Cadastrada	Area Fiscalizada	FAI	Patrulhamento	TOTAL Prop.	Total de Area	Soja Viva	Autos
Alta Floresta do Oeste	3	1002	1002	3	0	0	0	0	0
Alto Alegre dos Parecís	5	2237	2237	5	0	0	0	0	0
Alto Paraíso	51	13.412,62	10204,32	34	0	17	3208,3	0	0
Alvorada do Oeste	1	380	380	1	0	0	0	0	0
Ariquemes	31	7893,7	5458,7	31	0	0	2435	0	0
Boa Esperança	5	3775	3075	5	0	0	700	0	0
Cabixi	145	24610,31	24610,3	53	92	0	0	1	1
Cacoal	2	875,84	875,84	2	0	0	0	0	0
Campo Novo de RO	1	200	200	1	0	0	0	0	0
Candeias do Jamari	5	6767	368	5	0	0	6399	0	0
Castanheiras	19	2405,23	1900,23	17	1	0	500	4	4
Cerejeiras	353	29.326,13	29.326,13	113	240	0	0	1	1
Chupinguaia	15	24.877,00	25059	14	0	1	118	0	0
Colorado Do Oeste	31	2.421,15	2.421,15	31	0	0	0	0	0
Corgão	3	1405	1405	3	0	0	0	0	0
Corumbiara	167	35.402,22	35.402,22	86	80	1	166	0	0
Cujubim	12	9.894,00	9744	11	0	1	150	3	0
Espigão do Oeste	3	1.160,00	750,00	3	0	0	410	0	0
Itapuã do Oeste	7	2.213,00	2.213,00	7	0	0	0	0	0
Jaci Parana	3	3.305,00	3305	3	0	0	0	0	0
Machadinho do Oeste	44	6.218,88	5260,9	44	0	0	957,98	20	0
Nova Brasilândia	3	667,00	537	3	0	0	130	2	0
Nova Estrela	14	2.204,76	2.204,76	14	0	0	0	4	0

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar- Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 - Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Nova Mamore	2	3.305,00	0	0	0	2	3305	0	0
Novo Horizonte do Oeste	2	1.600,00	400	2	0	0	1200	0	0
Novo Plano	1	2.100,00	2100	1	0	0	0	0	0
Palmeiras	1	200,00	0	0	0	1	200	0	0
Parecis	2	1.351,00	0	0	0	2	1351	0	0
Pimenta Bueno	7	402,00	402	7	0	0	0	0	0
Pimenteiras do Oeste	153	33.175,31	32170,39	45	94	14	1004,92	0	0
Porto Velho	9	4.049,00	2791	9	0	0	1258	2	0
Primavera de Rondonia	5	90	90	5	0	0	0	0	0
Rio Crespo	27	14.143,00	10.458,00	22	0	5	3685	1	0
Rolim de Moura	15	488,3	488,3	15	0	0	0	0	0
Santa Luzia	6	2.263,80	2263,8	6	0	0	0	3	3
Santana do Guapore	4	723	723	4	0	0	0	0	0
São Felipe	8	300,7	300,7	8	0	0	0	1	0
São Francisco do Guapore	12	2.811,61	2.811,61	12	0	0	0	6	4
São Miguel do Guapore	95	11.493,90	11.493,90	95	0	0	0	0	0
Seringueiras	16	3.878,10	3878,1	16	0	0	0	2	1
Triunfo	4	6.086,00	6086	4	0	0	0	0	0
Vale do Anari	2	290	290	2	0	0	0	0	0
Vilhena	85	40.552,88	40.552,88	48	37	0	0	0	0
Vista alegre do Abuna	2	2.920,00	2920	2	0	0	0	0	0
Total	1379	303.831,27	288159,23	792	544	45	26717,21	50	14



5.2.7. PROGRAMA VIGILÂNCIA E CONTROLE DE PRAGAS

O objetivo do programa Vigilância e Controle é prevenir a introdução e dispersão de pragas no Estado de Rondônia. As pragas agrícolas constituem atualmente, uma das principais barreiras no mercado nacional e internacional de produtos agrícolas. O amparo ao desenvolvimento agropecuário do estado é assegurado através de medidas, que evitem a introdução de pragas que não estão presentes no estado de Rondônia, ações de vigilância para determinar a ocorrência ou ausência de determinadas pragas, bem como executar e promover ações de controle de pragas presentes que são de controle oficial e ou apresentem importância econômica para o estado de Rondônia.

Concomitantemente é realizado o trabalho de educação sanitária aos envolvidos no processo produtivo, de modo a fortalecer as ações de Defesa Vegetal, tendo como principal objetivo diminuir a taxa de disseminação das pragas existentes, desenvolver medidas de controle eficientes e evitar a introdução daquelas que são exóticas.

As ações fitossanitárias executadas sob a coordenação deste programa são: cadastro de propriedades rurais e de áreas produtivas, levantamento de detecção de pragas, coleta de amostras vegetais para análise em laboratório oficial ou credenciado, apresentação de relatórios atestando a ausência ou presença de determinadas pragas no Estado de Rondônia, aplicação de medidas para a prevenção e controle de pragas regulamentadas.

Na tabela 1 constam os programas e ações desenvolvidas no Estado de Rondônia conforme programa nacional estabelecido pelo Ministério da Agricultura – MAPA ou programa estabelecido dentro do Estado pela Agência IDARON, por este ser considerado de interesse do estado a sua realização.

No caso de programas de controle de pragas de importância estadual, o mesmo precisa ser apresentado e reconhecido pelo MAPA, onde o órgão estadual apresenta a sua pertinência e os procedimentos que serão realizados para assegurar o controle. O programa de controle do nematoide-das-galhas-do-cafeeiro fora implementado após ampla discussão e solicitação da cadeia produtiva da cafeicultura do estado, o programa foi reconhecido pelo MAPA após análise de processo encaminhado pela Agência IDARON.



As ações de defesa vegetal relacionadas às culturas de cacau/cupuaçu, citros, soja, mudas de café, banana e fruteiras/mosca da carambola, serão abordadas em tópicos específicos.

A cultura do algodão está reiniciando no Estado de Rondônia, possui grande potencial produtivo e para amparar o desenvolvimento e produtividade da cultura será necessário implementar medidas de controle das pragas bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis*) e *Amaranthus palmeri*). Neste sentido e complementando a IN MAPA n° 44 de 2008, foi elaborada uma minuta de legislação para regulamentar o cultivo de algodão no estado, assegurando a utilização de medidas pelos produtores, visando à prevenção e o controle destas pragas.

Cultivo de interesse	Área de cultivo (ha)	Programas/Planos/Ações	Pragas Alvo	Atos Normativos em Vigor	Status da praga
Cacau/Cupuaçu	9.687*	Plano de contingência de Monilíase do cacauzeiro.	<i>Moniliophthora roreri</i>	IN n° 13/2012	Ausente
Citros	1.189*	Prevenção e erradicação do Huanglongbing (HLB);	<i>Candidatus liberibacter</i>	IN n° 53/2008	Ausente
		Prevenção, Controle e Erradicação do cancro cítrico;	<i>Xanthomonas citri subsp. citri</i>	IN n° 21/2018	Ausente
		Prevenção e Controle da Pinta Preta dos Citros – SMR.	<i>Guignardia citricarpa</i>	IN n° 3/2008	Presente
Soja	352.247*	Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja - PNCFS.	<i>Phakopsora pachyrhizi</i>	IN n° 2/2007 IN IDARON n° 1/2013	Presente
Café	20.907*	Programa Estadual de Controle do nematoide-das-galhas-do-cafeeiro	<i>Meloidogyne spp.</i>	Portaria n° 558/2015	Presente
Banana	6.233*	Prevenção e Controle da Sigatoka Negra da Bananeira – ALP e SMR;	<i>Mycosphaerella figiensis</i>	IN n° 17/2005	Presente
		Prevenção, Controle e Erradicação do Moko da Bananeira.	<i>Ralstonia solanacearum raça 2</i>	IN n° 17/2009	Restrita
Fruteiras	11.350*	Plano de Supressão e Erradicação da Mosca-da-Carambola.	<i>Bactrocera carambolae</i>	IN n° 28/2017 Resolução n° 2/2018	Ausente
Algodão	3.000**	Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro – PNCB.	<i>Anthonomus grandis</i>	IN n° 44/2008	Deteção

Fonte: *IBGE, **IDARON.



Visando capacitar servidores em ações de vigilância e controle de pragas, foi realizado em setembro de 2019, curso de Aperfeiçoamento em Levantamento e Erradicação de Pragas Agrícolas. O curso foi promovido pela IDARON com o apoio dos instrutores do Laboratório Agrônômica, Eng. Agrônomo Ph.D. Valmir Duarte, Biól. M.Sc. Vinicius Ferreira e o Eng. Agrônomo Mateus Silveira Lorenset. O curso teve uma carga horária total de 32 horas divididas em parte teórica e prática, sendo capacitados 58 servidores da IDARON e de entidades parceiras da Agência (Figura 111).



Figura 112: Participantes e instrutores do curso em Aperfeiçoamento em levantamento de pragas agrícolas.

Com o objetivo de atualizar a legislação estadual de Defesa Sanitária Vegetal do Estado de Rondônia, com o objetivo de dar melhor direcionamento as ações de fiscalização e agilizar os processos prestados a sociedade, foi estabelecida uma comissão de servidores (Figura 112), com o objetivo de elaborar nova legislação, contando com o apoio do Auditor Fiscal Federal Agropecuário Omar Roberto da Silveira como consultor. A comissão elaborou uma minuta de legislação que será apresentada as instâncias da Agência para avaliação e posteriormente a elaboração de novo Decreto pela mesma comissão.



Figura 113: O Auditor Fiscal Omar Roberto da Silveira e demais membros da comissão responsável pela atualização da legislação Estadual de Defesa Vegetal.

LABORATÓRIO DE DIAGNÓSTICO FITOSSANITÁRIO

Através das ações de vigilância realizadas pela IDARON em propriedades rurais, viveiros e outros estabelecimentos, sempre que houver necessidade é realizada a coleta de amostras para envio a laboratório. Conforme legislação federal, qualquer ação que seja necessário o controle de pragas regulamentadas, a instituição deve estar amparada em relatório de ensaio emitido por laboratório credenciado no MAPA. A Agência IDARON possui contrato firmado com laboratório credenciado para atender as ações de sanidade vegetal desenvolvidas pela Agência.

No ano de 2019 foram analisadas 322 amostras de material vegetal de culturas agrícolas diversas, classificadas como de importância econômica e social ou que representam um potencial agrícola a ser fomentado no Estado de Rondônia. As culturas atendidas foram acerola, banana, cacau, café, citros, soja e urucum (Tabela 24).



Tabela 24: Amostras de material vegetal analisadas em laboratório, através de coletas realizadas pela Agência IDARON, no ano de 2019.

Cultura	Nº de amostras analisadas
Acerola	02
Banana	01
Cacau	04
Café	12
Citros	203
Soja	99
Urucum	01
Resultados Alcançados	322

Os resultados encontrados são importantes para indicar o manejo adequado para controle de pragas que são de importância econômica, mas não possuem regulamentação e no caso de ações de erradicação de foco quando as pragas detectadas possuem regulamentação para o controle.

NEMATOIDE DAS GALHAS DO CAFEIEIRO

Meloidogyne spp.

No ano de 2015, após a notificação de ocorrência de doenças na cultura do café em municípios do Estado de Rondônia, foi criada uma comissão formada por representantes da IDARON, EMBRAPA, SEAGRI e EMATER com o intuito de investigar as causas do problema nas propriedades afetadas. Após a realização das visitas nas propriedades, foi constatada a ocorrência de causas diversas. Foi diagnosticado ocorrências de escaldadura solar, roseliniose (*Rosellinia* sp.), rhizoctoniose (*Rhizoctonia solani*), fusariose (*Fusarium* spp.), antracnose (*Colletotrichum* spp.), queima-do-fio (*Pellicularia koleroga*), Mancha aureolada (*Pseudomonas syringae* pv. *garcae*), nematoide das galhas (*Meloidogyne* sp.).

Entre as causas fitossanitárias observadas em lavouras de diversos municípios, o nematoide-das-galhas-do-cafeeiro foi o que causou maior preocupação nas entidades envolvidas devido ao potencial de dano econômico que pode ocasionar, ao controle praticamente inexistente e a diversidades de culturas agrícolas que pode ter a produção afetada pela mesma praga.

Conforme a EMBRAPA, a principal forma de disseminação da praga é por meio de mudas e solo contaminado. Visando continuar os estudos e discussões sobre o problema foi reativada a



comissão estadual de sementes e mudas (CSM/RO), composta pela IDARON e outras entidades do setor agropecuário estadual, inclusive a IDARON.

Foi apontada pela CSM a necessidade de fiscalizar a produção e trânsito de mudas de café visando melhorar a qualidade e sanidade. Com este intuito a IDARON publicou a Portaria n° 558, de 08 de janeiro de 2016, que define as normas e procedimentos para produção e transporte de mudas de café no estado de Rondônia.

portaria entrou em vigor no dia 6 de julho de 2016. A principal medida da portaria é a comprovação através de laudo laboratorial, que as mudas estão livres de nematoides do gênero *Meloidogyne* spp.

Em fevereiro de 2018 foi realizada uma etapa da divulgação e capacitação em emissão de PTVs no município de São Miguel do Guaporé, a capacitação foi desenvolvida pelo coordenador de sementes e mudas e de vigilância e controle, participaram da capacitação servidores da IDARON, viveiristas e responsáveis técnicos de viveiros de mudas de café localizados nos municípios do entorno da BR-429.

Em 15 e 16 de agosto de 2018, foi realizado o X Encontro Regional da Sociedade Brasileira de Nematologia (SBN), nas dependências da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, localizado no município de Rolim de Moura - RO. O evento contou com a participação do DSc. Fábio Ramos Alves, docente na Universidade Federal do Espírito Santo, DSc. Ricardo Moreira de Souza, docente na Universidade Federal Fluminense e atual presidente da SBN, DSc. Dalza Gomes da Silva, docente na UNIR e DSc. Anderson Vieira Santos docente da ULBRA.

Representando a IDARON, a Coordenação de Vigilância e Controle apresentou palestra sobre o Programa de Vigilância e Controle do nematoide-das-galhas-do-cafeeiro no Estado de Rondônia e apresentação de propostas para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e defesa vegetal relacionada à nematologia no Estado de Rondônia.

Houve uma mesa redonda com as instituições e participantes, para discussão de ações referentes à nematologia agrícola no Estado de Rondônia. Fora apresentado como proposta da Agência IDARON a criação da Comissão Estadual de Defesa Vegetal-CEDSV/RO para discussão de propostas e execução da política de Defesa Vegetal do Estado de Rondônia e um levantamento da incidência de nematoides fitoparasitas da cultura do café nas lavouras do Estado.



Através do processo SEI nº 0015.188322/2018-40 foi encaminhado pela Coordenação de Vigilância e Controle minuta de regulamentação como proposta para regulamentar a Comissão de Defesa Vegetal no Estado de Rondônia. A comissão foi estabelecida com as principais entidades do setor agropecuário do Estado de Rondônia.

PRAGAS QUARENTENÁRIAS DA CITRICULTURA

Candidatus liberibacter, *Xanthomonas citri* subsp. *citri*,

Schizotetranychus hindustanicus

A IDARON desenvolve ações de levantamento e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica na citricultura, as quais são: cancro cítrico, HLB, ácaro hindu e pinta preta dos citros, sendo que o cancro cítrico está presente em área delimitada e a pinta preta dos citros amplamente disseminada no Estado de Rondônia.

Em outubro de 2014, foi promovido curso de capacitação em citricultura com a finalidade de qualificar o quadro de fiscais/assistentes fiscais para a realização de levantamento de detecção de pragas quarentenárias que acometem estes cultivos, capacitando 53 servidores da IDARON.

Em Novembro de 2014 foi iniciado o levantamento das pragas quarentenárias dos citros, com a conclusão do levantamento em 2015. As pragas levantadas foram: HLB/greening (*Candidatus liberibacter*), cancro cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. *citri*) e ácaro hindu (*Schizotetranychus hindustanicus*). As demais pragas de importância econômica para a citricultura também foram monitoradas, podendo vir a embasar ações de revitalização/fomento da atividade em Rondônia.

Foi realizado o levantamento em propriedades rurais e urbanas em todo o Estado de Rondônia com cultivo de plantas cítricas, tanto áreas comerciais, como áreas não-comerciais, mas consideradas como pontos estratégicos na possibilidade da ocorrência de foco e disseminação das pragas cítricas. Em cada propriedade monitorada eram vistoriadas as plantas quanto à presença das três pragas ausentes no estado e demais pragas de importância econômica. Foram monitoradas um total de 1.654 propriedades com plantas cítricas, deste total foram observadas 7 casos suspeitos de ocorrência de pragas quarentenárias. As suspeitas foram posteriormente descartadas.



Em 2016/2017 o levantamento foi novamente realizado em todo o Estado de Rondônia. Foi realizado em 745 propriedades com plantas cítricas, para comprovar que o estado é área livre das pragas quarentenárias, Cancro cítrico, HLB e ácaro hindu.

Durante o levantamento foram observados casos suspeitos de ocorrência de cancro cítrico e HLB, quando os fiscais coletaram amostras do material e enviaram para laboratório de diagnóstico fitossanitário, credenciado no Ministério da Agricultura (MAPA). Os resultados comprovaram que as pragas de ocorrência eram pinta preta (*Guignardia citricarpa*), leprose dos citros (*Citrus leprosis* vírus) e desnutrição mineral.

Com base nos resultados obtidos nos dois monitoramentos realizados, a conclusão foi que na citricultura Rondoniense, as pragas de maior importância econômica são Gomose (*Phytophthora* spp.) que afeta principalmente o limão tahiti e a Leprose, que afeta principalmente a laranja. Estas pragas encontram-se amplamente disseminadas no País, os produtores visitados pelos servidores ou que procuram a IDARON, recebem as recomendações de como proceder no manejo integrado das pragas para que incidência permaneça abaixo do limiar de dano econômico.

Foi elaborado um relatório com os dados obtidos no levantamento realizado em 2017, a Agência IDARON encaminhou processo ao MAPA com o objetivo de atender a Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016. O MAPA, através da Secretaria de Defesa Agropecuária, publicou a Resolução nº 2, reconhecendo o estado como área com praga ausente de Cancro Cítrico e as ações de defesa sanitária nas divisas do estado (Figura 113).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O Secretário de Defesa Agropecuária, Substituto, de acordo com as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21046.003842/2017-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Rondônia como Área com Praga Ausente para o Cancro Cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. *citri*).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR



Figura 114: Resolução n° 2, de 4 de Janeiro de 2018, publicada pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, reconhecendo o Estado de Rondônia como praga ausente de Cancro Cítrico.

No início de 2018 foi publicada pelo MAPA a IN n° 21, de 25 de abril de 2018, revogando a IN n° 37 e definindo novos critérios e procedimentos para o estabelecimento e manutenção do status fitossanitário relativo ao cancro cítrico nas unidades federativas. Neste período a Agência IDARON já estava realizando novo levantamento de pragas quarentenárias dos citros no Estado, entre estas a praga cancro cítrico.

Em 2018 o levantamento foi realizado em 419 propriedades e 72 amostras de material vegetal cítrico, coletadas e analisadas em laboratório credenciado no MAPA. Conforme o resultado de algumas amostras, detectou-se a presença de cancro cítrico, em 6 propriedades do município de São Francisco do Guaporé (Figura 04).

Conforme investigação fitossanitária realizada pelos servidores da unidade de São Francisco, os focos iniciais foram introduzidos provavelmente por venda ambulante de mudas contaminadas e provenientes de outro estado onde a praga é presente. Todos os focos foram erradicados conforme os critérios e procedimentos para erradicação de cancro cítrico, elencados no capítulo VI da IN n° 21 e obedecendo aos procedimentos de biossegurança (Figura 114).



Figura 115: Planta com sintomas de cancro cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. *citri*) detectada pela Agência IDARON em propriedade rural do município de São Francisco do Guaporé-RO.

Considerando que os imóveis onde foram detectados os focos, possuem como características: proximidade, cultivo de poucas plantas com finalidade não comercial, ausência de viveiro de mudas cítricas no município, localizados em região geográfica isolada das áreas de cultivo comercial do restante do Estado e todas as plantas com ocorrência foram eliminadas nas propriedades com focos, a Agência IDARON solicitou neste ano, a manutenção do status fitossanitário de “Área sem ocorrência de Cancro cítrico” para o Estado, com base na IN MAPA n° 45, de 22 de agosto de 2018 e atendendo ao que determina a IN MAPA n° 21.

Em Janeiro de 2019, foi iniciado novo levantamento com distribuição de metas para todos os municípios do estado, sendo que para o município de São Francisco foi realizada uma força tarefa para a delimitação dos focos de cancro cítrico na região. Foram inspecionadas 300 propriedades rurais e urbanas, com detecção de cancro cítrico em 25 propriedades. As propriedades com foco positivo não cultivam cítricos com finalidade comercial e foram interditadas para saída de material cítrico da propriedade. Em todo o Estado de Rondônia foram inspecionadas 1.107 propriedades com cultivo de citros (Figura 116).



Figura 116: Erradicação de foco de cancro cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. *citri*) realizado pela Agência IDARON em propriedade rural do município de São Francisco do Guaporé-RO.

Em trabalho de fiscalização de propriedades no município de Espigão d'Oeste foram identificados 2 focos de cancro cítrico no município, sendo que um dos focos foi o primeiro do Estado localizado em plantio comercial de citros. Conforme informações obtidas, a entrada da praga na propriedade foi devido a aquisição e plantio de mudas ambulantes provenientes do Estado de São Paulo.

Como existe a possibilidade do mesmo fornecedor de mudas ter comercializado mudas contaminadas para os municípios de Cacoal e Ministro Andreazza, é necessário realizar um levantamento de pragas nestes municípios.

Foi elaborado um plano de erradicação do cancro cítrico nos municípios de São Francisco e Costa Marques, no entanto para a viabilidade da erradicação do cancro cítrico no estado é necessário delimitar como está à disseminação desta praga em outros municípios do Estado, caso não seja possível a erradicação, será necessário adotar um sistema de mitigação de risco para a praga, para possibilitar a comercialização de frutos e mudas cítricas na para outras unidades da federação.

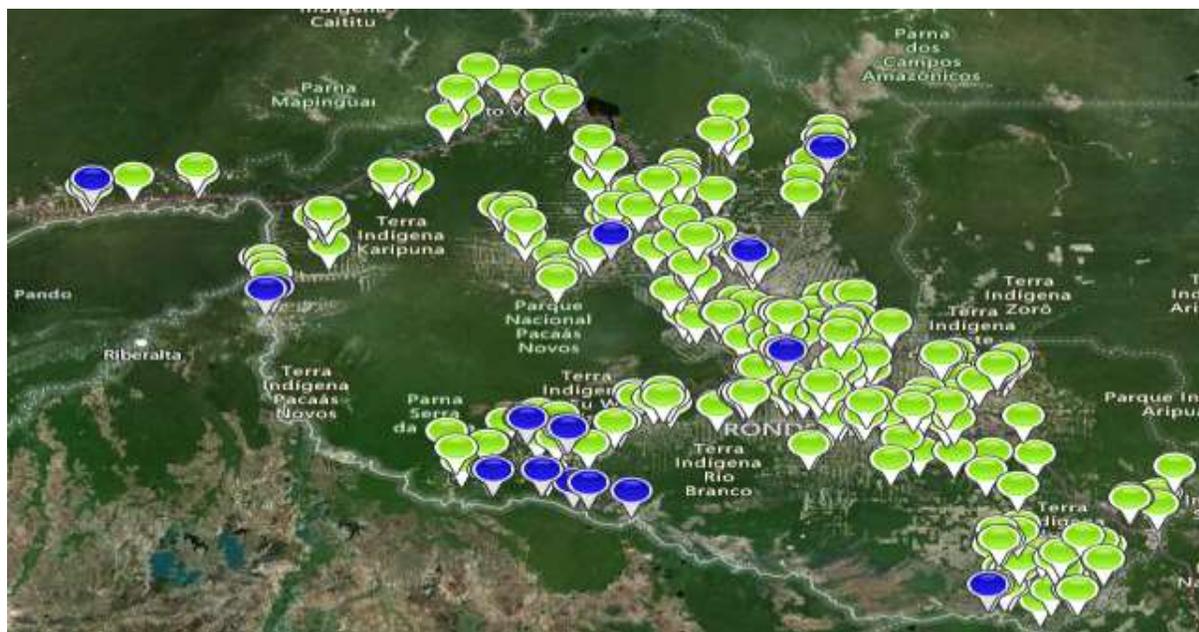


Figura 117: Distribuição geográfica dos locais de levantamento de Cancro cítrico, HLB e ácaro hindu em plantas cítricas.

Obs. Realizados no ano de 2019. Pontos verdes significam propriedades rurais, e pontos azuis, locais diversos com presença de hospedeiros, onde foi realizada a inspeção.

agosto de 2019, foi realizada uma viagem dos coordenadores de controle de pragas e de sementes e mudas ao Estado de São Paulo. A viagem teve o intuito de verificar as ações da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo para o controle do cancro cítrico nas propriedades produtoras de mudas, unidades de consolidação de frutos, CEASA e as pesquisas e ações desenvolvidas pela FUNDECITROS na citricultura do Estado. A viagem possibilitou uma grande troca de informações, contribuindo com o planejamento de atividades a serem desenvolvidas pela Agência IDARON.

PRAGAS QUARENTENÁRIAS DA BANANEIRA

***Mycosphaerella figiensis*, *Ralstonia solanacearum* raça 2,**

***Fusarium oxysporum* f.sp cubense raça 4 tropical**

A IDARON iniciou o monitoramento e levantamento da ocorrência de pragas na cultura da banana em Rondônia em 2004 e continua até os dias atuais. O trabalho é realizado através do



monitoramento de bananais e da coleta de amostras de plantas com sintomas suspeitos da praga e encaminhamento do material para laboratório de diagnóstico fitossanitário.

As principais pragas que afetam a cultura no estado de Rondônia são a Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), Moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2), Mal-do-panamá (*Fusarium oxysporum* f.sp. *cubense*) e a Broca-do-rizoma (*Cosmopolites sordidus*).

Em 2018 o MAPA publicou a IN n° 43, de 13 de agosto de 2018, que regulamenta o plano nacional de contingência do FOC –R4T (*Fusarium oxysporum* f.sp. *cubense* raça 4 tropical). A Instrução Normativa estabelece ações de preventivas e emergenciais para contenção, supressão e erradicação de focos da praga, caso seja detectada em território Brasileiro.

Nas américas o FOC R4T possui ocorrência relatada na Colômbia, desta forma o MAPA tem realizado levantamentos em regiões com maior risco de entrada desta praga na região norte do Brasil. Em 2019 a coordenação de pragas foi convidada a participar de força tarefa para levantamento de FOC R4T em Roraima, a atividade foi uma grande oportunidade para planejamento das ações de levantamento desta praga em Rondônia pela IDARON. Posteriormente foi realizado levantamento das áreas de cultivo de banana no Estado Rondônia para melhor planejamento das ações de levantamento.

SÍNDROME DA MORTE DO CAPIM BRAQUIARÃO

CIGARRINHA DAS PASTAGENS

No ano de 2015 houve grande incidência da praga denominada “Síndrome da morte do capim-braquiarião”, esta doença que acomete outras gramíneas além da *Brachiaria brizantha* cv. Marandu manifesta-se principalmente em solos de média a alta fertilidade e baixa permeabilidade, apresentando como sintoma o amarelecimento, evoluindo para murcha e morte em reboleira da pastagem.

A primeira identificação da ocorrência desta praga em Rondônia data do ano de 2011, quando amostra oriunda de produtor do município de Primavera de Rondônia apontou como agente causal o complexo fúngico formado por *Rhizoctonia* – *Phytium* – *Fusarium*, causadores da mortalidade das pastagens.



Em continuidade ao trabalho, em 2012, foram confirmadas pastagens com a presença da mesma praga nos municípios de Machadinho D'oeste, Alto Paraíso e Vale do Anari. Já em 2013, foi diagnosticado em Cacoal e São Felipe D'oeste.

Em 2014 houve mais dois casos positivos no município de Machadinho D'oeste. No ano de 2015, foi verificado em propriedade do município de Espigão D'oeste e Presidente Médice uma grande incidência desta enfermidade.

Conforme descrito na literatura, os danos são ocasionados primeiramente devido à diminuição na condutividade hidráulica dos solos sob pastagens, debilitando as plantas por causa da baixa disponibilidade de oxigênio no sistema radicular, principalmente em anos de precipitação mais intensa e intermitente. Alguns capins, como, *Brachiaria brizantha* cv. Marandu são mais suscetíveis, por serem menos adaptadas a este ambiente.

As forrageiras debilitadas são afetadas por fungos oportunistas ocasionando a mortalidade das plantas. Foram isolados de plantas afetadas pela síndrome, os fungos *Pythium* sp. *Rhizoctonia solani* e *Fusarium* sp.

Em todos os produtores houve a avaliação do dano ocorrido e conforme a intensidade e extensão do mesmo, recomendações para controle ou convivência com a praga foram repassadas, sendo destacadas ações que melhorem a drenagem do solo, recuperação de pastagens e em casos extremos, substituição da forrageira por outras adaptadas às condições de baixa drenagem e aeração.

Com o intuito de verificar a ocorrência desta praga no Estado, foi realizada uma pesquisa aos produtores rurais durante a declaração na 39ª Campanha de vacinação contra a febre aftosa. Com os resultados foi possível observar que 9.740 produtores afirmaram que a mortalidade ocorre em suas propriedades. Entre os casos positivos, 71,12 % afirmaram que o dano às pastagens é baixo, 23,41 % médio e 5,46% afirmaram que ocorreu a perda total da pastagem. 31,71% dos produtores buscaram recuperar a pastagem afetada de alguma forma.

A falta de conhecimento dos produtores rurais e de técnicos do setor, sobre as causas e medidas de recuperação das áreas afetadas, torna o problema mais preocupante na medida em que as áreas afetadas tendem a evoluir e agravar o problema.



A cigarrinha das pastagens, sem sido outra praga que tem acometido as pastagens em Rondônia, ocasionando grandes impactos econômicos, devido a diminuição da produção e da qualidade da forragem e em alguns casos extremos a mortalidade de grandes áreas de pastagens.

As cigarrinhas são insetos naturalmente presentes na América tropical. Tais características criam a necessidade de seu controle e manejo. A ocorrência das cigarrinhas coincide com a estação chuvosa do ano, justamente quando as forrageiras estão em franco crescimento e os animais, recuperando-se do período seco anterior, ganham peso e adquirem condições para a reprodução e o abate.

As cigarrinhas-das-pastagens são insetos sugadores, à ordem Hemiptera, subordem Auchenorrhyncha e família Cercopidae. As espécies tradicionalmente associadas às pastagens e, portanto, consideradas típicas dessas culturas, incluem as espécies *Deois incompleta*, *Notozulia entreriana*, *Deois schach* e *Mahanarva fimbriolata*. A última tem ocasionado os principais prejuízos observados nas pastagens do Estado de Rondônia.

A praga afeta as plantas através da sucção da seiva e injeção de toxinas através da saliva tóxica, ações que ocorrem ao se alimentar. Ocorre necrose nas folhas atacadas pelas cigarrinhas, que morrem a partir das pontas, podendo causar a morte total da planta.

As formas de controle principais são o controle químico, através da aplicação de agrotóxicos, biológico, com a liberação de inimigos naturais das cigarrinhas, sendo o mais viável e utilizado atualmente, a aplicação do fungo *Metarhizium anisopliae*.

Outra forma de controle viável e a utilização de forrageiras mais resistentes à praga. Entre as alternativas disponíveis ao produtor estão: *B. brizantha* cv Xaraés, *B. brizantha* cv. Piatã, *Andropogon gayanus* cv. Planaltina, *Panicum maximum* cv. Tanzânia, *P. maximum* cv. Mombaça, *Panicum spp.* cv. Massai, entre outros lançamentos recentes.

Em 2017 foi criado o grupo de trabalho sobre a cigarrinha-das-pastagens, o grupo composto por representantes do setor agropecuário, possui o intuito de implementar ações para minimizar os efeitos da cigarrinha-das-pastagens no Estado de Rondônia. Com o objetivo de capacitar técnicos e produtores do estado foi realizado no dia 31 de agosto de 2017, o seminário de controle da cigarrinha-das-pastagens. O seminário foi desenvolvido através de um trabalho em conjunto das instituições IDARON, FAPERON, ASPRO, SEAGRI, EMTAER-RO, EMBRAPA-RO e empresas privadas do setor agropecuário.



No ano de 2018 foram distribuídos material informativo sobre plantas tóxicas para a pecuária e síndrome da mortalidade do capim-braquiarião, este material foi elaborado pela coordenação e gerência vegetal e possui o intuito de fornecer informações aos produtores sobre os temas.

MONILÍASE DO CACAUEIRO

Moniliophthora roreri

A Monilíase do cacau (*Moniliophthora roreri*) é Considerada uma doença devastadora para o cacau uma vez que o patógeno infecta os frutos em qualquer estágio de desenvolvimento, contudo, os frutos de até 90 dias de idade são mais susceptíveis inviabilizando o aproveitamento comercial dos mesmos. A praga esta presente em todos os países produtores de cacau e cupuaçu da América Central e do Sul, exceto no Brasil (Figura 07). Em 2012 foi oficialmente confirmada em território boliviano, portanto, ela é uma ameaça potencial ao Brasil, onde a sua presença pode causar um prejuízo econômico estimado em R\$ 1,193 Bilhão e afetar 140 mil postos de trabalho.

Devido à proximidade com países onde a praga é registrada, o estado de Rondônia é classificado como de alto risco pela Instrução Normativa MAPA n° 13, de 2012, desta forma a Agência adota o levantamento anual da praga em propriedades e áreas onde ocorrem plantas hospedeiras da praga.

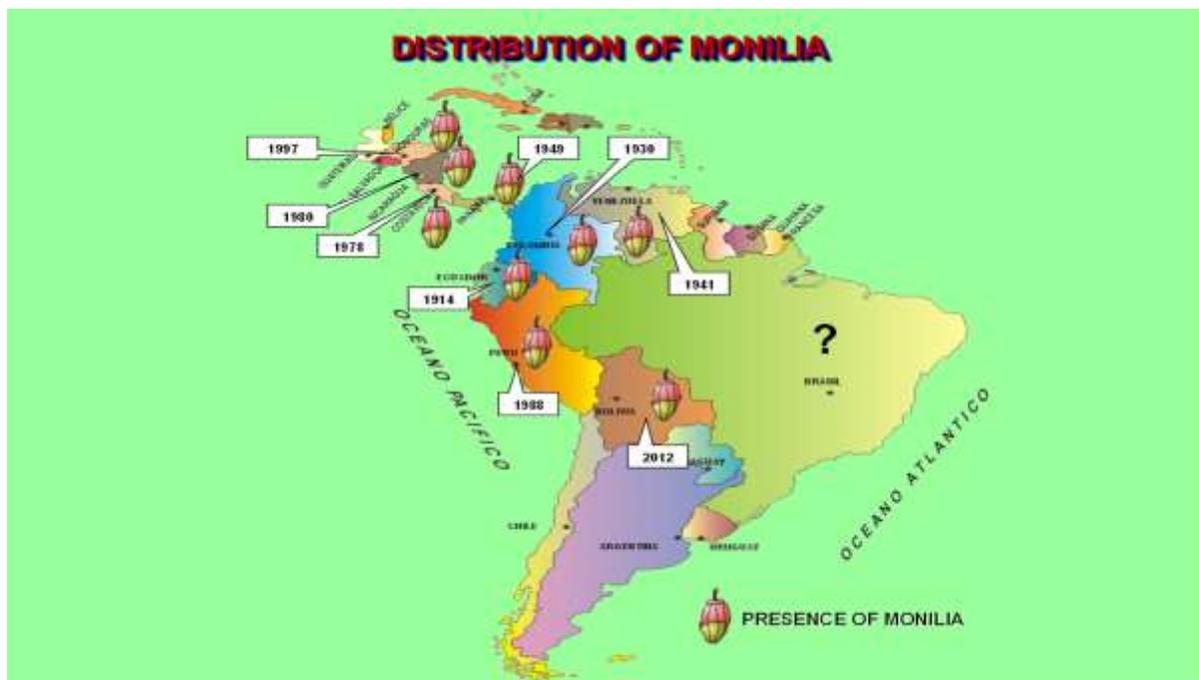


Figura 118: Distribuição da monilíase do cacauero América Central e Sul.

Com o intuito de capacitar servidores da Agência IDARON no atendimento a emergências fitossanitárias, através da formação de equipes que atuarão no caso de suspeita e ocorrência de focos, foi promovido no ano de 2018 o Iº Curso de Emergência Fitossanitária com Ênfase em Monilíase do Cacauero.

O curso foi realizado pela IDARON, CEPLAC e MAPA, no período de 19 a 26 de março de 2018, utilizando como metodologia o sistema de imersão, com atividades teóricas e práticas com simulados de gabinete e campo. Participaram do curso além de servidores da Agência IDARON, outras instituições do setor de ensino, pesquisa e extensão, envolvidas com as culturas do cacau e cupuaçu em Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará, Paraná e Bahia e do Instituto de Cultivos Tropicais (ICT) do Peru.

O curso foi de grande relevância para os servidores da Agência, pois possibilitou a capacitação de servidores na execução de ações de controle de focos de pragas e formação de equipe de servidores como referência para ações de emergência fitossanitária.

O levantamento de detecção da monilíase vem sendo realizado anualmente desde 2009. No ano de 2019, foram realizados 1.123 levantamentos em locais com cultivo de hospedeiros da Monilíase do cacauero (Tabela 03).



Quando da observação de pragas suspeitas nas lavouras de cacau e cupuaçu os servidores coletam amostra para envio a laboratório credenciado no MAPA, caso não fosse possível realizar a identificação a campo.

Tabela 25: Levantamentos programados e realizados por regional, em propriedades com plantio de cacau e/ou cupuaçu e coleta de amostras de material vegetal em planta com ocorrência de sintoma de praga suspeito, no ano de 2019.

Regional	Nº de Levantamentos programados	Nº de Levantamentos realizados
Porto Velho	220	158
Ariquemes	160	160
Jaru	120	105
Ji-Paraná	210	169
São Francisco	100	62
Rolim de Moura	120	122
Pimenta Bueno	160	157
Vilhena	185	190
Resultados Alcançados	1.275	1.123

As propriedades inspecionadas são cadastradas e georreferenciadas, com o objetivo de fornecer os dados necessários ao acompanhamento do monitoramento e nos casos em que seja necessário realizar o plano de contingência da praga (Figuras 118 e 119).





Figura 119: Inspeção de cacauzeiros durante levantamento de monilíase realizado por servidores da Agência IDARON.

Com o levantamento realizado, a Agência IDARON atende as exigências estabelecidas na IN MAPA n° 13, de 2012, comprovando que o estado de Rondônia encontra-se ausente de Monilíase do Cacaueiro (*Moniliophthora roreri*), podendo manter o livre comércio com outros Estados e ou países, através dos frutos e produtos oriundos da cacauicultura e dos cupuaçuzeiros.

As pragas observadas nos cultivos já possuem estratégias de controle definidas e que podem ser empregadas por produtores com grande eficiência, não sendo impedimento ao desenvolvimento e á produtividade de lavouras de cacau e cupuaçu no Estado. Desta forma, relacionando o potencial produtivo ao mercado favorável, o cultivo de cupuaçuzeiros e cacauzeiros representam uma grande oportunidade econômica que pode ser fomentada no Estado de Rondônia.

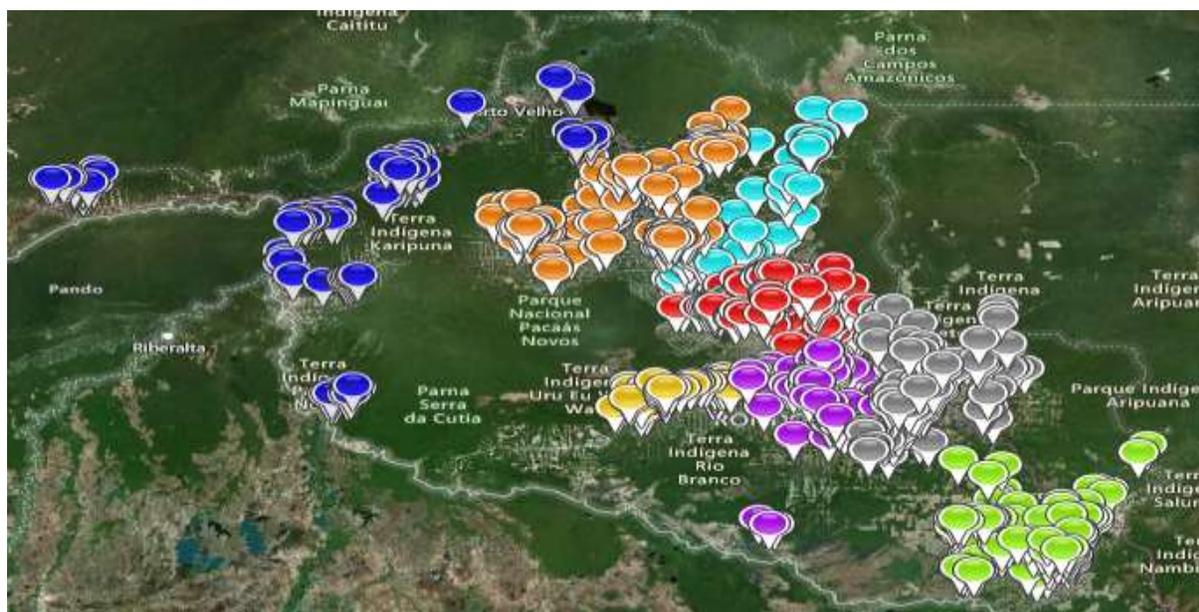


Figura 120: Distribuição geográfica dos locais de levantamento da Monilíase do cacaueiro realizados no ano de 2019. Cada cor do marcador se refere a uma regional da IDARON.

A defesa vegetal fica fortalecida através do desenvolvimento deste trabalho, uma vez que junto com a inspeção das plantas é realizado a educação sanitária dos produtores, deixando-os cientes dos danos causados pela praga, como evitar ou retardar o aparecimento e ações que devem ser adotadas em caso de suspeita, além de tratos culturais que devem ser realizados para a manutenção da produtividade dos cultivos.



MOSCA DA CARAMBOLA

Bactrocera carambolae

A mosca-das-frutas *Bactrocera carambolae* (Figura 10), é relatada como uma praga que causa sérios danos à produção de frutas. Sua disseminação em áreas de produção de frutas no Brasil poderá ocasionar perdas de safra, prejudicar a qualidade da produção, aumentar a utilização de agrotóxico e consequente aumento dos custos de produção. A presença da praga ocasiona barreiras ao comércio nacional e internacional de frutas.

Esta praga está presente atualmente nos estados do Amapá e Roraima e ausente no estado de Rondônia. A IDARON realiza o monitoramento da mosca da carambola em Rondônia desde o ano de 2002, sendo considerado de risco médio para introdução desta praga. De acordo com o programa estabelecido para o controle e erradicação da mosca da carambola pelo MAPA no Brasil, os Estados são divididos em áreas de alto, médio e baixo risco. Os Estados de alto risco para a praga são: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Maranhão. Os de médio risco são: Rondônia, Acre, Mato Grosso e Tocantins. Os demais Estados são considerados de baixo risco.



Figura 121: Indivíduo de mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*) realizando a postura em fruto.

O levantamento de detecção é realizado através de armadilhas tipo jackson, que devem ser inspecionadas a cada 14 dias para verificação (Figura 121).



Figura 122: Inspeção realizada pelos servidores da IDARON em armadilha tipo Jackson, utilizadas no levantamento de Mosca-da-carambola no Estado de Rondônia.

As armadilhas foram instaladas em locais estratégicos, conforme classificação de risco que considerou entre outros fatores, proximidade de países classificados como de risco desconhecido, acesso de rota de risco viário e fluvial, fluxo de cargas e pessoas provenientes de estados onde a praga é presente e área de cultivo de hospedeiros naturais da praga (Figura 122).

A Agência IDARON realizou no ano de 2018 a instalação de mais 12 armadilhas, ampliando o número de armadilhas para 43, instalando estas nos municípios de Jarú, Costa Marques, Alta Floresta, Colorado D`oeste, Pimenteiras e Cabixi (Tabela 28).

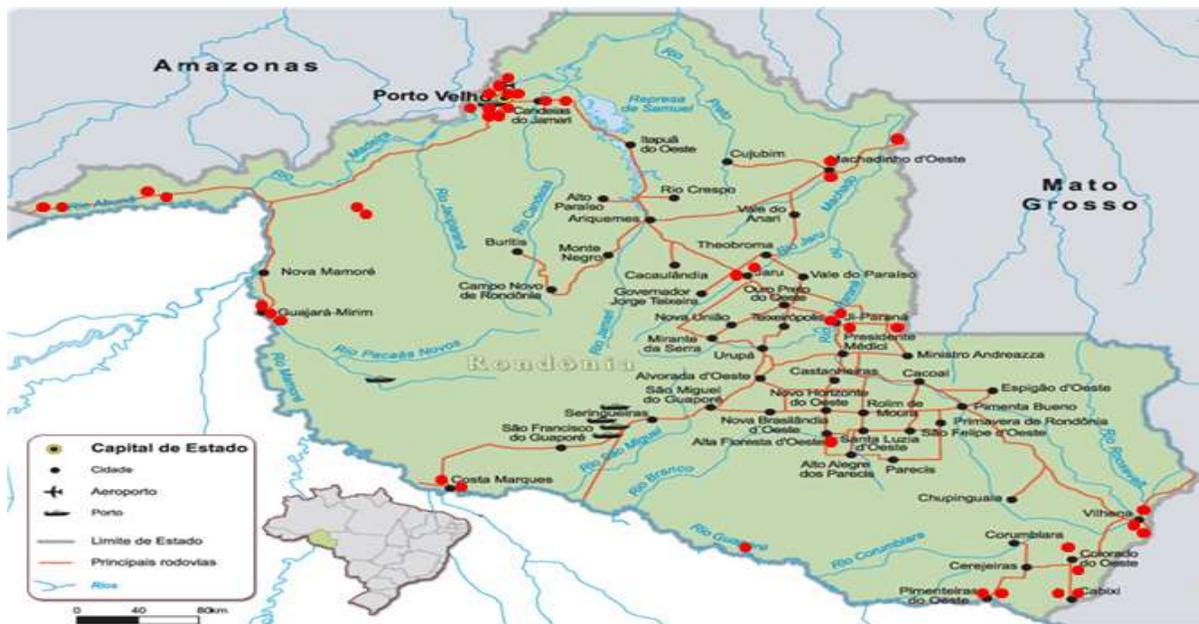


Figura 123: Distribuição de armadilhas tipo Jackson para levantamento de mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*), pela Agência IDARON no Estado de Rondônia.

Em 2018 foi promovido um curso de capacitação em “Vigilância e Controle da Mosca-da-Carambola”, o curso de 32 horas, visou à atualização de conhecimentos de servidores que já desenvolviam ações relacionadas à praga, capacitação de servidores que estão atendendo a ampliação do número de armadilhas e de servidores que podem compor equipe de emergência fitossanitária caso a praga seja detectada no Estado de Rondônia.

O curso foi promovido pela Agência IDARON e MAPA, com o curso sendo ministrado pela equipe do programa nacional de erradicação-da-mosca-da-carambola. Foram capacitados 30 servidores em conhecimentos teóricos sobre a praga, legislação regulamentadora, sistema de detecção, reconhecimento e exercício prático de levantamento e erradicação.

Na tabela 04, consta o número de armadilhas distribuídas e as inspeções realizadas em armadilhas instaladas por município no ano de 2019. Conforme o MAPA a praga está restrita aos estados de Roraima, Amapá e Pará. Visando atender a IN MAPA nº 28, de 20 de julho de 2017 e IN MAPA nº 2 de 19 de janeiro de 2018, que classifica o Estado de Rondônia como de risco médio, para introdução e dispersão da mosca-da-carambola no estado, definindo que estes estados devem realizar o levantamento contínuo de *Bactrocera carambolae* utilizando no mínimo 39 armadilhas jackson.



Tabela 26: Número de armadilhas e inspeções realizadas por município de Rondônia pela Agência IDARON.

Município/ Distrito	Nº de armadilhas	Inspeções realizadas em 2019	Amostras suspeitas
Porto Velho	10	240	0
União Bandeirantes	02	12	0
Candeias do Jamari	02	48	0
Guajará Mirim	03	72	0
Nova Califórnia	02	24	0
Extrema	02	48	0
Machadinho D'Oeste	03	72	0
Ji-Paraná	04	96	0
Vilhena	03	72	0
Jaru	02	48	
Costa Marques	02	48	0
Alta Floresta	02	48	0
Pimenteiras Do Oeste	02	48	0
Cabixi	02	48	0
Colorado d'Oeste	02	48	0
Resultados Alcançados	43	972	0

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Segundo o parágrafo único do Art. 2º da IN nº 28, de 15 de maio de 2008, entende-se por educação sanitária em defesa agropecuária o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionadas com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.

O objetivo principal da educação sanitária agropecuária é o de promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados, e adoção de medidas e procedimentos que garantam a segurança necessária ao produtor rural. A



IDARON desenvolve ações de educação sanitária com o objetivo de promover a participação da sociedade nas ações desenvolvidas (Tabela 05).

Tabela 27: Ações de educação sanitária desenvolvidas pela Agência IDARON no ano de 2019, classificadas por tema abordado e metodologia utilizada na realização.

Tema	Orientação Técnica	Divulgação de material	Jornal/rádio/TV	Palestra	Reunião	Dia de campo/Workshop
Defesa Vegetal	244	23	03	09	08	02
Mosca-das-frutas	-	-	-	01	01	-
Pragas do Cafeeiro	09	-	-	03	-	02
Pragas da Bananeira	09	-	-	01	-	-
Pragas das Pastagens	01	-	-	01	-	-
Pragas dos Citros	181	03	01	03	01	-
Pragas cacau/cupuaçu	109	02	-	05	03	02
Plantas Tóxicas	04	-	-	02	-	-
Resultados Alcançados	557	28	04	25	13	06

Conforme a Tabela 29, os servidores desenvolveram várias ações de educação sanitária relacionadas aos temas desenvolvidos pela defesa sanitária vegetal no estado. Os métodos de divulgação adotados são diversificados, e utilizados conforme o local e característica do público que se busca atingir. Ao todo foram realizadas 633 ações de educação sanitária no ano de 2019, desenvolvidas em todo o estado de Rondônia.

5.2.8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E AGROTÓXICOS

Este programa visa disciplinar, coordenar, controlar e fiscalizar o trânsito de produtos, subprodutos vegetais e seus resíduos de valor econômico, conforme legislação em vigor nas



barreiras fixas e volantes e, dependendo da situação em barreiras fluviais, procedendo à fiscalização e inspeção em veículos automotores (carros e caminhões) e barcos, adotando medidas fitossanitárias, com a finalidade de evitar a introdução, disseminação e propagação de pragas aos cultivos do estado. Durante a fiscalização do trânsito faz-se a inspeção, identificação e o estado fitossanitário das cargas, conferência dos documentos exigidos pela legislação para o trânsito legal e verificação da origem e destino dos mesmos.

1.1 – Fiscalização de produtos e subprodutos de origem vegetal e produtos agrotóxicos

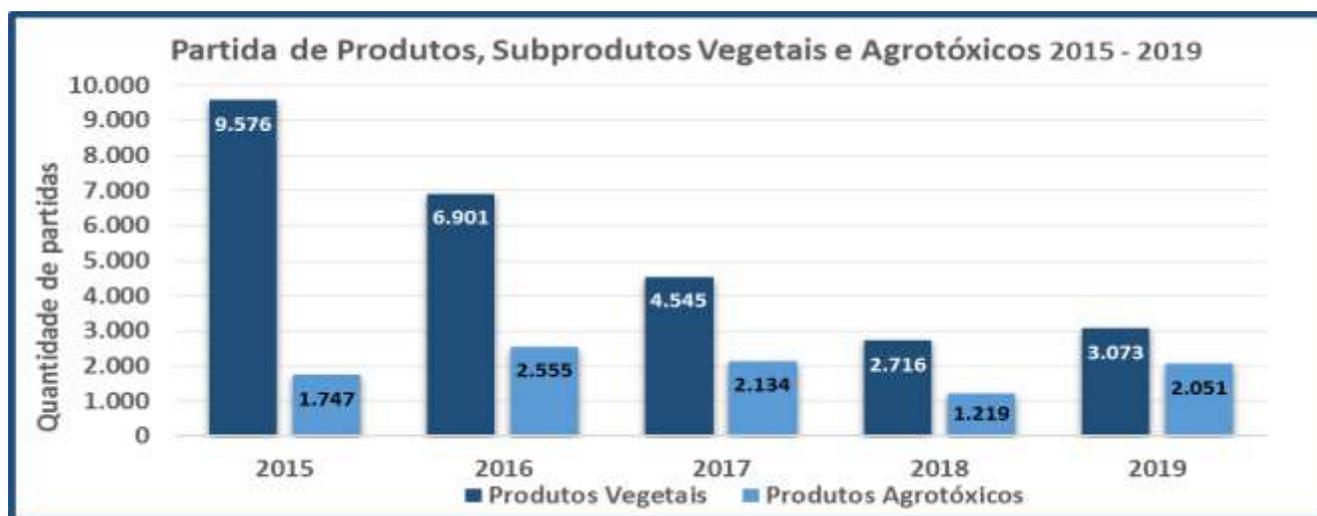


Figura 124: Fiscalização de produtos vegetais e agrotóxicos – de 2015 a 2019.

FONTE: GIDSV, IDARON-2019

Em 2019, houve um leve aumento na quantidade de produtos vegetais e agrotóxicos fiscalizados. Contudo, há a possibilidade de melhora esses números, visto que no ano de 2015 foi obtido o triplo de fiscalizações de produtos vegetais em comparação com os dados de 2019 (figura 123).

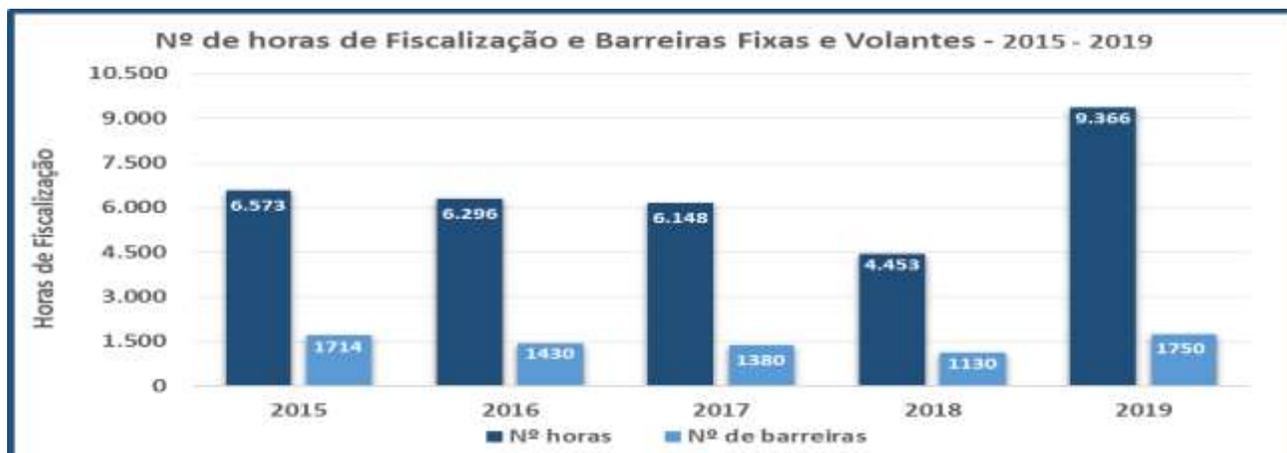


Figura 125: Número de horas de fiscalização e Barreiras fixas e volantes – de 2015 a 2019.
FONTE: GIDSV, IDARON-2019

O número de barreiras volantes em 2019 foi o mais alto desde 2015. Contudo, a quantidade de horas utilizadas pelos FEA's e AEFA's nessas barreiras foi mais que o dobro do ano anterior. Isso se explica devido ao fato do incentivo da COTEC (GDSA) em que fosse propagada no Estado a prática dos “patrulhamentos”, em substituição as barreiras volantes. Essa prática consistia basicamente em ficar transitando por horas com veículo oficial numa determinada região, sem que houvessem abordagens de veículos suspeitos. Os únicos veículos que eram abordados eram caminhões de boi, pois eram vistos de longe.

Qualquer outro veículos que pudesse estar transitando com subprodutos tanto animal quanto vegetal não eram fiscalizados, aumentando com isso o risco zoo e fitossanitário para o Estado de Rondônia (figura 124).

Documentos fitossanitários exigidos na fiscalização em barreiras fixas e volantes

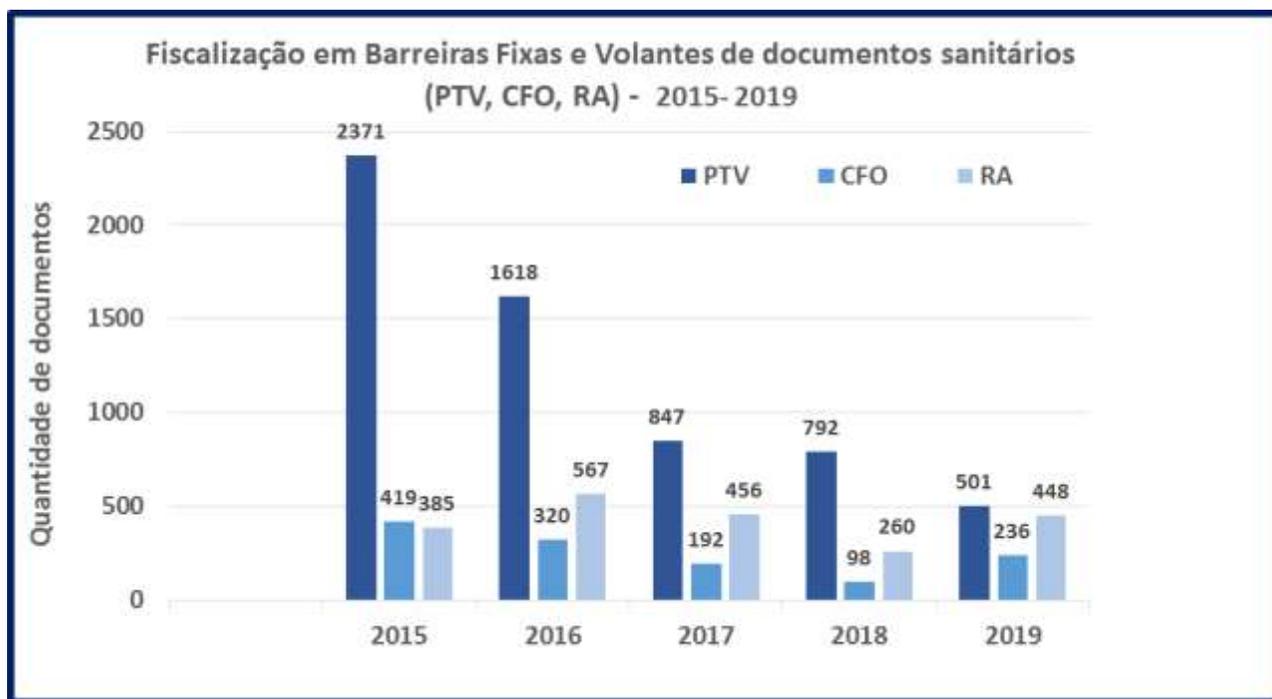


Figura 126: Documentos fitossanitários fiscalizados no trânsito – de 2015 a 2019.

FONTE: GIDSV, IDARON-2019.

Em 2019 houve aumento do número de CFO's e RA's, fiscalizados em comparação à 2018. E considerando o histórico de cinco anos, em 2019 foi o ano em que se fiscalizou o menor n° de PTV's (figura 125).

Rotas de trânsito interestadual de produtos vegetais fiscalizados por origem



Figura 127: Rota de trânsito de produtos vegetais por origem 2019.
FONTE: GIDSV, IDARON/2019

Nos últimos 5 anos, a principal rota de trânsito interestadual de produtos vegetais com destino à Rondônia são os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Contudo, em 2019 o estado do Espírito Santo tornou-se também um dos principais exportadores de produtos vegetais para Rondônia (figura 126).

Partida de produtos vegetais com maior trânsito em 2019



Figura 128: Partida de produtos vegetais com maior trânsito em 2019.

Conforme figura 127, no ano de 2019 os produtos vegetais que mais foram fiscalizados nas barreiras volantes e nos Postos Fixos Interestaduais com destino para Rondônia foram: laranja, banana, tomate, batata e cebola.

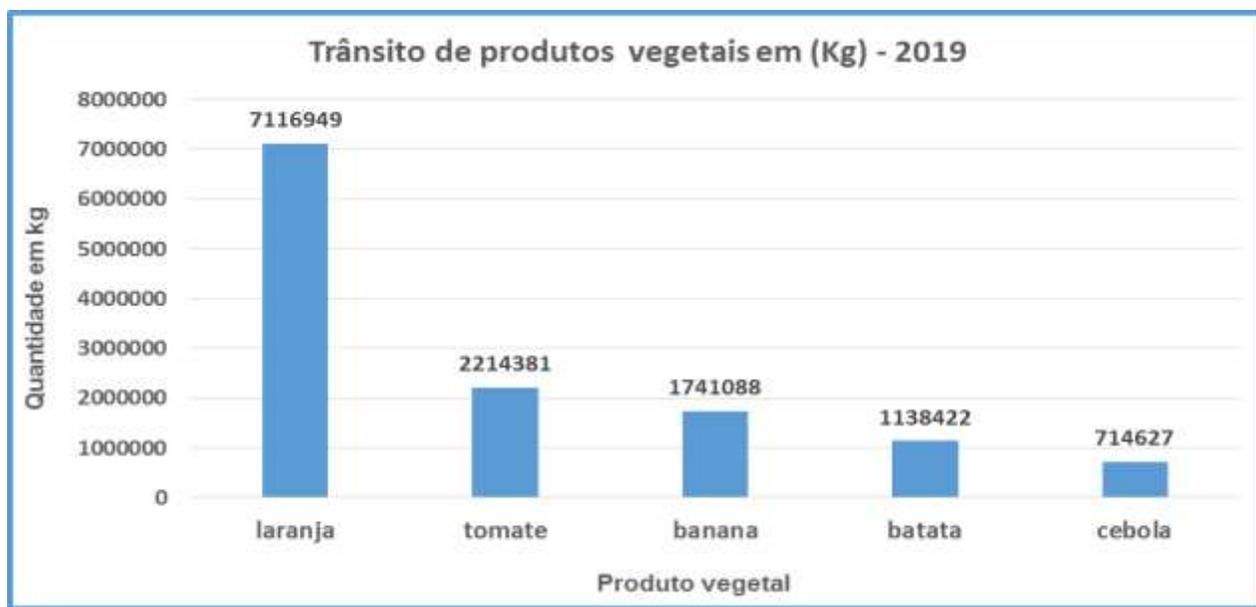




Figura 129: Produtos vegetais com maior trânsito em (kg) - 2019.

FONTE: GIDSV, IDARON/2019

A laranja vem sendo ao longo dos últimos 5 anos o produto vegetal que mais adentrou no Estado, visto a grande demanda da população, da rede de supermercados e de restaurantes em geral, sendo o Estado de Rondônia também rota de trânsito dessa fruta para outros Estados como Amazonas e Acre.

Contudo, em 2019, principalmente nas fiscalizações realizadas no Posto Fixo Interestadual do Portal da Amazônia, verificou-se grande aumento de caminhões de citros com sintomas nítidos de cancro cítrico, mesmo com a apresentação de PTV's e em alguns casos CFO's.

Visando evitar o trânsito desses frutos contaminados, a GIDSV decidiu por adotar o procedimento de acompanhamento de carga até que a carga chegasse no seu destino final, com o objetivo de rastrear o verdadeiro local de descarregamento da carga, se no Acre, Amazonas ou Mato Grosso como relatado nos documentos fitossanitários, ou se em Rondônia.

Várias coletas de frutos de vários caminhões diferentes foram realizadas para análise em laboratório oficial para verificar a presença de cancro. Na grande maioria das amostragem foi obtido resultado positivo para cancro.

Diante dessa realidade, o procedimento de coleta de frutos de citros para presença de cancro foi instituído no Posto Fixo Interestadual para rastreamento das cargas.

Fiscalização do trânsito de produtos agrotóxicos nas barreiras fixas e volantes



Figura 130: Trânsito de produtos agrotóxicos no Estado – 2019.
FONTE: GIDSV, IDARON/2019

De acordo com os mapas de barreiras de todos os postos fixos e dos mapas das barreiras volantes, verificou-se no geral, aumento da fiscalização do trânsito de produtos agrotóxicos em 2019 em comparação com 2018 (Figura 131). Esses resultados certamente são reflexo do não envio dos relatórios de barreiras por algumas ULSAV's e principalmente por parte de alguns Postos Fixos, principalmente aqueles que detêm maior trânsito de veículos como o do Portal da Amazônia, fronteira com Mato Grosso, Posto Fixo da Tucandeira, na fronteira com o Acre e o Posto Fixo do km 130, na fronteira com o Amazonas.

Diagnóstico dos relatórios das barreiras volantes, fixas e fluviais

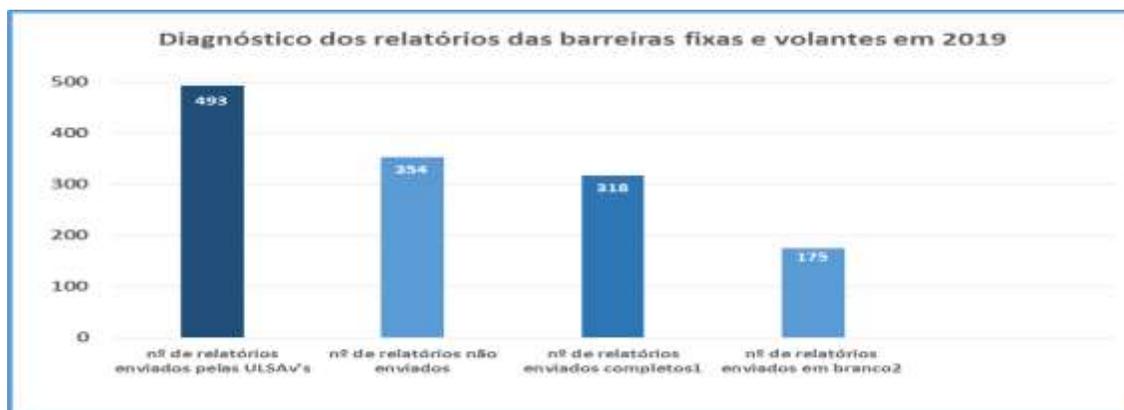




Figura 132: Diagnóstico dos relatórios de barreiras fixas e volantes de 2019.

FONTE: GIDSV, IDARON/2019

Em comparação ao ano de 2018, diminuiu a quantidade de relatórios de barreiras volantes que foram enviados para a GIDSV. Outra situação que se mostrou comum nos relatórios de barreiras volantes de 2019 foi que o nº de relatórios não enviados foi maior que os de relatórios enviados completos. O número de relatórios enviados em branco apesar de ter diminuído, ainda é considerado alto.



6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NOS TERMOS DA LEI APLICADA A UNIDADE GESTORA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019 DA UG 190023 AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA – IDARON

NOTA 1 – CONTEXTO GERAL

A Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON é uma autarquia, constituída pela Lei Complementar nº 211, de 15 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI. A sede da autarquia está localizada no Palácio Rio Madeira, edifício Rio Cautário, 5º andar, Avenida Farquar, nº 2986, bairro Pedrinhas, Porto Velho, Rondônia. A IDARON é integrante da Lei Orçamentária Estadual, Lei nº 4.455, de 07.01.2019, onde estão detalhadas as Ações e /ou Programas desenvolvidos pela Autarquia;

COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA

Sua competência encontra-se disposta no art. 3º da Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, *in verbis*:

(...)

Art. 3º - Compete a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON:

1 - planejar, coordenar e executar as ações de defesa sanitária e agrosilvopastoril do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal, bem como expedir



Certificado de Inspeção Estadual (CIE) e Zoofitosanitário;

ii - promover estudos que subsidiem o planejamento na área de defesa agrosilvopastoril;

iii - promover a integração das ações nas áreas de defesa agrosilvopastoril nos níveis Federal, Estadual e Municipal;

iv - propor a elaboração de Convênios com o Setor Público e Privado, para a execução de serviços de defesa agrosilvopastoril, nos âmbitos, Federal, Estadual e Municipal; V - promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agrosilvopastoril e sanitária;

vi - manter intercâmbio de informações técnicas e científicas com instituições nacionais e internacionais que se dediquem às atividades de defesa sanitária e agrosilvopastoril;

vii - apresentar à Secretaria de Estado da Agricultura e Reforma Agrária ou à Instituição que a suceder, as propostas de planejamento e programas anuais e plurianuais de defesa agrosilvopastoril, com a ordenação prioritária dos projetos que os integrem e a identificação dos órgãos executores;

viii - promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa sanitária e agrosilvopastoril; IX - coordenar, cadastrar e fiscalizar o comércio de insumos de uso agrosilvopastoril;

X - celebrar convênios, contratos, ajustes e protocolos com instituições públicas e privadas nacionais, estrangeiras, observada a legislação pertinente. (...)

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO: As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, sendo os relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, na qual foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade. As demonstrações foram elaboradas em Conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição, Parte V aprovada pela Portarias Conjuntas STN/SOF nº 06, 07 e 877 DE 18/12/2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, assim como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº



101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tal qual as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

- a) **MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em real, que é a moeda funcional do Brasil. Todos os saldos foram apresentados em reais e com duas casas decimais, exceto quando indicado outra forma.
- b) **DISPONIBILIDADES:** As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
- c) **CRÉDITOS E DÍVIDAS:** Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
- d) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão comparativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- e) **ESTOQUES:** Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.
- f) **IMOBILIZADO:** O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.
- g) **DEPRECIÇÃO:** Fora adotado para cálculo dos encargos de depreciação o método das quotas constantes, conforme preceitua o paragrafo 1º do art. 6º, Decreto 22.670 de



16/03/2018 bem como os critérios de definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada, ou a que vier substituí-la.

- h) **REAVALIAÇÃO:** é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo e **REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL** é a perda de benefícios econômicos futuros ou do potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo, devido à depreciação; conforme preceitua os incisos XXV e XXVI do art. 2º, Decreto 24.041 de 8/07/2019.
- i) **RESTOS A PAGAR:** Os restos a pagar não processados, ou seja, quando liquidados, alteram o status para restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª Edição. Já os créditos em liquidação são considerados como restos a pagar não processados, uma vez que, ainda não se deu a devida liquidação.
- j) **RETENÇÕES:** O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.
- k) A Agência IDARON realiza a escrituração contábil através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo de Rondônia – SIAFEM;

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) aprovadas pela Parte V do MCASP 8ª Edição são as seguintes:

- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO;**
- **BALANÇO FINANCEIRO;**
- **BALANÇO PATRIMONIAL;**



- DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS;
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA; e
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo 12 da Lei 4320/64)

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução. Outra informação importante é o resultado da execução orçamentárias (superávit ou déficit orçamentário). O demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSilVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA-IDARON
 Relatório de Gestão - IDARON 2019



UNIDADE GESTORA: 19023 / AG. DE DEF. SANIT. AGROSilVOPAST. DO EST.
 MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO
 ANO REFERÊNCIA: 2019
 HORA EMISSÃO: 09:57:07
 DATA EMISSÃO: 19/03/2020

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo (R=I-II)		
RECEITAS CORRENTES (I)	22.771.000,00	22.771.000,00	26.884.887,82	4.113.887,82		
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00		
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contrib. Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contrib. de Insc. no Direito Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	1.250.000,00	1.250.000,00	874.796,14	-375.203,86		
Recursos Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Valores Mobiliários	1.250.000,00	1.250.000,00	874.796,14	-375.203,86		
Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA AGRICOLA/PASTORIL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	21.513.000,00	21.513.000,00	20.543.430,40	-969.569,60		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. de União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	60.362,36	60.362,36		
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00		
Interdições e Restituições	0,00	0,00	25.574,78	25.574,78		
Bens, Direitos e Valores Inscrip. no Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	40.787,58	40.787,58		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. de União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transfer. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Integração de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00		
Div. Ativa Prov. Anulaz. Strip. e Finsac.	0,00	0,00	0,00	0,00		
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	22.771.000,00	22.771.000,00	26.884.887,82	4.113.887,82		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / FINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL C/ FINANCIAMENTO (V)=(IV+V)	22.771.000,00	22.771.000,00	26.884.887,82	4.113.887,82		
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	60.000.110,57	60.000.110,57		
TOTAL (VII)=(V+VI)	22.771.000,00	22.771.000,00	87.404.704,40	64.603.704,40		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		
Superávit Financeiro	1.408.736,04					
Restos a Pagar de exercícios anteriores						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Domínio Inicial(I)	Outorga Anulada(II)	Despesas Empenhadas(III)	Despesas Liquidadas(IV)	Despesas Pagas (V)	Saldo (VI)=(I-V)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	63.681.000,00	67.840.646,83	67.230.092,00	66.613.296,78	65.812.478,82	10.610.174,85
PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.330.219,00	71.788.717,13	71.421.186,23	71.421.184,33	70.773.733,82	387.830,80
JURIS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



NOTA 1 - REGIME DE ORÇAMENTÁRIO

Para contabilização da execução do orçamento fiscal e da seguridade social, exercício de 2019, foram utilizados o Regime de Caixa para as receitas orçamentárias e o Regime de Competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64. A execução do Orçamento de 2019 teve início em 01/01/2019 e finalizou em 31/12/2019.

NOTA 2 – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

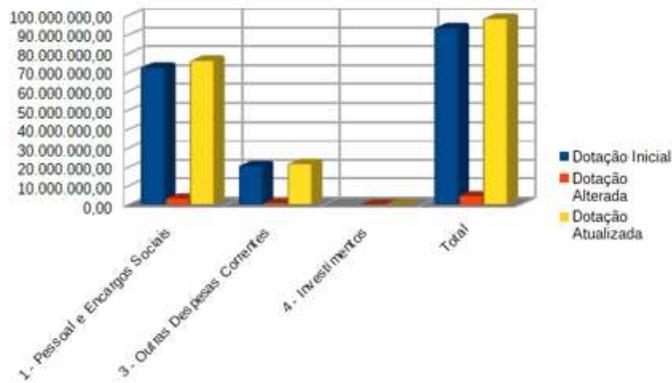
Operações intra-orçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública, integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres do ente receptor.

A tabela abaixo evidencia o montante das receitas intra-orçamentárias (Repasses Recebidos) no período.

QUADRO DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					
Código	Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo (d) = (c)-(a)
722240000	Repasse Recebidos Decorrentes do Orçamento	R\$ 70.910.000,00	R\$ 73.803.098,05	R\$ 73.803.098,05	R\$ - 2.893.098,05
Total		R\$ 70.910.000,00	R\$ 73.803.098,05	R\$ 73.803.098,05	R\$ - 2.893.098,05

Fonte: Balancete de verificação 13.3 extraído do SIAFEM

O gráfico abaixo demonstra de forma resumida a realização das receitas intra-orçamentárias ocorridas no exercício de 2019, apresentando um saldo negativo pela ocorrência de suplementação da previsão inicial das receitas.



NOTA 3 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante a execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, que estabelece o orçamento do Estado, por intermédio do qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente para a alteração do cenário previsto inicialmente.

Essas alterações podem ser visualizadas na tabela a seguir:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				Em R\$ 1,00
Categoria Econômica	Grupo Natureza Despesas	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualizada
03 - Despesa Corrente	1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 72.830.212,00	R\$ 3.458.505,13	R\$ 76.288.717,13
	2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 20.850.788,00	R\$ 950.061,70	R\$ 21.800.849,70
04 - Despesa de Capital	4 - Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 377.973,80	R\$ 377.973,80
	5 - Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	6 - Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
09 - Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Total	93.681.000,00	4.786.540,63	98.467.540,63

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM

NOTA 4 - CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Em análise aos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, verifica-se o valor de R\$ 524.003,53, (quinhentos e vinte e quatro mil e três reais e cinquenta e três centavos) referente ao cancelamento de Restos a Pagar Não Processados e R\$ 57.346,19 (cinquenta e sete mil trezentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos), ofício 3316 (7294454) Restos a Pagar Processados. Com base de dados do SIAFEM e SEI segue abaixo um resumo dos motivos de cancelamentos dos empenhos referente ao exercício.

190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00755	0015.224745/2018-31	21745765468-MIGUEL FORTUNATO DE OLIVEIRA	2019NL02458	Justifico o cancelamento dos Restos a Pagar Processados – RPP, referente a despesa com Requisição de Pequeno Valor – RPV, pelo fato da mesma ter sido empenhada e liquidada, em 2018, na Fonte de Recurso – FR 0100 – Recursos do Tesouro, CC 9072-7, restando	R\$ 5.458,28
190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00756	0015.224745/2018-31	20446586900-JOSE ROBERTO DEMARCHI	2019NL02459		R\$ 5.458,28
190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00791	0015.224745/2018-31	85105384253-WILIAN NUNES WANDSCHEER	2019NL02460		R\$ 5.458,28
190023 - AG. DE								75850613234-			



DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00792	0015.224745/2018-31	REGINA WENDT DA CRUZ	2019NL02461	apenas a fase de pagamento.	R\$ 5.458,28
190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00793	0015.224745/2018-31	89003500215- LUZINETE GOMES DE OLIVEIRA	2019NL02462	Em 2019 a referida despesa foi inscrita em RPP na FR 0300 – Recurso do Tesouro - outros exercícios.	R\$ 5.458,28
190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0300	20	1224	2234	319091	2018NE00798	0015.224745/2018-31	57768552253- LENINE APOLINARIO DE ALENCAR	2019NL02463	Em 06/02/2019, houve o sequestro dos valores na FR 0240 - Arrecadação Própria, CC 9075-1. Por envolver a FR do Tesouro, não havia flexibilidade para transferir o valor sequestrado para Conta corrente e a FR de onde houve a saída do recurso. Diante do exposto, os referidos RPP foram cancelados e a despesa empenha, liquidada e regularizada no atual exercício financeiro, na FR 0240, conforme segue:	R\$ 10.376,55



										2019NE00465 a 2019NE00470, 2019DL01540 a 2019DL01545 e 2019OR00333 a 2019OR00338.	
190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	0640	20	1224	2087	339147	2018NE00110	0015.012711/2018- 03	15883796000145- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	2019NL01770	Cancelamento do saldo remanescente da 2018NE 00110, na modalidade Estimativo, liquidado com valor com valor maior que o registrado na Nota Fiscal.	R\$ 461,04

NOTA 5 - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Balanço Orçamentário da Unidade Gestora - UG 190023 apresenta desequilíbrio na previsão da Receita, déficit orçamentário, pois a arrecadação é insuficiente para fazer face as despesas previstas. Porém conforme poderá ser observado na Nota 1 deste demonstrativo, existe previsão na LOA, para a UG, de R\$ 70.910.000,00 (setenta milhões, novecentos e dez mil reais), referentes a Repasses Intra-orçamentários, que na unidade recebedora, não pode ser computado como previsão de receitas, pois já foi computado no Órgão Transferidor, evitando-se, com isso, a duplicidade de previsão de receitas, conforme Portaria Interministerial n° 339 de 29/08/2001. Os valores repassados pelo Governo Estadual, através de Fonte de Recursos 0100, podem ser verificados no Balanço Financeiro – Transferências Financeiras Recebidas.

Quanto às receitas arrecadadas diretamente pela IDARON, são oriundas dos serviços de inspeção e fiscalização da defesa sanitária, animal e vegetal, aplicações financeiras e não são suficientes para fazer face às despesas da Autarquia, conforme apresentado Tabela e Gráfico - Detalhamento da Receita Prevista x Receitas Realizadas, por grupo de natureza de despesa.



GRUPO DE NATUREZA DA RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
Receitas de serviços	R\$ 21.513.000,00	R\$ 26.143.439,40	R\$ 4.630.439,40
Receitas patrimoniais	R\$ 1.258.000,00	R\$ 674.786,14	R\$ -583.213,86
Transferências de convênios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00	R\$ 66.362,38	R\$ 66.362,38
Subtotal	R\$ 22.771.000,00	R\$ 26.884.587,92	R\$ -4.113.587,92
Déficit	R\$ 0,00	R\$ 60.580.116,57	R\$ -60.580.116,57
Total	R\$ 22.771.000,00	R\$ 87.464.704,49	R\$ -64.693.704,49
Superávit financeiro	R\$ 1.498.738,04		

NOTA 6 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO

Do total das despesas executadas no ano de 2019, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) foi implementação por excesso de arrecadação, R\$ 1.498.738,04 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e quatro centavos) por créditos abertos utilizando o superávit de exercícios anteriores e R\$ 1.287.802,59 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) por anulação de dotação totalizando uma adição no orçamento da Unidade Gestora de R\$ 4.786.540,63 (quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil e quinhentos e quarenta reais e sessenta e três centavos). conforme Tabela e Gráfico abaixo dos Créditos abertos no exercício de 2019.

Tipo de Crédito	Valor
Excesso de Arrecadação	R\$ 2.000.000,00
Superávit de Exercícios Anteriores	R\$ 1.498.738,04
Anulação de Dotação	R\$ 1.287.802,59
Total	R\$ 4.786.540,63

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.



Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei 4320/64);

O Balanço Financeiro, segundo o MCASP, evidencia as receitas e despesas orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e com os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

Cabe destacar que o formato do Balanço Financeiro está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, as receitas e as despesas estão evidenciadas por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:



Relatório de Gestão - IDARON 2019

UNIDADE GESTORA: 190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGRO-SILVOPAST. DOS ESTADO HORA EMISSÃO: 08:57:01
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 19/03/2020
ANO REFERÊNCIA: 2019 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO FINANCEIRO PÁGINA: 1/2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos		
Recursos Orçamentários(I)	26.884.587,82	21.620.848,83
Ordinária	74.096,35	42.290,04
Vinculada	26.810.491,57	21.578.558,79
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades	26.801.800,58	21.541.837,80
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Convênios	8.890,99	36.620,99
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas(II)	73.803.098,05	66.567.630,06
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	73.803.098,05	66.567.630,06
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para RPPS	0,00	0,00
Recabimentos Extraorçamentários(III)	100.189.012,33	87.008.158,16
Inscrição RPNP do Exercício	617.095,24	2.198.770,39
Inscrição RPP do Exercício	700.617,54	1.178.003,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.600.526,33	31.380.175,21
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	74.270.572,82	52.152.867,39
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	118.378,72
Saldo do Exercício Anterior(IV)	27.103.964,81	18.410.752,36
Caixa e equivalente de caixa	26.748.003,59	18.255.674,78
Depósitos restit. e valores vinculados	355.961,02	155.077,58
TOTAL(V)=(I)+(II)+(III)+(IV)	227.980.882,91	193.607.426,41

UNIDADE GESTORA: 190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGRO-SILVOPAST. DOS ESTADO HORA EMISSÃO: 08:57:00
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 19/03/2020
ANO REFERÊNCIA: 2019 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO FINANCEIRO PÁGINA: 2/2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesas		
Despesa Orçamentária(VI)	87.464.704,49	81.440.528,00
Ordinária	73.835.859,39	66.687.707,73
Vinculada	13.628.845,10	14.752.821,27
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades	13.628.845,10	14.525.418,27
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Convênios	0,00	227.405,00
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas(VII)	326.926,89	268.256,41
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	326.926,89	268.256,41
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para RPPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários(VIII)	100.429.240,86	84.794.836,39
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.120.857,26	21.482,22
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.674.766,86	1.356.415,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.402.799,58	31.159.291,77
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	74.230.017,16	52.188.837,88
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	88.809,04
Perdas de Investimentos Temporárias	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte(IX)	39.760.790,67	27.103.964,81
Caixa e equivalente de caixa	38.207.102,90	26.748.003,59
Depósitos restit. e valores vinculados	1.553.687,77	355.961,02
TOTAL(X)=(VI)+(VII)+(VIII)+(IX)	227.980.662,91	193.607.426,41



Nota 01: COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

- Receita Orçamentária: Compreende o somatório dos valores relativos às receitas realizadas, líquidas das respectivas deduções, detalhada por fonte de recursos conforme Tabela e Gráfico da Receita Orçamentária.

Conta Contábil	Valor
Receita realizada	R\$ 26.884.587,92
(-) Dedução da Rec. Realizada	R\$ 0,00
Total das Rec. Realizada	R\$ 26.884.587,92



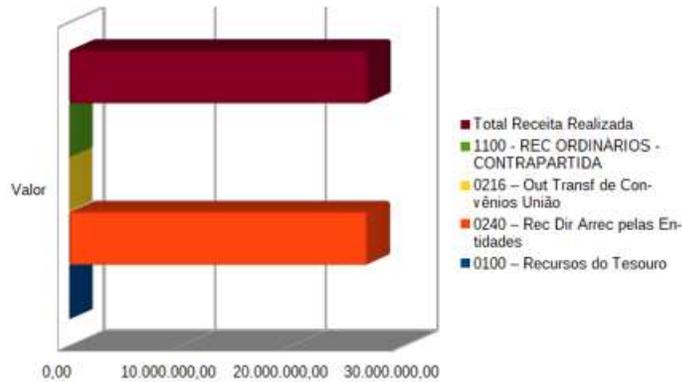
Logo abaixo apresentamos as receitas por fonte, ou seja, as origens das receitas para custeio das despesas correntes e de capital.

Fonte de Recurso	Valor
0100 – Recursos do Tesouro	R\$ 53.834,23
0240 – Rec Dir Arrec pelas Entidades	R\$ 26.801.600,58
0216 – Out Transf de Convênios União	R\$ 8.890,99



Relatório de Gestão - IDARON 2019

1100 - REC ORDINÁRIOS - CONTRAPARTIDA	R\$ 20.262,12
Total Receita Realizada	R\$ 26.884.587,92



Nota 02: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Transferências recebidas: Compreendem os valores das transferências financeiras recebidas da Fonte de Recursos 0100 – Recursos do Tesouro Estadual, em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse), para fazer face ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

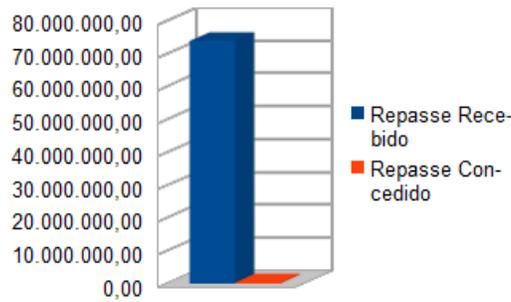
Conta Contábil	Descrição	Classificação	Valor
4.5.1.1.2.02.00	Repasse Recebido	Transferências Recebidas para a execução Orçamentária	R\$ 73.803.098,05
	Total		R\$ 73.803.098,05

Transferências Concedidas: Compreende o valor das transferências financeiras concedidas em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse), para fazer face à cobertura do Termo de Cooperação Técnica entre IDARON e FUPEN, tendo como objeto o fornecimento de mão-de-obra de reeducandos.

Conta Contábil	Descrição	Classificação	Valor
3.5.1.1.2.02.00	Repasse Concedido	Transferências Concedidas pela Execução Orçamentária	R\$ 326.926,89
	Total		R\$ 326.926,89



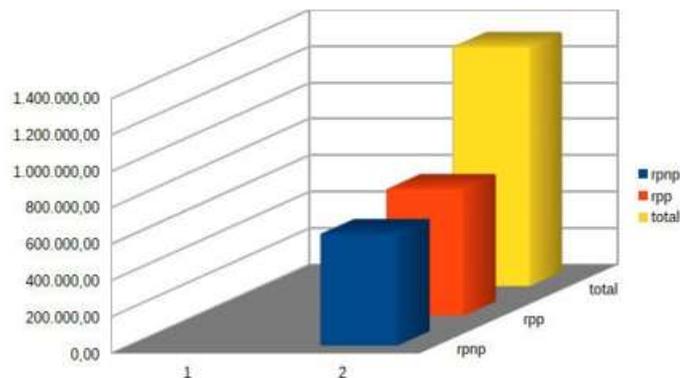
Relatório de Gestão - IDARON 2019



Nota 03: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Restos a Pagar: Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de 2019, distinguindo-se as processadas (aquelas despesas em que o fornecedor já cumpriu com a obrigação de entregar o produto ou serviço), das não processadas (aquelas despesas que estão aguardando a entrega do produto ou serviço).

Restos a Pagar Não Processados Inscritos	R\$ 617.095,24
Restos a Pagar Processados Inscritos	R\$ 700.817,94
Total de Restos a Pagar	R\$ 1.317.913,18



Sendo que: rnp = Restos a Pagar Não Processados, rpp = Restos a Pagar Processados



Relatório de Gestão - IDARON 2019

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela de Ingressos

Conta Contábil	Descrição	Movimento Débito	Movimento Crédito
2.1.8.8.0.00.00 (I)	Valores Restituíveis (F)	R\$ 26.986.902,89	R\$ 28.184.629,64
8.6.8.8.0.00.00 (II)	Valores Restituíveis (Saldo final)	R\$ 23.402.799,58	R\$ 0,00
(=) Resultado I-II		R\$ 3.584103,31	R\$ 0,00
(=) Valor dos ingressos (Movimento a Crédito – Resultado)		R\$ 0,00	R\$ 24.600.526,33

Tabela de Dispêndios

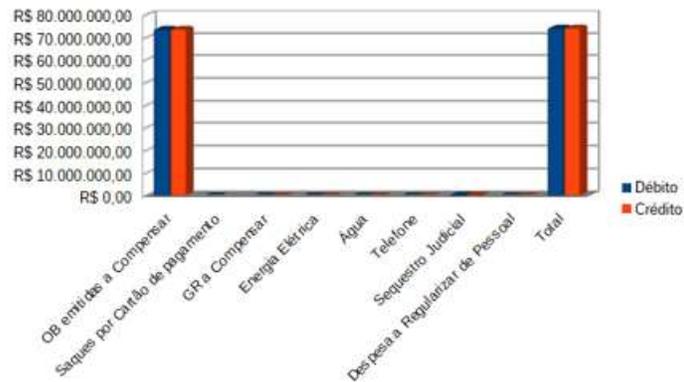
Conta Contábil	Descrição	Valor
8.6.8.8.0.00.00	Valores Restituíveis – saldo final	R\$ 23402799,58

Haveres Financeiros - Valores em Trânsito: Compreende o somatório dos valores contabilizados indevidamente em conta bancária, guia de recebimento e ordens bancárias emitidas a compensar.

Conta Contábil	Valores em Trânsito	Débito	Crédito
1.1.3.8.1.06.04	OB emitidas a Compensar	R\$ 73.803.098,05	R\$ 73.803.098,05
1.1.3.8.1.06.07	Saques por Cartão de pagamento	R\$ 1,91	R\$ 0,00
1.1.3.8.1.06.10	GR a Compensar	R\$ 31.611,89	R\$ 31.611,89
1.1.3.8.1.06.11	Energia Elétrica	R\$ 51.922,40	R\$ 51.922,40
1.1.3.8.1.06.12	Água	R\$ 1.232,08	R\$ 1.232,08
1.1.3.8.1.06.13	Telefone	R\$ 43.683,56	R\$ 43.683,56
1.1.3.8.1.06.15	Sequestro Judicial	R\$ 296.779,86	R\$ 337.337,43
1.1.3.8.0.06.20	Despesa a Regularizar de Pessoal	R\$ 1.687,41	R\$ 1.687,41
	Total	R\$ 74.230.017,16	R\$ 74.270.572,82



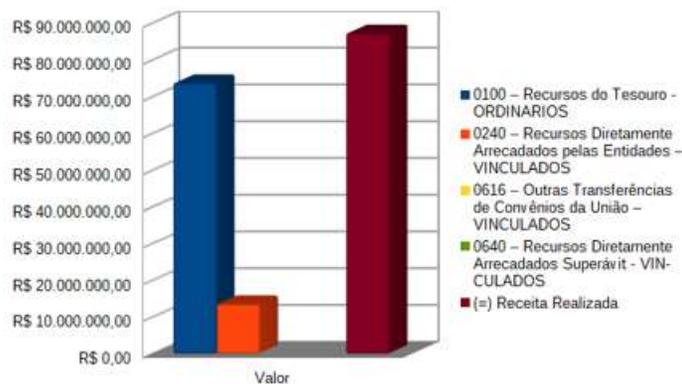
Relatório de Gestão - IDARON 2019



Nota 04: DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Compreende o somatório dos valores referentes aos créditos orçamentários empenhados por fonte / destinação de recursos, conforme Tabela abaixo.

Fonte de Recurso	Valor
0100 – Recursos do Tesouro - ORDINÁRIOS	R\$ 73.835.859,39
0240 – Recursos Diretamente Arrecadados pelas Entidades – VINCULADOS	R\$ 13.628.845,10
0616 – Outras Transferências de Convênios da União – VINCULADOS	R\$ 0,00
0640 – Recursos Diretamente Arrecadados Superávit - VINCULADOS	R\$ 0,00
(=) Receita Realizada	R\$ 87.464.704,49



Nota 05: DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

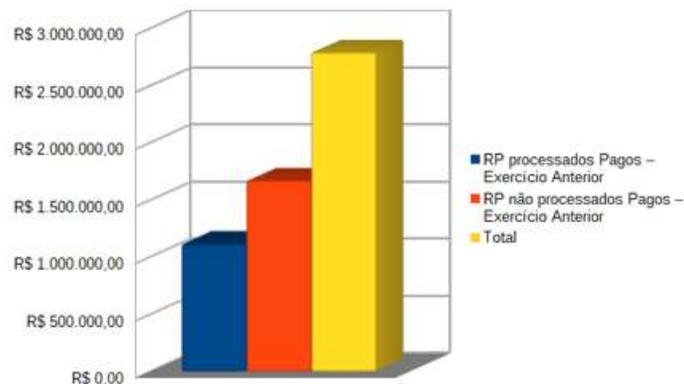


Relatório de Gestão - IDARON 2019

Compreendem as despesas empenhadas em 2018 e exercícios anteriores e pagas no exercício de 2019, distinguindo os entre os processados - aqueles que foram empenhados e liquidados em 2018 e os não processados que foram apenas empenhados em 2018.

Restos a Pagar Pagos:

Conta Contábil	Descrição	Valor
6.3.2.8.1.00.00	RP processados Pagos – Exercício Anterior	R\$ 1.120.657,26
8.6.3.1.1.02.04	RP não processados Pagos – Exercício Anterior	R\$ 1.674.766,86
	Total	R\$ 2.795.424,12

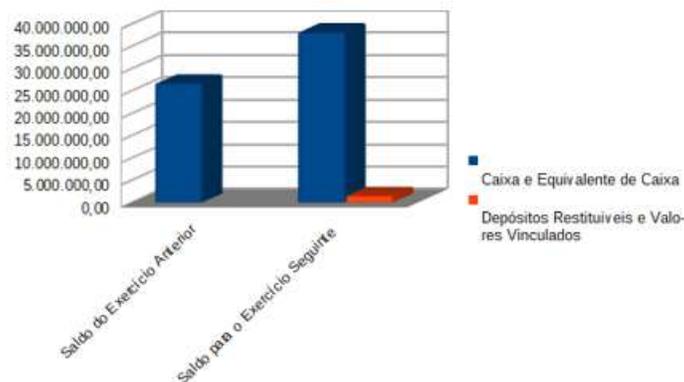


Nota 06: SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Conta Contábil	Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
1.1.1.1.1.00.00	Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 26.748.003,59	R\$ 38.207.102,90
1.1.3.5.0.00.00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 355.961,02	R\$ 1.553.687,77
	Total	R\$ 27.103.964,61	R\$ 39.760.790,67



Relatório de Gestão - IDARON 2019



BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei 4320/64)

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do IDARON em 31 de dezembro de 2019. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos da entidade no exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Os atos administrativos são apresentados no Balanço Patrimonial em um grupo intitulado “Compensado”.

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

UNIDADE GESTORA: 190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSilVOPAST. DOS ESTAD. HORA EMISSÃO: 09:42:46
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 19/03/2020
ANO REFERÊNCIA: 2019

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.207.102,90	26.748.003,89
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Valores Restituíveis		1.553.667,77	355.961,02
Demais Créditos a Curto Prazo		501.144,14	726.862,43
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		620.323,45	554.747,82
VPD Pagos Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		40.952.258,26	28.385.574,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		30.071.668,98	
Créditos a Longo		30.071.668,98	0,00
Demais Créditos e Valores a LP		0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD Pagos Antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00
- -) Redução ao V/R Recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		28.262.452,05	37.616.353,33
Bens Móveis		24.210.790,25	33.449.580,70
Bens Imoveis		3.009.334,08	4.168.473,23
- -) Deprec. Excess Amort Acumul.		-937.661,72	0,00
- -) Redução ao V/R Recuperável		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Int.		0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis		0,00	0,00
- -) Amortização Acumulada		0,00	0,00
- -) Redução ao V/R Recuperável		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		58.354.121,63	37.616.353,33
TOTAL DO ATIVO		99.236.379,89	66.003.928,59
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trib. e Previdenciárias		657.450,51	645.749,09
Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Fornec e Contas a Pagar Curto Praz		734.050,76	527.793,32
Obrigações Fiscais e CP		6.845,39	461,04
Valores Restituíveis		1.553.667,77	355.961,02
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		2.952.014,43	1.533.964,47
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Obrigações Trib. e Previdenciárias		596.676,16	0,00
Empréstimos e Financiamentos LP		0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações de Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		596.676,16	0,00
TOTAL DO PASSIVO		3.548.210,59	1.533.964,47
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiant PI Futuro Aumento de Capita		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		83.012,76	0,00
Resultados Acumulados			
Superávit/Déficit do Exercício		-1.470.782,02	7.366.256,21
Superávit/Déficit de Exerc Anter		54.469.964,12	62.552.312,76
Ajustes de exerc anteriores		32.604.975,34	-5.448.704,65
- -) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		95.687.169,30	64.469.964,12
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.236.379,89	66.003.928,59
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2019			
		Exercício Atual	Exercício Anterior



6.1.1. Ativo Circulante

NOTA 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades da IDARON são compostas por valores registrados em conta-corrente bancária e em aplicações financeiras de baixo risco e liquidez imediata.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, não havendo necessidade de tradução de moeda estrangeira pela ausência de transações em outras moedas. As aplicações financeiras foram atualizadas pelos rendimentos até 31/12/2019 ID 0015.005234/2020-36.

Os valores registrados nas contas de bancos e aplicações financeiras foram conciliados com os extratos bancários. Tal conciliação pode ser verificada na Prestação de Contas de 2019.

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2019
1.1.1.1.1.19.00	Bancos Conta Movimento	R\$ 26.748.003,59	R\$ 38.207.102,90
Total		R\$ 26.748.003,59	R\$ 38.207.102,90

NOTA 02 - Valores Restituíveis

O saldo dos Valores Restituíveis no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 1.553.687,77 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), compreendem os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

NOTA 03 - Demais Créditos e Valores em Curto Prazo e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber relacionados, principalmente, com créditos tributários, créditos de transferências, dívida ativa tributária e não tributária. Os créditos a curto prazo totalizaram o valor de R\$ 2.054.831,91 (dois milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), conforme Conta Contábil 113000000 e os créditos a longo prazo Conta Contábil 121100000, o valor de R\$ 30.071.668,98 (trinta milhões, setenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos). Os Créditos a Longo Prazo são



decorrentes de inscrição, em 2019, da Dívida Ativa Não Tributária da IDARON, conforme processo ID 4785993 e tabelas abaixo.

Tabela de Créditos a Curto Prazo

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2019
1.1.3.1.1.01.05	Adiantamentos - viagens	R\$ 619.602,20	R\$ 420.354,70
1.1.3.1.1.02.00	Suprimento de Fundos	R\$ 59.529,90	R\$ 73.614,77
1.1.3.8.2.06.00	Valores em trânsito Realizáveis	R\$ 47.730,33	R\$ 7.174,67
Total		R\$ 726.862,43	R\$ 501.144,14

Tabela de Créditos a Longo Prazo

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2019
1.2.1.0.0.00.00	Divida Ativa Não Tributaria	R\$ 0,00	R\$ 30.071.668,98
Total		R\$ 0,00	R\$ 30.071.668,98

NOTA 04 – Estoques

As aquisições e estoque de materiais armazenados no Almoarifado são mensurados com base no valor de sua aquisição e, conseqüentemente, a mensuração e avaliação das saídas mensais dos materiais são apuradas pelo custo médio ponderado do material, não havendo a inserção no valor final do material dos custos relativos a gastos de distribuição, de administração geral, dentre outros.

Os estoques da IDARON são compostos por itens de almoarifado (material de consumo, medicamentos, produtos laboratoriais, etc.), o combustível, é adquirido por meio de cartão de abastecimento, através da contratação de empresa de gerenciamento de frota, conforme Tabela.

Tabela de Composição de Estoques

Descrição da conta	2018	2019
Almoarifado – Material de Consumo	R\$ 550.747,62	R\$ 616.323,45
Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
TOTAL	R\$ 554.747,62	R\$ 620.323,45



6.1.2. Ativo Não Circulante

NOTA 05 - Imobilizado

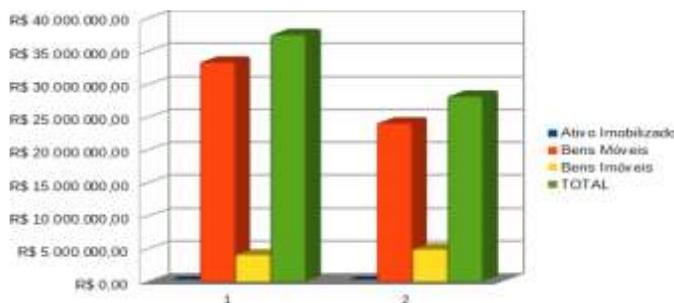
Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Porém, conforme Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, aprovado pela Portaria STN nº 548/2015, os Estados terão até 2020 para preparação de sistemas e outras providências de implantação, e até 2021 para efetivação dos registros contábeis.

Tabela de Composição do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado	2018	2019
Bens Móveis	R\$ 33.449.880,70	R\$ 24.210.780,29
Bens Imóveis	R\$ 4.168.473,23	R\$ 5.009.334,89
TOTAL	R\$ 37.618.353,93	R\$ 28.282.452,65

Gráfico Composição do Ativo Imobilizado





NOTA 06 - Depreciação

A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

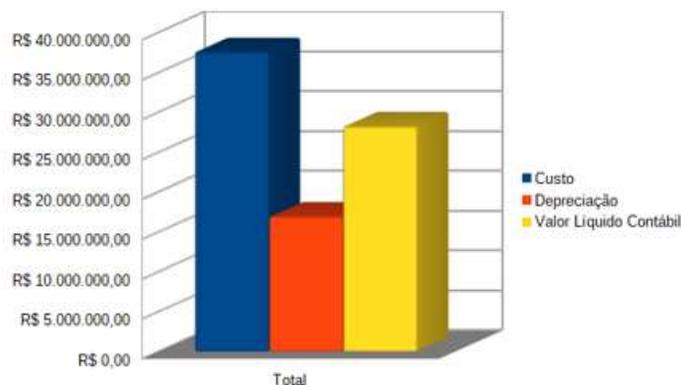
A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores:

- a) Deterioração Física;
- b) Desgastes com uso; e
- c) Obsolescência.

Esta Administração Pública, de uma forma geral, utilizou o método das quotas constantes em seus registrados, conforme o Manual de Procedimentos Contábeis Especiais parte II, na tabela abaixo segue discriminada as depreciações dos grupos que mais tiveram influência com implementação da depreciação dos bens móveis; não apresentamos as entradas, por esse motivo um simples cálculo não resultara o saldo apresentado.

A tabela abaixo apresenta apenas dados sobre a depreciação, não apresentado todos os fatores que influenciaram no saldo do valor contábil líquido, além da depreciação que reduziu o valor contábil líquido dos bens de móveis, também ocorreu baixa por alienação (leilão) e a reclassificação de bens ativos para Bens inservíveis (desreconhecimento contábil) para posterior baixa e desfazimento.

Bens Móveis	Custo	Depreciação	Valor Líquido Contábil
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.381.258,58	R\$ 1.704.715,59	R\$ 786.251,62
Bens de Informática	R\$ 3.643.999,19	R\$ 2.815.788,45	R\$ 933.210,74
Móveis e Utensílios	R\$ 4.662.384,02	R\$ 2.920.835,65	R\$ 1.743.306,32
Materiais Culturais, Educacionais	R\$ 319.900,90	R\$ 175.886,31	R\$ 144.014,59
Veículos	R\$ 21.755.606,13	R\$ 9.369.503,76	R\$ 12.559.698,99
Total	R\$ 37.618.353,93		R\$ 28.282.452,65



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Anexo 15 da Lei 4320/64)

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser quantitativas e/ou qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas menos as Variações Diminutivas.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

UNIDADE GESTORA: 19002 - AD. DE DEF. SANIT. AGROSLIVOPAST. DOS EST.	HORA EMBASÃO: 11:19:47	
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO	DATA EMBASÃO: 19/03/2020	
ANO REFERÊNCIA: 2019		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib. Sociais	0,00	0,00
Contrib. de Interv. no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesses das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.143.438,42	21.035.204,58
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	26.143.438,42	21.035.204,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.161.268,81	853.929,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Resanescimento de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	674.788,14	528.879,98
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	1.487.170,67	424.049,31
Transferências e Delegações Recebidas	73.803.068,05	66.567.630,06
Transferências Intergovernamentais	73.803.068,05	66.567.630,06
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.028.003,48	3.156,79
Realização de Ativos	871.877,30	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	157.346,18	3.156,79
Reversão de Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	86.362,38	58.764,39
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	86.362,38	58.764,39
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS (I)	103.203.786,13	88.615.684,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	70.863.121,89	67.395.026,08
Resanescimento a Passivo	63.252.383,08	67.377.128,32
Encargos Patrimoniais	8.174.356,25	6.228.850,51
Benefícios a Passivo	4.498.332,66	4.352.048,19
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.395,20	6.794,23
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Provisões Especiais	0,00	0,00
Provisões Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.395,20	6.794,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.712.626,93	12.277.712,12
Uso de Material de Consumo	2.295.209,73	1.887.310,95
Serviços	15.567.655,44	10.386.392,17
Depreciação, Amortização de Exaustão	837.601,72	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.083.846,83	424.848,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	2.083.846,83	424.848,83
Transferências e Delegações Concedidas	320.826,80	268.296,41
Transferências Intergovernamentais	320.826,80	268.296,41
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada e Erros	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.304.406,67	24.147,73
Redução do Valor Recuperável e Provisão para Perdas	11.476.673,70	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Incalculáveis	11.248,71	24.147,73
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	316.236,26	0,00
Tributárias	395.640,82	291.820,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	84.668,26	80.641,39
Contribuições	283.891,30	210.776,62
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	48,26	721,55
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Sobvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Passivos	0,00	0,00
Custo de Outros VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	48,26	721,55



Nota 01 - Os quadros resumidos das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) encontram-se a seguir.

Tabela Variações Patrimoniais Aumentativas

Conta	Descrição das VPAs	31/12/2018	31/12/2019
4.3	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 21.035.204,58	R\$ 26.143.439,40
4.4	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 953.928,39	R\$ 2.161.956,81
4.5	Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 66.567.630,06	R\$ 73.803.098,05
4.6	Valorização e Ganhos com Ativos	R\$ 3.156,75	R\$ 1.028.923,49
4.9	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 55.764,39	R\$ 66.362,38
Total		R\$ 88.615.684,17	R\$ 103.203.780,13

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais significativas são as elencadas no Grupo “4.5 Transferências e Delegações Recebidas”, que se referem às cotas financeiras recebidas do Tesouro Estadual. Nesse grupo, estão computados os Repasses financeiros, que são as transferências internas para as unidades executoras, que somam R\$ 73.803.098,05 (setenta e três milhões, oitocentos e três mil, noventa e oito reais e cinco centavos).

Em 2019, houve acréscimo no Grupo das VPAs – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, em relação a 2018. As VPAs apresentadas no Grupo “4.9 - Outras VPAs” referem-se ao recolhimento de multas aplicadas pela IDARON a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais e outras.

Tabela Variações Patrimoniais Diminutivas

Conta	Descrição das VPDs	31/12/2018	31/12/2019
3.1	Pessoal e Encargos	R\$ 67.956.026,98	R\$ 75.883.121,69
3.2	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 6.754,23	R\$ 4.395,20
3.3	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 12.277.712,12	R\$ 13.712.926,89
3.4	Variações patrimoniais diminutivas	R\$ 424.048,53	R\$ 2.083.846,83
3.5	Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 268.296,41	R\$ 326.926,89
3.6	Desvalorização e Perda de Ativo	R\$ 24.147,73	R\$ 12.304.456,67
3.7	Tributárias	R\$ 291.620,41	R\$ 358.840,62
3.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 721,55	R\$ 48,26
Total		R\$ 81.249.327,96	R\$ 104.674.563,05



Variações Patrimoniais Diminutivas mais representativas referem-se às despesas com pessoal ativo, encargos patronais, benefícios a pessoal e outros que representam cerca de 72,49% do total das VPDs (Grupos 3.1 e 3.2 do Plano de Contas). A variação da despesa de pessoal de 2019 para 2018 foi de 11,67%. Essa variação pode ser justificada pelas promoções, progressões e adicionais de qualificações na carreira dos servidores do IDARON. Cabe destacar que a despesa com pessoal representa 75,87% da receita do exercício de 2019.

Também são representativas as despesas com serviços de terceiros, diárias de viagem e, evidenciadas no grupo 3.3. Em 2019 houve variação neste grupo de 11,69% em relação a 2018.

O Grupo “3.5 - Transferências e Delegações Concedidas” - contemplam as operações financeiras ativas entre Unidades Gestoras do Poder Executivo, através de transferências internas no valor de R\$ 326.926,89 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos). As referidas transferências foram para cobrir despesas com pagamento de prestação de serviços de apoio administrativos e serviços gerais, nas dependências da IDARON, de reeducados, oriundos do sistema prisional, através de Termo de Cooperação entre a IDARON e o Fundo Penitenciário – FUPEN.

No Grupo “3.6 - Desvalorização e Perda de Ativo” - No exercício de 2019, houve mudanças na política contábil com a implantação dos procedimentos de avaliação e depreciação do Ativo Imobilizado, com o objetivo de realizar ajustes no patrimônio, resultando numa desvalorização de R\$ 11.476.973,70 (onze milhões quatrocentos e setenta e seis mil e novecentos e setenta e três reais e setenta centavos) e ainda, o desreconhecimento de R\$ 816.236,26 (oitocentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos) por baixa. A IDARON reconheceu os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Anexo 18 da Lei 4320/64)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.



A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A DFC é composta por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e
- e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida

No exercício de 2019, não houve fatos contábeis que movimentassem o fluxo de caixa de atividades de financiamento no IDARON.



Relatório de Gestão - IDARON 2019

UNIDADE GESTORA: 190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGRO-SILVOPAST. DOS ESTADO HORA EMISSÃO: 11:54:04
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 19/03/2020
ANO REFERÊNCIA: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	174.958.258,79	202.886.495,62
Receta tributária	0,00	0,00
Receta de Contribuições	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00
Receta Agropecuária	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00
Receta de Serviços	26.143.439,40	21.035.204,58
Remuneração Disponibilidades	674.786,14	529.870,86
Outras Rec. Deriv. e Originárias	78.336.935,20	114.753.781,12
Transferências correntes recebidas	73.803.098,05	66.567.630,06
DESEMBOLSO	162.983.187,99	193.646.879,51
Pessoal e Demais Despesas	80.993.472,62	78.895.940,56
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	7.759.676,21	268.521,41
Outros desembolsos operacionais	74.230.017,16	114.694.217,54
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	11.975.090,80	9.037.816,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
Outros Ingressos de investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	515.991,49	545.487,30
Aquisição de Ativos não Circulantes	515.991,49	545.487,30
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-515.991,49	-545.487,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Integração do capital social de empresas depen	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos de financiamentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	11.459.099,31	8.492.328,81
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	26.748.003,59	18.255.674,78
Caixa e Equivalente de caixa final	38.207.102,90	26.748.003,59

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Exercício: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	73.803.098,05	66.567.630,06
Outras transferências recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	73.803.098,05	66.567.630,06
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	225,00	225,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	7.059,12	0,00
Intragovernamentais	7.752.394,09	268.296,41
Outras transferências Concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	7.759.676,21	268.521,41

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Exercício: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
AGRICULTURA	80.993.472,62	78.895.940,56
Total das Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função	80.993.472,62	78.895.940,56

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Exercício: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00



Nota 01 - Fluxos de Caixa das Atividades das Operações

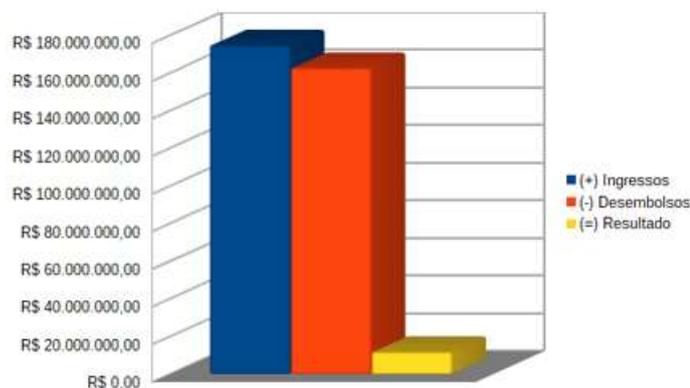
Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças. Ao analisar o quadro abaixo é possível verificar que as transferências recebidas foi a principal fonte de recursos do fluxo operacional, correspondendo cerca de 42,18% (quarenta e dois por cento) do total dos ingressos, seguido das receitas de serviços com 26% (vinte e seis por cento).

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	VALOR R\$	AV (%)
Ingressos	R\$ 174.958.258,79	100
Receita de Serviços	R\$ 26.143.439,40	14,94
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 674.786,14	0,39
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 74.336.935,20	42,49
Transferências recebidas	R\$ 73.803.098,05	42,18

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	VALOR R\$	AV (%)
Desembolso	R\$ 162.983.167,99	100
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 80.993.472,62	49,69
Transferências Concedidas	R\$ 7.759.678,21	4,76
Outros Desembolsos Operacionais	R\$ 74.230.017,16	45,54

Geração Líquida – Atividades Operacionais

(+) Ingressos	R\$ 174.958.258,79
(-) Desembolsos	R\$ 162.983.167,99
(=) Resultado	R\$ 11.975.090,80





O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 11.975.090,80 (onze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, noventa reais e oitenta centavos), demonstrando que IDARON tem capacidade de financiar a manutenção dos serviços de defesa sanitária.

FLUXO DE INVESTIMENTO

Evidenciam às atividades de venda e aquisições de bens, recebimentos e concessão de empréstimos pelo Estado e outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso em demais investimentos realizados durante o ano.

Conforme o quadro de ingressos de investimento o item “Outros ingressos de investimento” a UG não movimentou esse fluxo.

Já no quadro “Desembolsos de investimento” Os desembolsos com aquisição de ativos item aquisição de ativo não circulante foram de R\$ 515.991,49 (quinhentos e quinze mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos), que corresponde ao resultado negativo do fluxo dos investimentos no exercício de 2019 no mesmo valor.

A DFC disponibilizada por intermédio do sistema SIAFEM será apresentada com um quadro adicional de informação, sendo que as Unidades deverão detalhar as contas envolvidas no, uma vez que foram incluídas, conforme as Instruções de Preenchimentos Contábeis - IPC 08 em outros ingressos e outros desembolsos por contemplarem situações não previstas dificultando o enquadramento nos fluxos operacional, investimento e financiamento, desta forma, a variação detalhada no quadro de informações adicionais servirá como suporte para a explicação.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Anexo 19 da Lei 4320/64)

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA-IDARON
Relatório de Gestão - IDARON 2019



UNIDADE GESTORA: 190023 - AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DOS ESTADO
 MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO
 ANO REFERÊNCIA: 2019

HORA EMISSÃO: 12:09:24
 DATA EMISSÃO: 19/03/2020

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital(AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	0,00		0,00				64.469.964,12		64.469.964,12
Ajustes de exercícios anteriores							32.604.975,34		32.604.975,34
Aumento de capital									0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas									
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							-1.470.782,92		-1.470.782,92
Ajustes de avaliação patrimonial									
Constituição / Reversão de reservas						83.012,76			
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)									
Saldos finais	0,00		0,00			83.012,76	95.604.156,54		95.687.169,30

Nota 01- Aumento do patrimônio Líquido em decorrência da inscrição dívida ativa não tributária no valor de R\$ 32.604.975,34 (trinta e dois milhões), sendo créditos a curto prazo totalizaram o valor de R\$ 2.054.831,91 (dois milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e um centavos), conforme Conta Contábil 113000000 e os créditos a longo prazo Conta Contábil 121100000, o valor de R\$ 30.071.668,98 (trinta milhões, setenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos).



7. ORÇAMENTO E FINANÇAS

Dotação Orçamentária

Embasado na lei de diretrizes orçamentárias – LDO e no Plano Plurianual de investimentos 2016 - 2019, foi destinada na lei de orçamento anual 2019 (LOA), lei n. 4.455, de 7 de janeiro de 2019, a dotação orçamentária inicial correspondente a R\$ 93.681.000,00 (noventa e três milhões e seiscentos e oitenta e um mil reais).

No exercício de 2019, houve a abertura de créditos adicionais na modalidade suplementar com base em fontes de recursos oriundos das seguintes categoriais: superávit financeiro do exercício anterior e anulação de dotações. Com tais movimentações orçamentárias a dotação orçamentária atualizada do IDARON chegou ao montante de R\$ 98.467.540,63 (noventa e oito milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta reais e sessenta e três centavos).

No exercício de 2019, foi executado R\$ 87.467.540,63 (oitenta e sete milhões e quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta reais e sessenta e três centavos) ou seja 88,83% da dotação orçamentária do período, registrando um saldo de dotação orçamentária correspondente a 11,17%. O Demonstrativo da Dotação Orçamentária da IDARON, no exercício de 2019 será apresentado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Dotação Orçamentária do IDARON (2017-2019)

Composição da Dotação Orçamentária	Dotação 2019 (R\$)	Dotação 2018 (R\$)	Dotação 2017 (R\$)
Dotação Inicial	93.681.000,00	82.450.218,00	80.497.122,00
Suplementação por Excesso Arrecadação (Fonte 0100)	2.000.000,00	0,00	694.400,17
Suplementação por Superávit do exercício anterior (Fonte 1300, 0616 e 0640)	1.498.738,04	3.206.000,00	6.962.382,45
<i>Suplementação por Superávit (Fonte 0616)</i>	1.372.884,14	1.562.100,00	1.876.734,58
<i>Suplementação por Superávit (Fonte 1300)</i>	125.853,90	100.000,00	107.347,87
<i>Suplementação por Superávit (Fonte 0640)</i>	1.544.000,00	1.544.000,00	4.978.300,00
Suplementação por Anulação de Dotação (Fonte 0100)	1.287.802,59	430.000,00	356.394,39
Dotação Total (Atualizada)	98.467.540,63	86.086.318,00	88.510.299,01
Despesa Empenhada	87.464.704,49	81.440.529,00	79.421.426,47
Saldo de Dotação Orçamentária	11.002.836,14	4.645.789,00	9.088.872,54
Despesa Orçamentária Total	98.467.540,63	86.086.318,00	88.510.299,01

Fonte: SIAFEM 2017, 2018, 2019



Composição da Dotação Orçamentária

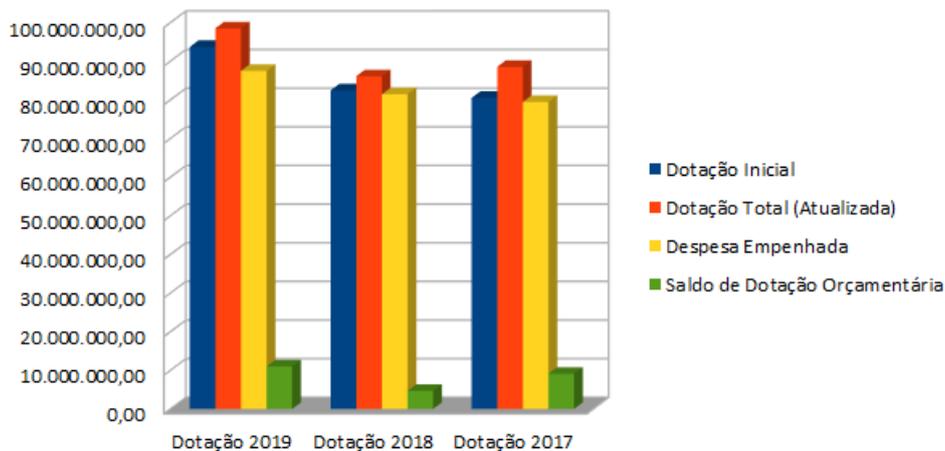


Figura 133: Execução da Dotação Orçamentária (2019).

A dotação atualizada do IDARON e o saldo orçamentário do período 2017 a 2019 encontram-se ilustrados no Gráfico 2.

Execução da Despesa Orçamentária

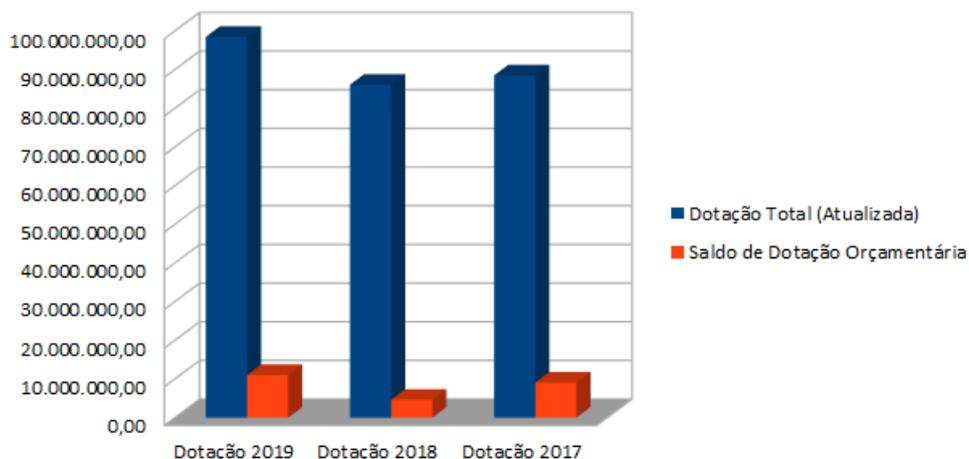


Figura 134: Dotação Versus Saldo Orçamentário (2017-2019).

7.1. AVALIAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTARIA

Na análise das despesas autorizadas com as empenhadas, no exercício de 2019, constatou-se a ocorrência de saldo orçamentário na ordem de R\$11.002.836,14 (onze milhões e dois mil e oitocentos e trinta e seis reais e quatorze centavos) conforme abaixo.



A evolução da execução da despesa orçamentária no período de 2017 a 2019 encontra-se evidenciada na tabela 2, a seguir.

Tabela 28: Execução da Despesa Orçamentária (2017-2019).

DOTAÇÃO ORÇAMENTO (R\$) INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA SALDO %(Execução) EMPENHADA	DESPESA SALDO %(Execução) EMPENHADA
ORÇAMENTO DE 2019, EM R\$					
DESPESA ORÇAMENTÁRIA 2019	93.681.000,00	98.467.540,63	87.464.704,49	11.002.836,14	88,83%
Despesa Corrente (R\$)	93.681.000,00	97.840.566,83	87.230.392,00	10.610.174,83	88,83%
Despesa Capital (R\$)	0,00	626.973,80	234.312,49	392.661,31	11,17%
ORÇAMENTO DE 2018, EM R\$					
DESPESA ORÇAMENTÁRIA 2018	82.450.218,00	86.086.318,00	81.440.529,00	4.645.789,00	94,60%
Despesa Corrente (R\$)	82.180.218,00	84.883.318,00	80.779.775,93	4.103.542,07	95,17%
Despesa Capital (R\$)	270.000,00	1.203.000,00	660.753,07	542.246,93	54,93%
ORÇAMENTO 2017, EM R\$					
DESPESA ORÇAMENTÁRIA 2017	80.497.122,00	88.510.299,01	79.421.426,47	9.088.872,54	89,73%
Despesa Corrente (R\$)	80.274.122,00	86.088.999,01	78.611.333,78	7.477.665,23	91,31%
Despesa Capital (R\$)	223.000,00	2.421.300,00	810.092,69	1.611.207,31	33,46%

Fonte: SIAFEM 2017, 2018 e 2019

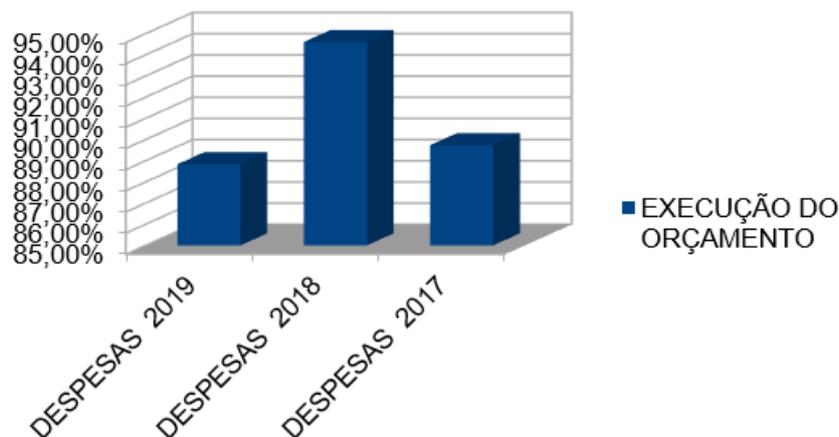


Figura 135: Evolução da Execução da Despesa (2017-2019).



Composição da Despesa Orçamentária 2019

Levando-se em consideração as despesas executadas por categoria econômica, em 2019, 99,73% foram executadas na Categoria Econômica - Despesas Correntes, e apenas 0,27%, às Despesas de Capital. A composição da despesa orçamentária executada por grupo, concentrou-se nos dispêndios relativos à Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, conforme evidenciado na tabela 3.

Tabela 29: Demonstrativo Da Composição Da Despesa Orçamentária Executada, em 2019.

Especificação	Execução	%
Despesas correntes	87.230.392,00	99,73
Pessoal e Encargos sociais	71.431.184,33	81,67
Outros benefícios previdenciários	4.395,20	0,01
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	61.178.105,59	69,95
Obrigações patronais	822.675,86	0,94
Outras despesas variáveis - pessoal c	21.060,78	0,02
Sentenças judiciais	2.051.657,50	2,35
Obrigações patronais	7.353.289,40	8,41
Outras despesas correntes	15.799.207,67	18,06
Obrigações Tributárias e Contributiv U	225,00	0,00
Obrigações Tributárias e Contributiv M	7.059,12	0,01
Despesa de diárias - pessoal civil	1.892.595,00	2,16
Diárias - pessoal militar	55.875,00	0,06
Auxílio fardamento	44.041,93	0,05
Material de Consumo	2.331.243,42	2,67
Passagens e Despesas com Locomoção	64.932,48	0,07
Serviços de consultoria	17.200,00	0,02
Outros serviços de terceiros – pessoa F	568.937,63	0,65
Outros serviços de terceiros-pessoa J	3.920.732,41	4,48
Serviços de Tec a Infor E Comunic -	2.019.527,60	2,31
Auxílio alimentação	2.909.425,78	3,33
Obrigações tributárias e contributiva	270.733,39	0,31
Auxílio transporte	715.341,52	0,82
Despesas de exercícios anteriores	106.420,20	0,12
Indenizações e restituições	787.571,59	0,90
Obrigações tributárias e contributiva	87.345,60	0,10
Investimentos	234.312,49	0,27
Equipamentos e material permanente	234.312,49	0,27
Total da despesa executada	87.464.704,49	100,00



Fonte: Balancete SIAFEM

A execução da despesa por grupo concentrou-se em Pessoal e Encargos Sociais (81,67%) e outras despesas correntes (18,06%).

Tabela 30: Análise Comparativa da Despesa Executada com a Autorizada, Por Grupo (2018-2019).

CATEGORIA ECONÔMICA /GRUPO	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2019 (R\$)	EMPENHO 2019 (R\$)	2019% (Execução)	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2018 (R\$)	EMPENHO 2018 (R\$)	2018% (Execução)
DESPESA CORRENTE	97.840.566,83	87.230.392,00	77,33%	84.883.318,00	80.779.775,93	95,17%
Pessoal e Encargos Sociais	71.788.717,13	71.431.184,33		64.431.545,00	63.610.733,06	
Outras Despesas Correntes	26.051.849,70	15.799.207,67		20.451.773,00	17.169.042,8	
DEPESA DE CAPITAL	626.973,80	234.312,49	37,37%	1.203.000,00	660.753,07	54,95%
Investimentos	626.973,80	234.312,49		1.203.000,00	660.753,07	
Despesa Orçamentária	98.467.540,63	87.464.704,49	88,83%	86.086.318,00	81.440.529,00	94,60%

Fonte: Balancete SIAFEM/2018 e 2019 e Anexos 01 e 12 da Lei 4320/64.

Despesas Empenhadas Versus Liquidadas e Pagas

Ao avaliar a execução da despesa orçamentária 2019 constata-se que foi empenhado 88,83% dos dispêndios, liquidado 88,20% e pagos 87,49%.

A evolução da execução orçamentária da despesa, no período de 2017 a 2019, pode ser visualizada na tabela 31 e figura 135, a seguir.

Tabela 31: Execução da Despesa Orçamentária: Empenho, Liquidação e Pagamento (2017-2019).

ESPECIFICAÇÕES	ORÇAMENTO 2019 (R\$)	2019 (%)	ORÇAMENTO 2018 (R\$)	2018 %	ORÇAMENTO 2017 (R\$)	2017 %
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	98.467.540,63	100,00%	86.086.318,00	100,00%	88.510.299,01	100,00%
DESPESA EMPENHADA (B)	87.464.704,49	88,83%	81.440.529,00	94,60%	79.421.426,47	89,73%
<i>Empenho Liquidados</i>	86.847.609,25	88,20%	79.241.758,61	92,05%	77.187.307,88	87,21%
<i>Despesas Pagas (C)</i>	86.146.791,31	87,49%	78.063.755,16	90,68%	77.162.668,91	87,18%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA A PAGAR (B-C)	1.317.913,18	1,34%	3.376.773,84	3,92%	2.258.757,56	2,55%
SALDO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA (A-B)	11.002.836,14	11,17%	4.645.789,00	5,40%	9.088.872,54	10,27%



Fonte: Balancete SIAFEM/2017-2019; Anexo 12 da Lei 4320/64.

Na figura 135 apresentamos a execução da despesa orçamentária: Empenho, Liquidação, Pagamento (2017-2019).

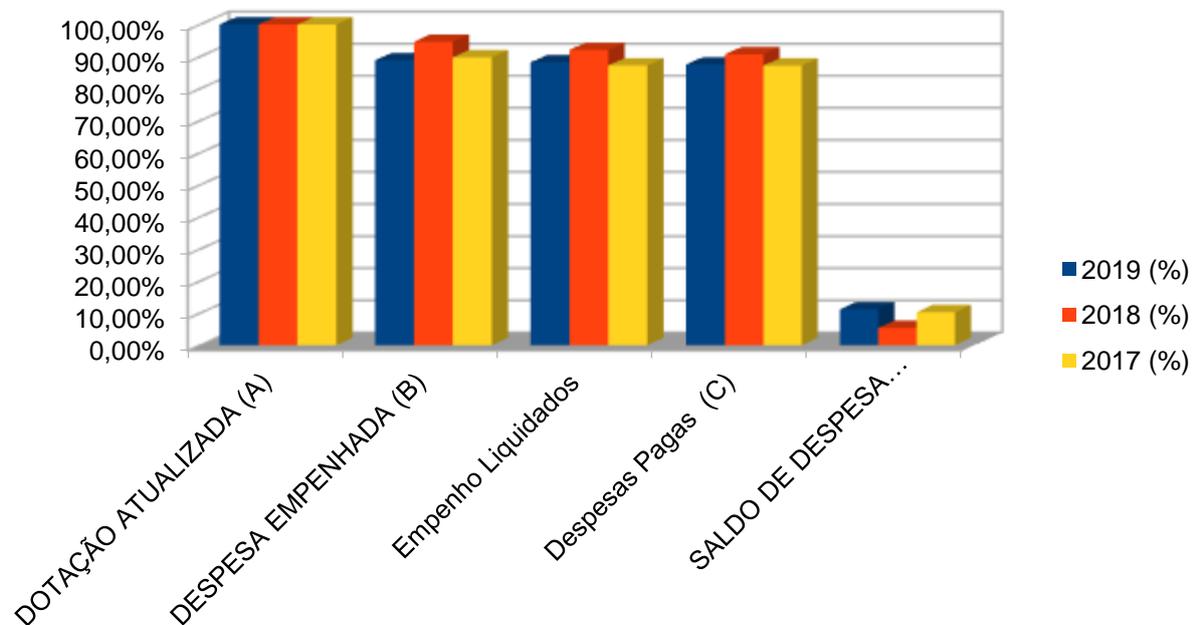


Figura 136: Execução da Despesa.

7.2. AVALIAÇÃO DA RECEITA

Receita Orçamentária Por Categoria Econômica

Em 2019, a Unidade Gestora arrecadou receita orçamentária no montante de R\$ 100.687.685,97 (cem milhões e seiscentos e oitenta e sete mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), sendo 100% oriundo da categoria econômica corrente, conforme demonstrado na tabela 032, a seguir.

Tabela 32: Receita Orçamentária Realizada Por Categoria Econômica/Origem (2017-2019).

CATEGORIA ECONÔMICA	ARRECADAÇÃO 2017 (R\$)	ARRECADAÇÃO 2018(R\$)	ARRECADAÇÃO 2019 (R\$)
RECEITA CORRENTE	<u>82.211.075,98</u>	<u>88.188.478,89</u>	<u>100.687.685,97</u>
Receita Patrimonial	964.149,59	529.879,86	674.786,14



Receita de Serviços	15.169.483,18	21.035.204,58	26.143.439,40
Outras Receitas Correntes	5.027,20	55.764,39	66.362,38
Receita Corrente Intraorçamentária	65.388.015,84	66.567.630,06	73.803.098,05
Receita de Convênio	694.400,17		
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ARRECADAÇÃO TOTAL	<u>82.211.075,98</u>	<u>88.188.478,89</u>	<u>100.687.685,97</u>

Fonte: Balancete SIAFEM 2017-2019, Anexos 01 e 10, 12 da Lei 4320/64.

Avaliando a receita orçamentária 2019 realizada por *Origem* chegou-se à constatação de que a sua maior expressividade veio dos recursos Transferências Intragovernamentais e Receita de Serviços, que correspondeu a 79,53% e 18,45% respectivamente, conforme gráfico 136.

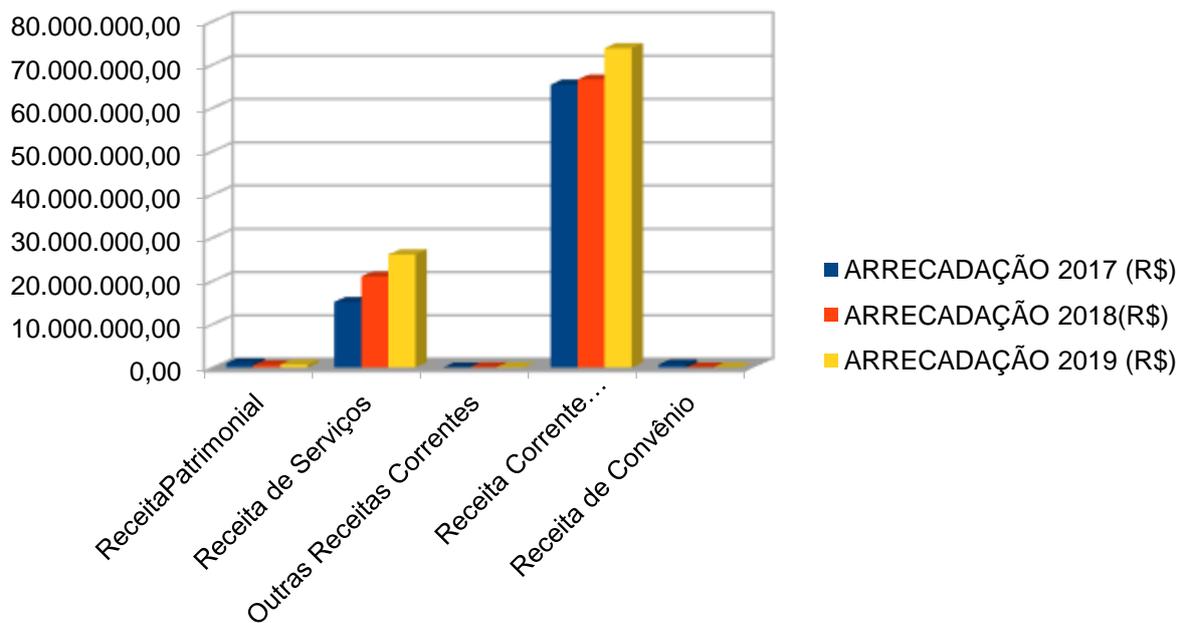


Figura 137: Receita Orçamentaria Realizada Por Categoria Econômica/Origem (2017-2019).

Comparativo da Receita Arrecadada Versus a Receita Prevista

Em 2019 foi estimada uma receita inicial na ordem de R\$ 22.771.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e setenta e um mil reais), sendo que, a arrecadação anual chegou ao



montante de R\$ 26.884.587,92 (vinte e seis milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) resultando em excesso de arrecadação anual equivalente a R\$ 4.113.587,92 (quatro milhões e cento e treze mil e quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) conforme tabela abaixo.

Tabela 33: Receita Orçamentária Arrecadada Versus a Receita Prevista (2017-2019).

RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2017			
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	RESULTADO
RECEITA CORRENTE	14.373.748,00	16.833.060,14	2.459.312,14
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	964.149,59	964.149,59
RECEITA DE SERVIÇOS	14.373.748,00	15.169.483,18	795.735,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	694.400,17	694.400,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	5.027,20	5.027,20
Valor Total	14.373.748,00	16.833.060,14	2.459.312,14
RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2018			
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	RESULTADO
RECEITA CORRENTE	15.566.531,00	21.620.848,83	6.054.317,83
RECEITA PATRIMONIAL	1.877.807,00	529.879,86	-1.347.927,14
RECEITA DE SERVIÇOS	13.671.593,00	21.035.204,58	7.363.611,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.131,00	55.764,39	38.633,39
Valor Total	15.566.531,00	21.620.848,83	6.054.317,83
RECEITA ORÇAMENTÁRIA 2019			
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	RESULTADO
RECEITA CORRENTE	22.771.000,00	26.884.587,92	4.113.587,92
RECEITA PATRIMONIAL	1.258.000,00	674.786,14	-583.213,86
RECEITA DE SERVIÇOS	21.513.000,00	26.143.439,40	4.630.439,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	66.362,38	66.362,38
Valor Total	22.771.000,00	26.884.587,92	4.113.587,92

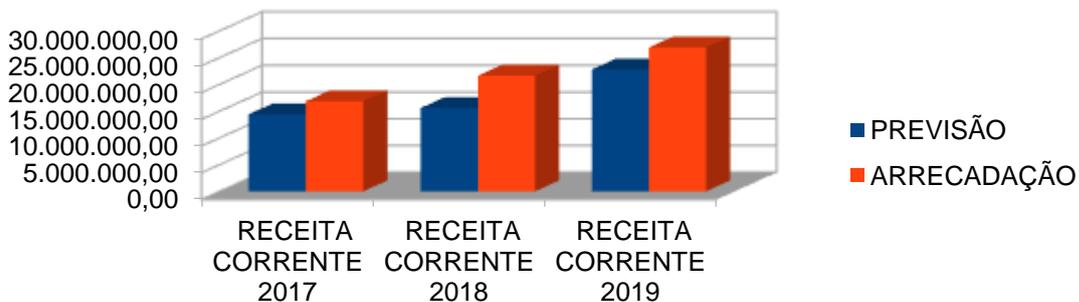




Figura 138: Receita orçamentaria Arrecadada Versus a Receita Prevista (2017-2019).

Receita Orçamentária Sob o Enfoque Patrimonial e Orçamentário

Pela (LOA 2019), estimou-se receita orçamentária para UG 190023, cuja previsão inicial se deu na ordem de R\$ 22.771.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e setenta e um mil reais).

A execução da receita sob o enfoque orçamentário no ano foi no valor de R\$ 26.884.587,92 (vinte e seis milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) conforme tabela abaixo.

Tabela 34: Receita Sob o Enfoque Orçamentário (2017-2019).

RECEITA SOB O ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO	RECEITA 2017 (R\$)	RECEITA 2018 (R\$)	RECEITA 2019 (R\$)
RECEITA PREVISTA INICIAL	14.373.748,00	15.566.531,00	22.771.000,00
RECEITA PREVISTA ATUALIZADA	15.068.148,17	15.566.531,00	22.771.000,00
RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA	16.833.060,14	21.620.848,83	26.884.587,92

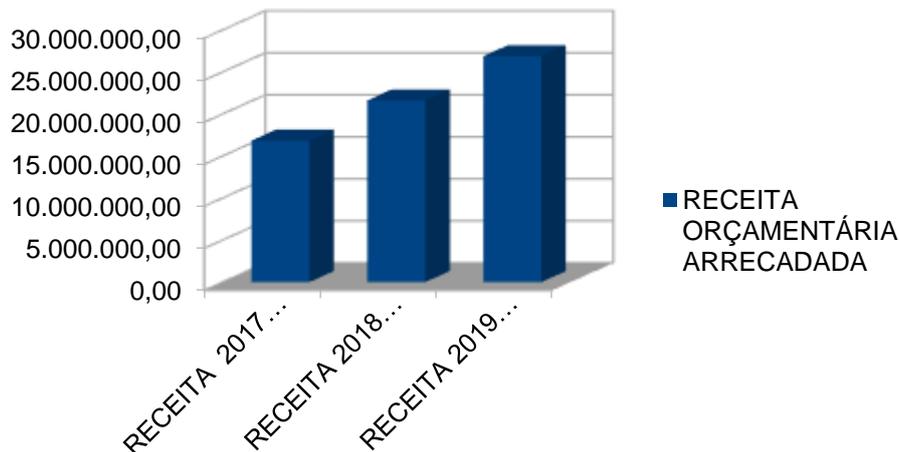


Figura 139: Receita Sob o Enfoque Orçamentário (2017-2019).



Ao passo que a receita sob o enfoque patrimonial, registrou variações aumentativas e diminutivas cujo resultado patrimonial foi negativo em 2019 - R\$ 1.470.782,92 (um milhão e quatrocentos e setenta mil e setecentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos) e positivo em 2018 e 2017 - R\$ 7.366.356,21 (sete milhões e trezentos e sessenta e seis mil e trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) e 6.294.474,29 (seis milhões e duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos), respectivamente, conforme tabela a seguir.

Tabela 35: Receita Sob o Enfoque Patrimonial (2017-2019).

RECEITA SOB O ENFOQUE PATRIMONIAL, EM R\$	RESULTADO PATRIMONIAL 2017 (R\$)	RESULTADO PATRIMONIAL 2018 (R\$)	RESULTADO PATRIMONIAL 2019 (R\$)
1. VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	82.489.021,52	88.615.684,17	103.203.780,13
2. VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	76.194.547,23	81.249.327,96	104.674.563,05
RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	6.294.474,29	7.366.356,21	-1.470.782,92

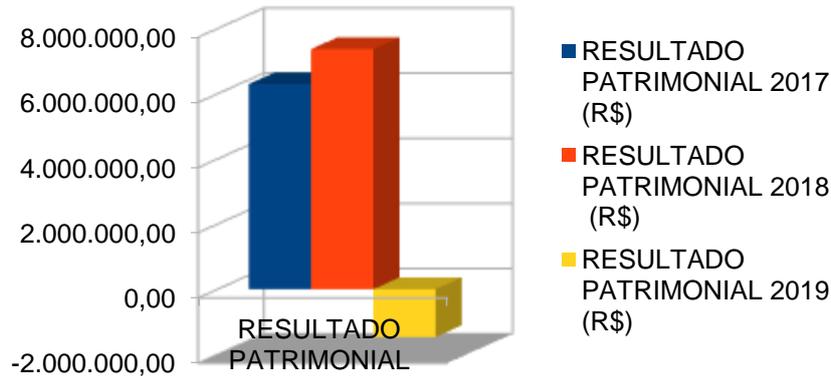


Figura 140: Receita Sob o Enfoque Patrimonial (2017-2019).

7.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pode-se inferir que a execução orçamentária realizada no período de 2019 registrou uma economia de despesa na ordem de R\$11.002.836,14 (onze milhões e dois mil e oitocentos e trinta e seis reais e quatorze centavos) e um superavit orçamentário do exercício atual e de exercícios anteriores de R\$ 36.889.189,72 (trinta e seis milhões e oitocentos e oitenta e nove mil e cento e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme Anexos da Lei 4320/64.

Resultado Orçamentário 2019

Em 2019, ao confrontarmos a receita arrecadada com a despesa executada constatou-se a ocorrência de um saldo de Superávit Orçamentário acumulado na importância de R\$36.889.189, (trinta e seis milhões e oitocentos e oitenta e nove mil e cento e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), conforme evidenciado nas tabelas 08 a 09 e na tabela 10, a seguir.

Tabela 36: Execução Orçamentária em 2019.

ORÇAMENTO 2019	PREVISÃO / DOTAÇÃO INICIAL	PREVISÃO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EXECUÇÃO ² (B)	DIFERENÇAS (A-B)	% EXECUÇÃO

² Foram considerados tanto na previsão da receita quanto na arrecadação, os repasses intraorçamentários, pois também foram ingressos de recursos na Unidade Gestora 190023, previstos na LOA 2019.



RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R\$)	93.681.000,00	93.681.000,00	100.687.685,97	7.006.682,97	107,48%
Receita Corrente	93.681.000,00	93.681.000,00	100.687.685,97	7.006.685,97	107,48%
Receita Capital	0,00	0,00	0,000,00	0,00	0,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (R\$)	93.681.000,00	98.467.540,63	87.464.704,49	11.002.836,14	88,83%
Despesa Corrente	93.681.000,00	97.840.566,83	87.230.392,00	10.610.174,83	88,34%
Despesa de Capital	0,00	626.973,80	234.312,49	392.661,31	37,37%
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (R\$)			13.222.981,48		

Fonte: Balancete SIAFEM/2019 e Anexos 01 e 12 da Lei 4320/64.

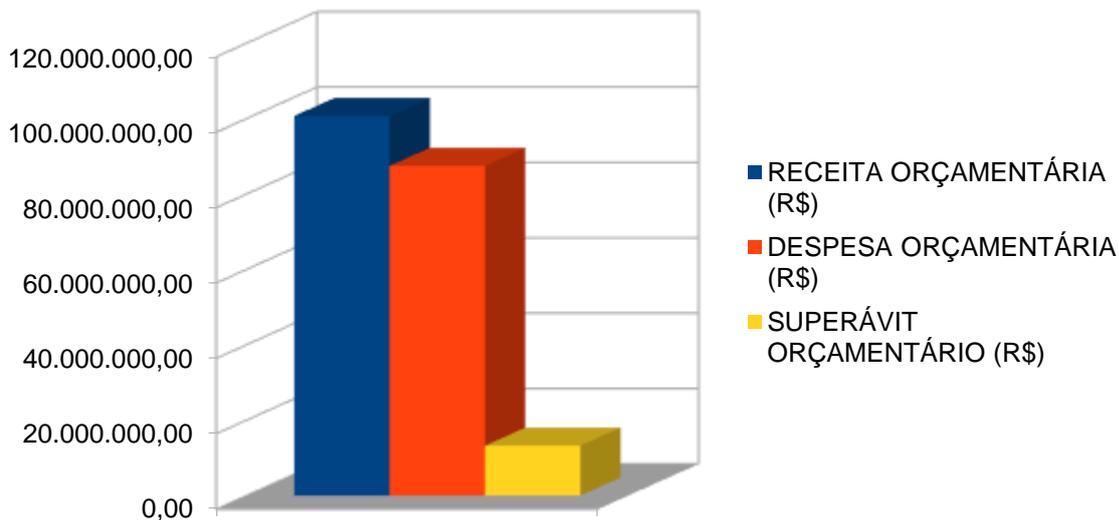


Figura 141: Execução Orçamentária em 2019.

7.4. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

O demonstrativo da execução de Restos a Pagar 2019 evidencia a posição dos Restos a Pagar Não Processados, cuja inscrição somou em R\$ 2.198.770,39 (dois milhões e cento e noventa e oito mil e setecentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e dos Restos a Pagar Processados, com inscrição de R\$ 1.178.003,45 (um milhão e cento e setenta e oito mil e três reais e quarenta e cinco centavos).



Os pagamentos dos restos a pagar processados e não processados, somou R\$ 2.795.424,12 (dois milhões e setecentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos), sendo R\$ 1.674.766,86 (um milhão e seiscentos e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos) de Restos a Pagar não Processados e R\$ 1.120.657,26 (um milhão e cento e vinte mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) de Restos a Pagar Processados, também foram cancelados R\$ 524.003,53 (quinhentos e vinte e quatro mil e três reais e cinquenta e três centavos) de Restos a Pagar Não Processados e R\$ 57.346,19 (cinquenta e sete mil e trezentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos) de Restos a Pagar Processados. Logo, ao final do período, constatou-se a inexistência de saldo a pagar, conforme tabela 37 e gráfico 141.

Tabela 37: Execução de Restos a Pagar 2019.

Restos a Pagar Inscritos em 2019	3.376.773,84
Restos a Pagar Não Processados	2.198.770,39
Restos a Pagar Processados	1.178.003,45
Total de Restos a Pagar Pago em 2019	2.795.424,12
Restos a Pagar Não Processados	1.674.766,86
Restos a Pagar Processados	1.120.657,26
Total de Restos a Pagar Cancelados em 2019	581.349,72
Restos a Pagar Não Processados	524.003,53
Restos a Pagar Processados	57.346,19
Restos a Pagar para o exercício seguinte	1.317.913,18
Restos a Pagar Não Processados	617.095,24
Restos a Pagar Processados	700.817,94

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM – ANEXO 17 - LEI 4.320/64

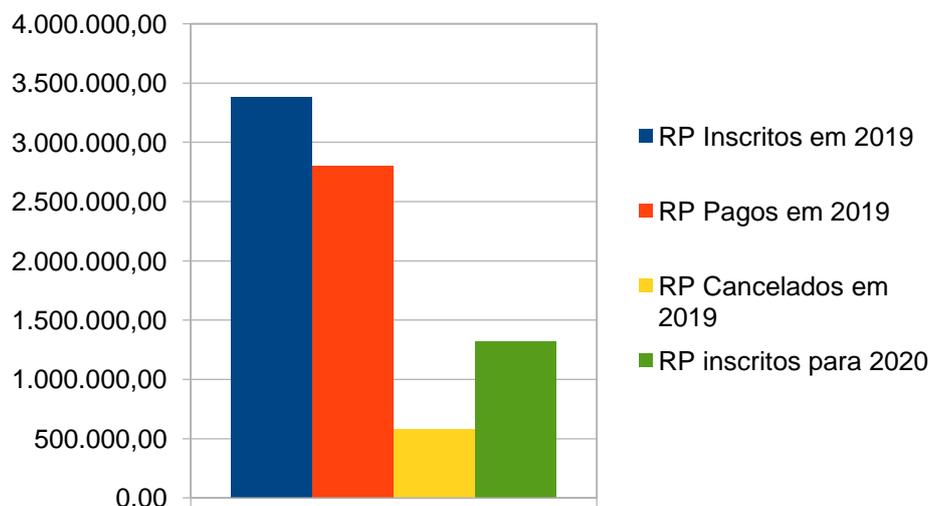




Figura 142: Execução de Restos a Pagar 2019.

7.5. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração Patrimonial

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) representam o conjunto consolidado e sintetizado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade pública, com objetivo de retratar a saúde financeira, sendo os relatórios de saídas, base para análise e tomada de decisão por parte dos usuários da informação contábil. Sua estrutura está contida nos anexos da Lei 4.320/1964, na qual foi alterada pela Portaria STN 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, convergentes aos padrões internacionais de contabilidade. As demonstrações foram elaboradas em Conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição, Parte V aprovada pela Portarias Conjuntas STN/SOF nº 06, 07 E 877 DE 18/12/2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, assim como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tal qual as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16). Vejamos o Balanço Patrimonial da IDARON, em 2019 (tabela 38).

Tabela 38: Superávit Financeiro 2018-2019 .

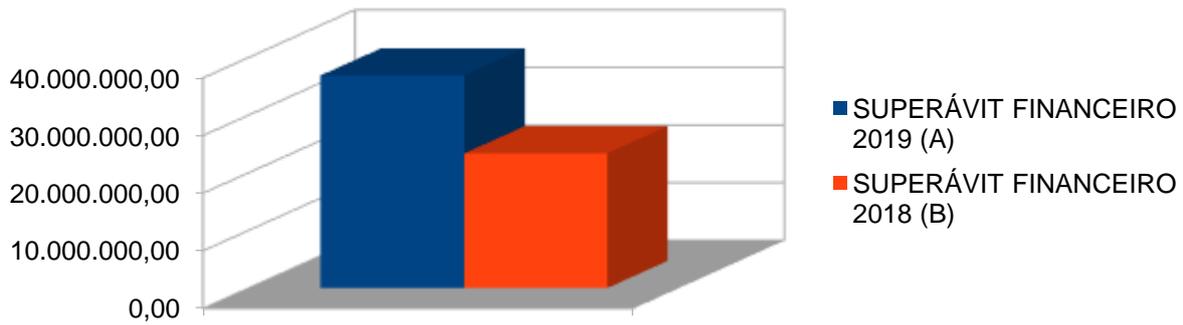
ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	40.882.258,26	28.385.574,66	PASSIVO CIRCULANTE	2.952.534,43	1.533.964,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.207.102,90	26.748.003,59	Obrigações Trab. e Previdenciárias	657.450,51	649.749,09
Valores Restituíveis	1.553.687,77	355.961,02	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	734.550,76	527.793,32
Demais Créditos a Curto Prazo	501.144,14	726.862,43	Obrigações Fiscais a CP	6.845,39	461,04
Estoques	620.323,45	554.747,62	Valores Restituíveis	1.553.687,77	355.961,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE	58.354.121,63	37.618.353,93	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	596676,16	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	30.071.668,98	0,00	Obrigações Trab. e Previdenciárias	596.676,16	0,00
Imobilizado	28.282.452,65	37.618.353,93			
TOTAL DO ATIVO	99.236.379,89	66.003.928,59	TOTAL DO PASSIVO	3.549.210,59	1.533.964,47
ATIVO FINANCEIRO (a)	39.760.790,67	27.103.964,61	PASSIVO FINANCEIRO (b)	2.871.600,95	3.732.734,86
ATIVO PERMANENTE	59.475.589,22	38.899.963,98	PASSIVO PERMANENTE	1.294.704,88	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	95.070.074,06	62.271.193,73
TOTAL DO ATIVO	99.236.379,89	66.003.928,59	TOTAL DO PASSIVO	99.236.379,89	66.003.928,59
SUPERÁVIT FINANCEIRO 2019 (A-B)				36.889.189,72	
SUPERÁVIT FINANCEIRO 2018 (A-B)				23.371.229,75	

Superávit Financeiro 2018-2019

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



ANÁLISE DE ÍNDICES PATRIMONIAIS, 2017-2019

Da análise dos dados evidenciados no demonstrativo Balanço Patrimonial de 2019, tabela 12, podemos extrair os seguintes índices.

a) Índice de Liquidez Imediata – é a relação entre as Disponibilidades /Passivo Circulante. A IDARON, em 2019, apresentou índice de 12,94 de liquidez imediata, ou melhor, para cada R\$ 1,00 de compromisso de curto prazo, existem R\$ 12,94 para sanar esse compromisso, este fato indica que a referida Autarquia detém de capacidade financeira para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com as suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em bancos.

	2019	2018	2017
Índice de Liquidez Imediata	12,94	17,44	101,58
<u>Disponibilidades (R\$)</u>	<u>38.207.102,90</u>	<u>26.748.003,59</u>	<u>18.255.674,78</u>
Passivo Circulante(R\$)	2.952.534,43	1.533.964,47	179.716,55

b) Índice de Liquidez Corrente – é a relação entre o Ativo Circulante/Passivo Circulante. A IDARON, apresentou índice de 13,85 de liquidez corrente, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo existem R\$ 13,85 de para honrar esse compromisso. O que indica que a Autarquia como honrar as dívidas inscritas no Ativo Circulante.



	2019	2018	2017
Índices de Liquidez Corrente	13,85	18,50	114,72
<u>Ativo Circulante (R\$)</u> Passivo Circulante(R\$)	<u>40.882.258,26</u> 2.952.534,43	<u>28.385.574,66</u> 1.533.964,47	<u>20.616.408,67</u> 179.716,55

c) Índice de Liquidez Geral - é a relação entre (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante). A IDARON, em 2019, apresentou um índice de 19,99 de liquidez geral, fato este que indica que para cada um real de dívidas circulantes e não circulantes, a mesma dispõe de R\$19,99 para honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

	2019	2018	2017
Índices de Liquidez Geral	19,99	18,50	114,72
<u>Ativo Circulante + Ativo Realizável LP (R\$)</u> Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (R\$)	<u>70.953.927,24</u> 3.549.210,59	<u>28.385.574,66</u> 1.533.964,47	<u>20.616.408,67</u> 179.716,55

d) Índice de Solvência- é a relação entre (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante+Passivo Não-Circulante). A IDARON, em 2019, apresentou índice de 27,96 de Solvência, fato este que indica que a referida Autarquia é solvente, está em condições de arcar com as suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garante a sua sobrevivência futura.

	2019	2018	2017
Índice de Solvência	27,96	43,03	114,72
<u>Ativo Circulante + Ativo Realizável LP (R\$)</u> Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (R\$)	<u>70.953.927,24</u> 3.549.210,59	<u>28.385.574,66</u> 1.533.964,47	<u>20.616.408,67</u> 179.716,55

e) Índice de Endividamento Geral – é a relação entre (Passivo Circulante+Passivo Não-Circulante)/(Ativo Total). A IDARON, em 2019, apresentou um índice de 0,04 de Endividamento Geral, fato este que demonstra que o grau de endividamento da referida



Autarquia a curto e longo prazo é extremamente baixo, ele mede a proporção do endividamento da Autarquia em relação ao total do seu ativo, ou, em outras palavras, o quanto dos ativos da empresa estão financiados por terceiros.

Índice de Endividamento Geral	2019	2018	2017
	0,04	0,02	0,00
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (R\$) Ativo Total (R\$)	$\frac{3.549.210,59}{99.236.379,89}$	$\frac{1.533.964,47}{66.003.928,59}$	$\frac{179.716,55}{57.502.723,33}$

f) Índice de Composição do Endividamento - é a relação entre (Passivo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante). A IDARON, em 2019, apresentou um índice de 0,83 relativo à Composição do Endividamento, fato este que demonstra que o maior percentual de endividamento da Autarquia encontra-se no curto prazo, e apenas 0,17% corresponde a endividamento a longo prazo.

Índice de Composição do Endividamento	2019	2018	2017
	0,83	0,02	0,00
Passivo Circulante	2.952.534,43	1.533.964,47	179.716,55

A situação financeira apurada através do Balanço Patrimonial 2019 da IDARON aponta para a auto sustentabilidade da entidade.



ANEXOS – GIDSV.

1. CURSOS E TREINAMENTOS

Em agosto de 2019 foi realizado em Porto velho o último Treinamento de Padronização das Ações de Fiscalização nos Postos Fixos Interestaduais para os servidores que tiram plantão no Posto Fixo da BR-319, km 130. O Treinamento contou com a adesão de todos os servidores do Posto Fixo, onde houve o nivelamento nas áreas de sementes e mudas, agrotóxicos, trânsito de produtos e subprodutos vegetais, assim como aulas práticas sobre o sistema e-PTV, e validação de PTV através dos apps QR- Code e sistemas de consulta como Cefiti, Renasem e pVia.



2. *Programa de Classificação de Grãos*

PROGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS - IDARON/GIDSV

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



O serviço de Classificação de Grãos tem por objetivo garantir que os produtos ofertados possuam a qualidade expressa em seus rótulos, quando destinados diretamente a alimentação humana, resguardando os direitos dos consumidores, colaborando para a formação de preços justos, nas operações de compras e venda do poder público e nas importações e exportações. Para classificação de grãos temos os seguintes Postos Credenciados junto ao MAPA.

Postos/Situação:

O Posto de Ji Paraná, foi desativado temporariamente em agosto, em razão da reforma no prédio da ULSAV e Supervisão Regional. Vilhena e Cacoal está funcionando, neste último, houve redução do volume classificado, tendo em vista o Credenciamento da Empresa PIARARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA de Cacoal, para exercer a atividade de Classificador Pessoa Jurídica, possibilitando que a mesma classifique seu próprio produto, que até 2017 era realizada no Posto de Classificação de Cacoal.

Os equipamentos estão em boas condições de funcionamento. Todos receberam, no ano passado, 01 (um) Quarteador novo em aço inox.

O Posto de Rolim de Moura, está com seu credenciamento suspenso temporariamente, por falta de espaço físico para o seu funcionamento. Está previsto no projeto de construção do novo prédio, 01 (uma) sala para a classificação.

O Posto de Porto Velho, está sendo reativado, em dezembro de 2019 levamos os materiais e equipamentos necessários para a sala de classificação na ULSAV, estamos aguardando apenas os armários. Em seguida, vamos solicitar a vistoria do MAPA - SFA/RO.

Foi realizada, nos dias 26 e 27 de junho, na sede da Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MAPA, em Porto Velho, Reunião Técnica de Atualização em Classificação Física e Degustativa de Café, conduzida pelo Instrutor Técnico do Ministério da Agricultura Alcides Flores, com a participação dos Classificadores da Agência Idaron, Luiz Pereira Barros, de Porto Velho, Reinaldo Aparecido Parreira, de Alta Floresta D`Oeste, Jean Ramos dos Santos, de Ouro Preto D`Oeste, Luciano Marcos Mussulin, de Nova Brasilândia D`Oeste, Ronyston do Nascimento Viali, de Cacoal.

A Agência IDARON apoiou o 4º - Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café



de Rondônia - CONCAFÉ, realizando a classificação física de 306 amostras dos produtores participantes. Esta fase do Concurso foi realizada no laboratório de sementes da EMBRAPA, em Porto Velho, no mês de julho.

A fase de degustação das amostras classificadas foi realizada em Cacoal, no mês de setembro,

Propostas em andamento e medidas para melhoria do Programa:

- Aquisição de mais equipamentos;
- Reativação do Posto de Rolim de Moura, Ji Paraná e Porto Velho
- Política de incentivo à classificação do café – Melhor preço.
- Distribuição de material gráfico de divulgação, folder e cartaz.

VOLUME CLASSIFICADO – Janeiro a Dezembro de 2019

MÊS	JI PARANÁ			CACOAL			VILHENA		
	ARRO Z (ton)	FELJÃO (ton)	Nº de Certificados	ARRO Z (ton)	FELJÃO (ton)	Nº de Certificados	ARRO Z (ton)	FELJÃO (ton)	Nº de Certificados
JANEIRO	167,01	----- -	02	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----
FEVEREIRO	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----	136,98	----- -	02
MARÇO	15,00	15,00	02	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----
ABRIL	617,91	----- -	10	----- -	----- -	-----	417,36	----- -	09
MAIO	181,00	----- -	02	----- -	----- -	-----	19,98	79,98	05
JUNHO	187,00	90,00	04	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----
JULHO	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----
AGOSTO	597,93	----- -	09	----- -	----- -	-----	----- -	19,98	01
SETEMBRO	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----
OUTUBRO	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----	----- -	----- -	-----

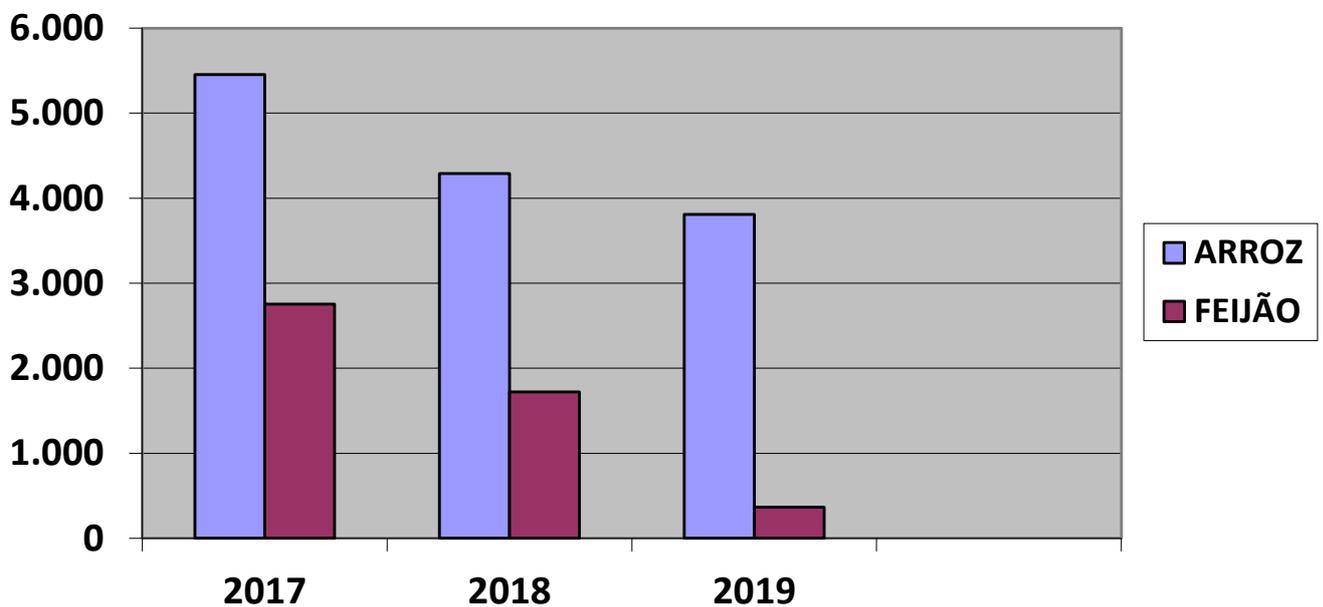
Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5º andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



NOVEMBRO	-----	-----	-----	-----	120,00	01	1.469,98	40,00	21
DEZEMBRO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
TOTAL	1.765,85	105,00	29	-----	120,00	01	2.044,30	139,96	38
TOTAL GERAL	ARROZ (ton)			FEIJÃO (ton)			Nº de Certificados		
	3.810,15			364,96			68		



ARROZ-----5.455 ton.-----4.288 ton.-----3.810 ton.

FEIJÃO-----2.755 ton.-----1.720 ton.-----365 ton.

2.2.1. Capacitações e Eventos

A Gerência de Defesa Sanitária Vegetal promove a capacitação de servidores da IDARON, assim como participa de eventos e reuniões técnicas de interesse da defesa vegetal.

As capacitações consistem em treinamento ou acesso a informações, visando melhoria nas ações e atividades desenvolvidas, fortalecer as fiscalizações do trânsito de produtos de origem vegetal, diminuir a taxa de disseminação das pragas existentes, desenvolver medidas de controle eficientes e evitar a introdução daquelas que são exóticas.

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar- Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Também visa uniformizar os procedimentos, proporcionar interação e troca de experiências entre os servidores de outras unidades, compartilhamento de informações técnicas e apoio logístico, entre outros. A atualização constante dos conhecimentos, além de ser algo fundamental para o bom desempenho das funções, também é reconhecida pela IDARON nos processos internos de Progressão.

Para 2018 foram realizados treinamentos para servidores sobre temas relacionados das coordenações e programas tendo em vista o aprimoramento contínuo como forma de trazer informações atualizadas e proveitosas para a Agência.

Apresentamos a tabela 01 de capacitações, consolidada, e a seguir relatório com detalhamento sintetizado referente aos eventos mais relevantes:

Quadro 66: Relação de treinamentos promovidos pela GIDSV-IDARON.

Curso	Público e Nº participantes	Local	Entidade Ministrante	Período	Carga Horária
1. Emergência fitossanitária com ênfase na monilíase	29 servidores Idaron; 15 fiscais (outras UFs)	Cacoal	IDARON - GDSV	11-12/04	120 horas
2. Sistema de emissão e controle de PTV e fiscalização de trânsito	18 Fiscais e Assistentes	Cacoal	IDARON – GIDSV - Coord Mudás	26/01	5 horas
3. Sistema de emissão e controle de PTV e fiscalização de trânsito	07 Fiscais e Assistentes	São Miguel	IDARON – GIDSV - Coord Mudás	15/02	8 horas
4. Sistema de emissão e controle de PTV e fiscalização de trânsito	25 Fiscais e Assistentes	Jí-Paraná	IDARON – GIDSV - Coord Mudás	07/08	8 horas
5. Sistema de emissão e controle de PTV e fiscalização de trânsito	11 Fiscais e Assistentes	Jaru	IDARON – GIDSV - Coord Mudás	08/08	8 horas
6. Sistema de emissão e controle de PTV e	10 Fiscais e Assistentes	Ariquemes	IDARON – GIDSV - Coord Mudás	09/08	8 horas



fiscalização de trânsito					
7. Treinamento em vigilância de trânsito agropecuário em postos de fiscalização – posto fixo Vilhena	30 Fiscais e Assistentes	Vilhena	IDARON – Coord Trânsito Vegetal	29 a 31/08	30 horas
8. Treinamento em Vigilância do Trânsito Agropecuário	30 Assistentes Fiscais	Vilhena	IDARON – Coord Trânsito Vegetal	28 a 31/08	30 horas
9. Vigilância e Controle de Mosca-da-carambola	30 Fiscais e Assistentes	Ji-Paraná	MAPA – IDARON/ GDSV – Coord Pragas ADEPARÁ-PA	10 a 13/12	32 horas
9 CURSOS	216 servidores	--	--	--	249

Fonte: GDSV, 2018.

Curso de emergência fitossanitária e exercício simulado com ênfase em monilíase do cacauero.

O curso ocorreu no período de 19 a 26.03.2018, no Rondon Palace Hotel, em Porto Velho, em parceria e cooperação com a Superintendência Federal da Agricultura no Estado de Rondônia – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – SFA-RO/MAPA, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia – ADAB e Associação das Indústrias Processadoras de Cacau – AIPC, considerando:

- Nivelamento do conhecimento técnico-científico;
- Exercícios simulados de ocorrência da praga em áreas de produção de cacau (gabinete de risco) e de plantios não comerciais de cupuaçu (de campo);
- Elaboração do Plano de Ação Emergencial. Exceto na etapa 1, quando as palestras e durante as apresentações dos grupos que foram realizadas em plenária, nas demais etapas os capacitandos foram divididos em cinco grupos.



O objetivo foi capacitar profissionais para formar equipe de atendimento a emergência fitossanitária no Estado, com ênfase em monilíase do cacauero, capaz de identificar, notificar e reagir de forma imediata, organizada e efetiva em atendimento ao que está previsto na Instrução Normativa nº 13/2012 que institui o Plano de Contingência, tendo como praga alvo o fungo *M. royeri* e seus hospedeiros cacau e cupuaçu, devido ao risco iminente de introdução em território brasileiro e para garantir no mínimo o status fitossanitário de convivência sustentável com a praga, conforme figura 94.





Fonte: GIDSV, IDARON/2018.

Reunião Nacional das OEDSV's para identificação da praga *Amaranthus palmeri*

Entre os dias 08 e 10 de abril, o coordenador do programa de trânsito vegetal e de vigilância sanitária participaram da 2ª Reunião Técnica Nacional sobre as principais características da praga *Amaranthus palmeri* assim como o nível de infestação, erradicação da praga e do Sistema de controle de trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais – CEFITI, com a presença de OEDSV's de vários Estados. A reunião ocorreu na sala de reuniões da SFA/MT, município de Várzea Grande no Estado de Mato Grosso. Participaram da reunião os Estados PA, PR, MS, PE, MG, CE.

No dia seguinte foi realizada visita na Fazenda Bom Futuro, uma das propriedades com foco de *Amaranthus palmeri*, onde foram realizadas coletas para estudos de identificação e diferenciação da planta fêmea da planta macho, assim como diferenciá-la das outras espécies de caruru comestíveis. No dia seguinte à aula de campo ocorreu uma reunião no auditório do Sindicato Rural do município de Lucas do Rio verde para discussão da proposta de Instrução Normativa padrão sobre o trânsito de máquinas e implementos agrícolas e o Sistema de controle de trânsito interestadual de plantas e produtos vegetais – CEFITI.



Reunião em Cuiabá para identificação de *Amaranthus palmeri*. Teoria e práticas de identificação à campo.



Fonte: GIDSV, IDARON/2018.

Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



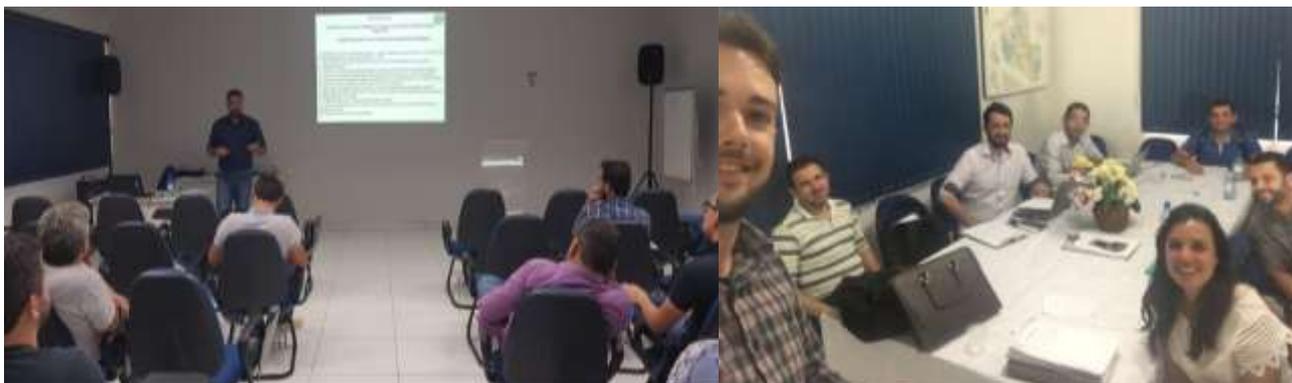
Treinamento em Vigilância do Trânsito Agropecuário – Posto de Fiscalização do Portal da Amazônia (Vilhena)

No período de 29 a 31 de agosto de 2018, foi realizado treinamento em Vigilância do Trânsito Agropecuário para os Assistentes Estaduais e Fiscais Estaduais do Posto de Fiscalização do Portal da Amazônia (Vilhena), juntamente com a Coordenação de Sementes e mudas sobre: sementes, mudas, agrotóxicos e outros produtos e subprodutos vegetais, com carga horária de 30 (trinta) horas.

Foram apresentadas soluções e medidas a serem adotadas, exigindo o uso e consulta às ferramentas eletrônicas e aos sistemas CEFiTI, pVia, e-PTV, SISVegetal e RENASEM. O treinamento foi realizado com aplicação de avaliação inicial, palestras, resolução de situações práticas e avaliação final para medir o aproveitamento dos servidores.

Atualmente, o Posto Fixo de Fiscalização do Portal da Amazônia concentra o maior número de servidores pois é a porta de entrada para Rondônia e por onde conseqüentemente ocorre o maior trânsito de produtos e subprodutos vegetais, produtos agrotóxicos, tanto na entrada quanto na saída do Estado.

Treinamento em Vigilância do Trânsito Agropecuário – Posto de Fiscalização do Portal da Amazônia no município de Vilhena.





Fonte: GIDSV, IDARON/2018.

Reunião com MFM Soluções Ambientais

Visitar as instalações da MFM Soluções Ambientais. Trata-se de um empreendimento que atua na área ambiental e que atualmente desenvolve trabalhos de coleta de lixo em parceria com o município, além de estar apta para o recolhimento, incineração e aterro de qualquer resíduo doméstico e industrial, exceto os que envolvem produtos químicos como os agrotóxicos.

O principal objetivo da visita foi conhecer a empresa e verificar a possibilidade parceria com a Idaron para recolhimento e destruição dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal resultantes de apreensões no Posto Fixo do Portal da Amazônia.

Sede da MFM Soluções Ambientais no município de Vilhena.



Av. Farquar, n° 2986, Complexo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 5° andar– Bairro Pedrinhas.

Tel e Fax.: (069) 3216-8905, 9-9203-6399 - CEP 76.801-478 – Porto Velho/RO

idarongabinete@gmail.com



Fonte: GIDSV, IDARON/2018.

Curso de capacitação em “Vigilância e Controle da Mosca-da-Carambola”

Em 2018 foi promovido um curso de capacitação em “Vigilância e Controle da Mosca-da-Carambola”, o curso de 32 horas, visou à atualização de conhecimentos de servidores que já desenvolviam ações relacionadas à praga, capacitação de servidores que estão atendendo a ampliação do número de armadilhas e de servidores que podem compor equipe de emergência fitossanitária caso a praga seja detectada no Estado de Rondônia.

O curso foi promovido pela Agência IDARON e MAPA, com o curso sendo ministrado pela equipe do programa nacional de erradicação-da-mosca-da-carambola. Foram capacitados 30 servidores em conhecimentos teóricos sobre a praga, legislação regulamentadora, sistema de detecção, reconhecimento e exercício prático de levantamento e erradicação.

Treinamento sobre o sistema de emissão e controle de Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV)

Foram realizadas capacitações, no ano de 2018, de fiscais e assistentes fiscal da Agência IDARON, Responsáveis Técnicos e produtores de mudas de café para comercialização, das regionais de Pimenta Bueno, São Francisco do Guaporé, Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes sobre o sistema de emissão e controle de Permissão de Vegetais (e-PTV).

Em 26 de janeiro de 2018 o treinamento foi realizado no município de Cacoal, com carga horária de 5 (cinco) horas para 18 (dezoito) participantes, dentre eles, servidores da Agência IDARON, responsáveis técnico de viveiros e viveiristas de mudas café da Regional de Pimenta Bueno.

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizado no município de São Miguel, regional de São Francisco do Guaporé, para 07 (sete) participantes externos e teve uma carga horária de 8 (oito) horas. O treinamento ocorreu na unidade local da Agência IDARON sobre o sistema informatizado de emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV).

Em 07 de agosto de 2018, foi realizado em Ji-Paraná, para 25 (vinte e cinco) participantes servidores, responsáveis técnicos e viveiristas e carga horária de 8 (oito) horas.



Em 08 de agosto de 2018, foi realizado o treinamento para 11 (onze) participantes da regional de Jaru, dentre eles, fiscais, assistentes fiscais, responsáveis técnicos e produtores de mudas de café para comercialização, com carga horária de 8 (oito) horas.

Em 09 de agosto de 2018, realizou-se o treinamento com carga horária de 08 (oito) horas, no município de Ariquemes para os servidores, responsáveis técnicos e produtores da regional de Ariquemes sobre o sistema e-PTV. Por fim, em 10 de agosto de 2018, realizou-se o treinamento com carga horária de uma hora e quarenta minutos, no município de Ariquemes para 56 (cinquenta e seis) estudantes do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) sobre “Qualidade de sementes e de mudas e o processo de certificação fitossanitária de origem”.

Treinamento sobre sistema e-PTV.



(A): Município de Cacoal.



(B): Município de São Miguel do Guaporé.



(C): município de Ji-Paraná.



(D): Município de Jaru.



(E): Município de Ariquemes.

Fonte: GIDSV, 2018.

Também são realizadas atividades de Educação Sanitária como estratégica e instrumento da Defesa Agropecuária, que visa aproximação com a sociedade de forma geral e levar informações para as cadeias produtivas no cumprimento dos objetivos. As ações contribuem com a manutenção da sanidade das populações vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços, bem como garantir a identidade higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários destinados aos consumidores.

Na educação sanitária utiliza-se processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo. As diretrizes seguidas para Educação Sanitária são:

1. Entrega de material educativo como folders e cartazes;
2. Divulgação da legislação de Defesa Vegetal aos entes envolvidos nas cadeias produtivas e sociedade em geral;
3. Realização de palestras e promoção de cursos de educação sanitária para diversos públicos-alvo;
4. Formação de multiplicadores;
5. Utilização dos meios de comunicação: jornais, entrevistas em rádio e TV, como instrumento de formação e de educação.



O objetivo deste trabalho é, a partir da educação, promover a mudança de atitudes e comportamentos frente aos problemas fitossanitários, melhorando direta e indiretamente a saúde das pessoas, das plantas e do meio ambiente.

Trâmite E Julgamento De Processos

As ações de fiscalização estão consubstanciadas em um marco regulatório os quais devem dispor, entre outras indicações, sobre aplicação das infrações, penalidades, tramites e julgamentos processuais assim como o valor da multa referente aos produtos de origem vegetal.

Contudo, verifica-se que nos Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal não está previsto disposições sobre o referido tramite e do julgamento dos processos. O que dificulta a conclusão das ações de fiscalização e o exercício das atribuições fiscais. Na tentativa de sistematização da deficiência de tais disposições foram elaboradas normativas para subsidiar o julgamento dos processo, como para o julgamento de processos relativos à legislação de agrotóxicos, figura abaixo.

Evolução do trâmite processual de agrotóxicos de 2014 a 2018.



Fonte: GIDSV, 2018.

Agora, os processos instaurados referentes às ações de fiscalização da defesa vegetal, sementes e mudas, ainda estão pendentes de julgamento, apesar de terem sido designados



servidores da agência IDARON, exercendo cumulativamente suas funções, não foi estabelecido regulamentação satisfatória para tal julgamento.

Neste contexto, a Defesa Vegetal de Rondônia precisa de uma legislação que dê mais segurança para aplicar as medidas que garantam a qualidade e certificação de seus insumo e a sanidade na área vegetal. Temos quatro propostas de legislação tramitando, com objetivos de instituir medidas fitossanitárias para assegurar a sanidade dos vegetais, estabelecendo sanções e penalidades, tais como interdição, apreensão ou destruição, o julgamento dos respectivos processos, em harmonia com as diretrizes nacionais e internacionais.

As propostas também tratam da criação de taxas de defesa sanitária vegetal fortalecendo o setor de produção vegetal, melhorando a qualidade dos serviços de fiscalização e monitoramento, propiciando maior segurança ao agricultor em relação a sua produção agrícola e, assim, contribuindo para que Rondônia continue sendo um grande produtor agropecuário do país.

GRANDES DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS PARA GIDSV

Os dados apresentados das ações por programas desenvolvidos no âmbito da Gerência de Defesa Vegetal, assim como perspectivas futuras de novos programas para trabalhar com certificação da produção vegetal e de madeira, demonstram que estamos diante de imensos desafios advindos do crescimento do setor agrícola e das oportunidades de expansão de mercados. E, no sentido de melhorar os serviços e trazer maior eficiência da Defesa Vegetal em Rondônia, é necessário avançar para atendimento dos seguintes pontos:

- Na complementação das ações de fiscalização, também é fundamental estabelecer estrutura organizacional e atualização das legislações de agrotóxicos e Defesa vegetal assim como apresentação de minuta de Lei de sementes e mudas;
- No ajuste das novas demandas normativas também se faz urgente o protocolo de procedimentos para julgamento das infrações cometidas no âmbito da Defesa vegetal, considerando o trâmite processual e instâncias de julgamento;
- Na área da tecnologia da informação, foram desenvolvidos inúmeros sistemas. Cada um visou sua área específica ou processo sem uma integração entre si: e-Ptv; Siafro; Soja; Uso próprio; SisVegetal; SisAtividade; Cadastro de produtos; Cadastro de



estabelecimentos. Sendo necessário desenvolver um sistema único vinculado ao banco de dados e arrecadação;

- Em continuidade ao sistema que vigora no presentes, E-Ptv, tem que haver ajustes para a emissão e controle de Permissão de Trânsito de Vegetais auxiliando no controle e fiscalização da produção de mudas no processo de Certificação Fitossanitária de Origem de outras espécies como de importância econômica para o Estado, a exemplo das espécies ou híbridos dos gêneros *Citrus*, *Fortunella* ou *Poncirus*;
- Efetivação da Comissão de Defesa Vegetal no Estado de Rondônia e respectiva regulamentação para discutir demandas relativas a ocorrência de pragas, priorização e a realização do levantamento, a exemplo dos nematoides que afetam as lavouras de café em Rondônia, onde é preciso definir procedimentos técnicos da pesquisa e recursos financeiros para custeio da ação;
- Adoção imediata de ações que visem reverter o panorama de péssima qualidade das sementes de forrageiras disponíveis no comércio do Estado de Rondônia indiferente da sua procedência. Esta situação configura-se em um fator de potencial enfraquecedor para a agropecuária no Estado, visto que sementes de baixa qualidade podem comprometer o estabelecimento das lavouras, ocasionando prejuízos ao pecuarista, ao agricultor e, conseqüentemente, a economia. Se faz necessário:
 - a) O avanço das discussões para encontrar uma resolução junto ao MAPA/SFA/RO para que ambos corroborem para assegurar a disponibilidade de sementes de alta qualidade no comércio de Rondônia, por meio de um termo oficial e reestruturação do programa;
 - b) Estabelecer legislação estadual de sementes e de mudas;
 - c) Promoção da conscientização de produtores rurais quanto aos benefícios do uso de sementes de alta qualidade na implantação da lavoura visando coibir o uso de sementes de baixa qualidade, concomitante às ações de fiscalização.
- No trânsito de produtos, subprodutos vegetais e agrotóxicos nas barreiras volantes, é imprescindível desenvolvimento de um sistema para uso nas ações e que gere os relatórios mensais de barreiras volantes e Postos Fixos, SisTrânsitovegetal. Assim como a regulamentação do trânsito de máquinas e implementos agrícolas, de extrema e estratégica importância para a manutenção da sanidade de suas lavouras e evitar que pragas que aderem a esses equipamentos, a exemplo do *Amaranthus palmeri*, e, que são



potencialmente prejudiciais a culturas agrícolas de grande importância econômica para do Estado de Rondônia, como a Soja, milho, café e algodão;

- O cadastro agropecuário de cultivos agrícolas também requer legalidade, sistemática e execução,
- For fim, além de buscar atender os aspectos relatados acima, a harmonia das condições de desenvolvimento das ações, o fortalecimento e a modernização da defesa vegetal com investimentos em infraestrutura, demanda de recursos financeiros e humanos, necessitando ser discutida formas de arrecadação própria através de taxas ou de fundos para agilizar processos de compras.

Considerações Finais da GIDSV

A Defesa Sanitária Vegetal resguarda a sanidade dos vegetais, por meio de ações de vigilância; fiscalização de trânsito vegetal; controle, prevenção e erradicação de pragas, e comércio e uso de insumos, que objetivam garantir à sanidade dos plantios em relação às pragas de importância econômica, bem como dos produtos, protegendo a economia de impactos prejudiciais, bem como assegurar produtos confiáveis à população.

Amparada por procedimentos técnicos, legais e fiscais dirigidos às pessoas físicas e jurídicas em propriedades agrícolas com culturas de importância econômica; estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço responsáveis pela aplicação de agrotóxicos; em estabelecimentos que comerciais de sementes e mudas.

Também faz uso de ações de educação Sanitária visando ministrar treinamentos, palestras, reuniões, cursos e ações educativas para o nosso público alvo e na capacitação e aperfeiçoamento dos servidores. Se assegura de análises laboratoriais para oferecer agilidade, confiabilidade e qualidade os resultados de ensaios solicitados pelos serviços de defesa sanitária, fiscalização e inspeção.

A ausência dessa padronização nos procedimentos de execução das atividades de sanidade vegetal pode gerar risco e inconsistências no atendimento ao público externo, na fiscalização das atividades da cadeia produtiva, na supervisão e auditoria do Mapa das atividades atribuídas aos órgãos de defesa sanitária vegetal, e com isso comprometer a quantidade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade.



A modernização da organização institucional e do arcabouço normativo é essencial para a Defesa Vegetal, mas não suficientes para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros e precisa ter a base de conhecimento técnico, científico e analítico sob o tripé de ciência, informação e análise de risco. Para tanto, as unidades e seus servidores necessitam dispor de material, equipamentos, veículos e formulários, capacitação em procedimentos operacionais padronizados para o desempenho de suas competências com eficiência, eficácia e efetividade, sistemas eletrônicos em plataforma web, e, legislação atualizada.

Complemento este relatório inferindo que é fundamental entender que para atender todas essas demandas, também será necessário construir novas abordagens e utilizar novas ferramentas, com foco no fortalecimento da Defesa Vegetal nos órgãos governamentais e cadeias produtivas, em gestão do conhecimento, inteligência e avaliação de risco, estabelecimento de parcerias públicas, com destaque para as agências governamentais de pesquisa e tecnologia e universidades, e, ainda, de parcerias com o setor privado.